BL ISSN 0034-7191

NÚMERO ESPECIAL SOBRE A ECONOMIA MINEIRA

Revista Brasileira de Estudos Políticos

58

JANEIRO DE 1984

Apresentação — *Francisco Iglésias*

Introdução — *Paulo Paiva*

Demografia Histórica de Minas Gerais
Francisco Vidal Luna e *Iraci del Nero da Costa*

Os Limites da Industrialização em Minas Gerais no Século XVIII — *João Antônio de Paula*

As Exportações de Minas Gerais no Século XIX
Roberto Borges Martins e *Maria do Carmo Salazar Martins*

Natureza e Perspectiva da Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais — *Maurício Borges Lemos*

Agricultura, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais — *Maria Regina Nabuco*

O Estado Tutelar: o INDI e a Industrialização na Década de 70 — *Fausto Brito*

Economia e Planejamento em Minas Gerais
Clélio Campolina Diniz

NOTAS DE LIVROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL

REVISTA BRASILEIRA
DE
ESTUDOS POLÍTICOS

NÚMERO 58 Fundada em 1956 JANEIRO, 1984

CONSELHO DE DIREÇÃO

PROF. FRANCISCO IGLÉSIAS
Universidade Federal de Minas Gerais

PROF. NELSON DE SOUZA SAMPAIO
Universidade Federal da Bahia

PROF. VICTOR NUNES LEAL
Universidade de Brasília

DIRETORES

PROF. ORLANDO M. CARVALHO

PROF. RAUL MACHADO HORTA
Universidade Federal de Minas Gerais

SECRETÁRIO

PROF. ARTUR JOSÉ ALMEIDA DINIZ
Universidade Federal de Minas Gerais

SEDE DA REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA U.F.M.G.

Av. Alvares Cabral, 211 — Sala 1.206 — Telefone: 224-8507

Caixa Postal 1.301 — 30.000 Belo Horizonte, MG — Brasil

Para o exterior	US$ 20,00
Assinatura Anual	Cr$ 4.000,00
Número Avulso	Cr$ 2.000,00

PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Caixa Postal 1.621 — 30.000 Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil

Edição da

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

SUMÁRIO

Apresentação, pelo Professor *Francisco Iglésias* 7

Introdução, pelo Professor *Paulo Paiva* 11

Demografia Histórica de Minas Gerais, pelos Professores *Francisco Vidal Nunes e Iraci del Nero da Costa* 15

Os Limites da Industrialização Colonial: a Industrialização em Minas Gerais no Século XVIII, pelo Professor *João Antônio de Paula* 63

As Exportações de Minas Gerais no Século XIX, pelos Professores *Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins* .. 105

Natureza e Perspectiva da Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais, pelo Professor *Maurício Borges Lemos* 121

Agricultura, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais — 1950/1980, pela Professora *Maria Regina Nabuco* 165

O Estado Tutelar: o INDI e a Industrialização na Década de 70, pelo Professor *Fausto Brito* 241

Economia e Planejamento em Minas Gerais, pelo Professor *Clélio Campolina Diniz* 259

Programa do Seminário de Diamantina 297

NOTAS DE LIVROS

Gustavo Capanema, *Pensamentos* (Carlos Drummond de Andrade) 299

Oliveiros da Silva Ferreira, *Os 45 Cavaleiros Húngaros. Uma Leitura dos Cadernos de A. Gramsci* (Vicente Marotta Rangel) 301

Carlos Heitor Cony, *JK: Memorial do Exílio* (Francisco de Assis Barbosa) 307

Iraci del Nero da Costa, *Vila Rica: População, 1729/1826* (Heloisa Liberalli Bellotto) 309

Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém: um Relato sobre a Banalidade do Mal* (Celso Lafer) 312

ESCREVEM NESTE NÚMERO

PROFESSOR FRANCISCO IGLÉSIAS, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSOR PAULO PAIVA, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSOR FRANCISCO VIDAL NUNES, da Universidade de S. Paulo.

PROFESSOR IRACI DEL NERO DA COSTA, da Universidade de S. Paulo.

PROFESSOR JOÃO ANTÔNIO DE PAULA, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSOR ROBERTO BORGES MARTINS, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSORA MARIA DO CARMO SALAZAR MARTINS, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSOR MAURÍCIO BORGES LEMOS, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSORA MARIA REGINA NABUCO, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSOR FAUSTO BRITO, da Universidade Federal de Minas Gerais.

PROFESSOR CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ, da Universidade Federal de Minas Gerais.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, Jornalista.

PROFESSOR VICENTE MAROTTA RANGEL, da Universidade de S. Paulo.

ACADÊMICO FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA, Academia Brasileira de Letras.

PROFESSORA HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO, da Universidade de S. Paulo.

PROFESSOR CELSO LAFER, da Universidade de S. Paulo.

BIBLIOTECÁRIA MARIA JOSÉ GAZOLLA DE ALMEIDA, da Universidade Federal de Minas Gerais.

*

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são da responsabilidade dos respectivos autores.

*

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG.

*

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob o nº 132, Livro B-1, fls. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

*

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA: HITORY AND LIFE, and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

Apresentação

FRANCISCO IGLÉSIAS

O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) realizou em Diamantina, nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 1982, um Seminário sobre A ECONOMIA MINEIRA. O encontro teve a colaboração dos técnicos — professores, pesquisadores e alunos do conhecido curso de mestrado, bem como a de pessoas de diversos institutos universitários do país ou de entidades do serviço público do Estado ou da área federal ligadas à economia.

Trabalhou-se intensamente, com alto rendimento, pela exata organização. Quase todas as comunicações circularam por escrito, distribuídas ao público sempre considerável. Textos, dados estatísticos, gráficos e mapas foram manuseados e lidos, de modo a permitir aos presentes o acompanhamento de quanto se expunha e se discutia.

A abertura teve lugar às 9:30 horas do dia 15 de setembro, pelo reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, professor José Henrique Santos. O vice-reitor Antônio Cândido de Melo Carvalho esteve presente a todas as reuniões.

O primeiro dia foi dedicado à história econômica de Minas Gerais. Ainda na parte da manhã houve a primeira sessão, sobre demografia no período colonial. Como nas seguintes, adotou-se a seguinte ordem: exposição por um ou dois autores e, logo após, o debate por um ou dois especialistas. A palavra era então franqueada. À tarde, houve a segunda sessão, com dois temas: 1. ensaio sobre os limites da industrialização colonial: industrialização mineira no século XVIII e 2. as exportações no século XIX. Encerrando a unidade, realizou-se um painel sobre perspectivas da historiografia econômica de Minas Gerais.

Como se vê, a área foi compreendida nos períodos colonial, provincial e republicano. Resultados de pesquisas foram expostos e discutidos, revelando no CEDEPLAR uma aguda consciência da problemática histórica, que recebeu contribuições originais, que levam a uma revisão crítica e, por vezes, revisionista de vários capítulos da historiografia mineira.

O segundo dia foi dedicado à economia regional na década de setenta. A primeira sessão constou de três assuntos: 1. natureza e perspectivas da indústria de bens de capital; 2. agricultura, Estado e desenvolvimento regional, e 3. mobilidade da população. A sessão da tarde cuidou de Estado e industrialização na década de setenta e de um painel sobre a natureza do Estado e sua intervenção na economia.

O último dia cuidou do panorama da atualidade. A primeira sessão constou de comunicações de pesquisas e dissertações sobre a economia. A segunda teve um painel: Minas e a crise da economia brasileira. À noite, houve o painel de encerramento das atividades, do qual participaram também escritores e artistas, tentativa de resposta à pergunta "Minas não há mais?", na qual, como se vê, questiona-se o famoso verso de Carlos Drummond de Andrade "Minas não há mais".

Como se deduz do simples enunciado dos assuntos, foi amplo e diversificado o leque de interesses. Mostrou-se aí a preocupação histórica que anima o CEDEPLAR, concedendo lugar de relevo à pesquisa e à reflexão que o levam a produzir historiografia econômica de alta qualidade, como se dá em textos apresentados a seguir neste número da REVISTA e em outros de próxima publicação, por diferentes vias. Verificar o fato e poder anunciá-lo é algo de notável na fase da ciência social no Brasil, vivida na presente década. É signo auspicioso de mudança que pode gerar expectativas inéditas no quadro da produção científica nacional.

Outra nota positiva é que quase todas as comunicações resultaram de pesquisas, ainda em andamento ou já concluídas, por iniciativa de um professor ou aluno, por dois ou

grupo maior. Tem-se no curso de mestrado de economia, em funcionamento há alguns anos, uma série considerável de investigações, coleta de dados, pesquisas de todo gênero, aplicação de modelos da mais diversa procedência, a submissão da realidade mineira a todas as análises possíveis. Já se acumulou muito conhecimento, outros são objeto de cuidados.

Pelo interesse científico ou no cumprimento de tarefas, como trabalhos escolares, teses para o grau de mestre, impõe-se a temática da economia mineira de modo desconhecido antes. Em pouco tempo, conseguiu-se o que levaria anos, em resultado de esforço descontínuo e sem programa — daí fragmentário ou desarticulado. O encontro de que este número da REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS dá notícia e testemunho é uma evidência do que se faz em Minas na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Quando outras áreas de ciência social forem igualmente contempladas com esforços contínuos, coerente e lúcidos se chegará a conhecimento global da realidade mineira.

O seminário de Diamantina retrata o nível atingido em certa área da busca de esclarecimento da problemática de região. Comprova a eficácia dos cursos de pós-graduação, não só no preparo de pessoal qualificado para atividades docentes ou no serviço público, nas empresas de economia mista ou na iniciativa privada. O órgão de ensino cumpre a tarefa de formar cidadãos úteis à comunidade, através de serviços, de levantamento de questões e do modo de solucioná-las.

A ciência social chega a Minas Gerais. Deve-se convir que já não é sem tempo. A importância política e econômica da região a impunha, mais que a reclamava. Unidade que sempre se colocou em posição de relevo no quadro nacional, seja quanto à chefia política ou à contribuição artística, como se viu no fim do século XVIII ou na terceira década do atual — a escola mineira de literatura, artes plásticas, música, ou o modernismo —, faltava-lhe a nota de realce na ciência social. Começa a tê-la, através do esforço da Universidade em alguns cursos de pós-graduação. O de economia é um deles.

À chamada geral Minas está presente. Nem podia ser de outro modo, pois sua estrutura geográfica e populacional compõe uma realidade específica, de tom peculiar, no cenário do país. Busca-se mesmo a nota singular, como se viu no painel de encerramento. Minas existe, não só na lírica de seus poetas, na humanidade de seus ficcionistas, na criatividade de seus grandes artistas e músicos, mas ainda na apreensão do processo social, econômico e político de seus historiadores, economistas, sociólogos e mais cientistas sociais que a pesquisam, recriam e explicam seu passado e presente, traçam-lhe os caminhos de amanhã. Esta obra será mais segura, pois não depende do improviso ou do expediente casual, mas fundada na coerência e na certeza de uma linha evolutiva a ser determinada por mão firme, não acaso de uma jogada, que não se pode saber a que leva.

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS, a mais categorizada de ciência social que se publica em Minas e talvez a mais citada em livros no Brasil e no estrangeiro, não podia ficar indiferente ao surto inovador representado pelo CEDEPLAR, não só em economia, como na ciência social de modo genérico. Dedica então um número completo ao órgão universitário de mestrado que tanto se distingue e o faz com a notícia e parte do material apresentado no seminário de Diamantina. Está certa de que a providência vai ser profícua para o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, como também convencida do nível da matéria ora divulgada.

PROBLEMES D'AMERIQUE LATINE

Editada por LA DOCUMENTATION FRANÇAISE

Coordenador: Daniel Pécaut

Quatro números por ano: FF69

La Documentation Française — 31, quai Voltaire

75.340 — Paris CEDEX 07 — França

Introdução

PAULO PAIVA

A iniciativa do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR — de colocar em discussão a economia mineira teve como objetivo fazer uma avaliação das principais questões em torno das quais se concentram as pesquisas sobre a economia de Minas Gerais.

Dos trabalhos apresentados, que a REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS ora publica, três temas parecem unir os interesses dos estudiosos da história econômica e da economia contemporânea.

O primeiro é a dinâmica da população de Minas. A expansão populacional durante o Século XIX, que teve no crescimento do contingente escravo um componente importante, levou Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins a afirmarem no trabalho "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX" que a conjugação deste crescimento com a fraca performance exportadora da região e a orientação da economia da região para o mercado interno é fato singular na história da escravidão moderna. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero em "Demografia Histórica de Minas Gerais no Período Colonial" procuram identificar as estruturas populacionais típicas da região e avaliar o comportamento de eventos demográficos como casamentos, óbitos e batizados no período entre o final do Século XVIII e início do Século XIX e relacioná-los com as variações na atividade econômica da região.

No período recente, o que tem preocupado os estudiosos é, ao contrário, a tendência de um Estado expulsor de população, em que Minas Gerais se transformou. O trabalho de Alzira Lydia Nunes Coelho, Laura Maria Irene De Michelis

Mendonça e Maria Bernadete Araújo * procura estudar os fatores subjacentes ao processo de esvaziamento relativo da população em Minas Gerais. Este trabalho é, contudo, mais arrojado à medida em que avalia potencialidades e medidas de políticas públicas que poderiam reverter esta tendência.

O segundo tema é o processo de industrialização de Minas Gerais. João Antônio de Paula, no seu "Ensaio sobre os Limites da Industrialização Colonial", ao rediscutir a não-industrialização em Minas Gerais no Século XVIII, procurou mostrar a impossibilidade da industrialização em uma economia colonial. Em "Natureza e Perspectiva da Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais", Maurício Borges Lemos procura mostrar que, também nos anos setenta do Século XX, há uma grande limitação à expansão de uma indústria excessivamente especializada que segue a distribuição espacial de seu mercado, como a indústria de bens de capital por encomenda.

Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins em "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX" procuraram ampliar a base empírica do conhecimento sobre o valor real e a composição das exportações minerais no século passado. Dos seus resultados ressalta a importância da participação dos tecidos de algodão, indicador do desenvolvimento da indústria têxtil na região no século passado. Isto sugere uma articulação entre o crescimento industrial e a produção agrícola no Século XIX. Maria Regina Nabuco trata destas relações em Minas Gerais contemporânea ao examinar o processo de expansão da agricultura capitalista através da penetração agroindustrial no Triângulo Mineiro.

O terceiro tema é a relação entre o Estado e o processo de crescimento econômico. João Antônio de Paula enfatizou muito o aspecto político-institucional do Estado Colonial como fator de limitação à industrialização em Minas Gerais no Século XVIII. Fausto Brito, ao contrário, procurou mostrar

---

* Este trabalho não aparece na presente edição porque já foi anteriormente publicado em *Análise e Conjuntura*, V. 12, nºs 3 e 4, março/abril, 1982, p. 46-88.

um Estado Tutelar, capaz de pensar pelos empresários e seus interesses, através do INDI. Maria Regina Nabuco também aponta a importância do papel do Estado para explicar a direção do desenvolvimento capitalista no campo. Nesta análise do papel do Estado, os trabalhos tenderam a fazer uma análise institucional, onde o INDI concentrou a atenção maior dos autores devido ao seu papel de destaque no último surto de industrialização de Minas Gerais. A intervenção do Estado através do planejamento econômico recebe os cuidados de Clélio Campolina Diniz em "Economia e Planejamento em Minas Gerais", onde o autor avaliou tanto o desempenho recente da economia mineira, quanto as experiências de planejamento para negociação e planejamento participativo.

O CEDEPLAR espera ter aberto com este Seminário um novo caminho dentro da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual percorrerão os debates sobre a formação e o destino de Minas Gerais.

Finalmente, a Coordenação do Seminário registra, com prazer, que várias pessoas e instituições contribuíram decisivamente para a realização do encontro. Agradece, especialmente, o apoio logístico dado pelo Instituto Eschwege em Diamantina, o imprescindível suporte da alta direção da Universidade Federal de Minas Gerais e o apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e da Fundação João Pinheiro. Agradece ainda, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que parcialmente financiou as pesquisas que instruíram os trabalhos de João Antônio de Paula, Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Martins, Fausto Brito, Maurício Borges Lemos e Clélio Campolina Diniz.

RIVISTA ITALIANA DI SCIENZA POLITICA

Publicada pela Societá Editrice Il Mulino

Diretor: prof. GIOVANNI SARTORI

Três números por ano..... Lit. 6.000

Via Santo Stefano 6, Bologna, Italia

TEMAS SOCIALES

Revista trimestral editada pela Faculdade de Direito e Sociologia da Universidade Maior de San Andres, de La Paz

Editor: MARIO DIEZ DE MEDINA G.

❋

Assinatura anual: US$ 8.00

❋

Casilla 1925 — La Paz — Bolivia

POLÍTICA

Editada pela Fundação Milton Campos

Publica quatro números por ano

Preço da assinatura: Cr$ 500,00

Caixa Postal 04/0341 — 70.160 — Brasília - DF

ANÁLISE SOCIAL

Revista Trimestral

Diretor: A. SEDAS NUNES

Edição do Gabinete de Investigações Sociais

Assinatura anual: US$ 20.00

Rua do Quelhas, 6 — 1.200 — Lisboa — Portugal

Demografia Histórica de Minas Gerais no Período Colonial

FRANCISCO VIDAL LUNA
IRACI DEL NERO DA COSTA

Nesta comunicação (*) arrolamos alguns dos resultados de nossos estudos concernentes a certos núcleos populacionais existentes em Minas Gerais no período colonial brasileiro. Não se trata, pois, de um sumário exaustivo de nossos trabalhos; selecionamos, tão-somente, uma série de observações que, embora superficialmente, ilustram o esforço que temos votado ao entendimento dos processos demográficos e econômicos verificados na área de Minas Gerais na qual predominou a exploração do ouro e das pedras preciosas. Deve-se frisar, ademais, que nossas pesquisas, conquanto se refiram a parcela significativa dos centros mineratórios e a amplo lapso temporal, não abarcam a totalidade da população mineira e nem abrangem todo o período colonial. Efetuadas estas colocações preliminares, passemos às evidências acima referidas.

Vila Rica: Casamentos, Óbitos e Batizados

Neste item apresentaremos algumas informações derivadas dos registros de batismos, óbitos e casamentos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, uma

* Agradecemos à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) o apoio financeiro que tornou possível a realização de muitos dos trabalhos comentados nesta comunicação.

das duas paróquias existentes, no período colonial, em Vila Rica. Estes três eventos apresentaram, no correr do século XVIII e início do XIX, comportamento semelhante: correspondendo ao incremento (recesso) da atividade exploratória, observava-se o crescimento (decréscimo) das cifras referentes a mortes, casamentos e batizados. Assim, verificou-se rápido aumento no número de óbitos entre os decênios 1719-28 e 1744-53 — da média anual equivalente a 61 mortes, passou-se a quantidade quatro vezes superior (238 por ano). Altos níveis para os valores médios anuais ocorreram até o decênio 1759-68; seguiu-se queda substancial na década 1769-78 — de 232 caiu-se a 191 mortes por ano. De então até o final do século XVIII configurou-se um patamar no qual observou-se estreita faixa de variação — entre o mínimo de 189 e o máximo de 196 óbitos anuais. De fins do século XVIII e início do XIX até o limite cronológico superior de nosso estudo (1818), apresentou-se persistente decréscimo na quantidade de falecimentos — de 196 mortes por ano (decênio 1789-98) passou-se a 137; quebra correspondente a pouco menos de um terço.

Os batismos mostraram comportamento muito próximo ao observado para os óbitos. De 47, em média, correspondentes à década 1719-28, passou-se para valor quatro vezes mais elevado no período 1764-73 — 170 batizados por ano —, desta cifra máxima passou-se, no decênio 1779-88, para a média anual de 147 batismos. Deste último período ao compreendido pelos anos 1794-1803 configurou-se um patamar no qual a oscilação máxima foi de 4 batismos. De 1794-1803 ao fim do intervalo temporal analisado, observou-se queda substantiva na variável em foco — de 147 passamos para 126 batismos anuais, em média, no decênio 1809-18, ou seja, quebra proporcional de 14,3%.

Esboçava-se, no fim do período estudado, o equilíbrio entre nascimentos e óbitos, prenúncio de relevante mudança no crescimento vegetativo da população de Antônio Dias — que, de negativo, como se mostrara por quase todo o século XVIII e início do XIX, passou a positivo nos últimos anos do primeiro quinto do século passado.

Como no caso de óbitos e batismos, a análise dos dados relativos à evolução dos casamentos evidencia, de imediato, período de acréscimo e queda nos valores médios. Assim, de 1727 à década 1760-69, verificou-se substancial aumento na quantidade de uniões. De fins da década dos 60 à dos 80 os casamentos rarefizeram-se segundo taxa mais elevada do que a correspondente ao acréscimo ocorrido no período anterior.

Ao final dos anos 70 e em todo o decênio dos 80, o número de casamentos estabilizou-se em torno da média prevalecente nos anos 30 e 40 — em 1786 o número de casamentos igualou o registrado em 1737 e, em 1790, observou-se quantidade correspondente à média dos anos compreendidos entre 1732 e 1741. Dos anos 80 ao início do século XIX verificou-se rápida recuperação, seguida de baixa que se estendeu até o segundo decênio do século (cf. Gráfico 1).

Cuidemos, agora, dos principais condicionantes das variações observadas nos dados ora analisados. Ressaltam, desde logo, três fatores explicativos básicos, intimamente correlacionados.

Parece ter sido altamente relevante o grande afluxo e posterior retração numérica na entrada do elemento africano. A população escrava de ila Rica apresentou rápido incremento nas quatro primeiras décadas do século XVIII. Em 1716 contaram-se 6.721 cativos e, dois anos depois, 7.110; em 1728 a cifra subia a 11.521. Em 1735, segundo dados incorporados ao Códice Costa Matoso, o número de cativos atingia 20.863. Em 1743, somaram 21.746. A partir desse ano a tendência declinante mostrou-se evidente; em 1749 o número de escravos cai a 18.293.

Com respeito aos cativos, deve-se lembrar, ainda, sua alta taxa de mortalidade. Martinho de Mendonça, delegado da Coroa e conhecedor das condições reinantes em Minas, no ano de 1734, relatava que os senhores não esperavam conseguir, em média, mais de doze anos de trabalho dos escravos comprados ainda jovens. Com base no documento anônimo *Considerações sobre as duas classes mais importantes de*

povoadores da Capitania de Minas Gerais pode-se estabelecer que, grosseiramente, a taxa de mortalidade dos escravos estaria entre 50 e 66 mortes por mil cativos. Índice extremamente elevado e muito superior à taxa bruta de mortalidade — de 23,4 óbitos por mil habitantes — calculada para Vila Rica (Comarca) com base em dados referentes a 1776.

A estas considerações devemos juntar a alta taxa de mortalidade infantil relativa aos filhos de cativos. Em que pese a baixa fecundidade das escravas, dado seu grande número, o peso relativo de nascimento (e, por conseqüência, de óbitos) de crianças escravas mostrava-se elevado; fato a contribuir para o alto índice de mortalidade.

Ao afluxo dos africanos deve-se somar a rápida convergência, para a área mineratória, de grande contingente de livres e escravos que se deslocaram do Reino e de outras partes do próprio território da Colônia.

A relativa pobreza do solo na área mineratória, em geral, e em torno de Vila Rica, em particular, dá-nos o embasamento do terceiro fator explicativo do evoluir das variáveis em estudo: com a decadência da atividade mineratória, a população, sobretudo a parcela livre, tendeu a deslocar-se para novas áreas à procura de ouro ou, em momento mais tardio — quando esgotado o estoque aurífero acumulado milenarmente —, a demandar terra mais rica que lhe pudesse garantir o sustento, baseado, agora, na lide agrícola.

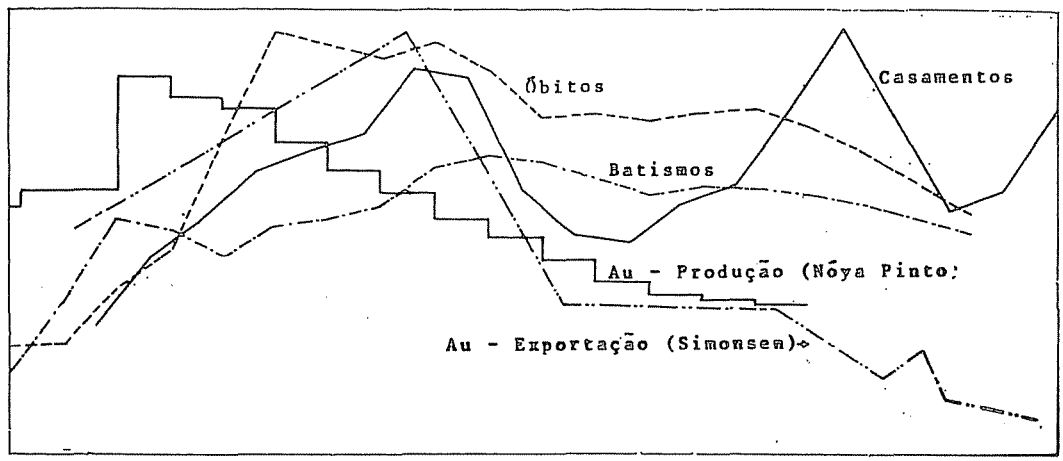
Subjacente ao processo demográfico analisado, sempre esteve presente, pois, a atividade exploratória. Justamente esta conclusão deriva do confronto entre as variações referentes ao número de casamentos, óbitos e batizados e as relativas ao montante extraído de ouro, conforme patenteado no Gráfico 1.

Casamentos: 1727-1826

Com respeito aos casamentos, caso se segmente a população em estratos correspondentes a livres, forros e escravos, reconhecemos, associado a cada subconjunto, comportamento diverso. Assim, o evoluir dos enlaces referentes a escravos

GRÁFICO 1

Número Anual Médio de Casamentos, Óbitos, Batismos e Exportação (Produção) de Ouro por Período de 10 Anos



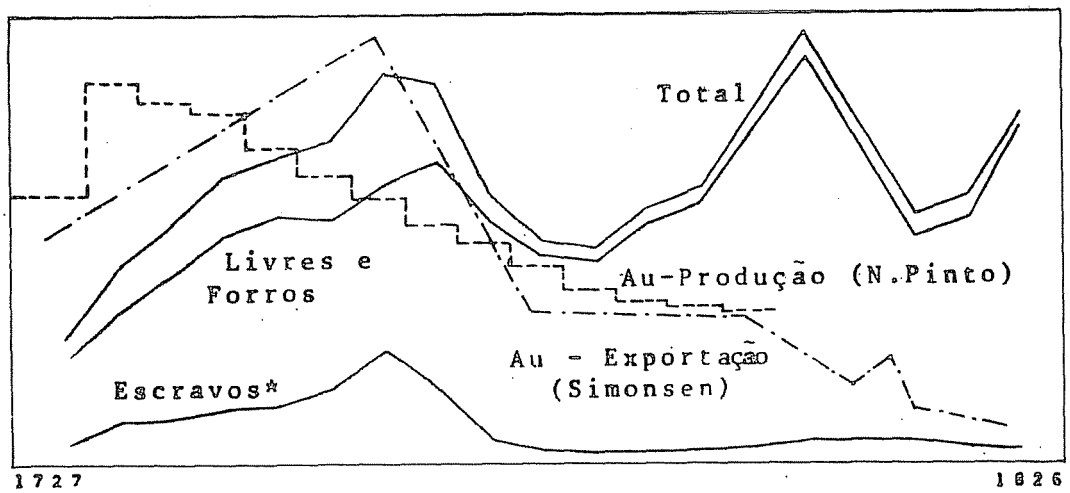
e forros apresenta grande similitude. Ambos os grupos — o primeiro mais do que o segundo — revelaram-se altamente correlacionados à atividade aurífera em todo o período analisado, enquanto a evolução dos casamentos de livres ganha autonomia — com respeito à extração do ouro — a partir do último quinto do século XVIII. Assim, distinguem-se claramente os escravos dos livres e, em posicionamento intermediário, dispõem-se os forros (ver Gráficos 2 e 3).

Além dos empecilhos decorrentes de maneira imediata de maior ou menor dinamismo da atividade exploratória, ocorriam, também, condicionantes de ordem institucional.

Assim, a par das diferentes vivências relativas aos estratos sociais componentes da sociedade brasileira colonial, derivam-se limitações colocadas pelo próprio mecanismo imposto pela Igreja à consecução do sacramento indispensável à legitimação dos consórcios. Óbices advindos, por um lado, do procedimento formal exigido para se conseguir a autorização necessária para que fosse celebrado o casamento e, por outro, dos custos monetários associados às prescrições ditadas pelo poder espiritual.

GRÁFICO 2

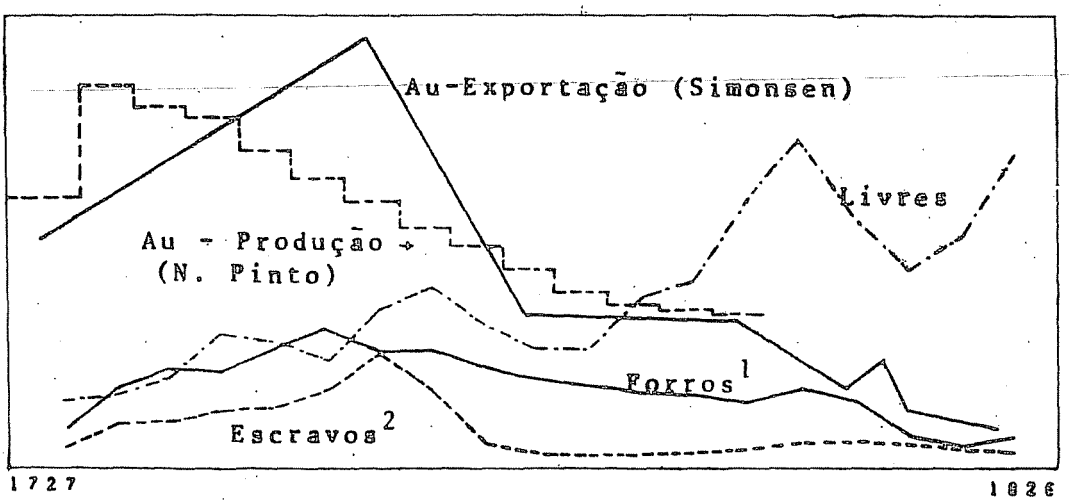
Número Anual Médio de Casamentos por Período de 10 Anos e Exportação (Produção) de Ouro



OBS.: pelo menos um cônjuge escravo.

GRÁFICO 3

Número Anual Médio de Casamentos por Período de 10 Anos e Exportação (Produção) de Ouro



OBS.: (1) ao menos um cônjuge forro.
(2) ao menos um cônjuge escravo.

Quanto aos segmentos populacionais aludidos, verificou-se que os casamentos "dentro" do mesmo segmento prevaleceram sobre as uniões entre indivíduos de "diferentes" grupos populacionais (ver Tabela 1). Por outro lado, não encontramos rigidez absoluta com respeito aos casamentos entre indivíduos de grupos distintos; não se verificou casamento a reunir escravos e livres, mas o número de consórcios entre escravos e forros parece-nos altamente significativo (ver Tabela 2).

TABELA 1

Casamentos Segundo a Condição Social dos Cônjuges

ESPOSA	ESPOSO			
	Livres	Forros	Escravos	Indeterminados
Livres	957 (60,16)	20 (1,26)	—	—
Forras	55 (3,46)	351 (22,07)	38 (2,38)	1 (0,06)
Escravas	—	12 (0,75)	150 (9,44)	—
Indeterminadas	1 (0,06)	4 (0,24)	—	2 (0,12)

OBS.: Os números entre parênteses são porcentagens.

Alguns dos casamentos a envolver libertos e escravos são muitos sugestivos e trazem subsídios ao entendimento do papel representado pelo escravismo na sociedade brasileira. Evidentemente, são casos isolados mas que, justamente por sua excepcionalidade, emprestam colorido ao quadro, por vezes esquemático, das relações pessoais e entre as camadas sociais então vigentes.

TABELA 2

Casamentos a Envolver pelo Menos um Cônjuge Escravo

ESPOSA	ESPOSO	
	Forro	Escravo
Forra	—	38 (19,0)
Escrava	12 (6,0)	150 (75,0)

OBS.: Os números entre parênteses são porcentagens.

Ocorriam, por exemplo, casamentos entre senhores e seus próprios cativos. Deste feitio foi o enlace de "Garcia Pedroso preto forro com Maria da Costa também preta sua escrava" celebrado aos 15 de novembro de 1744; dois meses depois, aos 9 de janeiro de 1745, celebrava-se a união de "Tomás de Freitas preto de nação Mina escravo da contraente, Ana de Jesus, com a dita Ana de Jesus preta forra de nação Guiné".

Aos cinco de maio de 1740 acontecia outro casamento *sui generis*: "... na minha presença se casaram por palavras de presente Brás Gonçalves negro Angola escravo de Joana Fernandes Lima com Juliana Fernandes Lima filha da dita Joana Fernandes crioula forra...".

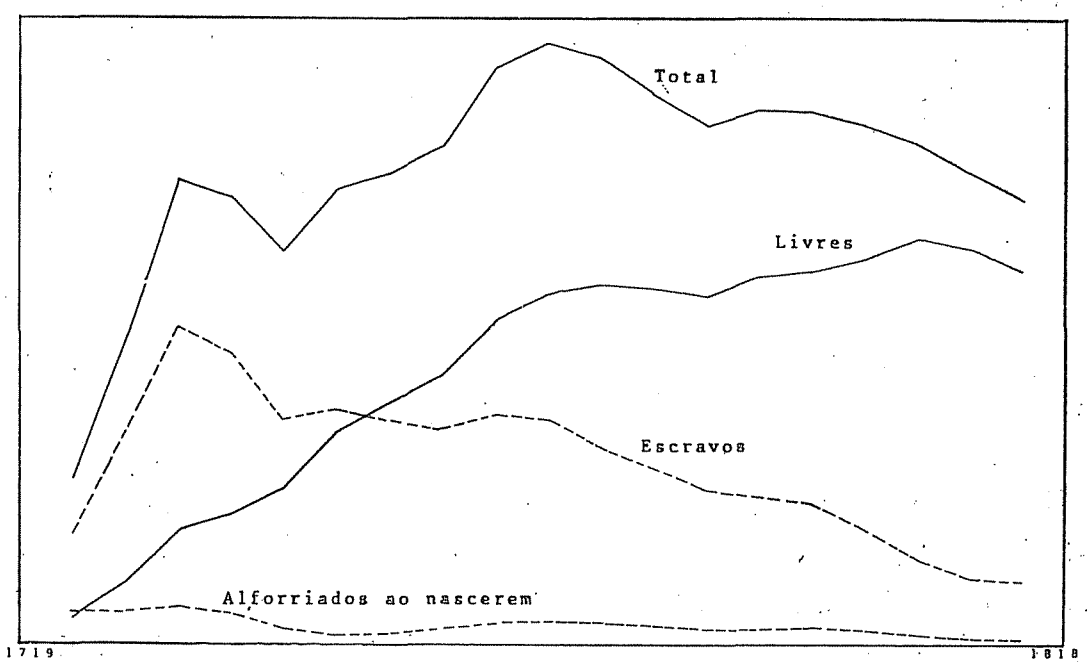
Em termos de estrato social e cor — considerados os três segmentos populacionais aludidos — verificou-se, quanto à escolha do parceiro, mais liberdade de opção para o sexo masculino, em geral, e para os homens livres, em particular. O estudo das médias mensais revelou variações sazonais devidas às posturas religiosas contrárias a casamentos durante a Quaresma e o Advento. Em relação ao local de origem dos cônjuges, nascidos e/ou batizados no Brasil, registrou-se menor mobilidade da massa feminina; quanto ao fluxo imigratório, apresentou-se predominante o elemento masculino.

Batismos: 1719-1818

Como já salientamos, o comportamento das variáveis demográficas apresentou-se distinto quando considerados os segmentos populacionais relativos a livres, forros e escravos. Assim, enquanto os batismos de livres mostraram tendência ascendente até a década 1799-1808 — verificando-se, a seguir, ligeira queda, devida, ao que parece, à emigração dos habitantes de Vila Rica —, os valores relativos aos batizados de escravos, depois de subirem rapidamente nas primeiras quatro décadas do século XVIII, tenderam a declinar gradativamente (ver Gráfico 4). Estes movimentos divergentes deveram-se a três condicionantes: à quebra no número de escravos entrados na área; à afluência de livres, notadamente nas primeiras décadas do século XVIII e, por fim, à concessão ou compra de alforria, processo este que engrossava o contingente de crianças nascidas livres.

GRÁFICO 4

Número Anual Médio, por Período de 10 Anos, de Batismos, Segundo a Condição Social



Atenhamo-nos, agora, aos expostos. Tratam-se de recém-nascidos abandonados à porta de residências particulares, igrejas ou do Senado da Câmara. O conhecimento do evoluir no tempo do número e peso relativo dos enjeitados mostra-se importante porque nos permite lançar luz sobre as condições econômicas gerais das comunidades estudadas; espera-se, nos períodos de dificuldade econômica ou empobrecimento persistente, o aumento do peso relativo dos expostos. No período em foco, verificou-se incremento continuado no número dos expostos até a década 1799-1808; tal aumento numérico assumiu caráter dramático — de 4 enjeitados batizados no decênio 1724-33 atingiu-se a cifra de 167 na década 1799-1808. Desta última ao espaço de tempo compreendido entre 1809 e 1818 observou-se ligeira queda — de 167 passou-se a 129 — decorrente, com certeza, do processo emigratório que abatia a população ouro-pretana.

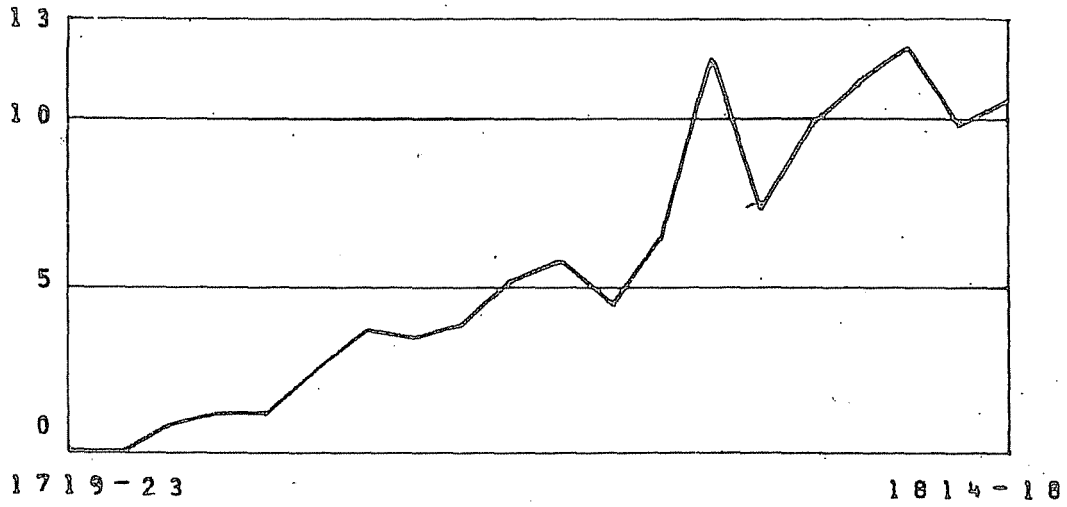
Referentemente ao peso relativo dos enjeitados sobre o total de batismos, verificou-se movimento igualmente significativo — de 0,45% na década 1724-33 chegou-se a cifras que giravam em torno de 11% no intervalo 1779-1818. Este incremento representa um dos aspectos do impacto, sobre as variáveis demográficas, da decadência da atividade mineratória (ver Gráfico 5).

Óbitos: 1719-1818

Quanto aos óbitos, ressalta, desde logo, o estreito liame entre a evolução das mortes de cativos e as quantidades extraídas de ouro. Quanto às mortes de alforriados verificou-se, até a década 1774-83, rápido movimento ascendente seguido de patamar que se estendeu até o último decênio do século XVIII, para, subseqüentemente, revelar-se tendência decrescente condicionada, sobretudo, pelo decremento observado no número de novos escravos encaminhados a Vila Rica.

GRÁFICO 5

Porcentagens de Expostos sobre o Total de Batismos

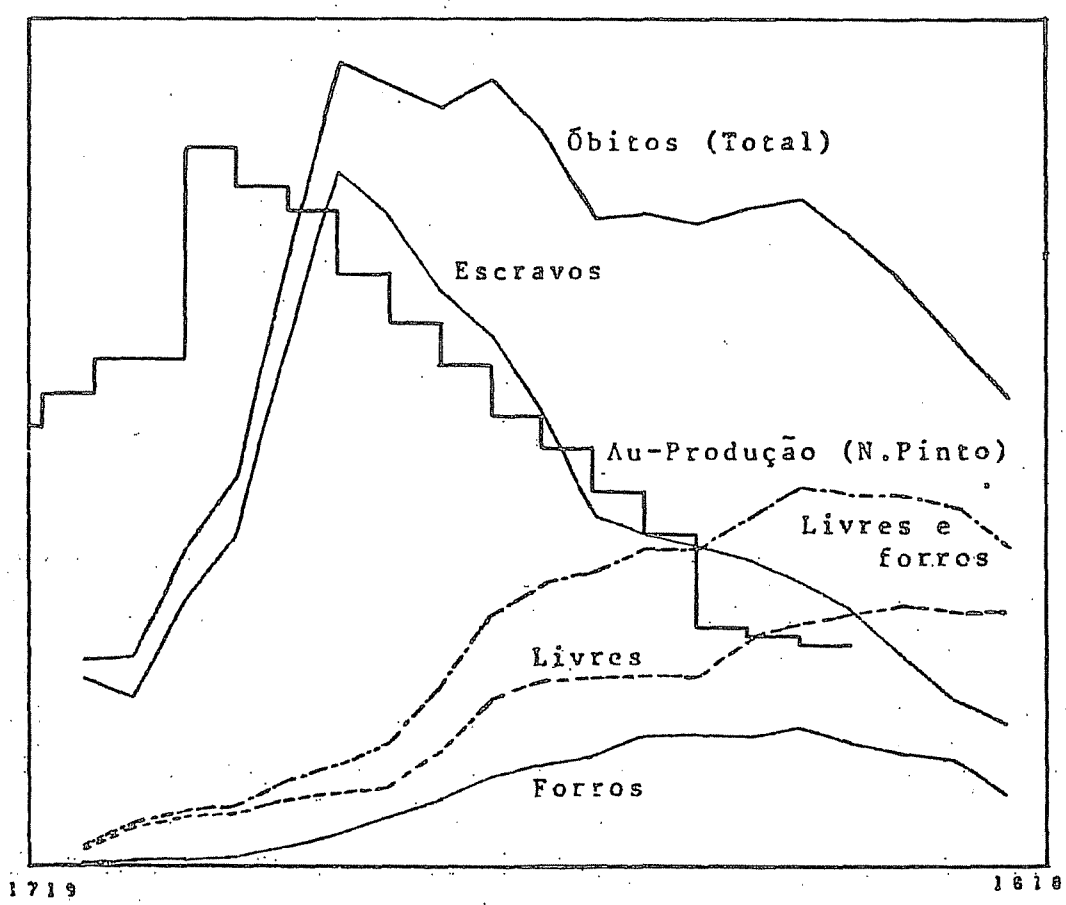


O evolver dos óbitos de livres expressa, também, os percalços da economia mineira; num primeiro momento, em função da grande concorrência de pessoas para a área mineratória no auge da atividade aurífera, observou-se rápido incremento no número de mortes de livres — de 42 óbitos ocorridos na década 1719-28 passou-se, no decênio 1764-73, para 543; acréscimo corerspondente a mais de 1.200%. A seguir observou-se um patamar que se estendeu até o período 1779-88. Deste último decênio até o início do século XIX verificou-se um acréscimo, condicionado, sobretudo, pelas gerações livres de pais forros. Por fim, apresentou-se novo patamar, decorrente, ao nosso ver, da diáspora populacional já referida (ver Gráfico 6).

Nossa última observação prende-se, ainda, ao Gráfico 6 e diz respeito à composição populacional em termos de condição social (livres e escravos). Mesmo admitida a elevada taxa de mortalidade dos cativos, não nos parece descabido afirmar que o equilíbrio entre livres (inclusive os forros) e escravos ocorreu

GRÁFICO 6

Número Anual Médio, por Período de 10 Anos, de Óbitos (Segundo a Condição Social) e Produção de Ouro



"tardiamente", vale dizer, efetivou-se depois do auge da atividade mineradora; a preponderância dos livres aparece, portanto, como característica do período de decadência da sociedade mineira. Evidentemente, tal assertiva limita-se, concretamente, à paróquia em foco. Atrevemo-nos, no entanto, considerado o grande diferencial entre óbitos de escravos e livres (inclusive alforriados) observado ao tempo do apogeu da lide mineratória, a generalizar tal afirmativa para toda a área que se voltou, precipuamente, à mineração.

Estruturas Populacionais Típicas

O estudo pormenorizado das populações de dez localidades mineiras,[1] como se apresentavam no início do século passado, sugeriu-nos a existência de quatro estruturas populacionais distintas: urbana, rural-mineradora, intermédia e rural de autoconsumo.[2]

Embora possamos identificar semelhanças genéricas essenciais entre tais estruturas populacionais, impõem-se algumas discrepâncias da mais alta relevância.

Tais dessemelhanças, a nosso juízo, referir-se-iam, em última instância, aos condicionamentos derivados de distintos substratos econômicos. Assim, o maior ou menor peso de atividades vinculadas à lida exploratória e/ou à produção agrícola, os destinos alternativos dados ao produto gerado pelo amanho da terra, o grau relativo de desenvolvimento de ocupações artesanais ou englobadas no setor de serviços, assim como o correlato nível de urbanização comporiam o rol de características definidoras dos vários embasamentos infra-estruturais nos quais enraizar-se-iam as diferentes estruturas populacionais acima aludidas.

---

1. As evidências empíricas sobre as quais funda-se este tópico provém de arrolamentos efetuados ao fim do século XVIII e início do XIX. Para Santa Luzia de Sabará tomamos a «Relação dos Confessados», de 1790; relativamente aos demais centros — Mariana, Gama, Vila Rica, Passagem de Mariana, Sertão do Abre Campo, Capela do Barreto, Furquim, Nossa Senhora dos Remédios e São Caetano — adotamos o levantamento censitário realizado em 1804.

2. Na estrutura populacional urbana enquadraram-se Vila Rica, Passagem e Mariana; a rural-mineradora englobou os distritos de Abre Campo, Gama e Capela do Barreto; em Furquim, São Caetano e Santa Luzia definiu-se a estrutura populacional intermédia; a estrutura rural de autoconsumo foi definida a partir das evidências empíricas propiciadas pelo estudo de apenas um núcleo: o distrito de Nossa Senhora dos Remédios.

Como ficará evidente adiante, algumas variáveis imediatamente relacionadas à composição populacional revelaram-se decisivas na determinação da especificidade de cada uma das distintas estruturas populacionais ora estudadas. Tais componentes básicos consubstanciaram-se nos porcentuais de livres e escravos, no peso relativo de agregados e escravos na população total, nos números médios de escravos, agregados, pessoas livres e indivíduos em geral por domicílio. Impuseram-se significativamente, ademais, as relações entre os valores acima referidos e o seu ordenamento, assim como o grau relativo de urbanização. Por outro lado, como veremos, a análise do substrato econômico das várias estruturas populacionais revelou-se igualmente essencial na caracterização definitiva das mesmas.

Estas observações introdutórias antecipam algumas das conclusões decorrentes da análise comparativa exposta a seguir, passemos pois a ela.

A estrutura populacional urbana distinguia-se das demais por apresentar, em termos gerais, grande porcentual de livres[3] e os menores valores para o número médio de escravos, agregados e pessoas livres por domicílio. Ademais, a média de escravos revelava-se maior do que a de agregados; a de livres, por seu turno, colocava-se entre os valores referentes a cativos e agregados (Cf. Tabela 3).

Quanto aos setores classicamente definidos pelos economistas, observa-se modesta participação do primário, domínio do secundário e presença marcante do setor de serviços. Como se observa na tabela 4, o secundário absorvia mais da metade das pessoas para as quais se identificou atividade econômica, o terciário englobava mais de um terço, cabendo ao primário pouco mais do que um vigésimo.

---

3. As exceções a estas colocações ver-se-ão explicadas mais adiante. Repisemos, a título de esclarecimento, que a especificidade das estruturas típicas decorre não só dos valores alcançados pelas variáveis demográfico-econômicas com as quais trabalhamos, mas, também, da *disposição e inter-relacionamento* dos mesmos.

TABELA 3

Indicadores Populacionais

Estruturas Populacionais Típicas	% de Livres	Nº Médio de Escravos por Domicílio (*)	Nº Médio de Agreg. por Domicílio (**)	Nº Médio de Pessoas Livres por Domicílio	Nº Médio de Pessoas por Domicílio	% de Escravos e Agregados na População Total
Urbana	68,31	4,0	1,9	3,4	5,0	42,12
Intermédia	50,32	7,2	2,8	3,3	6,5	56,53
Rural de Autoconsumo	73,82	3,9	4,2	4,5	6,0	33,47
Rural-Mineradora	44,16	18,2	23,6	9,1	20,7	80,28

OBS.: (*) Considerados apenas os domicílios nos quais faziam-se presentes escravos.
(**) Considerados apenas os domicílios nos quais faziam-se presentes agregados.

TABELA 4

Participação dos Setores Econômicos

ESTRUTURAS POPULACIONAIS TÍPICAS		PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
Urbana		6,4	56,4	37,2	100,0
Intermédia (*)		21,6	46,1	32,1	100,0
Rural de Autoconsumo		62,9	20,3	16,8	100,0
Rural-Mineradora (**)	CB	52,5	37,7	9,8	100,0
	GA	5,5	82,2	12,3	100,0

OBS.: CB = Capela do Barreto; GA = Gama
(*) Exclusive Santa Luzia.
(**) Exclusive Abre Campo.

A categoria rural-mineradora abrangia núcleos marcados pela agricultura voltada para a comercialização (Capela do Barreto), ou pela dominância da atividade exploratória baseada, provavelmente, na existência de lavras relativamente ricas. Neste último caso, ao que parece, os habitantes "especializavam-se" na mineração. No Abre Campo, à lida aurífera conjugava-se a agricultura de subsistência destinada à manutenção do pessoal empenhado na faina extrativa. No Gama, embora residissem alguns mineradores com avultado número de escravos, havia grande quantidade de faiscadores e desenvolvia-se a agricultura de subsistência; observava-se, portanto, a decadência da faina mineradora e o processo de diversificação de atividades produtivas do qual teria decorrido a estrutura populacional aqui denominada "intermédia".

A estrutura rural mineradora, marcada pela especialização, fundava-se no predomínio quantitativo dos cativos, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades extrativas ou agrícolas. Face às demais estruturas, a rural-mineradora caracterizava-se por apresentar a menor taxa de pessoas livres e os maiores valores médios de escravos, agregados e livres por domicílio. Note-se, ainda, a supremacia do valor médio de agregados sobre o relativo aos escravos e a inferioridade, face aos outros grupos, da cifra concernente aos livres.

Referentemente aos setores produtivos patenteava-se a inexpressividade do terciário (a girar em torno de 10%) e a preponderância absoluta do primário ou do secundário, evento este a depender do primado da agricultura ou da mineração (Cf. Tabela 4).

Os núcleos nos quais definia-se a estrutura intermédia caracterizavam-se pela notória decadência da atividade aurífera. Nela os faiscadores predominavam decisiva e claramente sobre os mineradores; ocorria ainda o desenvolvimento da agricultura de subsistência voltada para a comercialização e para o autoconsumo.

Da Tabela 3 infere-se, imediatamente, a posição intermédia do peso relativo dos livres e das médias de agregados e cativos por domicílio. O número médio de pessoas livres colocava-se pouco abaixo do vigorante na categoria urbana; já o número médio de pessoas por domicílio ocupava posição intermediária. Ademais, o valor médio referente aos escravos superava o concernente aos agregados e o relativo aos livres entremeava as referidas médias de cativos e agregados.

Os três setores econômicos viam-se expressivamente representados na categoria intermédia. O peso relativo do primário alçava-se a pouco mais de um quinto, o do secundário colocava-se próximo dos cinqüenta por cento e o do terciário pouco abaixo de um terço. Deve-se notar, com respeito às estruturas urbana e intermédia, a marcante divergência relativa observada no setor primário.

Resta-nos caracterizar a categoria rural de autoconsumo. Definimo-la, como avançado, a partir das evidências empíricas propiciadas pelo estudo do distrito de N. Sa. dos Remédios. Nele encontramos grande participação relativa do elemento livre, o menor número médio de escravos por domicílio e valores intermediários para as médias de agregados e livres por domicílio — superiores aos vigentes nas estruturas urbana

e intermédia e inferiores aos imperantes na categoria rural-mineradora. Ademais, o número médio de livres por domicílio superava o de agregados o qual, por sua vez, sobrepujava a média de escravos por unidade domiciliar. Como afirmamos, em N. Sa. dos Remédios praticava-se, dominantemente, a nosso ver, a agricultura de subsistência votada ao autoconsumo. Tal fato, além de refletir-se nas relações entre as variáveis supracitadas, assinalava-se claramente nos pesos relativos concernentes aos setores econômicos.

Destarte, ao primário correspondia 63%, ao secundário 20% e aos serviços tão-somente 17%. Entre as atividades artesanais, cabia papel dos mais significativos às fiandeiras, as quais, certamente, utilizavam o algodão cultivado nas propriedades das unidades familiares das quais as mesmas eram integrantes. Antes de passarmos adiante, cabem algumas considerações referentes às variáveis "porcentagem de escravos e agregados na população total" e "número médio de pessoas por domicílio". Como decorrência das distintas participações dos escravos na população total e da presença marcante dos agregados nos núcleos que apresentaram estrutura populacional rural-mineradora, revelou-se distribuição coerente dos pesos relativos de agregados e escravos nas estruturas populacionais aqui analisadas. Assim, a participação dos mesmos deu-se em maior escala na estrutura populacional rural-mineradora (80,3%), a menor freqüência ocorreu na estrutura rural de autoconsumo (33,5%) e os pesos referentes às demais categorias colocaram-se em faixa intermediária: 42,1% na estrutura urbana e 56,5% na intermédia, a qual, em face da urbana, exigia maior contingente de escravos.

Evento similar, derivado de fatores análogos aos enunciados acima, observou-se com respeito ao número médio de pessoas por domicílio: maiores valores para a estrutura rural-mineradora, menores na urbana e intermediários nas demais (Cf. Tabela 3).

Identificadas as variáveis mais significativas para a caracterização das peculiaridades das estruturas populacionais, passemos a considerar os elementos constitutivos das populações estudadas que não revelaram grandes discrepâncias e/ou comportamento sistemático bastante para que fossem admitidos como definidores das distintas estruturas populacionais. Tais variáveis denunciam as similitudes genéricas essenciais entre as estruturas populacionais aqui estudadas; semelhanças estas para as quais já chamamos a atenção do leitor.

O peso relativo das mulheres entre os livres superou, sistematicamente, o nível de 50%. No entanto, para as estruturas intermédia e rural de autoconsumo o diferencial entre homens e mulheres integrantes do estrato dos livres revelou-se desprezível. Já nas estruturas urbana e rural-mineradora a supremacia numérica do sexo feminino marcava-se mais claramente: representavam elas cerca de 55% dos livres. Digno de nota, a nosso ver, é o fato de verificar-se justamente na estrutura rural de autoconsumo a distribuição mais equilibrada entre os sexos (Cf. Tabela 5).

Entre os escravos, para todas as estruturas populacionais típicas, predominaram os homens. Por outro lado, as discrepâncias observadas entre as distintas estruturas, ao que tudo indica, expressam as condições econômicas características de cada uma. Assim, na urbana, a participação dos homens entre os cativos atingiu, em face das demais, o menor valor: 59%. Na rural de autoconsumo, dominada, pois, pela agricultura de subsistência, a cifra correlata alcançou 63%. Na intermédia, mais exigente em termos de mão-de-obra masculina, os homens representavam 67% dos mancípios. Já na estrutura rural-mineradora, sobretudo por causa da atividade mineratória, a participação dos cativos do sexo masculino alçou-se a 72% (Cf. Tabela 5).

O peso dos agregados entre a população livre variou de 9,9% a 55,0%. A divergência mais significativa deu-se entre a estrutura rural-mineradora (55,0%) e as demais: 9,9% na rural de autoconsumo, 13,6% na intermédia e 15,3% na urbana, Parece-nos sintomático, por outro lado, que a menor partici-

pação se tenha dado na estrutura rural de autoconsumo, justamente a que menos condições oferecia para "suportar" ou "exigir" número avultado de agregados. A existência de parcela significativa de agregados na estrutura urbana pode ser explicada pelas condições econômicas adversas defrontadas pelos núcleos urbanos no início do século XIX. A grande parcela de agregados na estrutura rural-mineradora pode ser explicada, ao que nos parece, pelo fato de existirem, nos centros estudados, umas poucas propriedades de porte relativamente grande; propriedades estas que "exigiam" e podiam "suportar" o contingente representado pela numerosa parcela de agregados (Cf. Tabela 5).

A consideração do peso relativo dos domicílios nos quais encontravam-se escravos permite-nos o estabelecimento de sugestivas ilações.

Impõe-se desde logo a observação de que a posse de escravos apresentava-se muito difundida, vale dizer, os cativos não apareciam concentrados em reduzido número de domicílios. Assim, mesmo na estrutura rural de autoconsumo, na qual o porcentual de domicílios com escravos era o mais baixo, os cativos faziam-se presentes em mais de um terço dos domicílios (exatamente em 36,1% deles). Na estrutura urbana cerca de dois quintos (39,3%) dos domicílios abrigava mancípios. A participação correlata atingia o maior valor na estrutura rural-mineradora (63,4%), a qual, como vimos, mostrava-se muito exigente em termos de mão-de-obra. Na estrutura intermédia, a participação dos domicílios com escravos atingia, igualmente, expressivos valor: 44,1%. Vê-se, ainda, que os pesos relativos dos domicílios com escravos mostravam coerência em face das atividades econômicas características de cada estrutura populacional típica (Cf. Tabela 5).

Os pesos relativos das famílias independentes (*) nas várias estruturas populacionais aqui estudadas permitem poucas inferências. Deve-se notar, por um lado, a pequena

* Entendemos por família independente aquela cujo cabeça do casal não era agregado ou escravo.

TABELA 5

Indicadores Populacionais

	% de Mulheres Entre os Livres	% de Homens Entre os Escravos	% dos Agregados na Popul. Livre	% dos Domicílios com Escravos	Nº Médio de Filhos com 20 ou Menos Anos a Viver com os Pais	% de Famílias «Independ.» Sobre Total de Famílias	% de Filhos Legítimos Entre os
Urbana	55,43	59,33	15,28	39,33	1,80	85,5	49,2
Intermédia	51,97	67,11	13,62	44,10	1,81	87,26	59,2
Rural de Autoconsumo	50,63	62,85	9,87	36,10	2,86	81,8	81,2
Rural-Mineradora..	55,35	72,09	55,35	63,41	1,67	36,92	53,7

discrepância observada entre as estruturas urbana (85,5%), intermédia (87,3%) e rural de autoconsumo (81,8%). Por outro, dada a larga presença do elemento agregado, marca-se o baixo porcentual referente à estrutura rural-mineradora (36,9%).

Com respeito ao número médio de filhos com vinte ou menos anos a viver com os pais, nota-se vincada divergência entre a estrutura rural de autoconsumo (2,86) e as demais, para as quais a cifra correlata não apresentou grandes discrepâncias: 1,80 para a urbana, 1,81 referentemente à inter- e 1,67 concernente à rural-mineradora.

Para os livres, os porcentuais de filhos legítimos (menores de 14 anos a residir com os pais) apresentaram larga discrepância. A distinção mais evidente marcou-se entre a estrutura populacional de autoconsumo e as demais; conforme se pode observar na tabela 18, o porcentual mais elevado (81,2%) verificou-se naquela estrutura, enquanto nas demais os pesos relativos correlatos colocaram-se entre 50% e 60%. Parece-nos sintomático que, justamente na estrutura populacional mais "equilibrada", se tenham observado a maior porcentagem de filhos legítimos e o maior valor médio de filhos (com 20 ou menos anos) a viver com os pais.

Quanto às pirâmides de idades e à distribuição segundo grandes faixas etárias — tanto para a população total, como para os segmentos referentes e livres e escravos —, observou-se discrepância marcante entre a estrutura rural de autoconsumo e as demais. Nela patenteou-se a existência de uma população relativamente mais "jovem" em face das demais estruturas (Cf. Tabela 6). Tal evento decorreu, aparentemente, das próprias raízes formativas de N. Sa. dos Remédios e/ou do fato de que os "choques" demográficos derivados da decadência exploratória já houvessem sido, à época, absorvidos pela comunidade; assim, em 1804, seu perfil populacional revelava-se mais "harmonioso".

TABELA 6

Distribuição da População Segundo Grandes Faixas Etárias

	LIVRES			ESCRAVOS			TOTAL		
	0-14	15-64	65 e +	0-14	15-64	65 e +	0-14	15-64	65 e +
Urbana	325	616	59	220	744	36	291	657	52
Intermédia	322	613	65 *	191	752	57 **	293	643	64 *
Rural de Autoconsumo	421	554	25	311	660	39	394	580	26
Rural-Mineradora ***	303	561	136	212	720	68	252	650	98

OBS.: Para cada estrutura típica e conjunto de faixas etárias, os valores somam 1.000 no sentido horizontal.

* Apenas Furquim.

** Furquim e São Caetano.

*** Capela do Barreto e Abre Campo.

Eis arroladas as principais características das estruturas populacionais que identificamos com base no estudo pormenorizado da população de dez localidades mineiras. Evidentemente, este estudo tem um caráter preliminar, no entanto, ao nosso ver, conseguimos estabelecer as linhas gerais que definem a especificidade das aludidas estruturas. Acreditamos ademais, havermos indicado os elementos infra-estruturais concernentes às mesmas.

Cabe lembrar ainda que nossa análise referiu-se a um momento específico do tempo. Assim, afastamos considerações relativas à dinâmica das várias estruturas aqui definidas. Embora convidativas, assertivas com tal caráter parecem-nos metodologicamente desaconselháveis em face do fato de trabalharmos com dados censitários referentes a distintas localidades e relativos, em sua maioria esmagadora, a 1804. Não devemos descartar, no entanto, a possibilidade de que a estrutura rural de autoconsumo se tenha generalizado, em Minas Gerais, como decorrência da própria superação da atividade extrativa.

Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais

Aspecto de grande interesse refere-se à estrutura da posse de escravos, principal fator de produção utilizado na lide extrativa e, provavelmente, um dos componentes de maior importância no estoque de riqueza individual em Minas. Estudamos, ademais, alguns traços definidores da massa dos proprietários de escravos, tais como o sexo e atividade. Em relação ao conjunto dos cativos, nosso interesse concentra-se no sexo e idade.

A análise contempla vários momentos da história mineira. Tomamos, em primeiro lugar, o ano de 1718, caracterizado pela consolidação da atividade aurífera e implantação dos primeiros núcleos urbanos nas Gerais. Para tanto, consideramos dezoito diferentes localidades, distribuídas pelas três comarcas então existentes. A seguir, preocupamo-nos com o mesmo tema, tendo por base cinco áreas distintas em nove diferentes anos, dentro do período que vai de 1718 a 1804. Por fim, voltamos nossa atenção especificamente para 1804, apreciando, agora, um conjunto de dez núcleos mineiros.

As fontes primárias de que nos servimos são constituídas por trinta manuscritos, dos quais vinte e um representados por documentos utilizados com finalidade tributária de arrecadação dos quintos e nove referentes a censos populacionais realizados nas Gerais em 1804. Consideramos, ademais, uma fonte impressa também correspondente a um censo populacional de 1804. Os manuscritos, que pertencem ao conhecido Arquivo da Casa dos Contos, foram obtidos no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional.

Estrutura de Posse (1718)

Com referência a 1718, contamos com informações pertinentes a dezoito diferentes localidades, distribuídas pelas três comarcas então existentes. Pretendemos evidenciar a relativa homogeneidade dos vários centros estudados; embora espacialmente distanciados, tais núcleos derivavam de raízes formativas

existentes numa matriz sócio-econômica comum; o estágio de expansão no qual se encontrava a mineração nas Gerais reforçava, a nosso ver, o caráter homogêneo que parecia existir na área em tela.

Nos respectivos códices, contamos 2120 proprietários e 14665 escravos. Como núcleo urbano mais representativo, quantitativamente, revelou-se a Vila do Carmo com seus distritos e freguesias, que somaram 1148 senhores e 9838 cativos; também merece realce Vila Rica, com 687 proprietários e 4328 escravos. A Vila de São João D'El Rey compareceu com 236 proprietários e a do Pitangui com 49.

A atividade extrativa, pela forma como se organizava, privilegiava a mão-de-obra enquanto fator de produção. Ademais, como a distribuição das datas minerais dava-se em função do número de escravos possuídos, via-se estimulada a alocação maciça dos recursos na aquisição de cativos.

Ao confrontarmos os números referentes às localidades em pauta, verifica-se, de imediato, a significativa representatividade dos indivíduos com reduzido número de escravos. De modo geral, cerca de 60% dos proprietários possuía massa escrava composta por cinco ou menos pessoas; destacam-se Bahependy-Ajuruoca, com 77,38%, e Congonhas do Campo, com 71,96%. No extremo oposto, encontramos São Sebastião e Itatiaia com 41,44 e 46,58%, respectivamente (Cf. Tabela 7). Por outro lado, a participação na massa escrava como um todo situava-se em torno de 22%, embora apresentasse significativas variações por localidade: do mínimo de 9,32%, em São Sebastião, ao máximo de 50,28%, em Bahependy-Ajuruoca (Cf. Tabela 8).

Quanto aos detentores de massa escrava composta de 6 a 10 elementos, seu peso relativo situava-se em torno de 21%, entre os proprietários, e 23%, entre os cativos. Com referência à participação entre os senhores, os limites — inferior e superior — eram dados, respectivamente, por Vila do Pitangui (30,62%) e Congonhas do Campo (72,27%).

TABELA 7

Proprietários: Distribuição Quanto aos Escravos Possuídos (1718)
(Participação no Total de Proprietários)

LOCALIDADE	NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS				
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais
COMARCA DE VILA RICA					
Vila Rica					
— Distritos de Vila Rica	63,96	20,06	11,90	2,38	1,70
— Itatiaia	46,58	27,58	15,51	10,33	—
— Congonhas do Campo..	71,96	12,27	12,27	3,50	—
— Ouro Branco	69,84	13,20	11,31	5,65	—
— São Bartholomeu	68,01	18,22	8,00	4,44	1,33
TOTAL	64,93	18,92	10,92	4,07	1,16
Vila do Carmo					
— Distritos da Vila do Carmo	64,31	18,74	11,60	3,57	1,78
— São Sebastião	41,44	18,02	21,62	15,32	3,60
— Guarapiranga	55,33	19,50	21,39	3,15	0,63
— Inficionado	55,00	29,00	12,00	2,50	1,50
— Sumidouro	61,25	25,00	10,00	3,75	—
— N. Senhora [...]	60,25	21,69	11,25	6,43	0,40
— Brumado	53,98	30,16	11,11	3,96	0,79
— N. Sra. dos Remédios	51,35	22,52	17,12	6,31	2,70
TOTAL	55,75	23,26	14,28	5,40	1,31
COMARCA DO RIO DAS MORTES					
Vila de São João D'El Rey					
— Distritos de São João D'El Rey	60,00	18,00	14,00	6,00	2,00
— Bahenpendy - Ajuruoca	77,38	15,55	6,67	—	—
— Itaverava	66,98	18,35	11,01	2,75	0,91
— Localidade não Identificada	65,63	21,87	12,50	—	—
TOTAL	67,39	18,22	11,01	2,54	0,84
COMARCA DO RIO DAS VELHAS					
Vila de Pitanguy	57,14	30,62	8,16	4,08	
TOTAL GERAL	60,05	21,46	12,69	4,62	1,18

TABELA 8

Proprietários: Distribuição Quanto aos Escravos Possuídos (1718)
(Participação no Total de Escravos)

LOCALIDADE	NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS				
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais
COMARCA DE VILA RICA					
Vila Rica					
— Distritos de Vila Rica	26,44	23,94	26,38	10,13	13,11
— Itatiaia	15,36	25,45	28,88	30,31	—
— Congonhas do Campo...	30,87	16,78	34,90	17,45	—
— Ouro Branco	31,32	16,30	26,19	26,19	—
— São Bartholomeu	25,96	23,32	18,31	22,31	10,10
TOTAL	25,68	22,88	24,67	17,97	8,80
Vila do Carmo					
— Distritos da Vila do Carmo	26,58	22,12	23,30	15,31	12,69
— São Sebastião	9,20	10,70	25,18	34,79	20,01
— Guarapiranga	19,98	20,87	43,80	10,89	4,46
— Inficionado	20,20	31,52	24,93	8,81	12,54
— Sumidouro	23,96	30,85	28,29	16,90	—
— N. Senhora [...]	22,20	24,30	24,13	25,07	4,30
— Brumado	23,24	32,80	23,82	15,19	4,95
— N. Sra. dos Remédios	15,76	19,31	29,23	18,27	17,43
TOTAL	15,76	23,36	27,66	19,09	10,13
COMARCA DO RIO DAS MORTES					
Vila de São João D'El Rey					
— Distritos de São João D'El Rey	17,78	18,66	28,28	22,45	12,83
— Bahependy - Ajuruoca	50,28	29,62	20,10	—	—
— Itaverava	28,92	24,84	26,89	12,58	6,77
— Localidade não Identificada	34,65	29,05	36,30	—	—
— TOTAL	29,84	24,50	27,54	11,66	6,46
COMARCA DE RIO DAS VELHAS					
— Vila de Pitanguy	28,34	37,33	19,00	15,33	—
— TOTAL GERAL	22,61	23,61	26,59	18,00	9,19

Se considerarmos o segmento seguinte, ou seja, aquele constituído por indivíduos que se anotaram com escravaria entre 11 e 20 pessoas, verifica-se que seu peso correspondia a cerca de 12% entre os que possuíam escravos; sua participação na massa escrava alcançava 26%.

Ao tomarmos os senhores mais ricos, indivíduos que compareceram com mais de vinte escravos, evidencia-se que sua participação, entre os proprietários, era de pequena monta (em torno de 6%), embora a eles coubesse cerca de 27% da massa cativa arrolada. São Sebastião representou a freguesia de maior importância no segmento em apreço: entre os senhores perfaziam 18,92% e seus escravos representavam 54,80% da escravaria existente no núcleo. Por outro lado, em Bahependy-Ajuruoca, nenhum proprietário enquadrou-se no segmento correspondente aos elementos com mais de vinte escravos.

O uso de alguns indicadores estatísticos permite-nos complementar a análise em pauta. Assim, a média de escravos por proprietário manteve-se em torno de sete, destacando-se São Sebastião (12,38) e N.S. Remédios (8,63); as menores médias ocorreram em Bahependy-Ajuruoca (4,20) e Congonhas do Campo (5,23). A moda predominante situou-se em um, havendo também várias localidades com o valor dois, sendo estes os únicos resultados encontrados. Quanto à mediana, os números predominantes situaram-se entre 3 e 5; São Sebastião, com 7, e Congonhas do Campo, com 2, corresponderam às únicas exceções (Cf. Tabela 9).

Vejamos o Índice de Gini. Seus resultados para as localidades em apreço compreenderam valores entre 0,450 e 0,550. Os distritos de São João D'El Rey (0,567) e São Bartholomeu (0,559) foram os núcleos que apresentaram os maiores índices de concentração; os menores couberam a BahependyAjuruoca (0,392) e Vila do Pitangui (0,403).

Pelas evidências apresentadas, quanto à estrutura da posse de escravos, revela-se a significativa representatividade dos elementos com reduzido número de escravos, em Minas Gerais, na época em questão. Raros os proprietários com avultada escravaria; assim, por exemplo, dentre todos os

TABELA 9

Estrutura da Posse de Escravos — Indicadores Estatísticos - 1718

LACALIDADE	Índice de Gini	Média	Moda	Mediana
COMARCA DE VILA RICA				
Vila Rica				
— Distritos de Vila Rica	0,499	6,28	2	4
— Itatiaia	0,456	8,53	2	6
— Congonhas do Campo	0,534	5,23	1	2
— Ouro Branco	0,501	5,91	2	3
— São Bartholomeu	0,559	6,12	1	3
TOTAL	0,521	6,30	2	4
Vila do Carmo				
— Distritos da Vila do Carmo....	0,518	6,80	1	5
— São Sebastião	0,538	12,38	2	7
— Guarapiranga	0,481	7,05	1	5
— Inficionado	0,477	6,98	2	5
— Sumidouro	0,504	6,36	1	4
— N. Senhora [...]	0,522	6,82	1	4
— Brumado	0,445	6,90	2	5
— N. Sra. dos Remédios	0,528	8,63	1	5
TOTAL	0,511	7,57	1	5
COMARCA DO RIO DAS MORTES				
Vila de São João D'El Rey				
— Distritos de São João D'El Rey	0,567	6,86	1	3
— Bahependy - Ajuruoca	0,392	4,20	2	3
— Itaverava	0,508	5,83	1	4
— Localidade não Identificada ...	0,433	5,59	1	5
TOTAL	0,505	5,71	1	4
COMARCA DO RIO DAS VELHAS				
— Vila de Pitanguy	0,403	6,12	2	5
TOTAL GERAL	0,515	6,92	1	4

senhores computados neste trabalho — 2120 — apenas dezenove detinham mais de quarenta escravos (possuíam 9% da escravaria); acima de sessenta anotaram-se quatro indivíduos, sendo que o maior proprietário compareceu com 77 cativos.

De modo geral, não se evidenciaram grandes disparidades entre as quatro vilas em estudo. Se tomarmos o Índice de Gini, para as localidades agregadas a nível de vila, exceto Pitangui (0,403), as demais apresentaram resultados muito próximos: Vila Rica (0,521), Vila do Carmo (0,511) e Vila de São João D'El Rey (0,505). Quanto à média, encontramos um máximo de 7,57 na Vila do Carmo; 6,30, em Vila Rica; 6,12, em Pitangui, e 5,71 em São João D'El Rey. A mediana variou entre 4 e 5 nas quatro áreas em foco.

Pelos números apresentados, embora com parâmetros relativamente semelhantes às demais, São João D'El Rey parece corresponder à vila mais pobre, pois suas localidades apresentaram o menor número de escravos por proprietário e nelas revelou-se o maior peso relativo dos indivíduos com escravaria igual ou inferior a cinco elementos, ademais, em duas de suas localidades, não encontramos qualquer indivíduo com escravaria superior a vinte elementos.

Como complemento desta análise, vejamos algumas qualificações dos proprietários. Infelizmente, apenas no documento pertinente aos Distritos da Vila do Carmo anotaram-se tais informações. Na localidade em apreço, trinta e oito indivíduos compareceram com atividades extrativas — trinta e seis mineiros e dois faiscadores — e sua escravaria somava 328 elementos. Note-se a significativa diferença entre a média de escravos dos mineiros e dos faiscadores: para os primeiros tal indicador alçou-se a 8,92; para os últimos, alcançou apenas 3,50 (Cf. Tabela 10).

TABELA 10

Proprietários: Por segmento sócio-econômico e escravos possuídos
Distritos da Vila do Carmo — 1718

Segmento Sócio-Econômico	Proprietários		Escravos Possuídos		Média de Escravos por Proprietário
	Nº	%	Nº	%	
Atividade Extrativa ..	38	33,93	328	42,94	8,63
— Mineiro	36	32,14	321	42,02	8,92
— Faicador	3	1,79	7	0,92	3,50
Agricultura	30	26,79	126	16,49	4,20
Artesanato	3	2,68	15	1,96	5,00
Comércio	8	7,14	50	6,54	6,25
Serviços					
Patentes, Funcionários e Militares	3	2,68	70	9,16	23,33
Eclesiásticos					
Outros *	2	1,79	3	0,39	1,50
Não Identificados	28	24,99	172	22,52	6,14
TOTAL	112	100,00	764	100,00	6,80
FORROS	4	3,57	18	2,36	4,50

* Inclui um capitão do mato e um indivíduo que vive de sua agência.

Os agricultores compareceram em número de trinta (26,79% dos senhores) e possuíam escravaria composta de 126 pessoas, o que representa 16,49% dos cativos; a média por proprietário alçançava 4,20. Ademais, arrolaram-se três indivíduos dedicados ao artesanato (15 escravos); oito vinculados ao comércio (50 escravos); três pessoas classificadas na categoria de patentes, funcionários e militares (70 escravos), um capitão-do-mato e um indivíduo que declarou viver de sua agência. Deve-se realçar a elevada média de escravos por senhor referente ao segmento constituído por patentes, fun-

cionários e militares (23,33), enquanto a média do núcleo alcançava 6,80. Ainda como informação referente aos proprietários, evidencia-se o comparecimento de quatro forros que, em conjunto, possuíam dezoito cativos (média de 4,50).

Por fim, quanto à análise dos proprietários, vejamos o sexo. Coube predomínio marcante aos elementos do sexo masculino, com porcentuais acima de 95%. Da totalidade dos senhores com os quais estamos a trabalhar (2.120), apenas 39 pertenciam ao sexo feminino — a maioria constituída por viúvas ou forras.

Estrutura de Posse (1718 a 1804)

Para o estabelecimento de uma visão ampla da sociedade mineira, tomamos para estudo cinco diferentes localidades, em fases distintas do evolver da atividade extrativa. Estudamos a Vila de Pitangui, nos anos de 1718 a 1723, em fase de consolidação da lide extrativa; analisamos o Serro do Frio, em 1738, momento próximo ao apogeu da mineração, quando a mesma encontrava-se definitivamente assentada; a terceira localidade correspondeu a Congonhas do Sabará, em duas épocas distintas: em 1771, quando se evidenciavam os primeiros sinais de esgotamento das minas e, no ano de 1790, quando a decadência se mostrava mais evidente e irreversível. Por fim, consideramos Vila Rica e o Distrito de São Caetano, ambos em 1804, quando a economia mineira se encontrava em franco recesso, com o empobrecimento da população estabelecida nas Gerais e o esvaziamento dos núcleos urbanos ali existentes.

Salta à vista, de imediato, a elevada porcentagem de senhores com reduzido número de cativos. Em todas as localidades estudadas, a maior freqüência coube aos proprietários com um e dois escravos, cujo peso relativo, na maioria delas, ultrapassava os quarenta por cento, com as maiores marcas no Serro do Frio, em 1738, com 56,0%, e Vila Rica, em 1804, com 54,9%. Pitangui, em 1718 e 1723, constituía o núcleo de menor participação relativa do segmento em apreço, com valores de 28,5 e 33,3%, respectivamente (Cf. Tabela 11).

TABELA 11

Proprietários: Distribuição Quanto aos Escravos Possuídos

NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS						
	Pitangui		Serro do Frio	Congonhas do Sabará		São Caetano	Vila Rica
	1718	1723	1738	1771	1790	1804	1804
1	4,1	16,3	37,6	26,8	33,1	19,2	35,3
2	24,4	17,0	18,4	17,4	19,4	21,2	19,6
3	4,1	15,6	10,1	14,0	9,7	18,3	12,6
4	14,3	9,6	7,8	5,5	9,7	4,8	9,6
5	10,2	11,1	4,5	7,2	3,2	6,7	5,2
1 a 5	57,1	69,6	78,4	70,9	75,1	70,2	82,3
6 a 10	30,6	15,6	12,0	12,8	16,1	15,4	12,2
11 a 20	8,2	8,9	5,9	12,8	6,4	8,7	4,4
21 a 40	4,1	4,4	2,8	2,6	2,4	2,9	0,8
41 e mais ..	—	1,5	0,9	0,9	—	2,8	0,3

Note-se, ademais, a absoluta preponderância do conjunto de senhores com cinco ou menos cativos; sua participação — exceto em Pitangui, em 1718 (57,1%) — superou os 70%. Em relação aos escravos possuídos, estes proprietários detinham uma proporção a variar entre o mínimo de 26,3% e o máximo de 47,1%, ambos no ano de 1804, o primeiro em São Caetano e o último em Vila Rica.

O peso dos proprietários com uma quantidade entre seis e vinte escravos situou-se, no que se refere aos senhores, entre 16,6% (1804) e 38,8% (1718) e, quanto aos cativos, entre 37,4% (1804) e 56,4% (1718) — Cf. Tabela 12.

TABELA 12

Proprietários: Distribuição Quanto aos Escravos Possuídos

NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE ESCRAVOS						
	Pitangui		Serro do Frio	Congonhas do Sabará		São Caetano	Vila Rica
	1718	1723	1738	1771	1790	1804	1804
1	0,7	2,5	8,3	4,8	7,4	3,0	9,4
2	8,0	5,3	8,1	6,2	8,6	6,6	10,5
3	2,0	7,3	6,7	7,6	6,5	8,5	10,0
4	9,3	6,0	6,9	4,0	8,6	3,0	10,3
5	8,3	8,6	4,9	6,5	3,6	5,2	6,9
1 a 5	28,3	29,7	34,9	29,1	34,7	26,3	47,1
6 a 10	37,4	18,5	20,2	17,3	26,1	18,7	24,1
11 a 20	19,0	21,3	17,9	32,3	22,0	18,7	16,0
21 a 40	15,3	20,7	16,9	13,3	17,2	15,2	5,9
41 e mais ...	—	9,8	10,1	8,0	—	21,1	6,9

Os senhores de grande cabedal — proprietários de escravaria superior a quarenta cativos — compareceram em reduzido número em todos os anos considerados; mesmo sua participação na massa escrava não se revelou de grande monta. Exceto em São Caetano (1804), nas demais localidades seu peso entre os proprietários alcançou um máximo de 1,5% e entre os escravos possuídos não ultrapassou a marca dos 10,1%.

Os resultados obtidos em alguns indicadores estatísticos permitem-nos uma análise adicional dos dados em foco. A média de escravos por proprietário colocou-se entre o máximo de 6,5 — em São Caetano — e o mínimo de 3,7 — em Vila Rica —, ambas correspondentes ao ano de 1804. Em Pitangui, tal resultado alcançou números acima de seis para os dois anos considerados; no Serro, a média situou-se em 4,6 e, em

Congonhas do Sabará, 5,6 e 4,5, respectivamente, nos anos de 1771 e 1790. Quanto à moda, em todos os núcleos em apreço, os valores encontrados foram um ou dois; a mediana variou de um máximo de cinco, em 1718, a um mínimo de dois em três diferentes localidades (Cf. Tabela 13).

TABELA 13

Indicadores Estatísticos

Localidade	Ano	Índice de Gini	Média	Moda	Mediana
Pitangui	1718	0,403	6,1	2	5
	1723	0,532	6,4	2	4
Serro do Frio	1738	0,573	4,6	1	2
Congonhas do Sabará ...	1771	0,549	5,6	1	3
	1790	0,537	4,5	1	2
São Caetano	1804	0,573	6,5	2	3
Vila Rica	1804	0,502	3,7	1	2

De modo geral, os resultados referentes à estrutura de posse de cativos aqui apresentados, demonstram uma sociedade na qual predominavam, incontestavelmente, os pequenos proprietários; indivíduos possuidores de escravaria de um, dois ou, no máximo, cinco escravos. Raros os proprietários de grande escravaria; assim, por exemplo, dentre todos os senhores computados neste trabalho, que compreendem cerca de 3.400, apenas vinte e seis possuíam mais de quarenta cativos; acima de sessenta anotaram-se seis pessoas e com massa superior a cem, encontramos, tão-somente, um proprietário (com 126 cativos). Portanto, a nosso ver, em Minas, as grandes lavras devem ter constituído a exceção e não a regra quanto à organização da estrutura produtiva.

De modo geral, não se obtiveram evidências de mudanças ao longo do tempo na estrutura de posse de cativos, a acompanhar as várias fases da economia mineira. Mesmo se

tomarmos os dados do Serro do Frio e de Vila Rica — dos centros aqui estudados, os de maior densidade populacional — correspondentes a dois momentos radicalmente distintos da atividade extrativa, 1738 e 1804, não encontraremos diferenças marcantes na estrutura de posse de cativos.

Como complemento à análise realizada, vejamos os resultados obtidos pelo cálculo do Índice de Gini. Exceto para 1718, em Pitangui, este indicador estatístico pouco variou, com valores compreendidos entre 0,502 e 0,573. Tais cifras, que podem ser consideradas baixas, confirmam as observações anteriormente feitas, pois revelam uma distribuição de escravos relativamente proporcionada.

Outro aspecto a ser contemplado refere-se à distribuição dos proprietários de escravos segundo o sexo. Nos vários anos e locais analisados, ocorreu franco predomínio masculino. Entretanto, ao longo do século dezoito e início do dezenove, nota-se uma gradativa tendência ao equilíbrio. De uma primeira fase, ainda de consolidação da atividade e na qual o espírito de aventura levava à preponderância masculina nos centros mineratórios, vê-se que, lenta mas persistentemente, as mulheres ampliaram sua participação no segmento dos proprietários de escravos. Destarte, no período 1718-23, na Vila de Pitangui, o peso relativo dos homens alcançou marca superior a noventa por cento, a atestar ampla maioria masculina. Em 1738, no Serro do Frio, esse porcentual reduziu-se significativamente, mas, ainda se manteve elevado (83,6%). Na Freguesia de Congonhas do Sabará, verificou-se aumentó na importância relativa das mulheres: 22,6%, em 1771, e 30,6% em 1790. Por fim, em Vila Rica e no Distrito de São Caetano (1804), o sexo feminino correspondeu a 37,3 e 28,9%, respectivamente.

Tais números podem ser confirmados pela razão de masculinidade dos proprietários, que se reduziu, sistematicamente, de valores superiores a 1100 em Pitangui (1718-23), para 168,4 e 246,7, respectivamente, em Vila Rica e São Caetano, em 1804 (Cf. Tabela 14).

TABELA 14

Proprietários de Escravos: Distribuição Segundo o Sexo

LOCAL	Ano	PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS					
		Homens		Mulheres		Total	Razão de Maculinidade
		Número	%	Número	%		
Vila de Pitangui..	1718	48	98,0	1	2,0	49	4800,0
	1719	61	98,4	1	1,6	62	6100,0
	1720	58	93,5	4	6,5	62	1450,0
	1722	114	91,9	10	8,1	124	1140,0
	1723	127	94,1	8	5,9	135	1587,5
Serra do Frio ...	1738	1458	83,60	286	16,40	1744	509,8
Freguesia de Congonhas do Sabará	1771	182	77,4	53	22,6	235	343,3
	1790	86	69,4	38	30,6	124	226,3
Distr. São Caetano	1804	74	71,1	30	28,9	104	246,7
Vila Rica	1804	475	62,7	282	37,3	757	168,4

Estrutura da Posse de Escravos (1804)

Pretendemos neste item estudar a estrutura sócio-econômica de Minas Gerais, em 1804, momento de franco declínio e desagregação da atividade aurífera. Nesse sentido, o trabalho deverá compreender as características principais da população escrava e dos respectivos senhores, bem como considerar a estrutura de posse da mão-de-obra escrava.

As áreas analisadas, que se haviam estabelecido pelos efeitos da lide extrativa, encontravam-se em estado de profunda decadência — a perdurar por algumas décadas — que se iniciara com o gradativo esgotamento das ocorrências de ouro.

O trabalho deverá abranger dez diferentes localidades das Gerais; apesar de derivadas de uma mesma raiz formativa, cada uma delas, à medida que se consolidava como núcleo populacional, adquiria características próprias, a nosso ver, reafirmadas quando o empobrecimento se abateu sobre a região; cada área adaptou-se às suas próprias peculiaridades e potencialidades econômicas. Assim, pretendemos estudar determinados elementos, tanto homogêneos como desiguais, porventura encontrados na estrutura sócio-econômica de tais núcleos, distribuídos espacialmente pelas Gerais.

A documentação da qual nos servimos como fonte primária, constitui-se de censos populacionais efetuados em diferentes partes da colônia no ano contemplado neste trabalho, 1804.

As dez áreas em apreço somavam uma população total de 28.046 pessoas, das quais 11.589 na condição escrava e 16.457 como homens livres. As localidades mais representativas, quantitativamente, correspondiam a Santa Luzia, com um total de 12.212 elementos (6574 livres e 5638 cativos) e Vila Rica, em cujo censo contaram-se 8923 habitantes (6084 livres e 2839 escravos). No extremo oposto, situava-se Abre Campo, com trinta pessoas livres e cinqüenta e oito escravos.

Em termos relativos quanto à representatividade dos escravos na população total, verifica-se significativa dessemelhança entre os vários núcleos. A área compreendida por Mariana, Passagem e Vila Rica, eminentemente urbana, revelou participação escrava francamente minoritária, constituindo menos da terça parte da população. Por outro lado, em Capela do Barreto, Abre Campo e Gama, a maioria dos habitantes compunha-se de elementos reduzidos à condição escrava, destacando-se Abre Campo, núcleo localizado na Zona da Mata e predominantemente agro-extrativo, com 65,91% (Cf. Tabela 15).

TABELA 15

População: Livres e Escrava: Relações (1804)

LOCALIDADES	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
	Número	%	Número	%	
Mariana	701	72,72	263	27,28	964
Passagem	736	63,78	418	36,22	1.154
Vila Rica	6.084	68,18	2.839	31,82	8.923
Furquim	1.269	55,37	1.023	44,63	2.292
São Caetano	—	—	681	—	681
Santa Luzia	6.574	53,83	5.638	46,17	12.212
N. S. Remédios	719	73,82	255	26,18	974
Capela do Barreto	170	46,96	192	53,04	362
Abre Campo	30	34,09	58	65,91	88
Gama	174	43,94	222	56,06	396
TOTAL	16.457	—	11.589	—	28.046

Isso posto, efetuemos a partição dos proprietários segundo o sexo. Vê-se que a presença feminina no total dos proprietários de escravos variava, nos núcleos aludidos, entre o mínimo de 12,86% (N.S. dos Remédios) e o máximo de 42,11%, em Mariana. Nas áreas nitidamente urbanas, Mariana, Passagem e Vila Rica, o peso relativo dos elementos do sexo feminino alcançava 42,11, 33,33 e 37,30%, respectivamente. Com referência à razão de masculinidade, seus valores situavam-se entre 128,12, em Mariana, e 677,77, em N.S. dos Remédios (Cf. Tabela 16).

TABELA 16

Proprietários: Distribuição Segundo o Sexo (1804)

LOCALIDADE	HOMENS		MULHERES		TOTAL	RAZÃO DE MASCULINIDADE
	Nº	%	Nº	%		
Mariana	41	53,95	32	42,11	76	128,12
Passagem	64	66,67	32	33,33	96	200,00
Vila Rica	475	62,70	282	37,30	757	168,44
Furquim	99	69,72	41	29,29	142	241,46
São Caetano	74	71,15	30	28,85	104	246,67
Santa Luzia	663	70,83	241	25,75	936	275,10
N. S. Remédios ..	61	87,14	9	12,86	70	677,77
Capela do Barreto	11	61,11	7	38,89	18	157,14
Abre Campo	5	88,83	1	16,17	6	500,00
Gama	13	65,00	6	35,00	20	216,67

Vejamos a estrutura de posse de escravos. Evidencia-se a significativa participação do pequeno proprietário; assim, os senhores com cinco ou menos escravos representaram mais de 70% dos proprietários em sete dos dez núcleos estudados, destacando-se nesse sentido N.S. dos Remédios (84,28%), Mariana (84,21%), Vila Rica (82,30% e Passagem (80,22%). No extremo oposto, colocaram-se Gama, Abre Campo e Capela do Barreto, os dois primeiros com 50,00% e o último com 66,66%. Tomando-se os indivíduos que compareceram com escravaria entre seis e dez cativos, resulta um porcentual variável entre 11,28% (Furquim) e 20,00% (Gama).

Ao considerarmos os indivíduos que se anotaram com mais de dez escravos, observa-se a caracterização de dois grupos de localidades com relativa distinção: no primeiro, composto por Capela do Barreto, Abre Campo e Gama, tal segmento de senhores apresentava-se significativo (acima de 30,00%), enquanto no segundo grupo, composto pelos demais núcleos, tal porcentual não ultrapassava a marca dos 15,00%, sendo que em Mariana, Passagem e Vila Rica essa participação situava-se abaixo dos 7,50% (Cf. Tabela 17).

TABELA 17

Proprietários: Distribuição Quanto aos Escravos Possuídos (1804)

(Participação no Total de Proprietários)

LOCALIDADES	NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS				
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais
Mariana	84,21	13,16	—	2,63	—
Passagem	80,22	12,50	3,12	3,12	1,04
Vila Rica	82,30	12,20	4,40	0,80	0,30
Furquim	72,53	11,28	6,34	7,03	2,82
São Caetano	70,19	15,38	8,65	2,88	2,88
Santa Luzia	75,42	12,71	6,20	3,10	2,57
N. S. dos Remédios..	84,28	12,86	—	2,86	—
Capela do Barreto ..	66,66	—	22,22	5,56	—
Abre Campo	50,00	16,66	16,66	16,66	—
Gama	50,00	20,00	20,00	5,00	5,00

Ao verificarmos o peso de tais segmentos no conjunto dos escravos anotados, observa-se que os senhores de menores posses — assim considerados aqueles com até dez escravos — continuavam com participação marcante, particularmente nas áreas mais urbanizadas como Vila Rica (71,25%), Mariana (77,95%) e Passagem (71,29%). Novamente, no extremo oposto, comparecem as regiões de agricultura e mineração: Capela do Barreto (19,27%), Gama (22,52%) e Abre Campo (25,86%). Nestes três núcleos, evidencia-se um peso mais expressivo dos médios e grandes senhores; assim, se considerarmos os indivíduos anotados com mais de vinte escravos, sua participação alcançaria cerca de 50,00%, porcentual também verificado em São Caetano (54,64%). Em contraposição, os cativos possuídos por tal segmento de senhores representavam tão-somente 12,80% da massa escrava anotada em Vila Rica e 22,05% da recenseada em Mariana (Cf. Tabela 18).

TABELA 18

Proprietários: Distribuição Quanto aos Escravos Possuídos (1804)
(Participação no Total de Escravos)

LOCALIDADES	NÚMERO DE ESCRAVOS POSSUÍDOS				
	1 a 5	6 a 10	11 a 20	21 a 40	41 e mais
Mariana	50,19	27,76	—	22,05	—
Passagem	39,00	23,68	8,61	18,42	10,29
Vila Rica	47,10	24,10	16,00	5,90	6,90
Furquim	22,68	11,05	11,63	28,54	26,10
São Caetano	26,31	18,68	18,69	14,80	21,52
Santa Luzia	26,97	15,80	14,46	14,72	28,05
N. S. dos Remédios ..	51,37	23,92	—	24,71	—
Capela do Barreto	19,27	—	33,33	19,27	28,13
Abre Campo	10,34	15,52	20,69	53,45	—
Gama	8,56	13,96	23,87	16,22	37,39

Os resultados acima apresentados podem ser melhor entendidos por meio de alguns indicadores estatísticos. A média de escravos por proprietário confirma os números discutidos, ao mostrar-se relativamente baixa em Mariana (3,461), Passagem (4,354), Vila Rica (3,750) e N. S. dos Remédios (3,643) e significativamente mais elevada em Capela do Barreto (10,667), Abre Campo (9,667) e Gama (11,100). O mesmo tipo de evidência salta à vista quando computamos a média de escravos por domicílio. Naquelas quatro primeiras localidades, resultam valores entre 3,92 e 4,70, enquanto nas três últimas observaram-se médias de 32,00, 19,33 e 13,06, respectivamente.

Além da média de escravos por domicílio, vejamos a porcentagem de domicílios nos quais compareceram cativos. Destacam-se Capela do Barreto, Abre Campo e Gama, os dois primeiros com 100% e o último com 53,12%. As menores marcas revelaram-se em Mariana (28,70%), Passagem (37,71%), N.S. dos Remédios (40,77%) e Vila Rica (40,90%).

Ainda com relação aos indicadores estatísticos, vejamos o índice de Gini, que nos permite analisar o grau de concentração da posse de escravos. Gama (0,64324) aparece como a localidade na qual se manifesta o maior grau de concentração, seguida de Santa Luzia (0,62892) e Capela do Barreto (0,58912). Os menores índices resultaram em N.S. dos Remédios (0,49473), Mariana (0,49625) e Vila Rica (0,502) — Cf. Tabelas 19 e 20).

TABELA 19

Estrutura de Posse de Escravos: Indicadores Estatísticos (1804)

Localidades	Índice de Gini	Média	Moda	Mediana	Média de Escravos por Domicílio
Mariana	0,49625	3,461	1,00	2,056	4,11
Passagem	0,55388	4,354	1,00	2,150	4,70
Vila Rica	0,502	3,750	1,00	2,000	3,96
Furquim	0,6492	7,204	1,00	2,750	7,10
São Caetano	0,573	6,480	2,00	3,000	—
Santa Luzia	0,62892	6,022	1,00	2,508	7,22
N. S. dos Remédios	0,49473	3,643	1,00	2,233	3,92
Capela do Barreto	0,58912	10,667	4,00	4,300	32,00
Abre Campo	—	9,667	—	3,500	19,33
Gama	0,64324	11,100	1,00	5,500	13,06

TABELA 20

Escravos e Domicílios (1804)

Localidades	Número de Escravos	Nº de Domicílios		% Domicílios com Escravos	Média de Escravos por Domicílio
		Total	c/ Escravos		
Mariana	263	223	64	28,70	4,11
Vila Rica	2.839	1.753	717	40,90	3,96
Furquim	1.023	318	144	45,28	7,10
São Caetano	681	—	—	—	—
Santa Luzia	5.638	1.757	781	44,45	7,22
N. S. Remédios	255	161	65	40,37	3,96
Capela do Barreto	192	6	6	100,00	32,00
Abre Campo	58	3	3	100,00	19,33
Gama	222	32	17	53,12	13,06

Resultado interessante a ser observado refere-se à relação entre o sexo do proprietário e o sexo correspondente a seus escravos. Apesar de o contingente masculino de cativos mostrar-se majoritário em todas as localidades, sua distribuição efetuava-se desigualmente entre os proprietários do sexo masculino e feminino. Os primeiros possuíam proporcionalmente mais homens, acima da média de cada núcleo, enquanto as proprietárias anotaram-se com uma composição de cativos com elevada proporção de mulheres, sendo que em quatro dos oito núcleos para os quais temos tais dados o contingente de escravas mostrava-se majoritário na escravaria possuída pelas mulheres. O caso extremo deu-se em Passagem de Mariana, na qual os proprietários compareceram com uma proporção de escravas da ordem de 37,88%, enquanto entre as proprietárias tal porcentual alcançava 62,12% (Cf. Tabela 21).

TABELA 21

Proprietários: Em Relação ao Sexo dos Escravos Possuídos (1804)

Localidades	Proprietários Homens Escravos		Proprietários Mulheres Escravos	
	% H	% M	% H	% M
Mariana	71,21	25,13	37,88	62,12
Passagem	71,00	29,00	51,69	48,31
Vila Rica	—	—	—	—
Furquim	69,15	30,61	57,97	42,03
São Caetano	68,82	31,18	60,23	39,77
Santa Luzia	—	—	—	—
N. S. Remédios ..	63,83	35,32	45,00	55,00
Capela Barreto ...	60,13	39,87	44,12	55,88
Abre Campo	78,57	21,43	50,00	50,00
Gama	88,28	11,73	73,97	26,03

O último tópico a ser tratado contempla a relação entre proprietários e suas atividades econômicas. Verifica-se, de imediato, que as informações disponíveis mostraram-se extremamente pobres, pois o grau de indeterminação revela-se excessivamente alto. Mesmo assim, tentemos extrair algumas evidências. Observa-se, de modo geral, um significativo número de indivíduos dedicados à mineração, agricultura e, em algumas localidades como Vila Rica, Furquim, Passagem etc., expressiva participação de elementos ligados ao artesanato, ao comércio e aos serviços em geral. Em Vila Rica, por exemplo, mais de duzentos proprietários anotaram-se nestas últimas categorias.

Por fim, vejamos a média de escravos por atividade. Sob tal enfoque, destacam-se aqueles que se anotaram, simultaneamente, na agricultura e mineração, e que apresentaram média a variar de 15,60 (Passagem) a 51,00 (São Caetano). De modo geral, as médias dos elementos dedicados alternativamente à agricultura ou à mineração mostravam-se elevadas, comparativamente às demais, a evidenciar seu relativo peso dentre as atividades econômicas das Gerais, no início do século XIX. Com valores mais modestos, comparecia o artesanato, 1 a 4 escravos em média; o comércio e os serviços, com a mesma variação no valor médio, e o jornal de escravos que mostrou resultados médios mais altos distribuídos entre os valores 2,00 e 9,00. Quanto aos eclesiásticos, tomando-se Vila Rica como exemplo, na qual anotaram-se 31 elementos nesta categoria, computou-se a média de 4,90 (Cf. Tabela 22).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Como avançado, nesta comunicação apresentamos, tão-somente, uma visão parcial de nossos estudos; remetemos o leitor interessado em conhecê-los pormenorizadamente às publicações abaixo relacionadas.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M. & PELÁEZ, C. M. *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976. p. 115-27.

TABELA 22

Proprietários: Em Relação às Atividades Econômicas (1804)

LOCALIDADES	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS								MÉDIA DE ESCRAVOS								Média Geral
	Mineração	Agric.	Agric. e Miner.	Artes.	Com. e Serv.	Ecles.	Jornal Escravos	Outros e Indet.	Mineração	Agric.	Agric. e Miner.	Artes.	Com. e Serv.	Ecles.	Jornal Escravos	Outros e Indet.	
Mariana	5	1	—	9	14	3	1	43	9,00	6,00	—	2,11	3,79	5,67	9,00	2,65	3,45
Passagem	25	6	5	11	18	2	4	25	6,32	4,33	15,60	2,00	2,94	1,00	5,2g	2,32	4,35
Vila Rica	33	11	—	125	79	31	3	475	8,82	13,00	—	3,04	2,86	4,90	4,33	3,47	3,75
Furquim	6	56	7	20	13	3	6	29	5,50	7,73	32,86	2,65	2,31	8,67	4,33	6,10	7,20
São Caetano	32	29	1	12	9	7	1	14	6,97	9,60	51,00	3,00	3,67	2,70	2,00	2,71	6,48
Santa Luzia	—	—	—	—	3	—	—	933	—	—	—	—	2,0	—	—	6,04	6,02
N. S. Remédios...	1	46	—	8	7	1	—	7	2,0	4,28	—	1,37	3,86	1,00	—	2,43	3,64
Capela do Barreto	—	13	2	3	—	—	—	—	—	8,31	36,00	4.00	—	—	—	—	10,67
Abre Campo	—	—	3	—	—	—	—	3	—	—	17,33	—	—	—	—	2	9,67
Gama	9	4	—	1	3	—	—	3	17,11	13,25	—	1.00	1,00	—	—	3,67	11,10

COSTA, Iraci del Nero da. Os registros paroquiais como fonte complementar da história econômica e social. In: ANAIS do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. *A propriedade rural.* São Paulo, FFLCH-USP, 1976, v. III, p. 1019-22.

COSTA, Iraci del Nero da. Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). *Revista de História.* São Paulo, FFLCH-USP, (107):241-62, 1976.

COSTA, Iraci del Nero da. A estrutura familial e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.* São Paulo, IEB-USP, (19):17-34, 1977.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: casamentos (1727-1826). *Revista de História.* São Paulo, FFLCH-USP, (111):195-208, 1977.

COSTA, Iraci del Nero da. História e demografia. *Revista de História.* São Paulo, FFLCH-USP, (109):195-203, 1977.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica: 1804). *Revista Estudos Econômicos.* São Paulo, IPE-USP, 8(3):41-68, set./dez. 1978.

COSTA, Iraci del Nero da. *As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica.* São Paulo, FEA-USP, 1978, 27 p. (Série História Econômica, 2).

COSTA, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: o arquivo esquecido. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 13 ago. 1978. Suplemento Cultural, p. 13-4.

COSTA, Iraci del Nero da. *Sobre a ocupação e povoamento das Gerais.* São Paulo, FEA-USP, 1979, 48 p., mimeo.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais. In: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo, USP, 1979, p. 79-97, t. XXIX.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento sudanês nas Minas Gerais. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 2 mar. 1980, Suplemento Cultural, p. 6-7.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos, *Ciência e Cultura.* São Paulo, SBPC, 32(7):836-41, jul. 1980.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Devasas nas Minas Gerais: do crime à punição. *Boletim do Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB).* (3):3-7, jul. 1980.

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX.* São Paulo, IPE-USP, 1981, 335 p. (Ensaios Econômicos, 7).

COSTA, Iraci del Nero da. Algumas características dos proprietários de escravos de Vila Rica. *Revista Estudos Econômicos.* São Paulo, IPE-USP, *11*(3):151-57, set./dez. 1981.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Estrutura da massa escrava de algumas localidades mineiras (1804), *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, IEB-USP, (23): 137-42, 1981.

COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). *África.* São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, (4):105-9, 1981.

COSTA, Iraci del Nero da. Ocupação, povoamento e dinâmica populacional. In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982, Estudos Econômicos — FIPE/Pioneira), p. 1-30.

COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XIX. In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982 (Estudos Econômicos — FIPE/Pioneira), p. 57-77.

COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. A vida quotidiana em julgamento: devassas em Minas Gerais. In: COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira, 1982, (Estudos Econômicos — FIPE/ Pioneira), p. 79-85.

COSTA, Iraci del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato. In: BARRETO, A. E. M. *et alii. História Econômica: Ensaios*. São Paulo, IPE/USP, 1983, (Relatórios de Pesquisa, 13), p. 43-58.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, A. E. M. *et alii. História Econômica: Ensaios*. São Paulo, IPE/USP, 1983. (Relatórios de Pesquisa, 13), p. 25-42.

Os Limites da Industrialização Colonial: a Industrialização em Minas Gerais no Século XVIII

João Antônio de Paula

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. A NÃO-INDUSTRIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII. 2.1 Questões Técnicas e Econômicas. 2.2 Questões Subjetivas (Ideológicas). 2.3 Questões Políticas. 3. RECOLOCANDO A QUESTÃO. 4. INDUSTRIALIZAÇÃO COLONIAL. 4.1 Industrialização e Escravismo. 5. A INDUSTRIALIZAÇÃO: POSSÍVEL? 6. ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE INDUSTRIALIZAÇÃO. 7. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. *Introdução*

A historiografia sobre Minas Gerais é escassa e pobre. As importantes contribuições de um Francisco Iglésias, por por exemplo, só fazem reforçar esse juízo, posto que notável exceção.

Pouco se sabe, se pesquisou sobre o passado mineiro, não só sobre o passado certamente. Recentemente esta tendência tem sido invertida, pelo surgimento de trabalhos como os de John Wirth, Clélio Campolina Diniz, Roberto Borges Martins, João Heraldo Lima, Amilcar Viana Martins Filho entre outros. De qualquer forma muito há por ser feito.

Um dos principais, senão principal, problema sempre levantado como entrave à realização da historiografia sobre Minas Gerais é o referente à ausência de informação, de dados, à pobreza das fontes documentais existentes, etc. A pesquisa em arquivos, o trabalho com documentos não impres-

sos, com o material histórico em "estado bruto", entretanto, nos tem revelado, bem como a outros pesquisadores, que a "ausência de dados" é um dos mitos da historiografia sobre Minas Gerais.

Os dados existem, em geral em bom estado de conservação, com confiabilidade e sistematicidade, por certo, problemáticas mas nem por isso intratáveis.

Falta-nos hoje, talvez, um inventário sistemático dessas fontes, que as organize, solicialize-as.

Nesse ensaio, entretanto, não nos propomos utilizar tais fontes primárias. A preocupação aqui é centralmente conceitual. Trata-se de buscar definir os limites teóricos da problemática da industrialização em Minas Gerais. Ou seja, discutir o sentido da industrialização, numa determinada região, Minas Gerais, numa época determinada, Século XVIII, considerada a situação jurídico-econômica peculiar daquela região naquele momento, seu estatuto colonial.

O tema geral da pesquisa que realizamos não é o Século XVIII em Minas Gerais, o objeto da pesquisa é a problemática da industrialização em Minas Gerais (1850-1930). Então, porque discutir o Século XVIII?

Em primeiro lugar porque toda a referência sobre a industrialização mineira, sobre a história mineira, tem no Século XVIII seu capítulo central. Como uma constante, aparece a idéia de Minas Gerais perdendo oportunidade de se industrializar, incapaz de dar "resposta industrial" à crise da mineração de ouro. Como se o "processus" vivido pela então capitania, no Século XVIII, constituísse marca, destino irremovível, o atraso e a decadência.

Em segundo lugar porque o pano de fundo quase consensual da colocação dessa historiografia é a assunção de um conceito de "industrialização" que, se aceito, determina uma série de desdobramentos analíticos, toda numa visão histórica problemática.

Fundamentalmente, nosso intento é examinar o estatuto da questão da industrialização tal como a historiografia sobre

Minas Gerais tem desenvolvido, e, alternativamente, buscar recolocar aquela questão. Nesse sentido nossa discussão se situa num plano essencialmente teórico-conceitual-historiográfico.

Acredito, também, que tal esforço teórico é indispensável. A sua plena realização, coisa que não ouso ter realizado, é passo importante na compreensão da história de Minas Gerais.

A referência ao glorioso passado cultural das Minas dos Matos Gerais costuma ser intróito a uma desolada constatação — o vazio que se abriu, a prostração e a miséria que vieram ocupar o que antes era luz e riqueza.

O brilho de uma notável explosão de criatividade e esperança sendo substituído pelo cinzento de decadência asfixiante e imensa.

Muito da historiografia sobre Minas se fez tomando como incontestável o quadro de decadência e involução que teria se seguido à decadência da atividade mineratória do ouro no Século XVIII.

Hoje, juízos que relativizam esse recorrente-quase-consenso-historiográfico sobre a economia mineira no Século XIX começam a ser postos.

John Wirth, em seu *Minas Gerais na Federação Brasileira: 1889-1937. O Fiel da Balança,* Roberto Borges Martins em sua tese de doutoramento *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais-Brasil,* por exemplo, são tentativas de recolocar a questão da economia mineira no Século XIX, em que, em vez da tradicional visão de decadência, economia prostrada, submersa na letargia da produção para o auto-consumo, buscam mostrar a dinâmica, *lenta* segundo Wirth, *silenciosa* segundo Martins, de uma economia que não se estagnou durante o Século XIX.

Há uma generalização histórica e geográfica do quadro de decadência que a mineração do ouro em Minas Gerais teria provocado na economia da região, então capitania. Tal generalização parece reduzir a economia mineira a um único

produto, ouro, deduzindo, absolutamente, todo o movimento do conjunto da economia da capitania da dinâmica da atividade mineratória do ouro.

Essa visão da historiografia tradicional sobre Minas é extensão do mesmo viés que é como é vista a economia colonial brasileira. Uma sucessão de produtos, uma história dos produtos, açúcar, ouro, café, nascimento, auge e declínio de produtos que parecem esgotar toda economia de cada uma das *épocas* (ciclos) que constituíriam a nossa história econômica.[1]

Essa matriz historiográfica consagrada no clássico de João Lúcio Azevedo *Épocas de Portugal Econômico* é um até agora insubstituído "pano de fundo" da história econômica brasileira, apesar das fundamentais contribuições de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Fernando Novais, para citar alguns nomes.

A absolutização do quadro de crise e decadência para toda a economia mineira no Século XIX é equívoco que se constata quando lembramos a permanência de significativos níveis de produção diamantífera, a segunda e expressiva (porque comandada por padrões técnicos mais avançados e pelo grande capital) etapa mineratória de ouro, de que é índice a mineração do Morro Velho, a produção de têxteis e laticínios, nos volumes consideráveis como o comprovam os números das exportações mineiras no Século XIX levantados pelo professor Roberto Borges Martins.[2]

De qualquer forma, tal dinamismo interno à região mineira no Século XIX não foi suficiente para detonar processo de expansão econômica que efetivamente significasse mudar a qualidade da economia mineira, colocando-a no plano mais alto das economias industrializadas, ou seja, especificamente capitalistas. Não sem nostalgia e ressentimento, encontramos, por vezes, visões do glorioso passado mineiro, como oportunidade

1. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial.* 2ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 16-18.

2. MARTINS, Roberto B. *A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX,* Belo Horizonte, 1980.

perdida, momento histórico privilegiado desperdiçado, de que perdeu-se naquele momento a chance de industrializar Minas, o Brasil, de tornar o país potência pioneira, de primeira grandeza. Depois dessa amarga reflexão o acabrunhamento e o cultivo de um certo orgulho altaneiro pelo passado de glórias e a desconfiança contra novas possíveis espoliações, características da "mineirice".[3]

A constatação desse fato, o atraso mineiro em se industrializar, apesar da pujança econômica da região no Século XVIII, tem desafiado a historiografia econômica brasileira, que sobre isso tem se esmerado em divergir, em confundir-se, incapaz de construir visão coerente e convincente sobre aquele processo.

Nesse ensaio buscaremos, em primeiro lugar, fixar as principais linhas de interpretação correntes em nossa historiografia sobre a problemática da não-industrialização em Minas Gerais. Em seguida questionar estas interpretações, cotejá-las uma frente às outras, discutir o conceito de industrialização que manipulam. O segundo passo desse ensaio será a discussão das determinações reais da industrialização em Minas Gerais no Século XVIII (itens 3 e 4). Finalmente esboçaremos uma tentativa de marco teórico da problemática da industrialização (item 5).

2. *A Não-Industrialização em Minas Gerais no Século XVIII*

A historiografia econômica sobre Minas Gerais costuma identificar três ordens de questões na explicação da não-industrialização em Minas Gerais no Século XVIII. À primeira delas chamaremos *Questões Técnicas e Econômicas,* à segunda, *Questões subjetivas* (ideológicas), à terceira, *Questões Políticas e Institucionais.*

---

3. COUTO, Élcio Costa. «Minas e sua Característica Econômica: *Antecedentes Históricos*» *in: Ensaios Sobre Desenvolvimento Regional,* BDMG, Belo Horizonte, 1965, p. 42.

A listagem de questões e dos autores que defendem tais questões como fatores impeditivos da industrialização em Minas Gerais no Século XVIII não pretende ser exaustiva. Também é preciso salientar que alguns autores estabelecerão mais de uma razão para a não-industrialização; nesse caso eles aparecerão em cada uma das questões que levantaram. O que também esclarece que as razões apontadas aqui não são mutuamente excludentes, havendo em alguns autores a superposição de várias razões.

2.1 *Questões Técnicas e Econômicas*

Estas dividem-se em três argumentos:

1) estreiteza do mercado da capitania;
2) falta de conhecimento técnico pelos portugueses;
3) incipiência do desenvolvimento técnico-científico em geral.

Destacando a primeira dessas razões está o economista Élcio Costa Couto em trabalho publicado pelo BDMG em 1965.

"O setor industrial manufatureiro era praticamente nulo, seja pela ausência de investimentos no setor, *seja pelo estreitamento do mercado* ou por impedimentos legais derivados da Metrópole". (Grifos meus J.A.P.).

Num sentido oposto, negando explicitamente o argumento de Élcio Costa Couto encontra-se Antônio Barros de Castro, em seu artigo "A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro".

Invoca Castro além do mercado da região mineratória o mercado do Rio de Janeiro como amplos o suficiente para incentivar a industrialização.[4]

---

4. CASTRO, Antônio Barros de. «Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro» in: *7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira,* V, II, Rio de Janeiro-São Paulo, Forense, 1971, p. 43.

A insuficiência do mercado é fator explicitamente negado por todos os autores que trataram do tema. Parece ser a presença de mercado amplo e "insatisfatório", talvez, o mais enfatizado dos argumentos dos que afirmam a existência de condições pró-industrialização, sendo solitária a voz de Élcio Costa Couto, em afirmar a estreiteza do mercado mineiro.

Entretanto, apesar da explícita divergência entre os dois argumentos, unifica-os a mesma visão, o mesmo suposto, que ter como característica o estabelecimento de condições abstratas da industrialização. Uma dessas condições é a existência ou não de um *mercado,* que no caso é confundido com o número de pessoas existentes em um determinado espaço geográfico.

Enxergar a questão por esse lado é utilizar um conceito que identifica *mercado* a uma dimensão aritmética, número de pessoas existentes, desconsiderando que o fundamental na definição de mercado é, na verdade, o volume de *excedentes* em condições de ser intercambiado.[5]

O segundo dos pontos listados, entretanto, é quase consensual entre os estudiosos da questão. Celso Furtado, Antônio Barros de Castro, Francisco Iglésias, Caio Prado Jr., são enfáticos em apontar a falta de tradição técnica dos portugueses como importante (quando não essencial no caso de Furtado) razão da não-industrialização da capitania.

Nesse sentido vejamos como Furtado, Iglésias e Caio Prado Jr. se colocam:

Furtado — (...) "Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira. Contudo, o desenvolvimento endógeno — isto é com base no seu próprio mercado — da região mineira foi praticamente nulo (...). A causa principal possi-

5. TAVARES, Maria da C. e SERRA, José — «Além da Estagnação» in: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.* 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

velmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em sua escala ponderável".[6]

Iglésias — "O pequeno vulto do que se fez ao longo dos trezentos anos tem explicações diversas: o pacto colonial; o rudimentarismo dos trabalhos, mesmo no ocidente europeu, até o último terço do Século XVIII; *a falta de tradição portuguesa no aproveitamento racional de matérias-prima*".[7] (Grifos meus J.A.P.).

Caio Prado Jr. — "Não resta a menor dúvida que a ignorância dos colonos portugueses sempre constitui um óbice muito sério oposto ao desenvolvimento de suas atividades econômicas; na mineração como nas outras também".[8]

Por outro lado, se cotejarmos tal argumento com os invocados por Antônio Sérgio, importante historiador português, em seu famoso artigo *As Duas Políticas Nacionais,* de 1925, e por João Lúcio Azeredo em seu *Épocas de Portugal Econômico,*[9] veremos que a descoberta precoce dos metais preciosos e posteriormente a derrota da política *"industrialista"* do Conde da Ericeira em Portugal, e a desativação das manufaturas do reino decorrente, provocaram uma emigração maciça destes artesãos para as colônias, em particular para o Brasil. Ou seja, havia na região mineira, com certeza, gente tecnicamente preparada, com o conhecimento técnico disponível à época, que de forma alguma é sofisticado e complexo.

Diz Antônio Sérgio, comentando o notável livro de Duarte Ribeiro de Macedo, de *1675, Discurso sobre a Introdução das*

---

6. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 10ª edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1970, p. 79.

7. IGLÉSIAS, Francisco. *Artesanato, Manufatura e Indústria (Nota Conceitual e Tentativa de Aplicação no Brasil),* separata do III Simpósio dos Professores Universitários de História (França) São Paulo, 1967, p. 115.

8. PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil, 15ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 61.

9. AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal Econômico,* 3ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973.

Artes Neste Reino, "Por causa da expansão ultramarina, diz ele (Duarte Ribeiro de Macedo), passamos a precisar de mais objetos do que poderíamos fabricar: e estabeleceu-se desta forma uma corrente de importações, que foi matando, passo a passo, as indústrias nacionais. Pelas próprias palavras de Macedo, "foi insensivelmente faltando o gasto a todos os gêneros que se fabricam na Espanha, e por conseqüência perdendo-se os artífices, porque não podiam fabricar o que não se gastava; *e todos passaram às Índias a buscar outro modo de vida".*[10] (Grifos meus J.A.P.).

Ou seja, havia na colônia, por ocasião do auge da atividade mineratória de ouro, 1ª metade do Século XVIII, gente com conhecimento técnico, o disponível à época, em condições de desenvolver manufaturas caso se colocasse tal alternativa produtiva.

A importância do texto de Antônio Sérgio é que, entre outros méritos, ele invoca testemunho importante, Duarte Ribeiro de Macedo, importante teórico mercantilista português, que escrevendo em 1675, aponta a decadência, a morte das *"Artes"* nacionais a emigração dos "artistas", artesãos empregados nestes ofícios, para as Índias Ocidentais, para o Brasil.

No mesmo sentido é a colocação de João Lúcio Azevedo, sobre as implicações da derrota da política "industrialista" do Conde da Ericeira sobre a manufatura do Reino, sua desativação, ao mesmo tempo que consolida a vitória dos vinhanteiros, dos exportadores de vinho, que mais tarde completarão sua vitória com o Tratado de Methuen de 1703.

O fato é que, no final do Século XVIII, havia uma enorme massa de artesãos desempregados, fruto da hegemonia da política mercantilista "vinhateira". Paralelo a esse processo descobre-se ouro na região mineira, e há então intenso fluxo migratório da metrópole rumo ao novo Eldorado mineiro.

---

10. SÉRGIO, Antônio. *As Duas Políticas Nacionais,* mimeo. FACE/UFMG, 1966, p. 21.

Portanto é problemático, como fazem muitos historiadores, afirmar a ausência de competência técnica por parte dos colonos portugueses. Estes possuíam o conhecimento técnico comum à época. Naquele quadro histórico, fins do Século XVIII, não havia descompassos tecnológicos relevantes entre os grandes "países" da época: Itália, França, Países Baixos, Inglaterra, Portugal. Totos detentores de uma tecnologia semelhante e submetidos, também, à mesma hegemonia produtiva das corporações de ofício.

A fundamental defasagem tecnológica, que hierarquizará países, se verificará com a Revolução Industrial Britânica do Século XVIII.

O último daqueles argumentos listados diz respeito à incipiência do conhecimento técnico e científico em geral existente à época. Este ponto é particularmente defendido por Iglésias.[11]

Em perspectiva que relativiza esta afirmação encontra-se Hobsbawn, em seus trabalhos sobre a gênese da *Revolução Industrial* onde diz que a base técnica, o conhecimento científico requeridos para a eclosão da R.I. encontravam-se já à disposição desde o final do Século XVII (1690), início do Século XVIII (1700), ou seja, que a Revolução Industrial não exigiu uma particular e complexa base técnico-científica.

Diz Hobsbawn — "De um ponto de vista tecnológico (como observou Mantoux há muito tempo) a revolução industrial britânica não foi particularmente avançada ou científica, e é muito fácil demonstrar que a tecnologia e a ciência necessárias para levá-la a cabo estavam disponíveis na década de 1690-1700 ou se encontravam ao alcance, sem maiores esforços, da tecnologia desse período".[12]

---

11. IGLÉSIAS, Francisco. *Op. cit.*, p. 115.

12. HOBSBAWN, Eric J. «Los origenes de la Revolución Industrial Británica» in *En torno a los origenes de la Revolución Industrial,* trad. esp., 2ª edição, Buenos Aires, Siglo XXI, 1972, p. 94.

Este argumento de Hobsbawn sublinha um traço essencial do processo da R.I. Trata-se do reconhecimento que aquele processo não exigiu formidáveis avanços técnicos, pelo menos em sua primeira fase (1760-1830), e que a defasagem entre o desenvolvimento da base técnica necessária e a eclosão da R.I. foi de cerca de 100 anos.

Este é um aspecto central da questão. Explicar o porque do atraso é pensar a R.I. não apenas como um processo de transformação tecnológica.

A R.I., tal como se deu, foi o resultado de uma série de transformações econômico-sociais, a mais importante das quais pelo capital mercantil, da pequena produção manufatureira, independente tanto do capital mercantil, quanto da estrutura corporativa. Sobre esse ponto ver a interessantíssima discussão de Marx em *O Capital*,[13] a respeito da via revolucionária para a Revolução Industrial.

2.2 *Questões Subjetivas (Ideológicas)*

Defendendo essa linha de argumentação encontra-se Élcio Costa Couto, que no trabalho citado fala da ausência de empresários empreendedores, de empresários "schumpeterianos" como uma das razões da não-industrialização em Minas Gerais. Diz ele — "Houvesse uma mentalidade empresarial esclarecida e/ou condições legais, e poderia ter sido procedida à uma transferência setorial de capitais, criando-se um setor industrial capaz de absorver os excedentes de capital, mão-de-obra, liberados do setor minerador decadente".[14]

Este argumento parece radicar numa mitologia ainda corrente sobre a psicologia social dos mineiros que entende-os como pouco propensos ao risco empresarial, mentalidade típica da desconfiança do "dinheiro escondido no colchão", que é como um vasto folclore pretende caracterizar os mineiros.

---

13. MARX, Karl. *O Capital,* livro III, trad. port. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 385.

14. COUTO, Élcio Costa. *Op. cit.,* p. 42-43.

Sem desconsiderar, por certo, as possíveis influências que a psicologia coletiva de um povo pode ter na explicação dos processos econômicos, acreditamos ser esse um terreno movediço pelas próprias dificuldades técnico-metodológicas que se interpõem na construção dessa psicologia social. Além do que há um suposto no argumento da ausência da mentalidade empresarial dos mineiros, de que havia condições para o livre desenvolvimento dessa mentalidade, o que certamente não era tão pacífico se considerarmos as constantes proibições metropolitanas.

2.3 *Questões Políticas*

Essas dividem-se de novo, em três pontos:

1) restrições legais da coroa portuguesa;
2) estrutura geral do sistema colonial;
3) concepção mercantilista hegemônica em Portugal.

As restrições legais são uma das razões mais apontadas para explicar a não-industrialização em Minas Gerais no Século XVIII: o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibiu as manufaturas de tecidos, a supressão do ofício de ourives nas capitanias do norte e nas subordinadas do Rio, a destruição dos canaviais e engenhos em Minas, e outros diplomas legais igualmente restritivos. Há uma forte tendência entre muitos historiadores em ver, nestas restrições legais, o ponto central para a não-industrialização em Minas Gerais.

Assim vemos explícitos e enfáticos em destacar este aspecto: Élcio Costa Couto,[15] Lemos Brito,[16] Antônio Barros de Castro,[17] Caio Prado Jr.,[18] Nélson Werneck Sodré.[19]

---

15. ————. *Op. cit.*, p. 42-43.

16. BRITO, Lemos. *Pontos de Partida Para a História Econômica do Brasil,* Rio de Janeiro, tipografia do Anuário do Brasil, 1923, p. 159.

17. CASTRO, Antônio B. *Op. cit.*, p. 43-44.

18. PRADO Jr. Caio. *Op. cit.*, p. 106, 107, 108.

19. SODRÉ, Nélson W. *História da Burguesia Brasileira,* 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p. 41.

Atribui-se à política restritiva de Portugal a raiz principal do não-surgimento da indústria em Minas Gerais no Século XVIII.

Implícita também nessa visão a idéia de que não tivesse havido diplomas legais restritivos e a industrialização seria viável.

A contestação dessa posição começará por questionar a própria e explícita razão apontada no Alvará de 1785 — impedir o surgimento das manufaturas de tecidos na colônia e desativar as existentes. No artigo já citado do professor Iglésias, ele destacará que "A ordem não teve os reflexos que lhe têm sido atribuídos, pela insignificância do que se procurava destruir. Basta que se lembre que o material apresentado em decorrência dela foi mínimo. O que havia de fato estava nas unidades artesanais do mundo rural, de impossível fiscalização, pelo isolamento dos núcleos; demais, o artigo era rústico enquadrando-se nas exceções admitidas".[20] A permanência e expansão desses teares é a base extensa e atomizada da indústria têxtil domiciliar de que nos fala Roberto Martins em seu trabalho citado.

O sentido mais profundo do Alvará de 1785 parece-nos ser a tentativa de concentrar todos os esforços, todo o trabalho disponível na mineração de ouro, num momento em que declina a produção pelo esgotamento do ouro de aluvião.

Num sentido mais amplo, entendendo o conjunto da política colonial, entendendo o colonialismo como um *Sistema,* Iglésias,[21] Fernando Novais,[22] Caio Prado Jr.,[23] insistirão em que o central na compreensão da dinâmica das colônias é entendê-las subordinadas ao *Pacto Colonial,* ao sistema colonial, conjunto de normas, de políticas, que estabeleceram um monopólio de

20. IGLÉSIAS, Francisco. *Op. cit.,* p. 115.

21. ————. *Op. cit.,* p. 115.

22. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808). São Paulo, Editora HUCITEC, 1979, p. 57 e seguintes.

23. PRADO Jr., Caio. *Op. cit.,* p. 109.

comércio, "exclusivo metropolitano", de caráter espoliador e asfixiante sobre as colônias.

A característica central dessa idéia é que ela abandona a visão da dominação colonial como inarticulada, "casuística", apontando para os nexos, a articulação da estrutura colonial. O sistema colonial como processo importante na acumulação primitiva de capital, e esta como alavanca da emergência do modo de produção capitalista.[24]

Finalmente, os argumentos que atribuem importância decisiva ao mercantilismo praticado em Portugal, como sendo elemento inicial no impedimento da industrialização na colônia.

A visão do bispo Azeredo Coutinho e de Celso Furtado tem como traços específicos chamar a atenção para o caráter mesmo do mercantilismo português como raiz da não-industrialização na região de Minas.[25]

Argumenta Azeredo Coutinho que o domínio de uma postura radicalmente metalista, bulionista, do mercantilismo português impediu que se alargassem os horizontes da atividade econômica. A riqueza entendida apenas como posse de metais preciosos. Nesse sentido, girava toda a política mercantilista portuguesa, secundarizando, abafando as outras atividades econômicas como as manufaturas, a agricultura.[26]

A estreiteza da visão mercantilista portuguesa (e espanhola) explica a perda de hegemonia dessa antes poderosa nação, suplantada por Holanda e Inglaterra, que apesar de não possuírem colônias ricas em metais preciosos (ou descoberto precocemente), pela amplitude e diversificação comercial-manufatureira de seus mercantilismos, conseguiram carrear o grosso dos metais preciosos para seus cofres, na medida em que os termos de troca se tornavam cada vez mais favoráveis às manufaturas, vis-à-vis, os produtos primários.

---

24. MARX, Karl. *O Capital,* livro I, idem, cap. XXIV.

25. AZEREDO, Coutinho J. J. Cunha. «Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil» in: *Obras Econômicas (1794-1804),* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966.

26. ————. *Op. cit.,* p. 204.

Exemplar manifestação do caráter do mercantilismo português foi o *Tratado de Methuen* firmado entre Portugal e Inglaterra em 1703, primeiro e decisivo passo da construção de uma divisão internacional do trabalho inteiramente favorável à Inglaterra.

A ideologia expressa neste acordo ganhou foros de ciência no famoso exemplo de Ricardo nos *Princípios de Economia Política e do Imposto,* quando, para explicar a *"Teoria das Vantagens Comparativas",* invoca em seu capítulo VII a famosa relação Vinho X Tecido do Trabalho de Methuen, estabelecendo assim uma fundamental teorização de uma divisão internacional do trabalho cada vez mais benéfica aos países produtores de manufaturados.

Acordo semelhante ao firmado por John Methuen com Portugal em 1703 foi estabelecido com a França de Luís XVI, em 1786. Desse acordo e da crise geral vivida pelo antigo regime resultou uma profunda crise das atividades manufatureiras na França, determinando uma enorme massa de desemprego, cerca de 200 mil pessoas.

Essa enorme massa de desempregados, faminta, revoltada com o descalabre da monarquia corrupta e inerme, será um elemento decisivo na conjugação das forças que levarão à derrota o Antigo Regime, à vitória da Revolução Francesa.[27]

A assinatura do Tratado de Methuen tem dois importantes determinantes: um primeiro, e talvez mais decisivo, a pressão inglesa, já, àquela altura, grande potência, no sentido da afirmação de uma coalisão Inglaterra-Holanda-Portugal, contra a aliança França-Espanha. Nesse contexto Portugal busca garantir, com o tratado, assegurar seu império colonial, a partir dos compromissor dos aliados em apoiá-lo contra as pretensões territoriais da Espanha e da França, respectivamente ao Sul, ao Norte do Brasil.[28] Em contrapartida, a

27. EFIMOV, N. *História Moderna,* trad. port. 3ª edição, Editora Vitória, p. 38.

28. Sobre isso ver PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979, p. 69.

Inglaterra impunha seus tecidos ao mercado português extraindo daí um milhão de escudos.[29] Por outro lado, interesses também substanciais eram os dos exportadores de vinho portugueses, os quais também efetivamente lucraram com o tratado, em que pese seu caráter nocivo para o conjunto dos interreses de Portugal.[30]

As raízes do Tratado de Methuen, entretanto, remontam ao período cromwelliano, quando é firmado (imposto à base de pressão militar, a Portugal) tratado em 1654, confirmando tratado anterior (1642), no qual a Inglaterra reserva-se o direito de comerciar livremente, em Portugal, com a Índia, com a África e o Brasil.[31]

Também Alan K. Manchester, em seu *A Preeminência Britânica no Brasil,* e Kenneth Maxwell em seu *A Devassa da Devassa* tradição dessa questão.[32]

A posição de Wilson Cano em seu artigo "Economia do ouro em Minas Gerais (Século XVIII)" requer particular atenção. Nesse artigo Cano se propôs, além de buscar explicar a formação da economia mineira no Século XVIII, criticar as visões correntes sobre aquela economia, em particular a visão de Antônio Barros de Castro sobre as razões da não-industrialização em Minas Gerais. Basicamente ele insistirá que: a) o aspecto positivo, elemento de protecionismo, que Castro vê nos elevados custos de transporte entre a região mineira e a corte, centro importador de mercadorias, é também elemento inibidor das possíveis manufaturas que surgissem em Minas, neutralizando, assim, pelo aumento dos fretes de exportação, os efeitos protecionistas dos custos de importação; b) que o Alvará de 1785 não teve efeito bloqueador de manufaturas que Castro coloca.

---

29. ————. *Op. cit.,* p. 30.

30. ————. *Op. cit.,* p. 37.

31. Ver sobre isso MARTINS, Oliveira. *História de Portugal,* 2º vol. p. 138. (Lisboa, Parceria Antônio Maria Pereira, — 1913).

32. MANCHESTER, Alan K. in: *A Preeminência Britânica no Brasil, e* Kenneth Marxwell in: *A Devassa da Devassa,* p. 23 a 26. Trad. port., 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

O centro de argumentação de Cano está em mostrar que a industrialização em Minas no Século XVIII nos surge por três razões básicas:

1) tecnologia ausente da colônia;
2) escravidão;
3) descapitalização que se seguiu à crise da exploração de ouro.[33]

O sentido da colocação de Cano é que a presença asfixiante do *Pacto Colonial* impediu a formação de um *Complexo Econômico* em Minas Gerais no Século XVIII, impossibilitando assim a industrialização.

Concordando com o sentido geral da proposição de Cano ocorre-me apontar dois pontos, que parecem-me insatisfatórios e que pretendo discutir a seguir: a) a ênfase que considero excessiva sobre a "excelência" técnica do processo de Revolução Industrial Inglesa; b) em que sentido, rigorosamente, a escravidão se constitui num entrave à industrialização em Minas Gerais no Século XVIII.

3. *Recolocando a Questão*

A questão da industrialização em Minas Gerais insere-se na questão maior da industrialização no Brasil. Muito do que se disse, se discutiu sobre isso, por vezes, passou ao largo da identificação de uma questão que na verdade é o nó a ser desatado. Trata-se de investigar a industrialização mineira (brasileira) no quadro mais amplo do processo de divisão internacional do trabalho, no quadro mais geral da expansão capitalista a nível mundial.

A ausência desse referencial costuma emprestar demasiada autonomia ao processo de industrialização em Minas Gerais, como se ele pudesse fazer-se a partir, apenas, da conjunção

33. CANO, Wilson. «Economia do Ouro em Minas Gerais» in: *Contexto* nº 3, p. 109.

de elementos internos, endógenos à economia mineira, esquecidos do caráter subordinado dessa economia, de seu lastro colonial, fato não de todo alterado com a *Independência.*

Os que assim pensam costumam colocar a questão em termos puramente técnico-econômicos, em termos de teleologia industrial, vocação insopitável dos povos, "desenvolvimento" a que todos estaríamos condenados. Uma vertente correlata a essa estabelece uma teoria da industrialização, do "desenvolvimento", em que o atraso industrial é visto como resultado do atraso em se engajar ao processo de "desenvolvimento econômico", passível de ser superado a partir da programação, do planejamento do desenvolvimento, o iluminismo redivivo.[34]

Tal postura desemboca então numa perspectiva em que os argumentos sobre as razões da não-industrialização em Minas Gerais minimizarão, quando não desconsiderarão, o caráter específico do *Pacto Colonial,* do sistema colonial hegemônico a que estava subordinada a região mineira.

Ao apontar-se a existência de elementos *necessários* ao desenvolvimento do processo de industrialização (excedente, mão-de-obra, desconcentração da renda, urbanização, mercado, dificuldades de transportes e custos de transportes altíssimos) parece implícita a idéia de que tais elementos são também *suficientes,* para a eclosão de tal processo de industrialização.

Esta visão é comum a grande parte da historiografia econômica brasileira, apesar das diferenças entre os fatores que cada qual considera decisivos.

No caso da industrialização que não houve em Minas Gerais no Século XVIII, tal tradição historiográfica passará ao largo de identificar com clareza a natureza real da problemática da industrialização numa colônia firmemente amarrada ao *Pacto Colonial.*

---

34. Para uma interessante crítica dessa visão ver o livro de Antônio Barros de Castro. 7 *Ensaios Sobre a Economia Brasileira,* principalmente sua Introdução Geral.

Com os trabalhos de Fernando Novais,[35] Antônio de Barros Castro[36] e Jacob Gorender,[37] entre outros, é retomada visão da problemática colonial brasileira que teve em aCio Prado Jr. seu pioneiro intérprete. Estes trabalhos, apesar de suas recortadas diferenças, têm em comum pensarem a situação colonial a partir do entendimento da existência de uma dinâmica específica das economias coloniais, apesar de não desconhecerem a presença da dominação colonial.

Esses traços específicos, comuns às economias coloniais, podem aparecer extremamente sublinhadas como em Gorender, que fala claramente na existência de "modos de produção colonial", ou mais matizados, como em Novais que, prudentemente, escolhe o artifício da expressão *"modo* que assume a *produção colonial"* (os grifos são de Novais).[38]

Do esforço teórico desenvolvido pelos que pensam a situação colonial como realidade inserida no contexto da expansão capitalista, como momento do processo de acumulação primitiva do capital, há os que buscam, além disso, as especificidades das economias coloniais, é possível deduzirmos um novo conjunto de questões que, respondidas, recolocam a problemática da industrialização em Minas Gerais.

Esse conjunto de questões que se faz necessário pode ser sintetizado assim:

1) que a industrialização em Minas Gerais no Século XVIII tem que ser entendida no contexto da dominação do sistema colonial;

---

35. NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808). São Paulo, Editora HUCITEC, 1979.

36. CASTRO, Antônio Barros de. «*As Mãos e os Pés do Senhor de Engenho*». *Dinâmica do Escravismo Colonial.* UNICAMP, Campinas, mimeo, 1975; e «A Economia Política, o Capitalismo na Escravidão» in: *Modo de Produção e Realidade Brasileira.* (Org.) Amaral Lapa — Petrópolis, Vozes, 1980.

37. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial,* 2ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1978.

38. NOVAIS, Fernando A. *Op. Cit.,* p. 108.

2) que o reconhecimento do caráter subordinado da economia mineira, seu caráter colonial, não significa entendê-la como realidade sem dinâmica, puro reflexo da ação da metrópole;

3) que a industrialização em Minas Gerais tem que ser entendida no contexto da expansão capitalista e da constituição da sua divisão internacional do trabalho;

4) que a industrialização em Minas Gerais, se ocorrida no período de auge da atividade mineratória, teria sido a *Revolução Industrial.*[39]

4. *Industrialização Colonial*

Ao apontar os elementos *necessários* ao desenvolvimento de um processo de industrialização (excedente, mercados, etc.) parece implícita uma tendência a considerar o problema da industrialização como um problema técnico-econômico pura e exclusivamente.

Se essa colocação já é problemática no plano puramente teórico, em se tratando da industrialização concreta, e ainda mais, da industrialização numa *colônia,* ela se torna inteiramente insatisfatória.

O processo de industrialização numa colônia, submetida ao mais opressivo do "exclusivo metropolitano", não pode ser

39. Há controvérsias sobre o período exato do auge da mineração do ouro em Minas Gerais. Entretanto, quanto aos limites inferior e superior desse período parece não haver dúvidas que estão entre 1730-1760, sendo que os anos de ápice da produção se localizam entre 1735-1745 grosso modo. Sobre isso ver PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979, p. 69. De qualquer forma tal período antecede ao normalmente estabelecido como sendo o da *Revolução Industrial* que em geral é datado como compreendido entre os anos de 1760-1830. Ver sobre isso HOBSBAWN, Eric J. «Los Origenes de la Revolución Industrial Britânica» in *En torno a los origenes de la Revolución Industrial,* trad. esp., 2ª edição, Buenos Aires, Siglo XXI, 1972, p. 91.

pensado a partir de uma verificação das condições abstratas da industrialização, ou seja, da existência ou não de mercado, de tradição técnica, de excedente extraído na colônia, etc...

A simples enumeração dessas condições não dá conta das verdadeiras relações de produção na colônia, onde o peso do sistema colonial é tal que desloca o econômico, as condições técnicas, as condições abstratas para a industrialização, para um segundo plano, fazendo hegemônicas as relações de dominação política, a coação, a coerção, o *político*.

Se tomarmos em conta o processo de industrialização na Europa, em particular a Revolução Industrial Britânica, veremos que também ali o técnico, as condições abstratas para a industrialização não foram absolutas na determinação da eclosão da Revolução Industrial.

Hobsbawn, em seus trabalhos sobre a Revolução Industrial Britânica, chama atenção para o fato de que as condições técnicas, o conhecimento técnico-científico que a R.I. necessitará, já estavam disponíveis, ou eram facilmente conquistáveis desde 1690-1700. Entretanto, todos sabemos que a Revolução Industrial é tipicamente um fenômeno do final do Século XVIII, entre 1760-1830.

Qual a razão deste "atraso" de quase cem anos, entre a constituição de base técnico-científica necessária à R.I. e a sua efetiva eclosão?

Uma linha possível de argumentação, capaz de responder à questão de Hobsbawn, avança no sentido de mostrar que:

1) a R.I. teve como um dos seus principais pré-requisitos o processo de expropriação dos produtores diretos, do *cercamento das terras,* verificado na Inglaterra, que constituiu-se em essencial processo de formação do proletariado, da classe de deserdados de todos os bens, que não da própria capacidade de trabalho como instrumento de sobrevivência;

2) a R.I. Britânica é um fenômeno da indústria têxtil de algodão, pelo menos em sua primeira etapa;

3) que o algodão é produto colonial, submetido portanto ao "exclusivo" metropolitano;

4) que os tecidos de algodão eram o principal item industrial da cesta de consumo dos trabalhadores e que, portanto, uma revolução nesta indústria significou uma considerável diminuição no valor da força de trabalho e como conseqüência um aumento geral da taxa de mais-valia;

5) que o complemento da R.I. virá com a expansão da ferrovia que provocará duas importantes transformações econômicas:

a) unificação do mercado nacional;

b) expansão da indústria de bens de produção (siderurgia, máquinas pesadas, etc.) completando o circuito da reprodução do capital, com a instalação do setor produtor de bens de produção.

Entretanto, esses argumentos são insuficientes para explicar uma questão essencial: por que é na Inglaterra que eclodirá a R.I.?

A questão do pioneirismo inglês na Revolução Industrial é tema fascinante e tem ocupado intensamente a historiografia.

Há capítulo dessa questão particularmente interessante. Trata-se de uma recorrente, e inevitável, comparação entre França e Inglaterra, como potenciais sedes do processo da Revolução Industrial.

A discussão começa por listar as possíveis vantagens francesas com relação à Inglaterra na eclosão daquele processo. Fala-se do avanço francês nas ciências naturais, nas matemáticas, na física, intensamente valorizadas pela Revolução Francesa. Fala-se do apoio e incentivo do governo revolucionário francês à pesquisa científica, ao contrário da reacionária política inglesa que enxergava na pesquisa motivo de perigo. Fala-se do avanço francês nas ciências sociais, na economia com os fisiocratas. Fala-se da engenhosidade dos inventos franceses, como o tear *Jacquard* (1804), de seus melhores estaleiros. Fala-se do ensino técnico na França, na *Escola Politécnica* criada pela Revolução Francesa, enquanto na Inglaterra dominava o ensino medíocre e firmemente amarrado

ao anglicanismo. A exceção é a Escócia, presbiteriana, e suas universidades democráticas, local para onde eram enviados os filhos das famílias aristocráticas inglesas que desejavam uma boa educação para os filhos.

Afinal, aparentemente, todas as vantagens são francesas, e assim mesmo, não lhe deram a dianteira no processo da Revolução Industrial. Esse o enigma, o problema.

Na verdade um falso problema. Porque sabe-se hoje que a Revolução Industrial não exigiu, para sua eclosão, em sua primeira etapa (1760-1830), nenhum grande avanço técnico-científico.

Tal constatação faz a questão se deslocar para outro plano. O plano das considerações de ordem político-econômicas, para o tecido econômico social que propiciou a emergência da Revolução Industrial.

Nesse sentido duas questões avultam decisivas: a forma como se organiza e desenvolve o Estado nos dois países e a política econômica, o tipo de mercantilismo praticados por esses Estados.

Na Inglaterra, o Estado centralizado que emerge com a crise feudal, e que em outros países constituiu-se como Estado Absolutista, teve vigência constrangida pela pressão da nobreza desde o Século XIII, quando o baronato impôs, ao rei João-Sem-Terra, a Carta Magna, um dos diplomas legais que determinarão os limites do poder monárquico, base do arcabouço constitucional inglês. A experiência de Estado absolutista na Inglaterra é episódica como no reinado de Ricardo III, cuja ferocidade e intransigência são notórios.

Na França, ao contrário, vigorou o Estado Absolutista, quase como regra, por quase todo o Século XVII e XVIII: Luiz XIII e Richelieu (1610-1643), Mazarino (1643-1661), Luiz XIV (1661-1715), Fleury e Luiz XV (1720-1774), são expressões de um poder absoluto, em que o Estado a tudo define e regula, sanciona, proíbe, fiscaliza, controla...

A política mercantilista conduzida na França, arquitetada por Colbert, e intransigentemente praticada durante sua gestão

(1661-1683) como Ministro de Luís XIV, constituiu-se um considerável obstáculo ao *livre* desenvolvimento dos negócios privados, permanentemente fiscalizados, normatizados pela ação do Estado. A morte de Colbert, em 1683, certamente significou uma substancial mudança na política econômica, no mercantilismo francês. A revogação do Edito de Nantes em 1685 marcou um retrocesso na política industrial francesa, com o retorno à perseguição religiosa, o que provocou uma grande onda imigratória de artesãos protestantes que viviam na França. Entretanto, durante o governo pessoal de Luís XIV, (1685-1715), durante a gestão do Cardeal Fleury e de Luís XV, (1720-1774) continuarão a prevalecer a ingerência estatal, o controle a normatização, a ausência da "liberdade de negócios", aquela liberdade, o egoísmo, o desejo da riqueza que dizia Mandeville ser o *vício privado,* indispensável à realização do *benefício público.*

Tal objetivo escapa em muito aos propósitos deste ensaio. Entretanto, é indispensável que sublinhemos uma característica que vimos apontando como importante na determinação da R.I. Trata-se da forma como se estrutura e se desenvolve o Estado, as relações políticas em alguns dos países que potencialmente poderiam ter feito a R.I.

No caso da França, já destacamos o forte centralismo que o Estado absolutista, que o mercantilismo Colbertista exerceu, obstruindo, cerceando o surgimento e desenvolvimento de iniciativas produtivas independentes do controle do Estado. Na Alemanha há processo distinto. Trata-se de um reforçamento do poder feudal, fruto da Reforma Luterana essencialmente voltada para a defesa dos interesses dos príncipes, quando este poder se desintegra em toda a Europa. A manutenção de uma estrutura feudal rígida, a não unificação da Alemanha em um Estado-nação, a não ser em 1870, são ingredientes decisivos para explicar o atraso alemão em se engajar na onda modernizante deflagada com a R.I. inglesa.

A Holanda, apesar de dotada de política mercantilista mais ampla e arejada que a praticada na Península Ibérica, terá como possível explicação de seu não-pioneirismo na R.I. o

fato de que desde cedo buscou especializar-se como potência comercial e financeira. Desenvolvendo uma poderosa burguesia mercantil que, extraindo vultosos lucros da circulação mercantil e financeira, não se comprometera com a revolução da produção.[40] A Itália é caso peculiar em que a ausência de uma centralização político-administrativas, o que só ocorrerá em 1860, as enormes desigualdades regionais norte-sul, mais o forte peso dos interesses comerciais, configuram numa situação onde poucos estímulos existem à R.I.

A lista de países, as causas que apontamos, não pretendemos serem exaustivas. Entretanto, mais decisivos que estes são os aspectos que discutiremos agora, e que têm relação com o chamado processo da "acumulação primitiva do capital".

Esse processo histórico tem vários elementos, o sistema colonial, o protecionismo, a dívida pública, o sistema tributário regressivo, mas sobretudo esse processo visava à constituição da mercadoria força-de-trabalho, da classe operária *em si,* através da expropriação de produtores diretos; processo esse inaugurado na Inglaterra com o chamado "cercamento das Terras".

É esse pioneirismo inglês em produzir essa população "livre" que chamamos proletariado, mais o formato do mercantilismo, praticado na Inglaterra, que explicam o seu pioneirismo na R.I.

Ao contrário, na França, assistiremos a um permanente reforçamento do pequeno e médio campesinato, campesinato esse que será a base de apoio, por exemplo, do 18 Brumário de Luís Bonaparte em 1851.[41]

As implicações políticas e econômicas da manutenção dessa massa camponesa com fortes tendências conservadoras são comprovadas em mais de uma conjuntura de crise quando

---

40. MARX, Karl. *O Capital,* livro III, cap. XX, pp. 381-384.

41. MARX, Karl. *18 Brumário de Luiz Bonaparte,* trad. Port. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

sempre tenderam a apoiar interesses retrógrafos (como nas Revoluções de 1848, no golpe de Luís Bonaparte em 1851, na Comuna de Paris, 1871, e mesmo durante a ocupação nazista).

Sintetizando, o processo que determinará a Revolução Industrial inglesa tem 4 grandes e fundamentais elementos:

1) pioneirismo na formação da Força de Trabalho, através do processo de expropriação dos produtores diretos, via *cercamento* das terras;

2) transformação também precoce do Estado inglês, de Estado Absolutista Monárquico, em Estado Burguês, apesar da manutenção do Regime Monárquico;

3) caráter liberal-manufatureiro da política mercantilista praticada na Inglaterra;

4) formação e expansão de uma significativa massa de pequenos produtores independentes nos *poros* da dominação do capital comercial.

O entendimento da conjugação desses elementos tanto econômicos quanto políticos recoloca a discussão sobre a Revolução Industrial num patamar em que minimiza, relativiza a visão sobre o processo de industrialização como manifestação abstrata de uma vocação técnica, que é resposta a *necessidades* econômicas.

A visualização dos elementos determinantes da industrialização inglesa e a verificação do caráter absolutamente distinto da evolução colonial mineira (brasileira) é o grande e fundamental ponto que informa o nosso argumento.

Trata-se de reconhecer as enormes e essenciais diferenças entre uma economia colonial, dependente, subordinada, espoliada e uma economia já caminhando para imperial, autônoma e espoliadora.

4.1 *Industrialização e Escravismo*

É necessário também que nos refiramos à uma tese que volta a atrair interesse. Trata-se do debate a respeito da

incompatibilidade do trabalho escravo com a tecnologia, como os processos de produção modernos, com o progresso técnico enfim.

Esta tese, que teve em John Cairnes, historiador do escravismo americano, um dos seus maiores divulgadores, empalmou grande parte, senão a totalidade das opiniões sobre o assunto no século XIX. Mesmo Marx, decerto, agudíssimo em suas análises, e sensível para perceber e evitar generalizações incorretas, aceita a tese sobre o caráter predatório, primitivo mesmo, do trabalho escravo.

Assiste-se hoje a uma retomada dessa discussão, em que relativiza-se aquele juízo. Demonstra-se com exemplos variados a utilização do trabalho escravo em processos produtivos complexos, dotados de maquinaria sofisticada e avançada, como por exemplo a da mina de Morro Velho, em Nova Lima, Minas Gerais, que na segunda metade do século passado utilizava equipamentos similares aos mais modernos da época, com trabalho escravo.[42]

Colocado nestes termos: o trabalho escravo é compatível ou não com o progresso técnico?

Parece-nos que o centro da questão não se encontra aí. O problema não pode ser limitado a encontrar, ou não, escravos empregados em indústrias modernas, o problema é perguntar-se sobre o significado da presença hegemônica do trabalho escravo para a dinâmica cíclica do capitalismo.

Sabemos da análise da acumulação capitalista, que o núcleo central, o próprio móvel da acumulação capitalista é a busca incessante de lucros e de mais lucros. Sabemos, também, que a forma por excelência de viabilização desse processo é a que aumenta a produtividade do trabalho, que amplifica a capacidade do trabalho de produzir valores de uso, em períodos de tempo cada vez menores. Ou seja, que a forma de se aumentar os lucros é aumentar a produtividade do trabalho.

---

42. LIBBY, Douglas. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*, tese de mestrado, Belo Horizonte, mimeo, 1978.

Isso significa, de outro lado, que a expansão capitalista ao se fazer através do aumento dos lucros provenientes do aumento da produtividade do trabalho é sobretudo uma *economia de trabalho*. Isto é, que o trabalho empregado se torna mais produtivo, poupando a incorporação de novos contingentes de trabalhadores, ou seja, criando uma superpopulação relativa.

Ora, esse é o ponto em que devemos centrar a discussão. A objeção à possibilidade de se utilizar o trabalho escravo no processo de expansão capitalista não se deve a nenhuma particular desqualificação natural (cultural, racial, etc.) do escravo, mesmo porque o processo de expansão capitalista vai, na medida mesma em que, ao avançar a divisão técnica do trabalho, com a introdução do taylorismo, da linha de montagem, cada vez mais se exige menor qualificação especial ao trabalho.[43]

O ponto é: o escravo enquanto propriedade pela qual deve ser paga uma quantia antecipada, como uma renda capitalizada é um asfixiante entrave à possibilidade de "economia de trabalho".

Também, é preciso descartar uma idéia recorrente sobre a escravidão, que a vê como entrave à industrialização na medida em que o escravo é um não-consumidor. Num certo sentido, e em condições como as que presidiram a economia colonial brasileira, o escravo é até certo ponto um *"consumidor"* mais importante que as hordas de homens livres pobres (condenados à mais extrema miséria, sem emprego e renda) de que nos fala Antonil em sua *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. E que também são objeto do estudo de Maira Sílvia Carvalho Franco, *Os Homens Livres na Ordem Escravocrata,* e no trabalho recente de Peter Eisenberg, *O Escravo e o Proletário*.

Mas o efeito problemático maior do trabalho escravo para a expansão capitalista se verifica quando analisamos a dinâmica cíclica do capitalismo.

---

43. MARX, Karl. *O Capital,* livro I, caps. XII e XIII e GRAMSCI, Antônio, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno,* pp. 397 e seg.

Comprado um lote de escravos para atender à uma conjuntura de alta de negócios, esta compra assume um caráter de inflexibilidade bastante problemática para o capital. Após a conjuntura altista, sabemos, vem a conjuntura de baixa. Suponhamos que nesse caso apenas a metade dos escravos comprados tenha uso produtivo, na medida da retração da demanda. Então, a metade do lote de escravos não necessária à produção naquele momento funcionará como peso morto, que além disso continuaria a ter que ser mantido, manutenção que é a própria garantia de impedir uma perda maior que se verificaria com a morte daquele lote de escravos excedentes.

A alternativa da venda desses escravos tornados supérfluos é igualmente problemática tendo em conta a abundância relativa de escravos que a crise provocaria.

A presença hegemônica do trabalho escravo retira muito da flexibilidade, da capacidade de economizar trabalho, reduzir custos, que são os instrumentos fundamentais de concorrência capitalista, da dinâmica capitalista.

Colocada nestes termos a questão muda de figura. Não se trata de pensar a compatibilidade ou não do trabalho escravo ao progresso técnico. O problema é: erá possível a expansão capitalista, a dinâmica capitalista, sob as condições restritivas do trabalho escravo, sob a extrema rigidez que tal regime de trabalho implica?

A resposta a esta questão parece-nos indicar que a dinâmica especificamente capitalista implica necessariamente na presença hegemônica do trabalho assalariado, na medida em que é esta relação que possibilita os permanentes ganhos da produtividade, a economia de trabalho, que é o próprio sentido do capitalismo, a valorização, a busca permanente do lucro e de mais lucro.

O centro da questão radica na impossibilidade de se socializar a mais-valia relativa. Sabemos que a mais-valia relativa é categoria social, que depende tanto das condições médias da produção, é o resultado do entrecruzar no mercado dos valores individuais, da oferta e da demanda, determinando o tempo de trabalho socialmente necessário.

Sabemos também que cada capitalista, cada empresa, a partir das condições específicas de exploração do trabalho, da tecnologia que emprega, obterão quotas de mais-valia diferentes da média, da mais-valia social.

De qualquer forma, para o capital, a produção e a apropriação da mais-valia repousam na permanente *revolução* dos métodos de barateamento do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, em sua generalização, em sua socialização.

No caso de uma economia escravista em que os escravos são produzidos a partir de condições não-capitalistas de produção, a partir do controle exercido pelo capital mercantil, e que a reprodução cotidiana desses escravos encontra-se determinada a partir da forma de "renda escravista" que o senhor de escravos se apropriaria atrvés da "concessão" de um dia livre por semana, que o escravo usava para cuidar de uma pequena agricultura de alimentos que lhe abastecia.

As implicações desse processo de não-mercantilização dos custos de manutenção dos escravos é, por um lado, a não-constituição da categoria mais-valia enquando categoria social e portanto a não-socialização dos resultados dos ganhos de produtividade. Isto porque a reprodução dos escravos se dá fora do sistema de produção de mercadorias.

Cada proprietário, o conjunto do sistema produtivo serão marcados por uma extraordinária capacidade de resistência, por umaespécie de imobilismo permanente, pela ausência de determinantes de inovação tecnológica, sejam autônomos, sejam induzidos por pressão de custo.

Um significativo exemplo desse processo é a história da economia escravista nordestina. A capacidade do sistema escravista nordestino de remanejar culturas e mão-de-obra escrava, através do consorciamento, açúcar-algodão-alimentos-pecuária, resultou numa enorme capacidade de resistência da economia nordestina a crises, mantendo intacta a estrutura fundiária e a escravaria. Essa capacidade de resistência, possibilitada pela consorciação e remanejamento significou por outro lado uma ossificação da estrutura produtiva, das relações

de produção, da base técnica da economia nordestina. A sobrevivência dos latifúndios, a extrema rigidez da estrutura social, a ausência de mobilidade, a mais extrema miséria para a grande maioria da população.[43-a]

5. *A Industrialização: Possível?*

A época do fausto da mineração de ouro em Minas Gerais suscita sempre sentimentos e idéias que oscilam entre a admiração, a perplexidade e a frustração.

Percorrer, hoje, estas velhas estradas mineiras é descobrir que a tragédia se instalou onde antes reinou a glória.[44]

Vê-se, freqüentemente, argumentos que insistem em mostrar que perdeu-se naquele momento a oportunidade histórica da industrialização pioneira e independente.

Os que assim argumentam parecem não perturbarem-se com o fato de que a industrialização mineira naquele momento significaria, na verdade, a Revolução Industrial, o definitivo processo de montagem das forças produtivas capitalistas.

Os que assim argumentam parecem acreditar razoável que a Revolução Industrial pudesse se fazer numa colônia, firmemente ancorada nas malhas espessas de *pacto colonial.*

Essa colocação sobre a possibilidade do surgimento de um processo de industrialização na região mineira no Século XVIII exige um aprofundamento teórico, precisamente no tocante ao conceito de *industrialização.*

43a. O tema escravidão tem ocupado, até com certa intensidade a historiografia econômica sobre o Brasil, sobre o sistema colonial. Grande parte desse esforço historiográfico gira em torno de uma motivação *revisionista.* Repensar a problemática da escravidão sem o viés «economicista» das análises tradicionais sobre o assunto consagrados em textos como o de Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso e recentemente em Jacob Gorender. Esta é por exemplo a tentativa de Antônio Barros de Castro em seu ensaio «A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão».

44. OLIVEIRA, Franklin. *A Tragédia da Renovação Brasileira,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

Parece-nos, por vezes, que tal conceito tem sido entendido de maneira formal, quantitativa, a industrialização entendida como crescimento do número de "indústrias".

Ora, esse conceito de industrialização é parcial e problemático. Não dá conta do caráter qualitativo da industrialização, que é, sobretudo, momento em que o processo de acumulação capitalita se coloca sobre seus próprios pés, sobre sua base técnica, superando, assim, a base técnica artesanal-manufatureira herdada do feudalismo.

A industrialização vem colocar o capitalismo em condições de se defrontar com os problemas criados com a sua própria dinâmica, libertado dos entraves e obstáculos oriundos da estrutura técnica artesanal.

A industrialização vem condenar o capitalismo à sua própria e contraditória dinâmica, sintetizada na notável expressão de Marx na frase: "que o limite do capital é o próprio capital".

Considera assim, a questão a ser respondida é: teria sido possível a industrialização, a Revolução Industrial ter eclodido na colônia, na região mineira?

Um primeiro problema a ser esclarecido é o referente ao montante de excedente das Minas Gerais gerado e apropriado.

Há farta documentação sobre as enormes quantidades de ouro extraído na região mineira. A produção por mineiro (escravo) chegou a 200g de ouro por ano em média durante todo o Século XVIII e o número de escravos empregados a quase 100.000 entre 1736-1949.[45] Os dados mesmo que incompletos e imprecisos dão uma idéia insofismável da magnitude da produção de ouro em Minas Gerais.

Se a riqueza gerada era muita, também o era a apropriação que dela fazia a metrópole, seja através da tributação, seja através do monopólio do comércio que impunha preços exorbitantes às importações das Minas Gerais.[46]

---

45. PINTO, Virgílio Noya. *Op. Cit.*, p. 69.
46. ————. *Op. cit.*, p. 56, 58, 65.

Assim, ao falarmos de uma grande riqueza das Minas Gerais temos que considerar que, na verdade, essa riqueza não ficava nas colônias, era carreada para fora através da manipulação dos preços exercidos pelo capital mercantil metropolitano. O que ficou foi cristalizado no formidável acervo cultural-arquitetônico das cidades mineiras.

O ponto mais importante da questão parece-me ser o seguinte: durante o Século XVIII, houve momento extremamente favorável à extração de ouro. Tal momento, apesar de ligeiras diferenças entre os autores em situá-lo temporalmente, parece não ter excedido 20 anos, entre 1740-1760. Período de enorme produção e de altos lucros na economia mineratória.

A posterior decadência que se seguiu a este ápice, com o esgotamento do ouro de aluvião, implica em admitir que tal momento de auge teria sido o único em condições de produzir uma diversificação de atividades, numa busca de novas oportunidades de inversão, já que vultosos os lucros.

Entretanto, toda a racionalidade econômica admissível, mesmo considerando-se a economia mineratória amplamente fortuita e "aventureira", indica que os altos lucros da exploração do ouro constituíam-se, na verdade, em um freio à diversificação econômica. Como buscar novas oportunidades de ganho, se, naquele momento, a atividade aurífera era tão rentável?

Se considerarmos ainda o absoluto metalismo do mercantilismo português, que só admite a riqueza como gerada pela posse de metais, temos um quadro em que não havia nenhuma força econômica, política ou social capaz de alterar a concentração de esforços e capitais na atividade aurífera.

Quando passar a euforia, o êxtase daqueles vinte anos dourados, quando a mineração entrar em declínio, descobrirão, os colonos, que a riqueza que achavam não ter fim havia se evaporado, corroída pela exploração exercida pelo capital comercial, pela voragem do fisco metropolitano.

A questão então é a seguinte: quando havia *"condições"* para a industrialização ela não era atrativa. Depois, quando em crise, descobriu-se que o excedente não havia ficado na

colônia, que havia sido carreado para fora, através das relações de trocas, das importações.

As tentativas de descobrir novas atividades, de diversificar a produção, esbarrarão no desespero da metrópole ante a queda da produção de ouro. O Alvará de 1785, proibindo as manufaturas, as outras proibições, a *Derrama,* são expressões desse desespero.

O Alvará, sobretudo, tem o sentido de impedir a desmobilização das minas, de concentrar toda a mão-de-obra disponível na produção de ouro, num momento em que o ouro de aluvião estava se esgotando, e as receitas metropolitanas, portanto, em declínio.

A presença permanente, a pressão, o garrote da dominação colonial controlava inteiramente o excedente gerado na região mineira. É ilusório imaginar-se autonomia, livre arbítrio, capacidade empreendedora numa economia inteira e absolutamente dominada pelo "exclusivo metropolitano".

A questão da não industrialização em Minas Gerais insere-se na verdade como manifestação daquele poder hegemônico e asfixiante exercido pelo *Pacto Colonial.*

Nesse sentido é inteiramente impróprio imaginar-se que industrialização em Minas Gerais no Século XVIII resumia-se numa experiência que não foi adiante pela interposição de condições técnicas e/ou jurídicas restritivas tomadas abstratamente. A questão, na verdade, se localiza em outro plano. O plano da afirmação do *Pacto Colonial* e de seu exercício absoluto por Portugal, o plano da prática mercantilista portuguesa de caráter comercial-metalista, planos esses que inviabilizam de saída qualquer possibilidade industrializante na colônia.

A colônia constituiu-se nessa pobre máquina de extrair excedentes, incapaz de retê-lo produtivamente, seja pelo manto espesso do colonialismo que lhe asfixiava, seja pelo caráter mesmo do mercantilismo português absolutamente voltado para os interesses dos exportadores de vinho, a não ser nos intervalos da influência do Conde da Ericeira e do Marquês de Pombal.

De outro lado há concepção de industrialização implícita nas análises sobre Minas Gerais no Século XVIII que passa ao longe de entender o verdadeiro significado da *industrialização*. Nesse sentido avançamos a partir daqui numa visão a respeito do significado da industrialização.

6. *Elementos para a Construção do Conceito de Industrialização*

Todas as sociedades humanas, até hoje, têm sido marcadas por uma mesma e absoluta característica: a necessidade de se apropriarem da natureza como forma insubstituível da reprodução humana. Independente da forma como o produto é formado e repartido, independente da forma como estabelecer-se-ão as relações sociais entre os produtores diretos, absoluta e soberana, domina a *"necessidade"*.

Esta presença da "necessidade" determina a característica a-histórica dos elementos do processo de trabalho, isto é, o fato da humanidade estar condenada ao trabalho como única forma de reprodução da espécie estabelece como constantes naturais, a-históricos os componentes do processo de trabalho, a saber: a) o sujeito do trabalho, a atividade adequada a um fim; b) o objeto do trabalho, a matéria a que se aplica o trabalho, as matérias-primas, e c) o instrumental de trabalho.

Independente do nível de desenvolvimento das forças produtivas, do desenvolvimento da tecnologia, das ciências aplicadas. Independente da forma de se estruturar a sociedade se escravista, se feudal, se capitalista... Independente da forma como se constituía uma formação social, estarão presentes, como elementos comuns constantes em seus atributos, aqueles três componentes do processo de trabalho.

Nas palavras de Marx: "O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária de intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender,

portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais".[47]

As características particulares a cada sociedade, a cada formação social, a fisionomia histórico-social de cada etapa do desenvolvimento da sociedade humana, serão estabelecidas a partir da forma concreta como se relacionem os três elementos do processo de trabalho, por um lado, e, por outro, pela forma do processo de valorização e apropriação do excedente. Vejamos mais de perto essa questão.

Na chamada etapa de transição para o capitalismo, configurou-se uma situação onde se combinaram elementos de figuras do antigo modo de produção feudal agonizante e elementos do novo modo de produção emergente, ainda não dominante inteiramente. A transição será marcada justamente por essa dualidade de determinações que sobreviverá até o modo de produção capitalista rompa o equilíbrio, arrastando tudo e todos a seu universo material e ideológico, instaurando suas relações sociais de produção, separando definitivamente os produtores dos seus instrumentos de trabalho e construindo as suas forças produtivas, o sistema de máquinas, a grande indústria capitalista.

O processo de trabalho na etapa de transição para o capitalismo herdou seus traços principais do modo de produção feudal. A forma de produção, o ritmo e a intensidade do trabalho, os instrumentos de trabalho (as ferramentas) são os mesmos da estutura corporativa feudal. Vigorava a base técnico-material, as forças produtivas feudais.[48] Configurava-se

47. MARX, Karl. *O Capital.* Livro I (trad. port.) Rio de Janeiro, 1968, p. 208.

48. É preciso considerar a existência de três grandes setores de produção durante a etapa de transição: a) o setor dominado pela «corporação de ofício», b) o setor dominado pelo grande capital mercantil (putting-out-sistem) e c) o setor dominado pelo pequeno produtor produzido fora das cidades, tentando fugir do duplo controle do grande comerciante e da «corporação do ofício». Marx vai considerar este último setor como aquele que será responsável pela Revolução Industrial. Ver MARX, Karl, *op. cit.,* livro III, p. 385.

uma situação em que o capital mercantil é dominante, em que existia trabalho assalariado, em que os instrumentos (as ferramentas) e os objetos de trabalho (matéria-prima) eram propriedade do grande comerciante, mas a produção, o processo de trabalho continuava controlado pelo mestre artesão, transformado em trabalhador assalariado, mas inteiramente autônomo nas determinações do processo de trabalho que continuará sendo ditado pelas regras da corporação de ofício.

Essa situação Marx caracterizou como sendo de subordinação formal do trabalho ao capital. Marx discute assim essa idéia: "Voltemos ao nosso capitalista em embrião. Deixamo-lo depois de ter ele comprado no mercado todos os elementos necessários ao processo de trabalho, os materiais, os meios de produção e o pessoal, a força de trabalho. (...) Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com o seu trabalho. Evidentemente, não muda a natureza geral do processo de trabalho. executá-lo o trabalhador para o capitalista e não para si mesmo. De início, a intervenção do capitalista também não muda o método de fazer calçados ou de fiar. No começo, tem de adquirir a força de trabalho como a encontra no mercado, de satisfazer-se com o trabalho de espécie que existia antes de aparecerem os capitalistas. Só mais tarde pode ocorrer a transformação dos métodos de produção em virtude da subordinação do trabalho ao capital, e por isso, só trataremos dela mais tarde".[49]

Mas o tratamento da questão prometido por Marx nesse trecho não se completa nos capítulos restantes de *O Capital.* Só recentemente, com a publicação do chamado Capítulo VI inédito, se pode acompanhar o desenvolvimento da discussão sobre a subordinação formal.[50]

---

49. MARX, Karl. *Op. cit.,* livro I, p. 209.

50. Estamos cientes da insistência com que alguns estudiosos do assunto colocam a maior pertinência da expressão «*subsunção formal*» em vez de «*subordinação formal*». Acreditando entretanto que a palavra subordinação em português é significativa o suficiente para expressar a

O ponto central dessa discussão é: apesar da introdução do trabalho assalariado, da separação dos produtores diretos de seus meios de produção (instrumentos de trabalho e objeto de trabalho), o processo de trabalho continua regido pelos métodos corporativos e a extração do excedente apenas secundariamente se dá na produção.

Por isso mesmo, no período de transição para o capitalismo, a extração do excedente, a apropriação do lucro estavam centrados na esfera da circulação, no comércio.

O grande comerciante, o capital mercantil dominante, detentor do monopólio do comércio, seja entre os países metropolitanos, seja desses com as Colônias, não tinha qualquer compromisso, qualquer interese na revolução do modo de produção feudal, já que seus lucros eram exclusivamente fruto da dominação monopolista que exerciam sobre o comércio. É claro que a possibilidade do surgimento do lucro comercial, do lucro proveniente do expediente de comprara barato e vender caro pressupõe a troca de não-equivalentes, ou seja, que as mercadorias não sejam vendidas por seus valores. Essa desigualdade nas trocas pode aparecer porque existe um amplo processo de espoliação, de pilhagem dos produtores, sejam eles da metrópole, sejam das colônias. Nas palavras de Marx: "A lei, segundo a qual o desenvolvimento do capital mercantil está a razão inversa do grau de desenvolvimento da produção capitalista patenteia-se melhor na história do tráfico praticado pelos venezianos, genoveses, holandeses, etc. Obtinham o lucro principal não exportando os produtos do respectivo país, mas servindo de intermediários na troca dos produtos de comuni-

---

idéia de ao memo tempo que estabelece uma ordem de dependência também significa *sujeitar, submeter,* que é o sentido que Marx quer realçar. Ou seja, que a palavra *subordinar* em português dá conta do fenômeno que Marx quer realçar. Ver, por isso, no Dicionário *Aurélio,* as acepções de subordinar e subsumir, p. 1342 e 1343. Para uma discussão mais aprofundada dos conceitos *subordinação formal e real do trabalho ao capital,* ver MARX, Karl. *El Capital,* livro I, cap. VI (inédito) (trad. esp.), 2ª edição, Buenos Aires, 1972, p. 54-77.

dades menos desenvolvidas no plano comercial ou mesmo econômico, e explorando os dois países produtores.

(...) O movimento do capital mercantil é D-M-D. Por isso, o lucro do comerciante provém, primeiro, de atos que ocorrem no processo de circulação, os atos de comprar e de vender, e, segundo, realiza-se no último ato, o de venda. É, portanto, lucro de venda, *profit upon alienation*. É evidente que o lucro comercial puro, independente, não pode aparecer, quando os produtos se vendem por seus valores. Comprar barato para vender caro é "a lei do comércio".[51]

A alteração profunda que a Revolução Industrial trará para o desenvolvimento capitalista será a libertação da acumulação de capital dos estreitos limites técnicos colocados pela base técnica corporativa-feudal.

A Revolução Industrial vem revolucionar a base técnica, o modo de produção. Vem retirar obstáculos representados por uma estrutura técnica baseada na habilidade do artesão, em sua energia física, em sua capacidade orgânica. A Revolução Industrial vem inverter as características do processo de produção, na medida em que significa que o processo de trabalho passará a ser determinado não mais pelo trabalhador e sua ferramenta, mas pelo capital, representado pela máquina.

Com a Revolução Industrial, tanto a velocidade quanto o ritmo, quanto a intensidade do trabalho passam a ser determinados pelo capital, pelo sistema de máquinas.

A estrutura corporativa estabelecia um método de trabalho em que o produto era formado a partir da ação do artesão sobre o objeto de trabalho (matéria-prima), utilizando-se para isto de instrumentos de trabalho, as ferramentas, que são impulsionadas por sua força, destreza, resistência, habilidade, etc, ou seja, a produção limitada pela capacidade físico-intelectual dos produtores, limitadas pelo organismo humano.

Ora, isso é incompatível com a volúpia da acumulação capitalista. A Revolução Industrial vem ser a construção de

51. MARX, Karl. *Op. cit.*, livro III, p. 378-9.

uma nova base técnica em que haverá a padronização da produção, um ritmo regular, cada vez mais infenso às condições psico-físicas do trabalhador.

A Revolução Industrial, a montagem das forças produtivas capitalistas vem retirar os obstáculos técnicos à acumulação de capital, colocando o capital em condições de se defrontar com seus próprios limites, com as contradições criadas pelo seu próprio movimento.

A Revolução Industrial vem colocar as condições para que a subordinação do trabalho ao capital, de formal, se transforme em real, consolidando assim o modo de produção especificamente capitalista. Isso significa que, com a Revolução Industrial, definitivamente, o trabalho se prestará acorrentado aos pés do capital, que se esmerará em ampliar ao máximo a produtividade do trabalho, a exploração do trabalho.

A constituição e desenvolvimento das forças produtivas capitalistas vem estabelecer uma nova dialética em que tudo converge para a redução do tempo de trabalho necessário, para a redução do valor da força de trabalho, para o barateamento, a depreciação do valor da força de trabalho. Essa a estrutura do processo de extração de mais-valia relativa, forma específica, principal, mas não exclusiva, do processo de valorização capitalista.

Dizer que o processo de extração de mais-valia relativa, que a subordinação real do trabalho ao capital são as ofrmas por excelência da dominação capitalista não significa dizer que sejam as formas *exclusivas* da dominação capitalista, que haja alguma coisa como um preconceito, uma veleidade burguesa em só utilizar as formas de dominação por ela desenvolvidas. Longe disso, a história da dominação capitalista está repleta de situações em que o velho e o novo, em que o atrasado e o moderno, em que o "civilizado" e o selvagem se combinam dialeticamente, desigualmente.

Só para citar um exemplo conspícuo, lembremo-nos de como o capitalismo emergente, em luta contra o sistema feudal, contra a servidão e os privilégios feudais, ao mesmo tempo em que proclama alto e bom som a liberdade, a igualdade, a

fraternidade, que instaura o trabalho livre na Europa, reinventa, nas colônias, o trabalho escravo, redescobre a utilidade dos grilhões e do cativeiro.

Essa combinação, essa permanência do velho, a reinvenção de figuras e processos pretéritos é uma das características centrais do capitalismo.

O capital não se condena à sua própria lei, não se restringe ao fim que ele próprio estabeleceu como normal, como padrão. Quando lhe convém, transgride seus próprios estatutos, deixando a seus ideólogos a tarefa de exaltarem a magnificência da concorrência (enquanto o capital se monopoliza), da democracia (enquanto cada vez mais o autoritarismo e o fascismo se agigantam) e da liberdade (cada vez mais a liberdade de explorar).

Um exemplo desse "descompromisso" com sua própria "especificidade" Marx ressalta no seguinte trecho de *O Capital:* "Ao tratar da produção da mais-valia, temos pressuposto sempre que o salário tem um valor pelo menos igual ao da força de trabalho. A redução compulsória do salário abaixo desse valor, entretanto, desempenha na prática papel sumamente importante para não nos determos por um momento em sua análise. Dentro de certos limites, essa redução transforma efetivamente o fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital".[52]

O capital não precisa do roubo direto ao fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador para formar a mais-valia. Isso não é necessário, não é a regra, o específico do capital, mas ele o fará se não houver outra forma, ou se as condições de barganha dos trabalhadores forem tão reduzidas que não possam resistir a essa outra violência.

Acostumamo-nos a pensar o capitalismo como o sistema do progresso tecnológico, do desenvolvimento extraordinário das comunicações, dos transportes, como sinal de civilização. Mas nós assustaríamos com uma outra cara do capitalismo, primi-

52. ————. *Op. cit.*, livro I, p. 696-7.

tiva, atrasada, desconhecida, uma cara marcada pelo atraso e pela miséria extrema, pela ausência do progresso tecnológico, pela permanência do passado. Nos assustaríamos mais ainda se descobríssemos que esse mundo estagnado e pobre, tão aparentemente isolado do outro, do mundo "das luzes e do progresso", na verdade, foi inventado pelo capital; que nele o atraso, a decadência, o imobilismo são o avesso do movimento e do progresso técnico.

Nas palavras de Trotsky: "Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo e combinado. (...) Um país atrasado freqüentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. (...) Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas".[53]

53. TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. 1º vol. (trad. port.), Rio de Janeiro, 1967, p. 24-5.

PROBLEMAS BRASILEIROS
REVISTA MENSAL
Diretor: ROBERT EUGÈNE APPY
Assinatura anual: Cr$ 2.800,00
Avenida Paulista, 119 - 3º andar - 01311 - São Paulo - SP

As Exportações de Minas Gerais no Século XIX

ROBERTO BORGES MARTINS (*)
MARIA DO CARMO SALAZAR MARTINS (*)

Em trabalhos anteriores [1] apontamos para a natureza peculiar da economia de Minas Gerais no século passado. Nascida a partir do rush minerador do século dezoito, essa economia começou desde cedo a desenvolver a pecuária, a agricultura de alimentos e alguma atividade manufatureira, que gravitaram em torno dos núcleos de mineração e abasteciam a população neles engajada, bem como a das florescentes vilas e cidades da capitania.

Com a rarefação das jazidas aluvionais, ainda na segunda metade do setecento, começa o esgotamento do "ciclo" da mineração, que vai se processar de forma fulminante. No início do século dezenove a economia regional já tinha adquirido uma nova feição, cujos contornos principais (exceção feita ao desenvolvimento do setor cafeeiro) permaneceriam inalterados até o presente século.

---

* Do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR da UFMG. A pesquisa que resultou nesse trabalho foi parcialmente financiada com recursos da FINEP. Os autores agradecem ao staff do Arquivo Público Mineiro, cuja eficiente colaboração foi fundamental para a realização da pesquisa.

1. MARTINS, Roberto M. «Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brasil» (Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1980); idem, ibid., *The journal of Economic History,* vol. 42, nº 1 (março 1982); e Roberto B. Martins e Amilcar Martins Filho, «Slavery and Economy in Nineteenth-Century Minas Gerais: A Revisionist View», *Hispanic American Hostorical Review* (a sair em maio 1983).

As aglomerações urbanas perderam importância e a população se dispersou pelo vasto território da província. As atividades que eram auxiliares à mineração se tornam centrais no panorama econômico mineiro. Um elevado grau de isolamento, auto-suficiência e diversificação interna passa a ser o traço predominante. O grosso da atividade econômica se destina ao autoconsumo e ao mercado interno da região: as trocas interprovinciais e internacionais pouco impacto tem sobre a vida da província.

Tudo isso ocorre num contexto de expansão da ocupação territorial, de crescimento demográfico acelerado e — aqui reside a principal peculiaridade do caso mineiro — de vigoroso crescimento da população escrava. O contingente servil de Minas em 1819 (168.543) já era o maior do país e se expandiu rapidamente atingindo 381.893 indivíduos em 1873, constituindo-se então em mais de 25 por cento da população escrava do Brasil. Nossas estimativas indicam que, do início do século até o censo do império, Minas importou cerca de 400 mil cativos, em termos líquidos, sendo de longe a principal região importadora do Brasil e uma das principais do Novo Mundo.[2]

Essa conjugação — a fraca vinculação da região com as grandes linhas do comércio internacional, sua fraca performance exportadora, a escassa presença da *plantation* exportadora, a diversificação e a orientação para o mercado interno, de um lado, e de outro o tamanho absoluto e o crescimento do contingente escravo — é singular na história da escravidão moderna. Ela desafia o paradigma "monocultura exportadora — latifúndio — escravidão" que predomina na historiografia (e que de fato prevaleceu em todas as grandes economias escravistas americanas), suscita controvérsia e convida ao aprofundamento da investigação.

O presente trabalho (que aqui é apresentado em versão preliminar) busca ampliar a base empírica de nosso conheci-

2. MARTINS, Roberto B. «Growing in Silence», cap. 4 e idem, «Minas Gerais no século XIX: O Tráfico e o Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora», *Estudos Econômicos* (a sair).

mento sobre as exportações mineiras no século dezenove. Além de retrabalhar materiais já conhecidos, foi feito um extenso levantamento de fontes primárias inéditas, da literatura secundária e da legislação pertinente. Isso nos permitiu obter séries bem mais completas e, pretendemos, mais rigorosamente construídas que aquelas até agora disponíveis. Na primeira parte apresentamos a evolução do valor real das exportações, conjugando-a com o crescimento da população da província. Na segunda parte são analisadas a composição das exportações mineiras e o comportamento individual de alguns dos produtos mais notáveis.

Tendências de Longo Prazo do Valor Real das Exportações

É importante definir, logo de início, o significado do termo "exportações mineiras". No período em questão eram tratadas como exportações e registradas como tal nos postos aduaneiros (recebedorias) da província todas as mercadorias que cruzavam a fronteira provincial, fossem elas dirigidas ao mercado das outras províncias brasileiras ou destinadas à exportação para o estrangeiro. Os dados englobam portanto o comércio interprovincial e o comércio internacional de Minas, sendo impossível (e absolutamente desnecessário para o propósito presente) discriminar rigorosamente os dois fluxos, muito embora se saiba, grosso modo, quais os principais produtos destinados a mercados externos e quais aqueles que eram consumidos nas outras províncias.

A origem dos dados é fiscal, ou seja, as mercadorias eram registradas pelas recebedorias para efeito de cobrança de imposto. Isso significa que, a rigor, os registros não incluem o conjunto completo das mercadorias exportadas, visto que algumas poucas não eram taxadas. A diferença, entretanto, é absolutamente desprezível: o peso dos produtos isentos era insignificante. Muitas vezes a concessão da isenção representava apenas um desejo inócuo do legislador em estimular o surgimento de certas indústrias.

No caso de produtos efetivamente produzidos e exportados, a mentalidade "arrecadadora" predominante garantia que a isenção se aplicasse apenas a aqueles que fossem marginais do ponto de vista da receita. Assim, por exemplo, os 42 produtos que foram excluídos da pauta durante alguns anos da década de oitenta tinham representado apenas 0,23 a 0,58 por cento do valor oficial total das exportações durante o quinqüênio anterior. Nem mesmo a exclusão do ouro e dos diamantes constituem, no período em questão, uma exceção à afirmação acima.

Até o final dos anos trinta só foi possível obter quadros razoavelmente completos das exportações para os anos de 1818-19 e 1827-28. A partir do ano financeiro de 1839-40 (os exercícios financeiros eram contados de 1º de julho a 30 de junho, até 1887) as exportações passaram a ser registradas de maneira sistemática. A lei provincial nº 154, de 9 de abril de 1838, dividiu os produtos taxados em duas categorias — gêneros manufaturados e gêneros de produção e criação — e os sujeitou aos impostos de 3 e 6 por cento, respectivamente, cobrados sobre os valores oficiais que constavam de uma pauta anexa. Exceto pelos reajustes dos valores oficiais feitos de tempos em tempos, e por algumas modificações na alíquota dos café (entre 3 e 4 por cento) esse sistema permaneceu basicamente inalterado até o fim do período imperial.

Os valores oficiais tem muito pouco significado durante a maior parte do período, a não ser, presumivelmente, como indicadores dos preços relativos das mercadorias. As pautas passavam vários anos sem serem reajustadas (a pauta de 1842, por exemplo, só foi revista em 1859), estabelecendo-se enormes diferenças entre os preços oficiais e os preços de mercado.

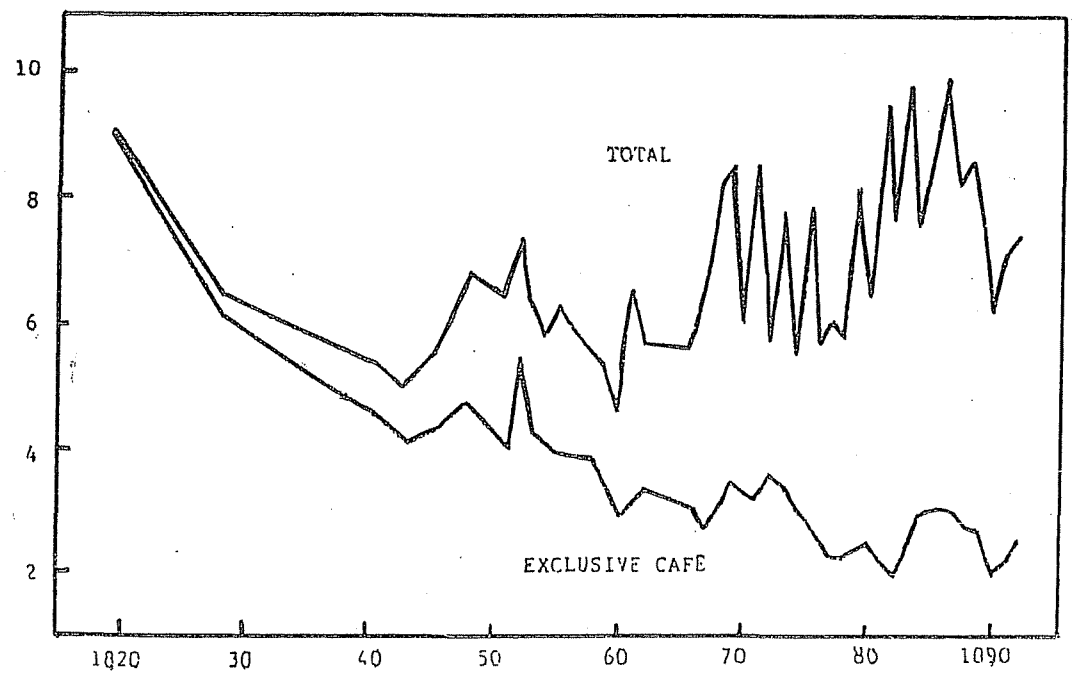
Conseguimos recuperar a tabelas oficiais completas referentes a 37 dos 52 exercícios financeiros compreendidos no período 1839-40 a 1892. Em cinco outros casos (1856-57, 1865-66, 1866-67, 1885-86 e 1886-87) foi possível reconstituir esses quadros de forma bastante satisfatória, a partir de

diversas fontes e em três casos (1862-63, 1864-65 e 1884-85) foi feita uma reconstituição parcial.

A tabela 1 apresenta a evolução do valor real das exportações no período 1818-19 a 1892. Os preços utilizados são os da pauta de 19 de outubro de 1860, a qual, segundo fonte contemporânea, foi "a primeira que nivelou a avaliação aos preços correntes do mercado".[3]

A característica mais notável da série é o fato do crescimento do valor real se dever, na sua quase totalidade, ao crescimento das exportações de café. A expansão cafeeira foi rápida (com as oscilações que lhe são peculiares), especialmente a partir dos anos 60, quando ocorreu uma melhoria substancial do sistema de transportes da zona cafeeira (a abertura da União e Indústria em 1861 e a chegada dos trilhos da D. Pedro II em 1869).

O *boom* cafeeiro, entretanto, pouco teve a ver com a vida econômica do conjunto da província. Durante todo o



3. RIBEIRO, Joaquim Cypriano. *Índice Alphabético, Noticia Histórica e Consolidação de Lei Mineiras, Disposições Regulamentares e Ordens Relativas a diversos ramos do Serviço Provincial desde 1835*. Ouro Preto: Typ. de Carlos G. Andrade, 1883. p. 22.

império ele permaneceu praticamente confinado a uma pequena faixa da Zona da Mata, ao longo da fronteira com o Rio de Janeiro. Nem mesmo toda essa zona era cafeeira: seus municípios interiores (Ponte Nova, Piranga e Santa Rita do Turvo) permaneceram largamente à margem da cultura do café nesse período. À época do censo do império a região cafeeira detinha menos de 15 por cento da população livre e cerca de um quarto da população escrava da província. Nossas estimativas indicam que o número de escravos engajados na indústria cafeeira de Minas se situava em torno de 5 mil na metade do século, crescendo até atingir um máximo de 36 mil em 1887, não ultrapassando jamais a marca de 19 por cento da *força de trabalho* servil. A região cafeeira não representava no final do período mais do que 4 por cento do território provincial.[4]

A Zona Sul só apareceu no cenário cafeeiro na década de 80 e só depois que o impacto da abolição desorganizou a produção da Mata é que a participação do Sul passou a ser significativa.

O desempenho dos produtos não-cafeeiros é muito mais representativo do resto da província, a enorme área situada fora da zona cafeeira, e que continha a vasta maioria das populações livre e escrava.

O valor real das exportações desses produtos permaneceu praticamente estagnado até o meado da década de oitenta. Essa estagnação é especialmente notável durante a primeira metade do século, porque este é, por excelência o período de rápido crescimento da população escrava. Sua continuação durante a década de 50 e princípio da seguinte sugere a inelasticidade da oferta com relação aos preços, uma vez que este é um período de aumento generalizado dos preços dos alimentos nos principais mercados consumidores dos produtos mineiros, especialmente no Rio de Janeiro. E empresta força às idéias de que a economia primeira reagia pouco aos estímulos de mercado e que pelo menos boa parte das exportações

4. MARTINS, «Growing in Silence», cap. 3.

MINAS GERAIS: VALOR REAL DAS EXPORTAÇÕES, 1818-1892
(Em Contos de Réis, a Preços de 1860)

ANO	CAFÉ	OUTROS PRODUTOS *	TOTAL
1818-19	34	5.732	5.766
1827-28 (1)	285	4.791	5.076
1839-40	852	4.663	5.515
1842-43	924	4.488	5.412
1844-45	1.310	4.924	6.234
1847-48	2.609	5.736	8.345
1850-51	3.151	5.157	8.308
1851-52	2.445	7.227	9.672
1852-53	2.592	5.814	8.406
1853-54	2.195	5.668	7.863
1854-55	3.291	5.598	8.889
1855-56	2.856	5.753	8.609
1857-58	2.401	5.905	8.306
1858-59	3.114	5.083	8.197
1859-60	2.411	4.633	7.044
1860-61	5.389	5.101	10.490
1861-62	3.804	5.599	9.403
1865-66 (2)	4.563	5.605	10.168
1866-67	7.526	4.962	12.488
1867-68	9.803	5.741	15.544
1868-69	9.777	6.632	16.409
1869-70	5.213	6.497	11.710
1870-71	10.620	6.528	17.148
1871-72	4.300	7.497	11.797
1872-73	9.198	7.211	16.409
1873-74	5.245	6.560	11.805
1874-75	11.050	6.282	17.332
1875-76	7.004	5.832	12.836
1876-77	9.183	5.115	14.298
1877-78	8.624	5.349	13.973
1878-79	14.207	5.790	19.997
1879-80	9.938	6.060	15.998
1880-81	18.757	5.676	24.433
1881-82	14.643	5.169	19.812
1882-83	19.630	6.603	26.233
1883-83 (3)	12.574	8.183	20.757

(Continua)

(Continuação)

ANO		PER CAPITA	PER CAPITA
1885-86 (4)	15.065	8.747	23.812
1886-87 (4)	15.065	8.747	23.812
1888	17.667	8.413	26.080
1889	16.204	8.432	24.636
1890	13.595	6.200	19.795
1891	16.248	7.144	23.392
1892	15.846	8.284	24.130

FONTE: Quantidades: Tabelas do apêndice.
Preços: Pauta estabelecida por ato de 19/10/1860.

* Valor dos 14 produtos seguintes, fumo, pano de algodão, queijos, rapaduras, solas, toucinho, caprinos, eqüinos, muares, bovinos, suínos, galinhas, algodão em rama, e ovinos. Esses produtos (com exceção do algodão em rama, no período 1883-84 a 1886-87), juntamente com o café, estavam presentes em todas as pautas e portanto tiveram as quantidades registradas. Os 15 produtos eram responsáveis pela quase totalidade do valor das exportações mineiras. Nos 43 anos da tabela eles representaram, (em porcentagem do valor oficial total): 94,3 em 1818-19; 95,6 em 1873-74; 96,0 em 1877-78; mais de 97 em 8 anos, mais de 98 em 16 anos, e mais de 99 em 15 anos. O valor oficial em 1827-28 não é conhecido. O valor oficial em 1827-28 não é conhecido. O valor real dos «outros produtos» foi ajustado pelo coeficiente 1/x, onde x = valor oficial corrente dos 14 produtos listados dividido pelo valor oficial corrente do total das exportações não-cafeeiras, com exceção do ano de 1828-28.

1. Os valores estão ligeiramente subestimados, porque só são conhecidas as exportações para o Rio de Janeiro.
2. Valor dos «outros produtos» calculado com base em 13 dos 14 itens listados. Não se conhece a quantidade das *solas* exportadas. O impacto sobre os valores é desprezível.
3. Valor dos «outros produtos» calculado com base em 13 itens, por não se conhecer a quantidade do *algodão em rama*, que era isento nesse ano. O impacto sobre os valores é desprezível.
4. Valor dos «outros produtos» calculado com base em 12 itens, por não se conhecer as quantidades do *algodão em rama* (isento) e das *solas*. O impacto sobre os valores é desprezível. O ano fiscal de 1886-87 foi prorrogado até o final de 1887, compreendendo 18 meses. Os dados da tabela acima são os valores desses 18 meses multiplicados por 2/3.

era constituída de meros excedentes eventuais da produção sobre as necessidades locais de consumo. Essa impressão é confirmada pela análise das séries de exportação de alimentos.

Nos anos 80 o valor real das exportações não-cafeeiras começa a crescer, um fato provavelmente associado ao surgi-

MINAS GERAIS: ORIGEM REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ, 1818-1892

(Anos Selecionados: Percentagens da Exportação Total de Café)

ANO	MATA	SUL	RESTO DE MINAS
1818-19	99,7	—	0,3
1842-43	99,9	0,1	*
1844-45	100,00	—	*
1847-48	99,8	0,2	*
1850-51	99,8	0,2	*
1861-62	99,7	0,3	*
1867-68	99,7	0,2	*
1881-82	97,0	2,8	0,2
1883-84	93,2	6,4	0,4
1888	94,6	4,7	0,7
1889	89,3	9,2	1,6
1890	79,5	18,8	1,7
1891	80,5	16,9	2,6
1892	80,1	12,5	7,4

FONTE: Tabelas oficiais da exportação.

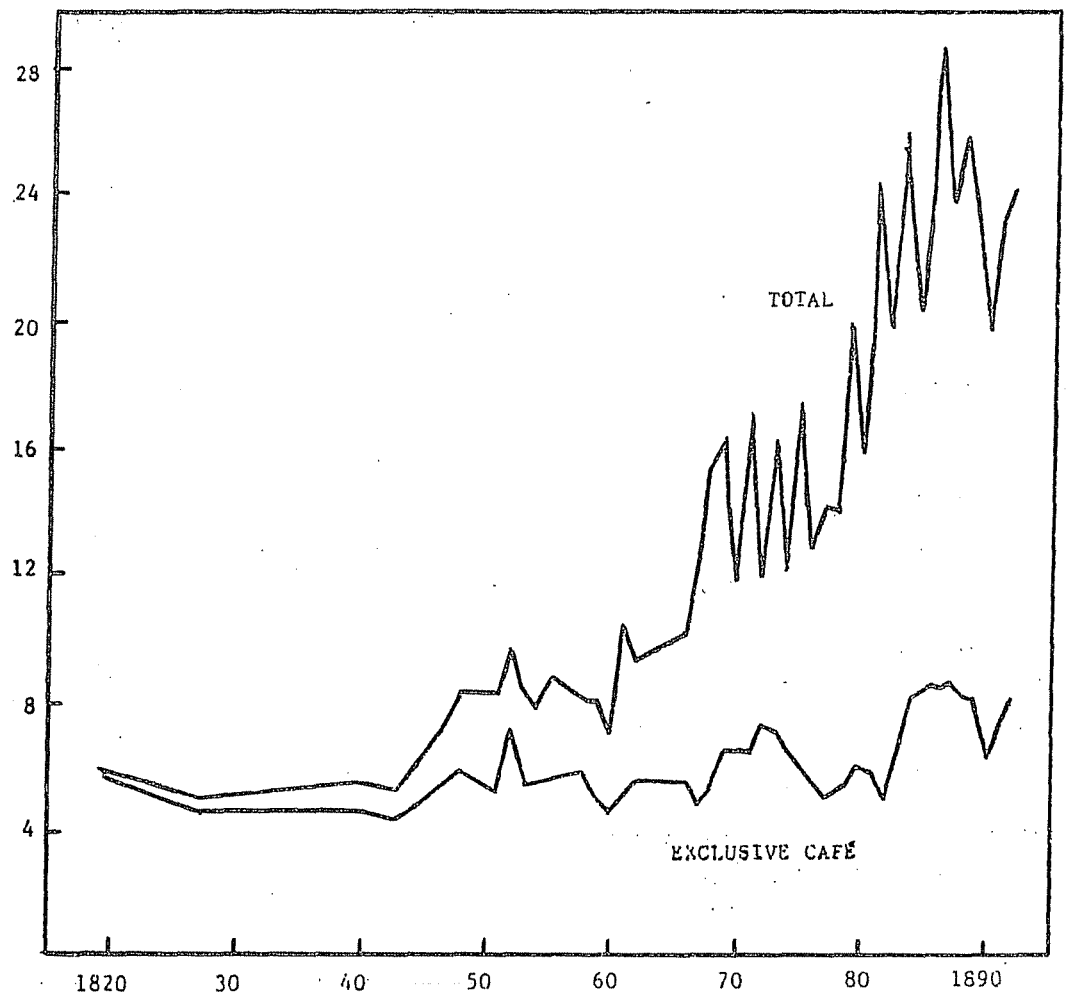
(—) Significa zero.

(*) Significa diferente de zero, mas menor que 0,1 porcento.

As linhas podem não somar 100,0 devido a arredondamentos. A origem das exportações foi identificada pela localização das recebedorias através das quais elas foram feitas.

mento de uma incipiente rede ferroviária no sul e no sudoeste, ao desenvolvimento da rede da Leopoldina na Mata (que era uma das principais produtoras de produtos não-cafeeiros) e à penetração da D. Pedro II e seus ramais na região central da província. É interessante notar ainda que, se ao crescimento rápido do contingente servil não se associou uma expansão das exportações de "outros produtos", o declínio da escravidão e mesmo a abolição final pouco afetaram essas exportações, pelo menos até 1892.

A população total de Minas aumentou rapidamente no século dezenove: ela passou de 631.885 em 1819 para 3.184.099 indivíduos em 1890, crescendo a uma taxa média 2,3 por cento por ano, que pode ser considerada extremamente elevada para uma população não-européia nesse período.



O valor real per capita das exportações apresenta marcada tendência ao declínio e depois à estagnação até o terceiro quartel do século. No final do período observa-se ligeira recuperação, mas ainda insuficiente para recompor o nível de 1818-19: dentre todos os anos analisados em apenas três o valor per capita superou esse nível. A queda no valor real per capita das exportações dos "outros produtos" é vertiginosa: em 1892 ele representava apenas 28 por cento do nível de 1818-19. Em trabalho anterior[5] já tivemos oportunidade de mostrar que as exportações per capita de Minas Gerais eram as menores do país, situando-se, na segunda metade do século dezenove, substancialmente abaixo daquelas das outras regiões do Brasil.

5. MARTINS, «Growing in Silence», cap. 5.

MINAS GERAIS: VALOR REAL «PER CAPITA» DAS EXPORTAÇÕES
1818-1892

(Em Réis, a Preço de 1860)

ANO	PER CAPITA EXPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES PER CAPITA EXCLUSIVE CAFÉ
1818-19	9.125	9.071
1827-28	6.574	6.205
1839-40	5.469	4.624
1842-43	5.020	4.163
1844-45	5.530	4.367
1847-48	6.924	4.759
1850-51	6.448	4.002
1851-52	7.341	5.485
1852-53	6.240	4.316
1853-54	5.708	4.115
1854-55	6.312	3.975
1855-56	5.978	3.995
1857-58	5.517	3.922
1858-59	5.324	3.301
1859-60	4.475	2.943
1860-61	6.517	3.169
1861-62	5.713	3.402
1865-66	5.651	3.115
1866-67	6.788	2.697
1867-68	8.262	3.052
1868-69	8.531	3.448
1869-70	5.953	3.303
1870-71	8.527	3.246
1871-72	5.736	3.645
1872-73	7.804	3.430
1873-74	5.478	3.044
1874-75	7.850	2.845
1875-76	5.673	2.578
1876-77	6.167	2.206
1877-78	5.882	2.252
1878-79	8.215	2.379
1879-80	6.413	2.429
1880-81	9.559	2.221
1881-82	7.564	1.973

(Continua)

(Continuação)

ANO	PER CAPITA EXPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES PER CAPITA EXCLUSIVE CAFÉ
1882-83	9.774	2.460
1883-84	7.547	2.975
1883-84	7.547	2.975
1885-86	10.017	3.015
1886-87	8.047	2.956
1888	8.600	2.774
1889	7.928	2.714
1890	6.217	1.947
1891	7.258	2.217
1892	7.396	2.539

FONTE: Valor real das exportações: Quadro nº

População: *1819*: Estimativa do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, reproduzida em Oliveira Vianna, "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brazil". In Directoria Geral de Estatística, *Recenseamento do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920.* Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. Vol. 1, p. 405.

1873: Recenseamento de 1872 (realizado em Minas em 1º de agosto de 1873). Dado ajustado para incluir as 14 paróquias não-recenseadas. Oliveira Vianna, "Resumo Histórico", p. 414-52.

1890: Recenseamento de 1890. Oliveira Vianna, "Resumo Histórico", p. 418.

1900: Recenseamento de 1900. Estado de Minas Geraes, *Annuário Estatistico. Anno II (1922-1925)*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1929. Os dados para os outros anos foram obtidos aplicando-se as taxas de crescimento observadas entre os anos acima.

Composição das Exportações e Evolução dos Principais Produtos

A tabela abaixo mostra como evoluiu a composição das exportações mineiras. Além do vigoroso aumento da porcentagem do café a tabela apresenta algumas características notáveis, que vale a pena ressaltar:

MINAS GERAIS: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR PERÍODOS

(Porcentagens do Valor Oficial Total)

Produtos	1818-19	1839-48	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89	1890-92
Café	1,7	29,1	56,1	50,8	63,7	79,5	84,6
Bovinos	14,8	19,6	13,5	15,2	13,8	8,9	7,3
Suínos	7,2	5,8	3,6	2,7	1,8	1,0	0,8
Toucinho	17,4	16,4	8,8	9,8	8,0	3,6	1,2
Queijos	6,3	3,5	2,1	2,2	2,2	2,0	1,6
Fumo (1)	4,2	10,9	7,9	7,4	7,4	3,7	3,0
Tecidos (2)	11,1	9,7	5,1	2,4	0,9	0,1	*
Açúcar	2,7	0,3	0,3	0,3	0,1	(4)	(4)
Algodão (3)	22,0	0,1	*	1,0	0,3	*	*
Arroz	*	*	*	*	*	*	*
Feijão	*	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Feijão	*	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros	12,6	4,4	2,3	7,8	1,4	1,0	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabelas do apêndice.

(*) Significa participação menor que 0,1 por cento.
(1) Inclui mel de fumo.
(2) Inclui pano de algodão e pano riscado.
(3) Inclui algodão em rama e algodão com caroço.
(4) Isento de taxa nesses períodos.

1. *Os produtos de origem pecuária constituiam uma importante parcela do valor total,* a mais importante depois do café. Os quatro produtos listados não esgotam a lista das exportações de origem pecuária (havia inúmeras outras, como couros e solas, muares, equinos, caprinos, ovinos, aves domésticas, etc.), mas respondem por 45,7, 45,3, 28,0, 29,9, 25,8, 15,5 e 10,9 por cento do valor oficial total, nos períodos indicados na tabela. Com relação ao valor das exportações não-cafeeiras esses quatro produtos constituiram 46,5, 63,9, 63,8, 60,8, 71,1, 75,6, 70,1, respectivamente, nos mesmos períodos.

É importante lembrar que a atividade pecuária é pouco intensiva de mão-de-obra e, na historiografia da escravidão, é tradicionalmente considerada incompatível com o regime servil.

No que diz respeito às quantidades, os bovinos e os queijos apresentam tendência ascencional ao longo do período. (Veja os quadros anexos). Os queijos permanecem abaixo do nível de 1818-19 até a década de 80, crescendo de forma lenta até superar essa marca nos anos finais do período. O toucinho permanece praticamente estagnado enquanto os suínos crescem, com oscilações até o meado do século, para declinar na segunda metade.

2. *A participação da agricultura não-cafeeira era extremamente limitada.* Dos produtos tradicionalmente associados com a grande lavoura escravista na América, apenas o fumo (que em Minas não era cultivado em *plantations*) tem uma participação significativa. A tendência da quantidade exportada desse produto, entretanto, é apenas ligeiramente crescente, com oscilações.

A participação do açúcar é insignificante. Apesar de ter um grande número de unidades produtoras (fazendas diversificadas onde se produzia açúcar, rapaduras e aguardente, entre outros produtos) disseminadas por todo o território provincial e da produção ser aparentemente grande (Minas era autosuficiente na produção de açúcar), ela era praticamente toda consumida internamente. Nem mesmo a criação de usinas centrais na década de 80 alterou esse quadro.

A exportação de algodão era importante no início do século, quando Minas chegou a contribuir com cerca de ? por cento das exportações brasileiras. Essa cultura também era largamente disseminada na província (principalmente em pequenas roças de camponeses livres) e o algodão mineiro, especialmente o da região de Minas Novas era de boa qualidade e muito bem aceito no mercado inglês. Sua competitividade entretanto era reduzida, devido à localização da produção e aos custos do transporte e as exportações tiveram um declínio

fulminante da década de 1820 (alguns autores, como Luis Amaral, atribuem esse declínio à expansão da produção cafeeira. Essa explicação é obviamente equivocada: em primeiro lugar a produção de café nas décadas de 20 e 30 era insignificante, não ocupando sequer dois mil escravos, e, além disso os dois produtos não competiam nem por mão-de-obra nem por terras. A decadência das exportações não significou o desaparecimento da cultura algodoeira em Minas: ela continuou existindo e suprindo a animada indústria têxtil doméstica da província. Quando a guerra civil desorganizou a produção norte-americana, o setor foi capaz de expandir rapidamente suas exportações, mas o *boom* teve curta duração, encerrando-se no início dos anos 70. Exceto durante esse período e o início do século, as exportações mineiras raramente chegaram a atingir 0,1 por cento das exportações brasileiras de algodão. Mesmo durante o *boom* dos anos 60 Minas nunca chegou a contribuir com 2 por cento do total brasileiro.

3. *A participação da agricultura de alimentos é também insignificante.* O arroz, o feijão e o milho eram largamente cultivados, e constituíam a base da dieta da população mineira, sendo o último ainda extensamente utilizado como ração para animais. Durante o período em análise Minas era auto-suficiente na produção desses alimentos. Estimativas apresentadas em trabalho anterior indicam que mais de 99 por cento da produção mineira desses cereais era consumida internamente.[6] As quantidades exportadas desses produtos (assim como de farinha de milho e farinha de mandioca) eram irrisórias e servem para dissipar qualquer idéia de que Minas possa ter sido o celeiro da região centro-sul do Brasil no século dezenove. A noção de que a província participava de uma divisão regional do trabalho (onde o Rio de Janeiro e São Paulo produziam café e Minas as abastecia de alimentos), numa posição semelhante a aquela atribuída ao Rio Grande do Sul, é totalmente infundada.

6. MARTINS, «Growing in Silence», cap. 5.

4. Finalmente, vale a pena ressaltar a interessante *participação dos tecidos de algodão,* uma atividade pouco usual no contexto das economias escravistas. Essa exportação, que se mantém acima de um milhão de metros por ano até 1875, era produzida num sistema de manufatura doméstica disseminado por toda a província, e que empregava um grande contingente de livres e de escravos. Depoimentos contemporâneos atestam que fiação e a tecelagem doméstica eram a principal atividade econômica de vilas inteiras. O "pano de Minas" era largamente utilizado para vestuário de escravos e de populações pobres em várias províncias brasileiras e mesmo exportado para a região do Rio da Prata. Entretanto nem mesmo nessa indústria a exportação era o principal destino da produção: estimativas contemporâneas (década de 1830) indicam que pelo menos dois terços da produção eram consumidos internamente. Com o desenvolvimento da indústria têxtil fabril nos anos 70 as exportações caem abruptamente, embora a manufatura doméstica ainda tenha sobrevivido por muito tempo no interior de Minas.[7]

7. Sobre o assunto veja MARTINS, «A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX», mimeo., 1982.

AJURIS

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

Diretores: DES. ATHOS G. CARNEIRO

DES. LENINE NEQUETE

Palácio da Justiça, 2º andar, Praça Mal. Deodoro

PORTO ALEGRE, RS

Natureza e Perspectiva da Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais

MAURICIO BORGES LEMOS

1. *Introdução*

Dois temas constituem os principais objetos deste estudo. O primeiro é a análise do processo de centralização espacial da indústria, com ênfase no período recente, a partir do qual se pretende determinar a natureza, os limites e as possibilidades da industrialização na periferia brasileira, especialmente em Minas Gerais. O segundo, diretamente articulado ao primeiro, consiste na análise do mesmo problema no contexto específico da indústria de bens de capital.

A ênfase na indústria de bens de capital tem procedência e precede-se, na realidade, a três fatos principais. O primeiro está relacionado à possibilidade, aventada por alguns autores, de se proceder, no âmbito da indústria de bens de capital, a uma efetiva descentralização espacial. O segundo precede-se à própria conjuntura recente da indústria mineira, especialmente a de bens de capital, que tem enfrentado uma séria crise. O terceiro e mais importante relaciona-se com o próprio papel da indústria de bens de capital no processo de industrialização que lhe dá a seqüência e dinâmica próprias. Nesse sentido, acredita-se mesmo que antes de 1930 não teria havido processo de industrialização no Brasil, na medida em que estaria desprovido de seqüência, ritmo e dinâmica interna, somente garantidos sob a égide da evolução desta indústria. Segundo alguns autores, estas condições só passariam a existir

a partir dos anos cinqüenta, quando se internalizou a chamada "industrialização pesada".[1] Em suma, a indústria de bens de capital é decisiva para o sucesso relativo de qualquer processo de industrialização, tenha ele dimensão nacional ou regional, como é o caso do presente estudo.

No que se segue, começamos por uma breve análise da evolução da estrutura industrial nos últimos quarenta anos, de forma a se ter uma referência concreta do papel e peso da indústria de bens de capital. Na seqüência, analisamos a distribuição e evolução espacial da indústria de transformação e do subsetor do qual emerge a indústria de bens de capital: o complexo eletromecânico. A seguir, introduzimos um breve "intermezzo" para estabelecermos uma tipologia locacional para, finalmente, fazermos um breve estudo introdutório do parque mineiro de bens de capital.

2. *A Indústria de Bens de Capital e a Estrutura Industrial*

A evolução da indústria de transformação no Brasil no período pós-1930 tem sido marcada por uma sistemática reestruturação da estrutura industrial. De um certo modo, a direção do processo é identificada, virtualmente ao próprio conceito de industrialização e que consiste na permanente orientação do crescimento para os gêneros componentes do complexo eletromecânico. De outro lado, a chamada indústria tradicional (têxtil e alimentos entre os principais) tem ficado à retaguarda do processo, marcada por taxas de crescimento pouco expressivas que resultam na sua perda de participação e importância no conjunto da produção industrial.

Com efeito, de uma participação de apenas 5,5% em 1939, o subtotal dos gêneros mecânicos, material elétrico e material de transporte aumenta para uma participação de 15% em 1959, 20,5% em 1970 e 22,4% em 1975 em termos do VTI

1. Este termo é utilizado por J. M. Cardoso de Melo. *O Capitalismo Tardio*. Tese de Doutoramento, UNICAMP, 1975, mimeo.

total da indústria de transformação (Ver Tabela 1). Paralelamente, observa-se um avanço — embora não tão acentuado da metalúrgica e a indústria química e de borracha que ao lado dos três supra citados, compõem o setor dinâmico da indústria de transformação no Brasil. Como conseqüência, a participação da indústria tradicional reduziu-se acentuadamente: Em 1939, somente têxtil e produtos alimentares detinham 45,5% do VTI da indústria, participação reduzida para 28,4% em 1959 e 22,8% em 1970 e 17,4% em 1975 (Ver Tabela 1).

É por demais sabido que a operacionalização do Conceito de Indústria de Bens de Capital envolve a subdivisão dos gêneros de mecânica, material elétrico e transportes em subgêneros (análise censitária a 4 dígitos), o que impossibilita uma articulação correta e coincidente das indústrias nos diversos censos, especialmente, entre os censos de 1950 e 1960 e os de 1970 e 75.

Segundo metodologia desenvolvida por Macedo,[2] obtemos uma classificação razoável que permite a comparação dos censos de 1949 a 1975. Assim, a indústria de Bens de Capital (embutida nos gêneros de mecânica, material elétrico e material de transportes) corresponderia a 5.4% do VTI da indústria de transformação em 1949, participação que teria aumentado para 10,4% em 59, 11,5% em 1970 e mais de 16% em 1975 (Ver Tabela 2). Ao mesmo tempo, a indústria de bens de consumo duráveis teria evoluído de uma participação ínfima em 1949 (0,1%) para 6,8% em 1970.

Como era de se esperar, as grandes perdas ficaram por conta da indústria de bens de consumo não-duráveis composta pelos gêneros tradicionais: De uma participação de mais de 60% em 1949, esta indústria cai para pouco mais de 33% em 1975 o que indica uma redução de quase 50% (Ver Tabela 2).

---

2. MACEDO, Luiz A. *Classificação da Indústria de Bens de Capital nos Censos de 1949, 1959, 1970 e 1975,* CEDEPLAR - 1982, mimeo.

Tendo em vista os dados da Tabela 2, três observações podem ser destacadas. A primeira, um tanto inesperada, consiste na pequena magnitude relativa da indústria de bens de consumo duráveis comparativamente à indústria de bens de capital: Em 1975, esta última superava a primeira em mais de três vezes, diferença relativa que, aproximadamente, já existia em 1970, 1959 e 1949. A segunda é a de que o crescimento da indústria de bens de consumo duráveis, embora possa ser considerado extraordinário especialmente nas décadas de cinqüenta e sessenta, tem de ser minimizada tendo em vista a base de que partiu (1949, mesmo adicionadas às indústrias "mistas", a indústria de bens de consumo dúráveis não superava a 0,4% do VTI total). Ao mesmo tempo, a indústria de bens de capital, além de possuir uma taxa de crescimento bastante alta na década de cinqüenta e razoável na década de sessenta,[3] supera a indústria de bens duráveis no período 1970/75. Conseqüentemente, do ponto de vista do ritmo e da velocidade do crescimento, a indústria de Bens de Capital foi tão dinâmica quanto a indústria de bens duráveis ao que se acrescenta a sua maior importância quantitativa.

Daí advém a terceira observação: tendo em vista tanto a sua importância quantitativa quanto o seu ritmo de crescimento, a indústria de bens de capital foi a principal indústria do período pós-1930, *entendido como núcleo fundamental de expansão do processo de industrialização.*

Desta conclusão pode-se retirar duas premissas importantes para a análise da industrialização brasileira no pós-30. A primeira é a de que existe uma notória superestimação, por parte da maioria dos estudos recentes, do papel da indústria de bens de consumo duráveis na liderança do próprio processo de industrialização e inversamente, uma subestimação do papel efetivo desempenhado pela indústria de bens de capital.

---

3. A taxa de crescimento da IBK nos anos sessenta foi apenas razoável tendo em vista o fato de que a década foi permeada por 6 anos de crise e estagnação industrial (1962-67).

A segunda é a de que, dada a real importância da IBK na industrialização, fica bastante evidente que suas especificidades devem influenciar na própria dinâmica espacial da indústria no Brasil. Mais precisamente, o sabido processo de centralização industrial no centro-sul do país com concentração em São Paulo, deve estar ligado, de alguma forma, com a dinâmica da indústria de bens de capital que, em última instância, determina-o ou referenda-o.

3. *Distribuição Espacial da Indústria de Transformação*

O grande crescimento da indústria de transformação no período pós-1930 trouxe importantes alterações em sua distribuição espacial que, grosso modo, pode ser subdividida em duas fases distintas.

A primeira iria de 1930 a 1970 e corresponderia à fase de consolidação de uma estrutura espacial concentrada no pólo paulista enquanto que a segunda abrangeria os anos setenta, correspondendo a uma fase de amadurecimento e relativa estabilização da estrutura espacial concentrada.

Com efeito, observa-se pelos dados da Tabela 3 que a participação de São Paulo no V.T.I. da indústria de transformação avança inexoravelmente até 1970. De 40,5% em 1939, ela aumenta sucessivamente para 48,9% em 1949, 55,5% em 1959 e 58,1% em 1970. A este avanço correspondeu uma redução relativa da participação de toda a periferia regional a começar pelo Nordeste (queda de 11% para 5,7%), Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A exceção fica por conta dos estados do Paraná e Santa Catarina, típicos estados de "fronteira" que cresceram acima da média brasileira no período.

Ao que tudo indica, este processo de concentração espacial em São Paulo não foi estritamente marginalizador do ponto de vista dos estados e regiões periféricas. Como bem assimila Wilson Cano, a "despeito do aumento da concentração industrial de São Paulo e de sua dominância à escala nacional,

a periferia acelerou sua taxa de expansão industrial...".[4] Entre 1939/1970, a periferia cresceu a uma taxa aproximada de 7,5%, o que não deixa de ser razoável, embora, no mesmo período, São Paulo tenha crescido aproximadamente 9% a.a. Em certo sentido, o pólo (São Paulo) teria reestruturado a divisão regional do trabalho, cabendo à periferia uma função complementar no processo de industrialização, especializando-se em indústrias com localização orientada para a fonte de matérias-primas (aço, cimento, madeira, alguns produtos químicos, etc.).

Neste caso, não é de surpreender que o Rio de Janeiro, como único concorrente significativo de São Paulo, tenha experimentado uma histórica decadência que se prolonga até os dias de hoje. Sua participação cai de 25,6% em 1939 para 13,5% em 1975, o que representa uma perda de 12% de participação no valor de transformação industrial do Brasil.

A esse respeito, a vantagem comparativa de São Paulo vis-à-vis o Rio de Janeiro explica-se não só pela formação de um espaço agrícola concentrado a priori, que serviu de base para a localização industrial concentrada em São Paulo, como também pela vantagem puramente locacional que permitiu a este estado polarizar um leque de regiões agrícolas economicamente relevantes, situadas em estados vizinhos. Assim, enquanto que o Rio de Janeiro polarizava, além de seu próprio território, apenas a Zona da Mata e Nordeste de Minas e o Espírito Santo, São Paulo dispunha de sua rica e diversificada agricultura[5] que acoplava o sul de Minas, o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás, o sul de Mato Grosso e o Norte do Paraná.

Estas vantagens locacionais definidas a priori aumentaram os efeitos concentradores da indústria em São Paulo de forma que a concentração do mercado gerava mais indústria que, por sua vez, gerava mais mercado e mais indústria,

---

4. CANO, Wilson. Questão regional e concentração industrial no Brasil — 1930/1970. In: *ANPEC, VI Encontro Nacional de Economia*. Gramado, 1978. p. 932.

5. Fato enfatizado por CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Tese de Doutoramento, UNICAMP, 1975.

auxiliada pelos efeitos interindustriais (para trás e para frente) do complexo industrial.

No final dos anos sessenta, esta distribuição espacial já estava definitivamente consolidada, iniciando, a partir daí, uma fase de relativa estabilidade com ligeira desconcentração do pólo paulista. Com efeito, de uma participação de 58,1% do V.T.I. em 1970, São Paulo cai para 56,2% em 1975, ou 56,7% em 1976. Este declínio, embora efetivo do ponto de vista absoluto, dado o peso de São Paulo, foi inferior à perda de participação do Rio de Janeiro no mesmo período (ver Tabela 3) e preserva no biênio 1975/76, uma estrutura espacial mais concentrada do que em 1959, fase áurea do plano de metas e de instalação do complexo metal-mecânico no pólo paulista.

De um certo modo, a indústria avançou na periferia nos anos setenta (desde o nordeste até os estados do sul/sudeste) beneficiada por uma verdadeira avalanche de incentivos. Os resultados que significaram um ganho de não mais de 4% no V.T.I. para o conjunto dos estados do país à exceção de Rio e São Paulo, não podem ser considerados expressivos, no sentido de expressarem uma tendência global de desconcentração. As projeções de distribuição espacial para toda a década de setenta, a despeito da precariedade dos dados,[6] confirmam tais suposições: em 1980, São Paulo participaria com cerca de 56,6% do V.T.I., mesma participação do Biênio 1975/1976, enquanto que o nordeste cairia para uma participação inferior a 1970 (ver Tabela 4). Mais do que isso, tudo indica que a indústria do Rio Grande do Sul, depois de um notável crescimento entre 1970/1975, teria perdido o fôlego no qüinqüênio seguinte, caindo de 7,6% em 1975 para 6,9% em 1980.

As exceções ficariam apenas para Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais que teriam aumentado sua participção no V.T.I. entre 1975/80, continundo assim uma tendência iniciada nos anos sessenta.

---

6. Calculados a partir da pesquisa mensal da FIBGE, baseada em processo de amostragem.

No caso dos dois primeiros, esta tendência explica-se não só pelos efeitos dinâmicos gerados pela sua própria agricultura, que somados os dois estados já era superior a São Paulo em 1975,[7] como também por uma razoável diversificação industrial, compreendendo a incorporação de indústrias do complexo metal-mecânico. Neste último caso, enquadra-se igualmente Minas Gerais, processo que analisaremos a seguir.

4. *A Distribuição Espacial do Complexo Metal-Mecânico*

Por insuficiência de informações, a análise da evolução da indústria de bens de capital e sua distribuição espacial baseia-se na sua apresentação a dois dígitos, o que equivale ao complexo metal-mecânico (indústria mecânica, material elétrico e de comunicação e material de transporte) que inclui a indústria de bens de consumo duráveis.

No período 1949-70, que compreende, aproximadamente, a instalação do complexo metal-mecânico no Brasil, o crescimento destes três gêneros somados foi largamente superior ao total da indústria de transformação (13,2% a.a. contra 7,7%) o que indica um ritmo rápido de diversificação da estrutura industrial. No período seguinte (1970/75), manteve-se o diferencial num patamar mais elevado em que a taxa de crescimento da indústria de transformação mais que dobrou em relação ao período anterior (ver Tabela 5).

No que se refere à distribuição espacial, observa-se que São Paulo, ainda em 1949, representava cerca de 73% do V.T.I., participação que cresceu para 83% em 1959, caindo expressivamente em 1970 e 1975 (ver Tabela 6).

---

7. A participação do valor da produção agropecuária dos dois estados no total do Brasil cresceu de 17,2% em 1970 para 21% em 1975, enquanto que a participação de São Paulo caiu de 20,8% em 1970 para 19,4% em 1975.

Isto significa que dada uma concentração estabelecida a priori no pólo paulista (isto é, estabelecida antes da expansão da indústria pesada a partir do plano de metas), a evolução do complexo metal-mecânico apresenta uma tendência efetiva à desconcentração ao contrário do comportamento da indústria de transformação em seu conjunto.

Nesse sentido, o complexo metal-mecânico apresentou na maioria dos Estados do Sul/Sudeste, um crescimento expressivo, em média (à exceção do Rio de Janeiro) superior a São Paulo (ver Tabela 5). Com isso, o quociente locacional que chegava a ser bastante significativo em São Paulo (1949 para os três gêneros), reduziu-se bastante embora não o suficiente para evitar ou atenuar a ainda forte especialização do pólo paulista, neste tipo de indústira (ver Tabela 7).

Paradoxalmente, chegamos a dois resultados aparentemente contraditórios. Se, por um lado, a tendência à desconcentração industrial é, em si mesma, pouco expressiva, restrita ao período 1970/75, por outro existe um processo efetivo de desconcentração que atinge justamente as indústrias mais dinâmicas, vale dizer, as indústrias do complexo metal-mecânico que apresentam uma tendência à diversificação espacial desde os anos sessenta.

As explicações para o fato são múltiplas e podem ser enquadradas em dois casos até um certo ponto interdependentes:

No primeiro, a explicação reside especificamente na sistemática de incentivos fiscais fornecidos pela maioria dos estados e regiões, à exceção de São Paulo, e que contribuíram para inverter o processo de concentração espacial. Teríamos, aqui, mais precisamente, a indústria de bens de consumo duráveis, que abdicaria de sua localização para o mercado (com todos os efeitos interindustriais daí decorrentes) em favor de benefícios fiscais os mais variados. Seria o caso do crescimento da indústria eletro-eletrônica (televisão, aparelhos de som) e de material de transporte (motos) na Zona Franca de Manaus ou na região da SUDENE, na Bahia ou Pernambuco (ver Tabelas 8 e 9).

No segundo caso, a explicação, a despeito de incluir a concessão de incentivos, residiria fundamentalmente nas vantagens locacionais induzidas pela especialização agrário-industrial dos estados do sul/sudeste. Nesse termos, a desconcentração industrial residiria especialmente no subsetor de bens de capital que incluiria, por exemplo, a produção de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul e máquinas e equipamentos para mineração, siderurgia e minerais não metálicos em Minas Gerais.

Para tanto, contribui decisivamente o fato de que à descentralização deste tipo de indústria correspondesse uma desconcentração espacial dos investimentos, que aproximadamente se verificaria no Brasil desde os anos sessenta, esgotado o pacote de investimentos implantados no plano de metas, concentrados em São Paulo.

É nessa direção que se interpreta o grande salto da indústria mecânica (tipicamente de bens de capital) nos anos sessenta no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina que, somados, aumentaram sua participação de 8,2% em 1959 para 15,3% em 1970 e 18,2% em 1976 (ver Tabela 10), enquanto que, no mesmo período, a indústria de transformação destes estados manteve participação estável no total do Brasil.[8]

Tendo em vista tal situação, era de se acreditar que, mantido o atual padrão de investimentos da economia brasileira, tipicamente desconcentrado e materializado em projetos de grande porte voltados para o aproveitamento de recursos naturais (hidroeletricidade, mineração, etc.), a possibilidade de uma desconcentração relativa da indústria de bens de capital seria real e teria como empecilho não necessariamente a concentração de mercado mas, apenas, as vantagens locacionais induzidas pelas relações interindustriais e pelo mercado de trabalho.

8. Passou de 18,2% em 1959 para 18,5 em 1970.

Este tipo de conclusão não passava, na verdade, de mais uma confirmação da tese tão bem defendida por Campolina,[9] onde se aposta firmemente na possibilidade de uma descentralização industrial no Brasil. Minas Gerais, no caso, teria um papel especial como novo "locus" de expansão da indústria metal-mecânica, principalmente de seu subsetor de bens de capital. Nesse sentido, a existência em Minas de um parque metalúrgico e siderúrgico já suficientemente desenvolvido garantiria a regionalização mínima das relações interindustriais com efeitos positivos sobre a redução dos custos globais de transportes e de comercialização. Ao mesmo tempo, a montagem de todo o complexo metalúrgico-eletro-mecânico garantiria a formação de um mercado de trabalho suficientemente atomizado e multiespecializado.[10]

Vários problemas, entretanto, antepõem-se a esta provável tendência de descentralização da indústria de bens de capital. O primeiro deles é que no pós-1975 os eventuais indicadores de descentralização estão aparentemente imobilizados, premidos, certamente, pela desaceleração industrial pós-74, como, também, é o que tentaremos mostrar neste estudo, pela provável rigidez da estrutura espacial do setor industrial no Brasil.

Observe-se, por exemplo, que entre 1975/77, os dados da Tabela 6 indicam a continuação da descentralização espacial das indústrias mecânicas, de material elétrico e de material de transporte. No entanto, este período foi marcado por intensa expansão de determinados segmentos da indústria de bens de capital, o que pode ter proporcionado a continuação da tendência à descentralização. Em certo sentido, teria sido o

9. DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

10. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem, a sua «base» oscilaria em torno de 70.000 operários. Somados os operários de Betim e Vale do Aço, obteríamos um total que ultrapassaria com facilidade a casa dos 130 mil operários, um número bastante significativo.

período em que os investimentos decididos no período do milagre estariam em fase de maturação, como é o caso da própria FIAT e da KRUPP em Minas Gerais. Apesar disso, do ponto de vista estrito da indústria de bens de capital, o fenômeno da descentralização espacial definitivamente estancou.

Isto fica evidente ao tomarmos, isoladamente, o comportamento das indústrias mecânicas onde as de bens de capital são largamente representativas.[11] Observa-se pela tabela 10 que São Paulo aumenta sua participação no V.T.I. da indústria mecânica de 68,1% em 1975 para 69,1% em 1977, o que indica, pelo menos, uma estabilização da estrutura espacial da indústria mecânica. Na verdade, desde 1970 (e não 1975) já se observa tendência nesse sentido, uma vez que a participação de São Paulo estabiliza-se em algo superior a 68% do V.T.I. da indústria mecânica (ver Tabela 10).

Em outras palavras, do ponto de vista da indústria mecânica, altamente representativa da indústria de bens de capital em geral (cerca de 50%), o período efetivo de descentralização ocorreu não nos anos 70, mas sim nos anos 60,

---

11. Segundo a metodologia desenvolvida por MACEDO, op. cit., as indústrias mecânicas, de material elétrico e de transporte poderiam ser subdivididas em «bens de capital», «duráveis de consumo» e «mistas» na seguinte proporção para o ano de 1975:

	Mecânicas	Material Elétrico e de Comunicação	Material de Transporte
Bens de Capital	94,5	53,6	51,4
Duráveis de consumo	3,4	24,0	43,9
Mistas	2,1	22,4	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Nestas condições, a quase totalidade da indústria mecânica é, essencialmente, de bens de capital, ao passo que, na indústria de material de transporte e de material elétrico e de comunicações, apenas pouco mais de 50% são bens de capital.

quando se observou uma relativa desconcentração espacial dos investimentos, até então concentrados maciçamente em São Paulo pelo "pacote" do "plano de metas".

Isto significa que estaríamos assistindo, nos anos setenta, a uma relativa assimetria entre o comportamento da indústria de bens de capital de um lado e do conjunto da indústria eletromecânica e de material de transporte, de outro. Esta, abastecida por uma bateria de incentivos e subsídios diversos, tenderia, dentro de certos limites, à descentralização industrial, ao passo que aquela, mesmo que influenciada pelos mesmos incentivos e subsídios, mostraria, prevalentemente, uma rigidez espacial maior, tendendo a, pelo menos, manter a atual distribuição espacial centralizada em São Paulo.

A estes fatores, devemos adicionar a atual crise da indústria de bens de capital que, a despeito de ter caráter geral, atingiu fortemente o parque de bens de capital de Minas Gerais, recém-instalado. Em 1981 e começo de 1982, tivemos uma profunda crise na USIMEC e o fechamento (pelo menos provisório) da KRUPP e da ISOMONTE. É claro que dado o pequeno tamanho do parque industrial de bens de capital em Minas, estas quebras tiveram um efeito e significado relativamente maiores do que ocorrências semelhantes teriam produzido em São Paulo.

Em resumo, todos estes fatores indicam que a tese da descentralização da indústria de bens de capital é, no mínimo, controversa ou mesmo questionável. Urge, portanto, a necessidade de realizarmos um balizamento teórico sobre a tendência locacional da indústria de bens de capital para, aí sim, analisarmos com maior nitidez as perspectivas da indústria de bens de capital em Minas Gerais.

5. *O Padrão Locacional da Indústria de Bens de Capital*

O coeficiente locacional definido como a relação entre a participação de determinado gênero industrial no VTI regional e a participação do mesmo gênero no VTI nacional é um

indicador razoável e aproximado de especialização industrial. No caso brasileiro, a indústria localizada na periferia nacional — com uma certa exceção para o Rio de Janeiro — é tipicamente especializada em poucos gêneros, via de regra, dotados de altos coeficientes de matérias-primas com alto custo de transporte. Assim, temos uma regionalização da indústria de beneficiamento de cereais e frigoríficos, siderurgia, cimento e outros menos votados que determinam as principais especializações da periferia nacional. Em cada um destes casos, é evidente, o coeficiente locacional é sempre superior a um o que indica que determinada região ou estado exportam (isto é, participam da divisão inter-regional do trabalho) determinado produto ou conjunto de produtos.

No caso de São Paulo, pelo contrário, os coeficientes locacionais são bastante inferiores a um justamente nos produtos e gênero com alto coeficiente de matérias-primas [12] e portanto, produzidos a partir da periferia nacional. Ao mesmo tempo, aproximam-se ou superam a um nas atividades com baixo coeficiente de matérias-primas. Nesse sentido, em termos de gêneros industriais, as maiores especializações de São Paulo concentram-se no complexo eletromecânico e de material de transporte. Assim em 1977, os três gêneros detêm um coeficiente locacional superior a 1,2 (ver tabela 7). Embora tal índice represente uma queda em relação a 1959 (superior a 1,4) especialmente no caso da indústria mecânica, representa um pequeno avanço em relação a 1970.

Na realidade, é a soma destes três gêneros que configura a principal especialização da indústria em São Paulo e que traduz os principais tipos de produtos intercambiados com a periferia. Em outras palavras, é justamente o complexo eletromecânico e de material de transporte que tende, em maior proporção do que outros gêneros industriais, a buscar ou mesmo a produzir *a centralização espacial da indústria.*

12. O conceito de «coeficiente de matérias-primas» está sendo utilizado no sentido da análise espacial de Alfred Weber.

Nesses termos, a pergunta é: quais as especificidades do complexo eletromecânico que o levam a buscar e produzir a aglomeração espacial?

Sem pretendermos esgotar o tema, diríamos que tais especificidades subdividem-se em dois fatores locacionais:

a) A significativa riqueza das relações interindustriais permitidas e desenvolvidas por estes gêneros que os levam a fortes encadeamentos para frente e para trás tanto intragênero como também intergênero (metalurgia, química, plásticos etc.). Numa palavra, a riqueza das relações interindustriais permite que se introduza na aglomeração tanto a "fonte de matérias-primas" quanto o mercado final o que cria fortes incentivos, a nível do barateamento dos custos de transportes e de comercialização, para a opção locacional.

b) As exigências de mão-de-obra deste tipo de indústria são relativamente complexas exigindo várias segmentações no mercado de trabalho de forma a se obter vários níveis e graus de qualificações da força de trabalho. Nesse sentido, quanto maior a aglomeração industrial, maior, em termos absolutos e mais diferenciado e atomizado será o mercado de trabalho que este tipo de indústria requer. Entre outros fatores, isto permite maior agilidade e flexibilidade empresarial no processo de contratação da força de trabalho bem como, no limite, maior poder de barganha especialmente em relação aos segmentos mais qualificados.

Sem nenhuma dúvida, a atração locacional exercida sobre os gêneros eletromecânico pela grande aglomeração industrial (assim como estes mesmos gêneros tendem a reproduzí-la ampliadamente) é bastante forte. No entanto, os custos de uma eventual relocalização industrial não são tão altos. Afinal de contas, assistimos nos anos cinqüênta, sessenta e setenta a uma sistemática relocalização do complexo eletromecânico do centro para a periferia do mundo capitalista, processo que, evidentemente, subordina-se à escala mínima permitida pelos vários mercados nacionais.

Mesmo no Brasil, a concessão de incentivos e subsídios diversos permitiu, mal ou bem, uma certa relocalização industrial deste tipo de indústria cujo caso mais expressivo é o da Zona Franca de Manaus, onde se introduziu determinado tipo de indústria a partir do "nada" e "bem no meio da selva". É evidente que não estamos aqui fazendo uma defesa da política de incentivos e subsídios posta em prática no Brasil mas apenas reconhecendo a despeito de seus custos, que é possível a reorientação da localização industrial seja a nível internacional, seja a nível inter-regional.

Voltamos assim a uma questão que formulamos anteriormente: mesmo se reconhecendo a preferência locacional do conjunto dos gêneros mecânicos, elétrico e de comunicação e de material de transportes pela aglomeração industrial, eles são na prática relocalizáveis e nesse sentido, a descentralização industrial no Brasil não deixa de ser, pelo menos, um objetivo provável. Torna-se, então, necessário determinar qual a especificidade, não do conjunto dos setores eletromecânicos, mas, apenas, do seu subsetor de bens de capital do ponto de vista locacional.

Inicialmente, devemos diferenciar a indústria de bens de capital seriada daquela com produção por encomenda. Na primeira, tendo em vista os objetivos a que nos propusemos neste estudo, deveremos incluir apenas a produção seriada cujo produto é rigidamente padronizado e excluir a produção formalmente seriada mas na prática não-padronizável e suscetível a alterações determinadas pelo mercado (isto é, pelos clientes). Nesse sentido, a produção de caminhões ou tratores é realmente seriada ao passo que a produção de linhas de transmissão elétricas ou pequenas caldeiras é formalmente seriada mas produzida de fato sob encomenda segundo as exigências de cada cliente. Por outro lado, na segunda, isto é, na produção sob encomenda, deveremos incluir toda a produção sob encomenda propriamente dita (turbinas de hidroelétricas, alto fornos etc.) como também, a produção formalmente seriada que na prática, age como uma indústria que produz sob encomenda.

A nossa hipótese é a de que as indústrias de bens de capital seriadas de um lado e por encomenda, de outro, tem um padrão locacional razoavelmente distinto e que apresentam no caso destas últimas, fortes implicações no processo de centralização industrial.

Na realidade, a indústria de bens de capital seriada assim como a indústria de bens de consumo duráveis tem em comum o fato de possuirem um produto perfeitamente padronizado que, até um certo ponto, existe independentemente do mercado. Nestes termos, o processo de comercialização do produto não interfere — a não ser indiretamente — no processo de produção e no próprio produto a ser produzido. Em outras palavras, neste tipo de indústria, a produção e o produto existem a priori de forma independente do processo de comercialização.

Quanto à indústria de bens de capital por encomenda, pode-se afirmar que o processo de comercialização é mais complexo e está profundamente imbricado com o processo de produção e a própria decisão de produzir. Na verdade, como o próprio nome indica, a decisão de produzir bem como o tipo de produto a ser produzido dependem do cliente e de suas necessidades específicas, o que torna o ato de comercialização neste tipo de indústria um ato certamente mais complexo do que a simples operação de comprar e vender. Ao que tudo indica, a interação entre produção e comercialização implica na realização de um "serviço" adicional além do simples processo de compra e venda.

De um modo geral, a indústria por encomenda é obrigada a satisfazer as necessidades de seu cliente o que inclui adoção ou criação de um produto específico ou novo, por vezes desenvolvido sob novos padrões tecnológicos. Em sentido específico, a produção de tecnologia nova pressupõe a perfeita imbricação entre a indústria cliente e a indústria produtora, o que requer uma relativa proximidade espacial, mesmo se considerando que a produção de tecnologia tem por "locus" muito mais o laboratório e o escritório do que a fábrica.

Em caso contrário, isto é, supondo-se o desconhecimento do processo de produção, torna-se inviável o desenvolvimento efetivo da tecnologia adequada às necessidades do cliente.

De qualquer forma, a indústria de bens de capital sob encomenda diferencia-se fundamentalmente da de bens de capital seriada ou mesmo da indústria de bens de consumo duráveis na medida em que, por sua própria natureza, ela requer uma maior aproximação com o seu mercado por razões que vão muito além das necessidades de redução dos custos de transportes. Trata-se na realidade, do "serviço" de adaptar ou produzir o produto de acordo com as necessidades do cliente o que pode incluir, inclusive, a criação de nova tecnologia. Este "serviço" funde-se em certos casos, com a comercialização e adquire especial relevância para as empresas de pequeno e médio porte. Ao contrário das grandes empresas estas não podem arcar com um custo adicional de abertura de escritórios de venda o que significa que sua orientação locacional é sempre dirigida para o (principal) mercado.

Aparentemente, esta lei espacial que recomenda a proximidade espacial da indústria de bens de capital sob encomenda junto ao seu próprio mercado pode ser perfeitamente burlada haja visto o seu movimento, ocorrido na última década, de descentralização do centro para a periferia capitalista na qual o Brasil teve importante destaque. A bem da verdade, este tipo de movimento foi incompleto na medida em que proporcionou a reorientação locacional apenas da produção propriamente dita que passou a funcionar fundamentalmente, a partir de patentes importadas. Este processo que ocorreu com grande profusão no Brasil, mereceu de F. Marzuchellí a alcunha de "expansão inconclusa".[13]

Em outras palavras, a reorientação locacional da indústria de bens de capital sob encomenda do centro para a periferia capitalista somente foi possível com o deslocamento da produ-

13. MARZUCHELLI, *A Expansão Inconclusa,* dissertação de mestrado, UNICAMP, 1978, mimeo.

ção de tecnologia em relação à produção efetiva. Com isso, ao invés de se obter uma maior autonomia tecnológica, a periferia, de fato, aprofundou sua dependência tecnológica em relação aos países do centro capitalista. Em conseqüência, a ausência de imbricação das indústrias sob encomendas "relocalizadas" com o seu mercado, ocasionada pela importação pura e simples de tecnologia, leva a um processo recorrente de falta de autonomia que implica na permanete e onerosa (do ponto de vista dos custos) compra de novas patentes.[14]

Em resumo, a indústria de bens de capital sob encomenda apresenta, de fato, uma especificidade em relação à indústria seriada (seja de bens de capital ou de bens de consumo duráveis). A distinção consiste nos serviços adicionais que atrelam o processo de produzir à própria comercialização, o que leva à necessidade de sua localização próxima ao principal mercado, isto é, próxima à principal aglomeração industrial. Em sentido específico, esta proximidade deve ser necessária para o próprio desenvolvimento tecnológico o que mostra o caráter limitado e oneroso da recente reorientação locacional de certas indústrias de bens de capital do centro para a periferia capitalista. O custo desta reorientação está expresso pela importação permanente de patentes que reduzem a capacidade econômica e a própria autonomia tecnológica da indústria relocalizada.

Em sentido geral, a especificidade da indústria de bens de capital por encomenda reside no "serviço" adicional (que *às vezes* envolve até mesmo o desenvolvimento de tecnologia) que atrela a produção destes bens ao cliente, isto é, a outro processo de produção. Daí, a sua tendência, superior à média da indústria em geral, de buscar e produzir a aglomeração industrial.

---

14. No caso do Brasileiro, o custo das patentes oscila em torno de 10% a 20% do valor bruto da produção da indústria de bens de capital.

Acreditamos que o caso brasileiro ilustra com razoável fidelidade nossa tese tanto a nível de macrolocalização como da microlocalização.[15] O primeiro caso é ilustrado pelo fato já apontado de descentralização relativa da indústria mecânica[16] a partir dos anos sessenta paralelamente à desconcentração espacial dos investimentos.[17]

Quanto à microlocalização o caso de S. Paulo é bastante ilustrativo. Tomando-se os 23 principais municípios do ponto de vista da produção industrial observamos que eles detêm cerca de 78,6% da produção industrial no estado.[18] Ao mesmo tempo, a indústria mecânica (razoavelmente representativa da indústria de bens de capital por encomenda) detém 85,5% ao passo que as indústrias de material de transporte e material elétrico de comunicações (altamente representativas de produção seriada dos bens de consumo duráveis e de capital) alcançam nada menos do que 92% do total estadual.

6. *A Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais*

O desenvolvimento da indústria de Bens de Capital em Minas Gerais é relativamente recente, constituindo um fenômeno, quase que exclusivo, da década de sessenta e de setenta. Até então, a participação do estado no total da produção nacional era pouco expressiva de forma que, ainda em 1959,

---

15. A distinção entre microlocalização e macrolocalização é realizada por Leme, Ruy A. «Contribuição à teoria da localização industrial», São Paulo, FIPE, 1966.

16. Observe-se que a indústria mecânica aproxima-se razoavelmente do conceito de indústria de Bens de Capital por encomenda.

17. A desconcentração espacial dos investimentos é bem observada por Clélio Campolina Diniz — Como um fator relevante na descentralização de indústria de Bens de Capital — no entanto, esta desconcentração, por uma série de razões tem um *limite* que atua como limite para o próprio processo de descentralização.

18. As 23 cidades são: Americana, Araraquara, araras, Campinas, Diadema, Guarulhos, Jundiaí, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Sumaré, Suzana e Taubaté.

Minas respondia por apenas 1,5% da produção da indústria mecânica, ou por 1,3% na soma dos três gêneros que compõem o complexo eletromecânico (ver tabelas 6 e 10).

Em 1959, o estado apresentava apenas dois subgêneros participando com produção considerada significativa no contexto nacional: o de "Estruturas metálicas" e o de "veículos ferroviários" respondendo respectivamente por cerca de 16% e 9% da produção nacional (ver apêndice 1). Entre 1959 e 1970, a produção (VTI) da indústria mecânica em Minas aumentou para 5,5% do total nacional, o que indica um grande crescimento.

Como já observamos anteriormente, o desmembramento dos gêneros mecânico, elétrico e de comunicações e o material de transportes a nível de 4 dígitos e sua compatibilização intercensitária é praticamente inviável. Além do mais, dificulta tal tarefa a garantia do anonimato censitário que leva à ocultação das informações. No entanto, para alguns subgêneros, pelo menos, foi possível a reconstituição a partir do censo industrial de 1960 (vários casos) ou até mesmo, a partir do censo de 1950 (ver apêndice 1).

Assim, pode-se constatar que entre os principais subgêneros que cresceram e passaram a ter uma certa expressão na produção de Bens de Capital do estado destaca-se o de equipamentos de transmissão para fins industriais (correias), muito utilizados na siderurgia e na indústria de cimento: de uma participação de apenas 1% no VTI do total do Brasil, em 1959, o estado passou a responder por cerca de 9% em 1970 e 10% em 1975 (ver apêndice 1). Ao mesmo tempo, a produção e reparação de veículos ferroviários evoluiu de 9% em 1959 para 18% em 1970, em termos do VTI nacional do setor. Nesse sentido, no início dos anos setenta, a especialização do estado na produção de Bens de Capital pouco representava a nível nacional a não ser nos três subgêneros acima citados: "estruturas metálicas", "equipamentos de transmissão para fins industriais" e "veículos ferroviários" aos quais se adicionam os "serviços de usinagem" (ver apêndice 1).

Calculando o coeficiente de localização [19] para os mesmos dados encontramos 0,226 para mecânica e um valor bem mais alto para material elétrico e de comunicações e material de transporte somados (cerca de 0,376). Da mesma forma, o teste de aderência de qui-quadrado demonstra que a distribuição espacial da indústria mecânica no estado de São Paulo tem maior aderência à distribuição espacial do conjunto da indústria do que os ramos de material elétrico e de comunicações e material de transporte.[20]

Em resumo, os dados para o Brasil corroboram perfeitamente a tese de que a indústria de bens de capital por encomenda segue, em maior medida do que a indústria de produção seriada, a distribuição espacial do mercado.

---

19. O coeficiente de localização conforme definição de W. Isard, consiste numa medida de concentração/desconcentração de um setor industrial vis à vis o conjunto da indústria. Se o C. L. é baixo significa que determinado ramo distribui-se espacialmente na mesma proporção da indústria verificando-se o contrário se o C. L. é alto. É definido por:

$$CL_i = \sum_{j=1}^{n} \left| \frac{E_{ij}}{E_i} - \frac{E_j}{E} \right| \quad \begin{matrix} j = 1, \ldots n \text{ regiões} \\ i = 1, \ldots m \text{ setores} \end{matrix}$$

onde, E_{ij} é o valor da produção industrial do ramo i na região j. E_i é o valor da produção do ramo i total, E_j o valor da produção total da indústria na região j e E o valor da produção total/total.

20. Encontramos para a indústria mecânica um valor qui-quadrado de 31,6 com 23 graus de liberdade (23 municípios + outros — 1) e para material elétrico e de comunicações e material de transporte cerca de 33,5. Para um nível de significância de 5% (32,7) aceitamos a hipótese de aderência da indústria mecânica e rejeitamos hipótese semelhante para o total conjunto de «material elétrico e de comunicações» e de «material de transporte». Talvez a maior deficiência do teste realizado seja a substituição do «mercado» (investimentos) pela produção total da indústria, tendo em vista ausência dos dados de investimentos desagregados espacialmente.

Nestas condições, o perfil da indústria de Bens de Capital em Minas já adquiria características razoavelmente nítidas: de um lado estabelecia-se e consolidava-se uma antiga produção seriada (produção de vagões Santa Matilde em Lafaiete) determinada por uma série de vicissitudes e condições objetivas de localização. De outro, estabelecia-se uma indústria de Bens de Capital por encomenda ("estruturas metálicas", "correias" e "serviços de usinagem") voltadas para as principais unidades de especialização do estado no contexto do mercado nacional e internacional: mineração, siderurgia, metalurgia e cimento.

Assim, a indústria de Bens de Capital que começa a se estruturar em Minas no início dos anos setenta é setorialmente restrita voltada, apenas, para algumas poucas atividades que, não por coincidência, são *economicamente concentradas* e/ou *espacialmente centralizadas*. A despeito de se atingir, por um lado, o "ideal" de toda produção de Bens de Capital, isto é, a proximidade com o mercado, produz-se, por outro, um verdadeiro fosso, uma assincronia, em relação a todas as demais atividades e setores, o que inclui não só a indústria tradicional (laticínios, açúcar, têxtil, frigoríficos) como, principalmente, o próprio setor agropecuário do estado. E não por coincidência, este setor tradicional é espacialmente descentralizado e disperso, além de descapitalizado, pouco produtivo (agricultura) e dotado de baixa produtividade.

Por todas estas razões, a excessiva especialização da indústria nascente de Bens de Capital em Minas — que constituiu de um certo modo, condição para o seu próprio nascimento — determinou já, de início, os seus próprios estreitos limites na medida em que se viu forçada a "abstrair" todo o setor tradicional que era e ainda é, de longe, a maior expressão quantitativa (em termos de valor econômico) do mercado regional.

A evolução desta indústria nos anos setenta segue, aproximadamente, o perfil acima traçado. A produção de "estruturas metálicas" passou para 25% do VTI nacional em 1975, dobrando a participação do estado. Ao mesmo tempo, instalou-se em Minas a alemã Terex, produtora de caminhões fora-de-estrada o que elevou a participação de Minas no subgênero "Máquinas de Terraplanagem" de menos de 3% em 1970 para mais de 19% em 1975 (ver apêndice 1). Em outras palavras, aprofundou-se, no período, a especialização voltada para os ditos setores "dinâmicos" (mineração, siderurgia, metalurgia e cimento) aliada à introdução de mais um tipo de produção seriada (caminhões fora-de-estrada).

Assim, em 1975, o perfil da indústria de Bens de Capital em Minas era pouco complexo, podendo, dada a sua alta taxa de especialização, ser apresentado em termos de apenas 7 subgêneros que, excepcionalmente, têm alguma relevância no contexto da produção nacional de Bens de Capital, tal como mostrado no quadro abaixo:

SUBGÊNEROS	EM % DO VTI NACIONAL DO SUBGÊNERO BRASIL = 100
Estruturas Metálicas	25
Máquinas e Ap. de Terraplanagem e Pavimentação	19/20
Veículos Ferroviários	15/16
Equip. de Transmissão para Fins Industriais	10
Serv. de Usinagem, Tornearia Fresa e Solda	8
Aparelhos e Equip. para Inst. Industriais ...	4
Máquinas, Aparelhos e Equip. para Transmissão de Energia Elétrica	3
Outros Subgêneros	Participação Inferior a 3% do VTI Nacional

FONTE: Apêndice 1.

No pós-1975, este quadro pouco se alterou do ponto de vista qualitativo uma vez que se, por um lado, foi aumentado

o número de empresas do ramo, de outro, podemos considerar que tal aumento deu-se dentro do mesmo contexto, da especialização básica referida acima. Ao mesmo tempo, é nessa mesma direção que se dá a própria diversificação da linha de produtos das empresas existentes que introduzem novas linhas a partir de uma mesma especialização básica.

O INDI, em 1981, realizou uma pesquisa onde se nos é apresentada uma amostra significativa da indústria mineira de Bens de Capital.[21] O quadro a seguir fornece uma listagem das 20 empresas, componentes da amostra, devidamente identificadas pela sua linha de produtos:

Pelo que se pode observar a lista acima, o padrão básico de especialização da indústria de Bens de Capital em Minas continua o mesmo: estruturas metálicas, equipamento para cimento, mineração e siderurgia, correias tansportadoras, usinagem aos quais se acrescentou os britadores, e a linha de caldeiraria pesada, até então inexistente no estado. A isto acrescentam-se novas linhas de produção seriada: escavadeiras, escavadeiras hidráulicas, caçambas e cabines de proteção. Ao mesmo tempo, nota-se uma predominância do capital estrangeiro (11 contra 9) o que traduz uma certa especificidade do parque mineiro em relação ao parque brasileiro (Paulista, sobretudo) de Bens de Capital.

De um certo modo, o parque mineiro de Bens de Capital em seu subsetor predominante, isto é, o por encomendas, dada a sua especialização, cumpre e realiza o ideal clássico da proximidade do mercado. No entanto, do ponto de vista das necessidades locacionais de uma indústria de bens de Capital, esta aproximação é pouco relevante uma vez que no nível em que se dá, isto é, através de grandes empresas produzindo para grandes empresas, aquilo que chamamos de "serviços adicionais" de comercialização reduzir-se-ia basicamente à questão da tecnologia. A esse respeito, porém, cabe lembrar que a tecnologia é *dada,* seja pelos "pacotes" importados pelas

21. Segundo o INDI, esta amostra corresponderia a 90% do parque mineiro de Bens de Capital.

	NOME DA EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	PROCEDÊNCIA	LINHA DE PRODUÇÃO
1	CBC	Varginha	Japão	Calderaria pesada
2	Santa Matilde	Conselheiro Lafaiete	Nacional	Vagões de carga
3	Delp	Contagem	Nacional	Equip. sid., Cimento, Mineração
4	Engefab	Juiz de Fora	Nacional	Equip. cimento
5	Fiat-Allis	Contagem	Itália	Tratores e Escavadeiras
6	Heatmaster	Varginha	Nacional	Calderaria, Geradores a vapor
7	F. L. Smidth	Varginha	Dinamarca	Equip. cimento e Mineração
8	Isomonte	Contagem	Alemanha	Est. Metálicas, Guindastes
9	Meca-Barber Greene	Montes Claros	Nacional	Centrais de britagem, Correias transp.
10	Nordberg	Vespasiano	EUA	Britadores, correias transp.
11	SBE	Betim	Itália	Est. metálicas, Torres para linhas
12	Terex	Belo Horizonte	Alemanha	Caminhões fora-de-estrada
13	Demag	Vespasiano	Alemanha	Aciarias, Fornos, Compressores, Escavadeiras
14	Horário Albertini	Vespasiano	Nacional	Caldeiraria e Usinagem
15	Mafersa	Contagem	Nacional	Vagões de Carga e passageiros
16	Morrison Knudsen	Santa Luzia	EUA	Est. Metálicas, Torres p/ linhas
17	Poclain	Conselheiro Lafaiete	EUA	Escavadeiras hidráulicas
18	Pohlig-Hekel	Contagem	Alemanha	Correia transp., Pontes rolantes, Guindastes
19	Soldering	Contagem	Nacional	Caçambas, Cabines de proteção
20	Usimec	Ipatinga	Nacional	Est. Metálicos, Equip. Siderurgia

FONTE: INDI

empresas nacionais, seja pela atuação direta das próprias empresas multinacionais como parece ser o caso predominante de Minas Gerais.

Nestas condições, a proximidade do mercado no caso particular desta indústria é quase que uma mera contingência ocasional tendo em vista a existência de outras boas alternativas locacionais. E desde logo e sempre, o mercado para este tipo de indústria é o mercado nacional ou até mesmo, em certos casos, internacional.

Não deixa de ser por isso que a atual crise porque passa a indústria brasileira, afetada por uma severa recessão que atingiu especialmente a indústria de Bens de Capital, tenha conseqüências proporcionalmente maiores no parque mineiro. A razão encontra-se no fato de que esta indústria em Minas Gerais depende, profundamente, de grandes e poucos projetos de investimentos que têm, necessariamente, uma amplitude nacional. Tendo em vista o seu caráter ultra-especializado, a queda ou o corte dos grandes investimentos estatais e privados pode levar a uma redução drástica no nível de produção e de encomendas o que certamente pode levá-las a uma situação econômico-financeira bastante difícil.

Nesta situação de queda das encomendas e de baixo nível de atividade, mais grave ainda se torna a situação de algumas empresas estrangeiras do tipo Krupp que apresentam uma estrutura técnica/administrativa extremamente dispendiosa para este tipo de contexto.[22]

Tendo em vista todas estas condições, a saída econômico-financeira para o parque mineiro de Bens de Capital depende fundamentalmente da superação da própria crise nacional dada a própria amplitude do seu mercado. Mesmo assim, isto é, mesmo se recuperando determinado nível de atividade compatível com a rentabilidade das empresas, a possibilidade de um

22. Uma empresa como a Krupp possuía um quadro técnico-administrativo fixo de 60 pessoas (todos estrangeiros), o que por si só, representa 10% do total do pessoal na empresa, perfazendo um custo fixo anual em torno de US$ 10 milhões.

eventual efeito multiplicador das opções locacionais da IBK para Minas deve ser seguramente nulo. Uma das razões para isso encontra-se na excessiva especialização do parque mineiro [23] aliada a um defeito verdadeiramente congênito responsável pelo eterno entrave do próprio processo de industrialização em Minas Gerais. O defeito consiste basicamente na inexistência de um mercado final de consumo especialmente concentrado e quantitativamente expressivo o que permitiria o desenvolvimento de uma rede diversificada de atividades regionalizadas demandadoras (é o que se esperaria) de Bens de Capital.

Estas atividades incluiriam uma extensa rede de pequenas, médias e grandes empresas industriais, comerciais e de serviços voltadas exclusivamente para o mercado regional e que serviriam como pólo de atração para a indústria de Bens de Capital, dada, é claro, a sua natural tendência à aproximação do mercado.

A esse respeito, o caso de São Paulo é bastante elucidativo. Embora o coeficiente locacional do estado seja alto para praticamente todos os setores da indústria de Bens de Capital, podemos observar um comportamento razoavelmente distinto entre a produção por encomenda e a produção seriada. No caso desta última, encontramos um padrão locacional muito mais irregular, tanto no espaço, quanto no tempo do que aquele existente para a indústria por encomenda. Nesse sentido, São Paulo, por exemplo, detinha em 1970 cerca de 100% do VTI da indústria de tratores, percentual que reduziu-se para 94% em 1975. Ao mesmo tempo, detinha em 1975 apenas 37% do VTI de máquinas, aparelhos e materiais para a agropecuária, percentual que já tinha alcançado cerca de 64% em 1959 e 56% em 1970. O mesmo ocorre com o subgênero

23. Esta excessiva especialização poder-se-ia tornar uma vantagem na medida em que houvesse um esquema de «vasos comunicantes», ou seja, troca de informações e desenvolvimento de tecnologia comum entre as empresas. No entanto, como o próprio INDI constatou, a atuação das empresas é totalmente isolada tendo em vista a natureza de sua tecnologia, isto é, introduzida na forma de «pacotes», seja pelas multinacionais, seja pelas próprias empresas nacionais que importam patentes.

"máquinas e aparelhos de terraplanagem e pavimentação" cuja participação do VTI nacional reduz-se abruptamente em apenas cinco anos (1970/1975) de 77% para 53% (ver apêndice 1).

A indústria de Bens de Capital por encomenda, por seu turno, tem um padrão locacional muito mais estável. É o caso da indústria de "máquinas, aparelhos e equipamentos industriais para instalações hidráulicas", "máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais", "máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações industriais e comerciais", todos apresentando um comportamento relativamente estável no tempo e no espaço resultando numa alta concentração em São Paulo (ver apêndice 1).

Em outras palavras, o fato de São Paulo possuir um mercado de consumo final espacialmente concentrado e quantitativamente expressivo levou a uma aproximação decisiva da indústria de Bens de Capital, o que tem determinado não só uma grande estabilidade locacional como também uma capacidade de concorrência "para fora", isto é, para o mercado nacional. A diferença em relação a Minas Gerais consiste que São Paulo detêm um parque de Bens de Capital multiespecializado composto por uma complexa rede de grandes, médias e pequenas empresas plenamente articuladas com o "seu mercado" ao passo que o parque mineiro é ultra-especializado e reduzido a um pequeno número de empresas (grandes na maioria) nacionais e multinacionais articuladas, quase que apenas formalmente, com o "seu mercado".

Em suma, o parque mineiro de Bens de Capital depende fundamentalmente do que poderíamos chamar de "política nacional de investimentos", isto é, os grandes projetos de investimentos que contidos ou expandidos, podem levar o país à expansão ou à recessão enquanto o parque paulista, a despeito de também estar subordinado a esta "variável externa", depende também do mercado de consumo final regional (e, em certa medida, nacional) que teoricamente, garantiria, na crise, uma maior estabilidade dos investimentos que lhe são correspondentes. Daí, a maior sensibilidade de um (Minas) e a maior resistência de outro (São Paulo) à crise.

Em certa medida, o principal fator que garante e determina a distribuição das atividades econômicas no espaço é o mercado final de consumo que, tem termos espaciais, é a verdadeira *variável autônoma* do processo. Enquanto os investimentos são relativamente fluídos no espaço, especialmente os chamados investimentos autônomos) o mercado de consumo final é relativamente estável, o que lhe permite constituir uma importante fonte indutora de investimentos. Nesse sentido, em termos espaciais, o consumo determina o investimento e nãoo contrário, tal como o estabelecido pela análise keynesiana.[24]

Em função de todas estas questões, é lícito concluir que o procésso de industrialização e reorientação locacional em favor da economia de Minas Gerais, tal como estabelecido na década de setenta, tem seus limites não apenas na crise econômica geral por que atravessa o país mas dentro dos próprios termos em que se deu a industrialização e a relocalização. Além do processo estar sustentado por uma avalanche artificial de incentivos e subsídios diversos, ele orientou uma industrialização "no ar", sem nenhuma política paralela de *regionalização do consumo final.* Porisso, o efeito multiplicador dos projetos instalados — o que inclui outros setores além do de Bens de Capital — é virtualmente nulo, o que significa que a continuação do processo sempre estará por requerer a continuação da política de incentivos e subsídios, que, nesta altura dos acontecimentos, afigura-se como uma impossibilidade econômico-financeira.[25] Nesse sentido, acreditamos que a propalada tendência à descentralização industrial no Brasil (tese defendida por Campolina),[26] não existe de

24. O esclarecimento desta questão envolve — é a hipótese que estamos defendendo — uma rediscussão da teoria da base que nos moldes em que está proposta, sofre uma série de limitações inerentes à análise da demanda efetiva.

25. Segundo estimativas extra-oficiais, o Estado de Minas Gerais deve cerca de US$ 1 bilhão, cujo serviço no quadriênio 1983/86 deve situar-se em torno de 20% da receita estadual em 1981 (arrecadação mais transferências federais).

26. C. Campolina Diniz, op. cit.

fato, pelo menos do ponto de vista do seu setor mais dinâmico, ou seja, o da indústria de Bens de Capital.[27]

O pressuposto de uma política efetiva de descentralização industrial, isto é, a regionalização do mercado de consumo final implica em mudanças sociais e econômicas profundas e complexas embora não estejamos com isso, concordando com W. Cano que tende a atribuir o atraso das regiões periféricas no Brasil à existência de relações arcaicas.[28] Na realidade, as próprias relações arcaicas já são uma conseqüência do contexto de "região periférica" e são introduzidas como forma de amortecimento ou mesmo viabilização de certas atividades econômicas na periferia.[29]

Em resumo, a tese da tendência à descentralização industrial carece de efetividade tendo em vista as contradições econômica-financeiras das próprias políticas de descentralização como também e principalmente, tendo em vista as próprias leis locacionais (que ainda perduram) do sistema industrial. Para Minas Gerais, que teria feito um esforço de industrialização centrado especialmente no seu setor dinâmico, isto é, no complexo eletro-mecânico e, principalmente no estratégico subsetor de Bens de Capital, os resultados foram frustantes considerando-se o seu custo presente, expresso na situação das finanças estaduais. Concretamente, pouco se avançou no processo real de descentralização que pressupõe a regionalização do mercado de consumo final. Até pelo contrário, Minas representa, hoje em dia, um mercado relativamente mais pobre do que há 20 anos atrás constituindo, ao invés de um grande mercado de consumo, um grande cinturão de pobreza e de miséria.

---

27. Isto não significa que tal tendência não exista — como bem observa Campolina — a nível internacional sujeita, no entanto, à dependência tecnológica e funcionamento à base de «pacotes».

28. CANO, Wilson, op. cit.

29. O caso clássico, a esse respeito, é o da Zona da Mata de Minas que uma vez perdida a concorrência para o Planalto Paulista (em conseqüência, esclareça-se, da terra roxa e não do dinamismo do empresário paulista) passou a produzir café, exclusivamente sob a forma de parceria (meia, terço, etc.).

TABELA 1

Valor da Transformação Industrial Segundo Gêneros de Indústria Brasil — 1939/75

EM PERCENTAGENS

GÊNEROS DE INDÚSTRIA	1939 [1]	1949	1959	1970	1975	1977
Mecânica	1,3 [a]	2,1	3,4	7,1	10,3	10,3
Material Elétrico e de Comunicações	0,9	1,6	4,0	5,4	5,8	5,9
Material de Transporte	3,3 [a]	2,2	7,6	8,0	6,4	7,2
SUBTOTAL	5,5	5,9	15,0	20,5	22,5	23,4
Metalúrgica	7,6	9,4	11,8	11,6	12,6	12,6
Química e Borracha	n.d.	6,9	11,5	11,9	13,7	13,7
Têxtil	22,0	19,7	12,0	9,3	6,1	6,3
Produtos Alimentares	23,5	20,5	16,4	13,5	11,3	11,3
Outras	n.d.	37,6	33,3	33,2	33,8	32,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE. Censos Industriais
1 — VTI não exclui «custo dos serviços contratados»
a — VTI não exclui despesas com energia elétrica consumida

TABELA 2

Valor da Transformação Industrial por Categorias de Uso Brasil 1949-1975

EM PERCENTAGENS

INDÚSTRIAS	1949	1959	1970	1975
Bens de Capital	5,4	10,4	11,5	16,3/15,5
Bens de Consumo Duráveis	0,1	3,5	6,8	4,2/ 4,4
Mistas (bens de capital e duráveis de consumo)	0,3	0,6	1,3	1,6
SUBTOTAL	5,8	14,5	19,6	22,3
Bens de Consumo Não-duráveis	60,7	45,2	40,5	33,5
Bens Intermediários	31,6	37,8	36,7	40,1
Não Classificadas	1,8	2,5	3,3	4,2
TOTAL (Ind. Transformação)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: FIBGE: Censos Industriais.
Elaboração (classificação de indústrias): L. A. Macedo, op. cit.

TABELA 3

Distribuição do VTI por Estados Selecionados
Indústria de Transformação
Brasil — 1939/1976

EM PERCENTAGENS

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1939	1949	1959	1970	1975	1977
São Paulo	40,5	48,9	55,5	58,1	56,2	55,3
Rio de Janeiro	25,6	20,4	17,6	15,7	13,5	12,9
Rio Grande do Sul	9,2	7,9	7,0	6,3	7,5	7,3
Minas Gerais	7,5	6,6	5,8	6,5	6,2	7,1
Paraná	2,4	2,9	3,2	3,1	3,9	4,1
Santa Catarina	2,1	2,4	2,2	2,6	3,2	3,6
SUL/SUDESTE	87,6	89,6	91,6	92,7	91,1	91,0
Pernambuco	5,5	4,5	2,6	2,2	2,2	2,0
Bahia	1,4	1,3	1,7	1,5	2,1	2,3
Outros	4,1	3,4	2,5	2,0	2,3	2,3
NORDESTE	11,0	9,2	6,8	5,7	6,6	6,5
NORTE	1,3	0,7	0,9	0,8	1,3	
CENTRO-OESTE	0,2	0,5	0,7	0,7	1,0	
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Industriais. 1939-1975.
———. Pesquisa Industrial. 1977.

TABELA 4

Distribuição do VTI por Estudos Selecionados
Indústria de Transformação
Brasil — 1970/1980

REGIÕES E ESTADOS DA FEDERAÇÃO	1970	1975	1980 1
São Paulo	58,1	56,2	56,6
Rio de Janeiro	15,7	13,5	12,3
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	6,9
Minas Gerais	6,5	6,2	6,7
Paraná/Santa Catarina	5,7	7,1	7,4
Nordeste	5,7	6,6	5,7
Outros	2,0	2,9	4,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Tabela 2.1 e FIBGE. Indicadores Conjunturais da Indústria, jan./set. 1980.
1 — Estimado a partir dos indicadores conjunturais da indústria.

TABELA 5

Taxas Anuais Médias de Crescimento do VTI por Estados Selecionados Mecânica + Material Elétrico e Comunicação + Material de Transporte e Total da Indústria de Transformação

	1970/1975		1949/1970	
	Mecânica + Material Elétrico + Material Transporte	Indústria de Transformação	Mecânica + Material Elétrico + Material Transporte	Indústria de Transformação
São Paulo	13,5	8,6	21,7	16,3
Rio de Janeiro	11,3	6,4	19,1	13,8
Rio Grande do Sul	14,3	6,6	35,5	21,6
Minas Gerais	16,0	7,6	30,2	16,6
Santa Catarina	14,0	8,1	34,4	23,4
Paraná	11,0	8,1	39,9	23,7
Média	13,2	7,9	22,8	16,8
Brasil	13,2	7,7	22,7	16,9

FONTE: FIBGE. Censos Industriais.
FGV, Índices da Conjuntura Econômica.

TABELA 6

Distribuição do VTI por Estados Selecionados — Indústrias Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte Brasil — 1949/1976

EM PERCENTAGENS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1949	1959	1970	1975	1977
São Paulo	72,8	83,0	76,2	70,6	68,6
Rio de Janeiro	18,6	11,2	12,8	10,7	11,6
Rio Grande do Sul	3,6	2,5	4,3	6,9	6,1
Minas Gerais	1,7	1,3	2,8	3,7	4,1
Santa Catarina	1,1	0,6	1,2	1,9	2,7
Paraná	1,3	0,6	0,9	1,6	1,7
Bahia	0,0	0,3	0,5	1,0	1,1
Pernambuco	0,1	0,1	0,8	1,2	1,3
Amazonas	0,1	0,0	0,2	1,4	2,0
SUBTOTAL	99,3	99,6	99,6	99,0	99,2
Outros	0,7	0,4	0,4	1,0	0,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE. Censos Industriais. 1939-1975.
FIBGE. Pesquisa Industrial. 1977.

TABELA 7

Quocientes Locacionais (em Termos de VTI) * de Alguns Gêneros Industriais Selecionados

(Em relação ao conjunto da indústria de transformação)
MG, RJ, SP, PR, SC, RS — 1949, 1959, 1970

	1949	1959	1970	1975	1977
Mecânica					
Minas Gerais	0,32	0,26	0,85	0,84	0,79
Rio de Janeiro	0,69	0,73	0,92	0,70	0,58
São Paulo	1,44	1,41	1,18	1,26	1,24
Paraná	1,07	0,31	0,48	0,53	0,58
Santa Catarina	0,92	0,64	0,85	0,85	1,30
Rio Grande do Sul	0,94	0,61	0,97	1,12	0,91
Mat. Elétr./Comunicação					
Minas Gerais	0,12	0,28	0,25	0,40	0,39
Rio de Janeiro	0,95	0,80	0,76	0,79	0,69
São Paulo	1,61	1,44	1,36	1,27	1,25
Paraná	0,03	0,19	0,10	0,22	0,33
Santa Catarina	0,17	0,36	0,23	0,39	0,45
Rio Grande do Sul	0,06	0,34	0,60	0,57	0,63
Material de Transporte					
Minas Gerais	0,32	0,17	0,20	0,31	0,40
Rio de Janeiro	1,09	0,51	0,76	0,84	1,54
São Paulo	1,45	1,56	1,40	1,16	1,22
Paraná	0,17	0,16	0,23	0,29	0,21
Santa Catarina	0,25	0,09	0,31	0,26	0,22
Rio Grande do Sul	0,28	0,26	0,49	0,78	0,86

FONTE: Censos Industriais.

* $Q.L_{ir} \equiv \dfrac{VTI_{ir}/VTI_{.r}}{VTI_{i.}/VTI_{..}} \equiv \dfrac{VTI_{ir}/VTI_{.i}}{VTI_{.r}/VTI_{..}}$

TABELA 8

Distribuição do VTI por Estados Selecionados
Indústria de Material Elétrico e de Comunicações
Brasil — 1949/1976

EM PERCENTAGENS

UNIDADES DA FEDERAÇAO	1949	1959	1970	1975	1977
São Paulo	78,9	80,1	78,9	71,7	70,0
Rio de Janeiro	19,4	14,1	12,0	10,7	8,9
Rio Grande do Sul	0,5	2,4	3,8	4,3	4,7
Minas Gerais	0,8	1,6	1,6	2,5	2,8
Paraná	0,1	0,6	0,3	0,9	1,4
Santa Catarina	0,4	0,8	0,6	1,3	1,6
Pernambuco	—	0,1	1,9	1,8	2,9
Bahia	0,0	0,1	0,6	1,1	1,1
Amazonas	—	—	—	4,8	6,1
SUBTOTAL	100,0	99,8	99,7	99,1	99,5
Outros	0,0	0,2	0,3	0,9	0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE. Censos Industriais. 1939-1975.
FIBGE. Pesquisa Industrial. 1977.

TABELA 9

Distribuição do VTI por Estados Selecionados
Indústria de Material de Transporte - Brasil - 1949-1976

EM PERCENTAGENS

UNIDADES DA FEDERAÇAO	1949	1959	1970	1975	1977
São Paulo	70,8	86,6	81,1	73,5	66,7
Rio de Janeiro	22,2	0,9	11,9	12,8	19,7
Rio Grande do Sul	2,2	1,8	3,1	6,7	6,3
Minas Gerais	2,1	1,0	1,3	2,2	2,8
Santa Catarina	0,6	0,2	0,8	0,9	0,8
Paraná	0,5	0,5	0,7	1,3	0,8
Bahia	0,0	0,5	0,3	0,6	0,4
Pernambuco	0,1	0,1	0,4	0,5	0,5
Amazonas	0,3	0,0	0,1	0,5	1,1
SUBTOTAL	98,8	99,7	99,7	99,0	99,1
Outros	1,2	0,3	0,3	1,0	0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE. Censos Industriais. 1939-1975.
FIBGE. Pesquisa Industrial. 1977.

TABELA 10

Distribuição do VTI por Estados Selecionados
Indústria Mecânica - Brasil - 1949/1976

EM PERCENTAGENS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1949	1959	1970	1975	1977
São Paulo	70,4	78,5	68,5	68,1	69,1
Rio de Janeiro	14,1	12,9	14,4	9,5	7,5
Rio Grande do Sul	7,4	4,3	6,1	8,4	6,7
Minas Gerais	2,1	1,5	5,5	5,3	5,7
Santa Catarina	2,2	1,4	2,2	2,8	4,7
Paraná	3,1	1,0	1,5	2,1	2,4
Bahia	0,1	0,0	0,7	1,3	1,6
Pernambuco	0,2	0,2	0,5	1,2	0,9
SUBTOTAL	99,3	99,8	99,2	98,7	98,6
Outras	0,4	0,2	0,8	1,3	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE. Censos Industriais. 1939-1975.
FIBGE. Pesquisa Industrial. 1977.

ESTUDOS JURÍDICOS

Edição da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Diretor:

Prof. Ruy Ruben Ruschel

CORRESPONDÊNCIA E PAGAMENTOS

Evaldo Heckler

Núcleo de Publicações Unisinos

C. P. 275 - 93.000 - São Leopoldo, RS - Brasil

JOGO DE COSTA

APÊNDICE 1

Valor da Transformação Industrial
Distribuição por Estados Selecionados
Indústrias Selecionadadas de Bens de Capital

Brasil — 1949/1975

INDÚSTRIAS E ESTADOS	1949	1959	1970	1970 a	1975 a
Estruturas Metálicas					
— Minas Gerais	n.d.	16	11	12	25
— Rio de Janeiro	n.d.	23	19/20	20	17
— São Paulo	n.d.	53	52	52	42
— Paraná	n.d.	3	4	4	3
— Santa Catarina	n.d.	—	2	< 2	1
— Rio Grande do Sul	n.d.	0	4	4	5
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Máquinas motrizes não elétricas + Equipamentos de transmissão para fins industriais + Peças e acessórios para máquinas motrizes não elétricas e para Equipamentos de transmissão para fins industriais					
— Minas Gerais	2	1	8/9	9	10
— Rio de Janeiro	43	20	6/11	6/11	8
— São Paulo	34	76	74/75	75	75
— Paraná	—	0	0	0	1
— Santa Catarina	—	1	2	2	1/2
— Rio Grande do Sul	20	3	4/5	4/5	2/3
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Obras de caldeiraria pesada — exclusive artigos de calderaria leve (tanques, bujões, cilindros, etc.)					

(Continua)

(Continuação) EM PERCENTAGENS

INDÚSTRIAS E ESTADOS	1949	1959	1970	1970 a	1975 a
— Minas Gerais	n.d.	n.d.	< 1	< 1	< 1
— Rio de Janeiro	n.d.	n.d.	13/39	13/39	19
— São Paulo	n.d.	n.d.	61	61	77
— Paraná	n.d.	n.d.	—	—	0
— Santa Catarina	n.d.	n.d.	0	0	0
— Rio Grande do Sul	n.d.	n.d.	< 2	< 2	1
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais para instalações hidráulicas,, aerotécnicas, térmicas, de ventilação e refrigeração *					
— Minas Gerais	1	3	2	2	2
— Rio de Janeiro	8	9	22	22	15
— São Paulo	85	76	61	61	70
— Paraná	1	0	3	3	2
— Santa Catarina	0	2	2	2	2
— Rio Grande do Sul	5	9	9	9	7
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Máquinas-ferramentas, máquinas-operatrizes e aparelhos industriais *					
— Minas Gerais	1	2	1	1	2
— Rio de Janeiro	6	10	9	9	7
— São Paulo	73	81	81	82	78
— Paraná	7	1	2	2	2
— Santa Catarina	4	2	2	2	3
— Rio Grande do Sul	8	2	4	4	5
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Máquinas, aparelhos e materiais para agricultura, avicultura, criação de outros pequenos animais e obtenção de produtos de origem animal e para beneficiamento ou preparação de produtos agrícolas *					

(Continua)

(Continuação)

EM PERCENTAGENS

INDÚSTRIAS E ESTADOS	1949	1959	1970	1970 a	1975 a
— Minas Gerais	6	3	4	4	1
— Rio de Janeiro	4	5	3	3	2
— São Paulo	76	64	56	56	37
— Paraná	0	6	2	2	7
— Santa Catarina	2	3	4	4	2
— Rio Grande do Sul	10	18	31	31	50
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações industriais e comerciais + Máquinas, aparelhos e utensílios para escritório — exclusive eletrônicos					
— Minas Gerais	1	n.d.	6	6	4
— Rio de Janeiro	28	n.d.	17	17	12
— São Paulo	66	n.d.	72	72	75
— Paraná	—/0	n.d.	< 1	< 1	1
— Santa Catarina	—/< 1	n.d.	0	0	1
— Rio Grande do Sul	3	n.d.	4/5	4/5	5
Total — Brasil	100	100	100	100	100
— Minas Gerais	n.d.	n.d.	—	—	—
— Rio de Janeiro	n.d.	n.d.	—	—	—
— São Paulo	n.d.	n.d.	100	100	94
— Paraná	n.d.	n.d.	—	—	—
— Santa Catarina	n.d.	n.d.	—	—	—
— Rio Grande do Sul	n.d.	n.d.	—	—	5/6
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Máquinas e aparelhos de terraplenagem e pavimentação — inclusive caminhões-betoneiras e caminhões fora-de-estrada					
— Minas Gerais	n.d.	n.d.	< 3	< 3	19/20
— Rio de Janeiro	n.d.	n.d.	11	11	13/17
— São Paulo	n.d.	n.d.	77	77	53
— Paraná	n.d.	n.d.	—	—	< 2
— Santa Catarina	n.d.	n.d.	—	—	—
— Rio Grande do Sul	n.d.	n.d.	9	9	8/9
Total — Brasil	100	100	100	100	100

(Continua)

(Continuação) EM PERCENTAGENS

INDÚSTRIAS E ESTADOS	1949	1959	1970	1970 a	1975 a
Peças e acessórios para tratores, máquinas e aparelhos de terraplenagem — inclusive para caminhões-betoneiras e caminhões fora-de-estrada					
— Minas Gerais	n.d.	n.d.	< 6	< 6	12/13
— Rio de Janeiro	n.d.	n.d.	2	2	1
— São Paulo	n.d.	n.d.	85	85	74
— Paraná	n.d.	n.d.	< 1	< 1	< 1
— Santa Catarina	n.d.	n.d.	< 8	< 8	5
— Rio Grande do Sul	n.d.	n.d.	3	3	7
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais mecânicos, agrícolas e de máquinas de terraplenagem					
— Minas Gerais	n.d.	n.d.	22	22	14
— Rio de Janeiro	n.d.	n.d.	30	31	15
— São Paulo	n.d.	n.d.	38	38	51
— Paraná	n.d.	n.d.	1	1	2
— Santa Catarina	n.d.	n.d.	1	1	2
— Rio Grande do Sul	n.d.	n.d.	3	3	4
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Serviços industriais de usinagem, tornearia, fresa, soldas e semelhantes					
— Minas Gerais	n.d.	n.d.	11	11	8
— Rio de Janeiro	n.d.	n.d.	26	28	6
— São Paulo	n.d.	n.d.	49	50	73
— Paraná	n.d.	n.d.	1	1	1
— Santa Catarina	n.d.	n.d.	< 7	< 8	6
— Rio Grande do Sul	n.d.	n.d.	3	2	5
Total — Brasil	100	100	100	100	100

(Continua)

(Continuação) EM PERCENTAGENS

INDÚSTRIAS E ESTADOS	1949	1959	1970	1970 a	1975 a
Máquinas, aparelhos, equipamentos e instalações para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica * + Motores e micromotores elétricos					
— Minas Gerais	1	n.d.	3	3	3
— Rio de Janeiro	16	n.d.	12/14	12/14	17
— São Paulo	83	n.d.	74	74	63
— Paraná	—	n.d.	0	0	2
— Santa Catarina	—	n.d.	2/3	2/3	4
— Rio Grande do Sul	0	n.d.	4/7	4/7	8
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Aparelhos e equipamentos de telefonia e rádio-telefonia + Aparelhos e equipamentos de sinalização e alarme + Aparelhos transmissores de rádio, televisão e de gravação e amplificação de som					
— Minas Gerais	0	n.d.	0	—	0
— Rio de Janeiro	12	n.d.	33/34	33/34	40
— São Paulo	87	n.d.	65	65	55
— Paraná	—/0	n.d.	0	0	< 2
— Santa Catarina	—/0	n.d.	—	—	—
— Rio Grande do Sul	1	n.d.	1	0	< 1
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Embarcações, caldeiras, máquinas, turbinas e motores marítimos * — inclusive reparação					
— Minas Gerais	0	—	0	0	0
— Rio de Janeiro	83	77	80/81	81	82
— São Paulo	5	11	12	12	5
— Paraná	0	0	0	0	0
— Santa Catarina	n.d.	1	1	1	1
— Rio Grande do Sul	5	5	4	4	4
Total — Brasil	100	100	100	100	100

(Continua)

(Continuação) EM PERCENTAGENS

INDÚSTRIAS E ESTADOS	1949	1959	1970	1970 a	1975 a
Veículos ferroviários * — inclusive reparação					
— Minas Gerais	14	9	18	18	15/16
— Rio de Janeiro	21	9	9/15	9/15	11
— São Paulo	63	78	67	67	65
— Paraná	—	—	—	—	0
— Santa Catarina	—/< 2	—	0	0	1
— Rio Grande do Sul	—	—	0	0	2
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Carroçarias para veículos automotores *					
— Minas Gerais	1	1	3	3	2
— Rio de Janeiro	9	28	18	19	14
— São Paulo	82	59	50	50	31
— Paraná	3	1	2	2	3
— Santa Catarina	—/< 1	1	2	2	4
— Rio Grande do Sul	4	10	21	21	41
Total — Brasil	100	100	100	100	100
Aviões * — inclusive reparação					
— Minas Gerais	—	—	< 3	< 3	< 2
— Rio de Janeiro	98	86	16/32	16/32	19
— São Paulo	2	13	67	68	68
— Paraná	—	—	< 4	< 4	< 2
— Santa Catarina	—	—	—	—	—
— Rio Grande do Sul	—	—	—	—	11
Total — Brasil	100	100	100	100	100

FONTE DE DADOS ORIGINAIS: FIBGE — Censos Industriais.
Elaboração (compatibilização das classificações de indústrias adotadas para os sucessivos Censos): ver L. A. Macedo, op. cit.

(a) Exclui-se estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas e valor da produção inferior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no País (em 1970: Cr$ 187,20; em 1975: Cr$ 532,80).

(*) Inclusive peças e acessórios.

Agricultura, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais - 1950/1980

MARIA REGINA NABUCO

SUMARIO: INTRODUÇÃO. 2. AS REGIÕES E SUA ARTICULAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CAPITALISTA. 3. O CASO DO TRIÂNGULO MINEIRO. a) O Triângulo Mineiro e a complementariedade entre acumulação capitalista industrial e expansão agrícola; b) A identidade entre acumulação capitalista industrial e agrícola.

1. *Introdução*

A expansão do capitalismo na agricultura e a conseqüente diferenciação econômico-social no campo têm sido tema dos mais controversos nas Ciências Sociais. No Brasil, o debate sobre a natureza das relações sociais no campo vem se prolongando desde a década de cinqüenta, quando interpretações 'dualistas', 'feudalistas' e 'capitalistas' se opuseram no quadro do debate econômico e político. A crítica marxista à rigidez daqueles modelos de interpretação originou caminhos teóricos que visavam à maior flexibilidade na análise 'concreta' da realidade social. O conceito de 'formação econômica social' tentava, neste sentido, adaptar conceitos, como o de 'modo de produção', à complexidade das sociedades que não se incluíam nos casos clássicos do desenvolvimento capitalista.

Críticos não-marxistas também se preocuparam com as exceções a modelos explicativos da mudança tecnológica na agricultura dos países desenvolvidos. Esta preocupação originou a chamada via 'modernizante' da agricultura, onde a

'difusão não-equilibrada' da tecnologia agrícola entre regiões e produtos é explicada por um 'mecanismo de auto-controle', exercido pela própria agricultura.

Como era de se esperar, estas vias 'pragmáticas' da interpretação do desenvolvimento agrícola também receberam suas críticas. Contra o conceito de 'formação social' — onde a preocupação em recuperar-se a importância de 'modos específicos de produção leva a uma complicada articulação entre estas instâncias — retoma-se, em meados da década de setenta, a visão leninista do capitalismo agrícola como uma tendência crescente à proletarização rural.

O desenvolvimento capitalista no campo passa a ser enfocado sob a ótica das transformações nas relações de trabalho ou emprego, variável que permite — caso contornadas as limitações das categorias definidas pelos Censos Agrícolas e Demográficos — um estudo genérico do dinamismo do capitalismo agrícola. As pesquisas regionais — que inicialmente informaram os estudos de caso sobre a importância do trabalho assalariado no campo, em especial o trabalho temporário — cederiam lugar a pesquisas com dados secundários, onde a agregação a nível nacional mostraria a crescente proletarização dos trabalhos rurais.

Os dados dos Censos e das PNADs para 1970 e 1975 mostraram, no entanto, que o desenvolvimento da empresa capitalista no campo causou redução na participação dos 'empregados' na População Economicamente Ativa Agrícola. E o que é mais curioso, os mesmos dados revelam que o setor familiar agrícola (pequena produção familiar) aumentou seus efetivos, tanto em números absolutos como, com mais força, relativos.[1]

A redobrada importância recente da pequena produção familiar não é um acontecimento apenas brasileiro. Estudos comparativos internacionais mostram a generalizada ocorrên-

1. LOPES, J. R. B. O Emprego Rural no Brasil. Seminário Metodológico Sobre Força de Trabalho ABEP, Ouro Preto, Minas Gerais. 1981.

cia deste fato, o que contribui para reafirmar o aspecto já tão observado da heterogeneidade da expansão capitalista no campo.[2] Em outras palavras, a proliferação da empresa capitalista no campo proletariza uma fração dos pequenos produtores, enquanto, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução crescente de outra fração destes produtores. A primeira pergunta que ocorre aos que se interessam por tal tema é: quem são estes pequenos produtores? Estaremos assistindo à volta triunfal dos camponeses ao mundo rural? A tese da 'funcionalidade' da pequena produção no quadro do capitalismo agrícola, demonstrou-se correta?

Para responder a estas e outras perguntas que inicialmente se impuseram, os dados secundários dos Censos Agrícolas e do Cadastramento de Imóveis do INCRA têm se mostrado insuficientes. O valor da produção da pequena unidade familiar, por hectare, e o valor da produção comercializada relativamente ao valor da produção podem, por exemplo, distinguir pequena produção mercantil da pequena produção para subsistência. Esta distinção não é, porém, um conceito que nos permite a total compreensão da atual importância da pequena produção familiar. Em primeiro lugar, a definição clássica de camponês não exclui a relação da produção com

2. Ver a este respeito, por exemplo: PATNAIK, V. Capitalist Development in Agriculture & BANAJI, J. Capitalist Domination and the Small Peasantry. In: *Studies in the Development of Capitalism in India*. Vanguard Books. Paquistão; 1978, p. 87-139 e 351-429; HEATH, J.R. Peasants or Proletarians? Rural Labour in a Brazilian Plantation Economy. In: *The Journal of Development Studies,* julho, 1981; MANN, S.A. & DICKINSON, J.M. Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture, In: *Journal of Peasant Studies, 5*(4):466-481; REDCLIFT, M. Agrarian Populism in Mexico — the «Via Campesina». In: *Journal of Peasant Studies,* 7(4):493-502; ZAMOSC, L. La Question Campesina en el Desarrollo Capitalista. In: *Universitas Econófica, 2*(1): 93-100; FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. In: *The Journal of Peasant Studies, 6*(1):71-100.

o mercado.[3] Ao contrário, uma das generalizações mais comuns que se faz ao 'camponês', ou pequeno produtor familiar, é sua capacidade de produzir excedente agrícola, por meio do sobre-trabalho que ele mesmo retira do seu sub-consumo. A tese da 'funcionalidade' da pequena produção no quadro do capitalismo agrário brasileiro enfatizara, entre outros aspectos, a oferta a baixos preços dos alimentos básicos, realizada pela pequena produção, que não enfrenta os mesmos custos monetários da empresa agrícola capitalista.

As mais recentes contribuições ao estudo da renovada importância da pequena produção familiar têm, neste sentido, se detido menos nas questões sobre valor e volume da pequena produção mercantil, que nas questões que indicam uma transformação "na imposição de controles sobre as decisões de produção e comercialização (da pequena produção), exercidos pelo movimento do capital".[4]

Em outras palavras, transformou-se a natureza das relações entre o movimento do capital e a pequena produção. No Brasil, não se trata mais do capitalismo que apenas proletariza, ou que apenas 'permite' à pequena produção produzir excedente aleatoriamente, em função da generosidade do clima, das possibilidades a curto prazo da expansão do mercado, do nível de preços de determinados produtos, etc.

---

3. Consultar, entre outros, quanto às definições clássicas de camponês: THORNER, D. Peasant Economy as a Category in Economic History. In: SHANIN, T. (Ed.) *Peasants and Peasant Societies*. Penguin. Middlesex. 1979, p. 202-218; CHAYANOV, A. V. *The The ory of Peasant Economy*. Irwin, 1966; WOLF, E. R. *Peasants,* Prentice-Hall, 1966; GALESKI, B. Social Organization and Rural Social Change. In: *Sociologia Ruralis,* vol. 8, 1968, nº 3-4, p. 258-81; SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações — O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. In: *Estudos CEBRAP 26,* 1980, p. 41-80.

4. GOODMAN, D. E. & REDCLIFT, M. *From Peasant to Proletarian*. Oxford. Basil Blackwell. 1981, p. 215.

Para entender-se de qual capitalismo se trata agora, é necessário recorrer-se a um marco histórico que redefine, entre outras questões, a natureza das relações econômicas e políticas entre o setor agrícola e o industrial no país.

A partir dos últimos anos da década de sessenta, reverte-se a estratégia nacional de expansão da produção agrícola. Os limites da ampliação extensiva da fronteira agrícola, principal forma de a agricultura responder à demanda de alimentos básicos provenientes de uma crescente população urbana mostrava, desde o início daquela década, seus definitivos sinais de esgotamento. As crises permanentes de abastecimento das grandes cidades e a persistente alta de preços agrícolas, além da emergência de um novo fator social no então precário equilíbrio do sistema populista — o camponês — foram razões fundamentais para que se adotasse uma nova estratégia de crescimento da produção agrícola, no quadro mais amplo das políticas de saneamento da crise capitalista daquela época.

A partir de então, o papel do Estado torna-se fundamental para explicar a direção do desenvolvimento capitalista no campo. Entre outros objetivos, a política de modernização agrícola promoveu: a expansão concentrada do crédito agrícola, por produtos e regiões; programas especiais de estímulo à produção para exportação; subsídios à produção e ao consumo de insumos modernos e tecnologia agrícola; aplicação conjunta do capital estatal e privado; incentivos fiscais à instalação regional de agro-indústrias; expansão da infra-estrutura básica de serviços públicos para a instalação de empresas agrícolas, etc. Este conjunto de estímulos concedidos pelo Estado — tendo em vista a expansão da fronteira intensiva da produção agrícola — teve, entre outras conseqüências, a de tornar extremamente atrativo o investimento agrícola para outras frações do capital.

O campo, a partir da década de setenta, transforma-se crescentemente em espaço para o investimento de grandes empresas capitalistas industriais. Não só se expande rapidamente a produção da indústria de tratores e implementos

agrícolas, como também a de insumos agrícolas — especialmente a de fertilizantes, apoiada por um programa sistemático de desenvolvimento da indústria nacional.

As boas perspectivas de ampliação do mercado externo para alimentos e as modificações na estrutura de consumo das classes médias e altas no Brasil foram outras razões, aliadas às já enumeradas, para expandirem-se novos campos de valorização do capital na agricultura. As indústrias processadoras de alimentos expandiram em número, volume de produção, além de penetrarem em novos setores, diversificando a linha de produtos.

O processamento agro-industrial de alimentos tornou-se um campo especialmente propício para o investimento estrangeiro, tendo em vista a quase inexistência de pesquisa nacional acumulada neste setor. Os resultados são a crescente transformação do setor agro-industrial em um setor de elevado nível de tecnologia, em geral importada, onde a concorrência aligopolística tende a ser a forma predominante de convivência entre os capitais.[5]

O nível relativamente elevado da tecnologia processadora de alimentos exige que a matéria-prima a ser processada seja homogênea e de oferta estável e crescente. Este fato determina a necessidade de que os produtores desta matéria-prima ampliem seus níveis de absorção tecnológica. Desta forma, os grandes complexos agro-industriais tendem a favorecer — através de financiamentos, apoio à criação de cooperativas, etc — a modernização agrícola dos seus fornecedores, o que, evidentemente faz ampliar a margem de controle que exercem sobre estes últimos.

Assegurar a quantidade desejável e o padrão da matéria-prima, além da tentativa de impor preços baixos a seus fornecedores, têm sido as características básicas da estratégia de

5. SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Zahar, 1980. Ver, também quanto ao papel do capital estrangeiro na expansão da agro-indústria no Brasil, SAMPAIO, P. *Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil*. *Vozes*. 1980.

controle da produção agrícola por parte das agro-indústrias. A compreensão do grau atingido por tal controle tem exigido recentemente estudos detalhados, que enfatizam a complexidade deste processo. Em primeiro lugar, às características mais gerais do controle podem ser somadas outras, que variam com o tipo específico do produto, com a organização regional da produção da matéria-prima, com o tipo de processo tecnológico adotado, etc. Outra resposta que os recentes estudos de caso buscam diz respeito às razões da não-integração vertical da maioria dos complexos agro-industriais em expansão, como é o caso de grande parte da indústria avícola, suína, de fumo, de óleo, farelo e torta de soja, de farinha de trigo, etc. Empresas agrícolas verticalizadas, como é o caso, por exemplo, da indústria de tomates, foram também estudadas. Entre as principais razões para a integração estão os ganhos de escala, as flutuações muito freqüentes dos preços de mercado da matéria-prima e as facilidades concedidas pelo Estado à implantação destas empresas.

Freqüentemente as razões da não-verticalização também residem na atuação do Estado, que interfere no preço da matéria-prima, mantendo-o baixo e desestimulando a agro-indústria em produzí-la (como no caso do leite 'in natura'); ou ainda, na atuação de cooperativas de produtores, quando se transformam em grandes empresas de comercialização do produto e passam a concorrer com a empresa privada (como é o exemplo da produção de soja no Rio Grande do Sul).[6]

---

6. A diversidade das formas de integração da pequena produção ao capital agro-industrial no Brasil é explicada através de trabalhos, como: MÜLLER. G. *Estado, Estrutura Agrária e População*. Vozes. 1980; FREDERICQ, A. Produção de Leite e Integração dos Produtores na Cadeia Agro-Industrial. O Caso dos Produtores Ligados à Nestlé. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. 1979; PEIXOTO, E. R., CHALOULT, N. B. & FIGUEIREDO, V. A Soja na Pequena Agricultura: Um Estudo de Caso no Rio Grande do Sul. Brasília (mimeo.); LOPES, J. R. B. Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-1970). In: *Estudos CEBRAP*, 22, 1978.

O interesse despertado pela expansão de um processo de 'modernização' agrícola, que enfatiza a importância da integração de produções agrícolas locais ao capital industrial e comercial, tem levado a um interesse correspondente pelos estudos agrícolas regionais. A região aparece como o espaço para se 'ver' o movimento hegemônico do capital, através de produções agrícolas específicas, diversas na unidade desta hegemonia.

2. *As Regiões e sua Articulação ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista*

As descobertas empíricas dos estudos de caso que contemplam o tema da incorporação regional ao capitalismo agrário, no Brasil e em outros países da América Latina, sugerem uma caracterização geral deste processo, que enfatiza a existência de pelo menos dois sentidos desta incorporação: o primeiro se caracterizaria pela incorporação da produção agrícola da região ao mercado consumidor de um centro unificador hegemônico. O volume da produção excedente, a proporção deste excedente que é retida na região, a possibilidade de sua concentração e acumulação, tendo em vista a distribuição local dos recursos produtivos, indicarão o grau de transformação das relações de produção locais.

Uma segunda forma de articulação regional ao desenvolvimento capitalista se caracteriza pela crescente importância local dos investimentos realizados por capitais não-locais. Neste caso, o sentido da transformação das relações locais de produção será definido não apenas pela propriedade ou não da terra, mas basicamente pela diferenciação econômica e social dos proprietários. Esta diferenciação refletirá as diferentes formas de integração dos capitais agrários locais, às frações externas do capital industrial, comercial e financeiro. Ao caráter unificador dos capitais externos à região, cujos investimentos tenderiam a homogeneizar as relações de produção locais, se opõem as especificidades das frações locais do capital agrário.

Tendo em vista a importância crescente do papel do Estado na expansão intensiva da fronteira agrícola em certos países como o Brasil, esta caracterização geral tenderá a enfatizar, nestes casos, o processo de transformação dos espaços regionais em espaços legais.[7] Nesta concepção faseológica das formas de articulação regional ao movimento do capitalismo agrário, entende-se que o conceito de região deve ser cada vez mais o de espaço para políticas públicas. Desta forma, a caracterização básica de região como domínio ecológico se relativiza pela importância crescente de seus recursos não-geográficos. Dando dois exemplos que elucidam a diferença entre regiões, de acordo com diferentes fases de articulação ao capitalismo: certamente o desenvolvimento da agricultura de alimentos básicos para o mercado interno do Triângulo, em especial na década de cinqüenta, se deveu às características mais férteis das matas do cerrado, à estrutura concentrada da propriedade da terra e às proximidades do centro industrial; a instalação da Agrivale na década de setenta no vale do Jaíba — empresa integrada, de pecuária intensiva, com capital brasileiro e americano — valeu-se mais dos incentivos fiscais concedidos pelo INDI e da infra-estrutura básica provida pela Companhia de Distritos Industriais, que das condições favoráveis do solo daquela região.

Neste sentido, do ponto de vista da incorporação capitalista, uma região tem duas existências: uma que preexiste a esta incorporação, outra que não pode ser explicada senão a partir dela. O que define a região na fase de preexistência do capitalismo são basicamente suas características geográfico-espaciais, seu domínio ecológico, a distribuição espacial da população, a importância da terra na atividade produtiva,

7. A importância do papel do Estado — tanto no financiamento de grandes projetos privados, quanto na provisão de infraestrutura regional — se verifica não só no Brasil, mas também em países capitalistas avançados. Ver a este respeito, por exemplo, CASTELLS, M. & GODARD, F. *Monopolville: l'Entreprise, l'Etat, l'Urbain.* Mouton. 1974; MASSEY, D. Regionalism: Some Current Issues. In: *Capital and Class,* vol. 6, Outono de 1978, 106-125.

etc. Neste sentido, o dinamismo econômico será basicamente determinado pela quantidade e qualidade dos recursos naturais e a crescente importância de tais recursos para a produção de possíveis excedentes. Além disto, é bastante provável que os interesses locais sejam incipientemente organizados, não existindo uma classe dominante capaz de integrar todas as relações sociais na direção de seus interesses.[8]

A constituição de um centro ou região cujos interesses são predominantes ao nível desta região e do conjunto regional estabelece a articulação econômica inter-regional, em função de uma redistribuição regional do trabalho que privilegie tais interesses. Esta transformação nas articulações inter-regionais amplia os fluxos de mercadorias e mão-de-obra, através da expansão dos meios de transporte, determinando a reorganização da produção da região dependente para a produção de excedentes necessários à acumulação de capital no centro. Assim, as relações locais de produção começam a ser definidas pela natureza da articulação. A transformação capitalista das relações locais de produção — tendo em vista a obtenção de maiores quantidades de excedentes — dar-se-á em maior ou menor grau, de acordo com as características locais da disponibilidade relativa de terra, mão-de-obra e capital. Nesta fase, pode-se dizer que o desenvolvimento das forças produtivas nesta região mantém certo nível de endogenia, dado que a expansão dos investimentos é feita por capitais predominantemente locais.

A tendência à unificação inter-regional das relações sociais de produção é reforçada pela expansão espacial dos capitais acumulados no centro, que buscam localizar-se próximos a determinados recursos naturais ou a frações recentes do mercado consumidor para seus produtos.

Tendo em vista certos obstáculos à unificação inter-regional das relações de produção comandada pelo centro — tais

8. Ver a caracterização de regiões, no contexto das transformações da estrutura de classes e no surgimento dos padrões de acumulação, formulada por Bernardo Sorj, op. cit., p. 96.

como escassez de mão-de-obra especializada, deficiência na oferta de infra-estrutura básica, etc. — O Estado é chamado a atuar na eliminação ou minimização de tais obstáculos. Adquire especial importância nesta fase de expansão capitalista da região, a fração federativa do Estado onde a região se situa. Assim, aos interesses da região centro — comumente identificados aos interesses nacionais — podem eventualmente se interpor interesses locais, representados por uma esfera particular deste Estado. Como, porém, a unificação inter-regional das relações sociais de produção significa ampliação inter-regional das áreas de interesse, é possível supor-se que a oposição econômica e política, historicamente observada entre o Estado nacional e suas frações federativas não-dominantes, se veja reduzida. A versão local do poder público nacional — os estados — aparecem, nesta fase, como uma instância política capaz de articular os interesses dominantes centrais da economia com os interesses dominantes locais. Neste sentido, políticas públicas de âmbito local serão freqüentemente meros repasses de objetivos dominantes a nível nacional. Neste sentido, políticas estaduais reproduzirão, a nível específico, a tendência a ampliar a articulação entre as regiões que cabem no espaço federativo. Estas regiões passam então, a se transformar cada vez mais num espaço legal, mais que geográfico, objeto que são de um número cada vez maior de políticas públicas que as integram à dinâmica espacial do capitalismo.

3. *O Caso do Triângulo Mineiro*

O Triângulo Mineiro, importante região agrícola do Estado de Minas, é um exemplo interessante para se estudar o complexo processo de desenvolvimento agrícola no Brasil, à luz da caracterização geral anteriormente descrita.

Entre outras razões, este interesse provém do fato de que o Triângulo Mineiro, como região formada por um território e população relativamente homogêneos, participou da divisão inter-regional do trabalho causada pela industrialização de São Paulo, desde seus primórdios. Tendo em vista a distribuição

JOGO II COSTA

concentrada da propriedade local de terra e o fato de que a região também funcionava como importante empório comercial para a produção agrícola de Goiás, já durante os anos cinqüenta a região possuía uma elite agrária capaz de investir em uma tecnologia agrícola de nível superior ao restante do Estado. Além disto, esta elite também era capaz de formular politicamente seus interesses econômicos, através de uma identidade regional que freqüentemente levantava o tema do separatismo, como solução para suas reivindicações.

Além disto, o fato de o Triângulo ser uma região de Minas Gerais, torna-o mais recentemente alvo de programas e políticas de um Estado em processo tardio de industrialização. Esta industrialização, realizada em grande parte devido a incentivos concedidos pelo governo local ao grande capital, leva em algumas regiões como o Triângulo, à proliferação de empresas agro-industriais. Esta maior importância dos investimentos em empresas agro-industriais se reflete em uma nova configuração entre traços previamente dominantes do processo de produção local e novos capitais externos à região, determinando, pela segunda vez em sua história, um novo processo de 'modernização agrícola'. Este novo processo converte o Triângulo em uma região articulada aos interesses do grande capital, dentro de um nível de maior integração ao governo estadual.

a) *O Triângulo Mineiro Mineiro e a complementariedade entre acumulação capitalista industrial e expansão agrícola.*

Entre as interpretações que tratam do desenvolvimento econômico, com ênfase nas relações agricultura-indústria, é comumente aceito que a agricultura desempenha um papel fundamental na expansão industrial.

Da mesma forma, existe entre tais interpretações, um certo consenso quanto às variadas atribuições desempenhadas pela agricultura neste processo de crescimento: provisão adequada de alimentos e matérias-primas para os setores urba-

nos; colaboração decisiva na oferta de divisas externas; oferta de mão-de-obra para as atividades urbanas; transferência de poupanças geradas no setor primário para a formação do capital industrial; expansão do mercado para produtos industrializados.[9]

Estas abordagens trazem implícita a consideração de que o setor industrial é o motor deste desenvolvimento, cabendo à agricultura reproduzir-se nos limites estabelecidos pela industrialização. Nestes termos, o setor agrícola tem um bom desempenho quando 'colabora' para o crescimento industrial. Ao contrário, se algumas destas atribuições não são cumpridas, a agricultura é considerada como um 'obstáculo' ao desenvolvimento econômico.

No Brasil, a questão do bom ou mau desempenho da agricultura com relação à expansão industrial do país foi tema de importantes debates acadêmicos e políticos durante as décadas de cinqüenta e sessenta. A tarefa da agricultura naquele período era crescer 'adequadamente' — aumentar a oferta de matérias-primas e alimentos nos níveis requeridos pelos mercados externo e interno — sem que este crescimento absorvesse fração considerável dos recursos nacionais para investimento.

A subdivisão das grandes propriedades cafeicultoras em fazendas de tamanho médio, orientadas para a produção de alimentos básicos, não foi suficiente para abastecer a crescente população que se urbanizava em São Paulo. A expansão extensiva da fronteira — especialmente através de pequena propriedade — foi a forma básica de expansão da produção de alimentos. Outra forma secundária de crescimento extensivo da produção agrícola foi a ampliação da área cultivada de

9. A este respeito, consultar caracterização de MENDONÇA DE BARROS, J. R., PASTORE, A. C. e RIZZIERI, J. A. B. A Evolução Recente da Agricultura Brasileira. In: MENDONÇA DE BARROS, J. R. & GRAHAM, D. H. *Estudos Sobre a Modernização da Agricultura Brasileira*. São Paulo. IPE. 1977. (Monografia 9).

grandes propriedades — anteriormente dedicadas à pecuária ou à produção para exportação.

Durante este período, duas regiões mineiras em especial — o Sul de Minas e o Triângulo — adaptaram seus sistemas de produção agrícola em função da demanda de alimentos dos grandes centros urbanos paulistas.

Durante o período de estagnação econômica do Sul de Minas — que se dá por volta de 1930 a 1960 — as grandes propriedades cafeicultoras se subdividiram em propriedades de tamanho médio, especialmente dedicadas à pecuária de leite e à produção de alguns itens do consumo básico da população, tais como arroz, feijão, milho, etc. Diferentemente de São Paulo, onde esta subdivisão de propriedades refletia uma melhor alternativa de investimento para os antigos cafeicultores e uma possibilidade de compra de terras ou arrendamento por parte dos colonos imigrantes, a subdivisão da grande propriedade cafeicultora do Sul de Minas apresentou características predominantemente vegetativas. Trata-se basicamente de uma repartição de terras através do sistema de heranças, quando herdeiros tendem a se empobrecer em relação a seus ascendentes. Durante este mesmo período, o Sul de Minas perdeu parte de sua população e de seus capitais para São Paulo, o que reforçou o caráter pouco dinâmico da produção agrícola familiar da região.[10]

A forma de integração do Triângulo Mineiro ao crescimento extensivo da produção agrícola para abastecer os mercados urbanos de São Paulo demonstra, em oposição ao caso do Sul de Minas, que esta articulação foi ali capaz de gerar (e reter) um nível de capitalização suficiente para iniciar a transformação das relações locais de produção.

---

10. Com respeito à evolução da agricultura no Sul de Minas neste período, consultar dados levantados por Maurício Lemos (café e leite), para o Relatório publicado pelo convênio INCRA-UNICAMP: Produção Agrícola do Brasil. Coordenado por Roberto Mário Perosa. 1975.

a.1 *A Pecuária como forma de consolidação da propriedade rural no Século XIX.*[11]

A atividade econômica básica do Triângulo Mineiro era desde o século XIX a pecuária de corte, realizada extensivamente nas grandes propriedades fundiárias da região. Ao lado da pecuária, as fazendas locais produziam alguns produtos de lavoura, tais como arroz, milho, feijão, mandioca, batata, destinados ao suprimento das cidades da região, originárias das atividades mineratórias dos séculos XVIII e XIX. A localização da região no 'interland' do país levou-a a um relativo isolamento econômico e administrativo durante o Século XIX, tendo uma reduzida população dispersa entre os pequenos centros urbanos e as extensas pastagens para gado.

A partir do início do século, a construção de ferrovias como a Noroeste do Brasil, e a extensão da Estrada de Ferro Mogiana e da Estrada de Ferro Paulista até o Centro-Oeste do país, estabeleceram a ligação do Triângulo Mineiro a importantes centros urbanos paulistas, como Ribeirão Preto e Barretos. Desde então, o Triângulo expandiu sua produção de carne bovina para os mercados consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro. Parte mais reduzida desta produção teve como destino o mercado externo, através dos portos de Santos e do Rio de Janeiro.

---

11. Dados sobre a história da ocupação da região são encontrados em: TEIXEIRA, E. Evolução Histórica de Ituiutaba. In: *Revista Acaiaca* Belo Horizonte. 1954; NICHOLLS, W.H. & PAIVA, R.M. *Ninety-Nine Fazendas: the Structure and Productivity of Brazilian Agriculture, 1963* — The Triangle of Minas Gerais. Vanderbilt University. 1968; MARIZ, C.B. O Triângulo, Estado Autônomo. In: *Revista do Brasil.* São Paulo. 1925; CASAL, M.A. de. *Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil — Rio de Janeiro.* Jueffier e cia., 1817, NELSON DE SENA. *Annuario Histórico e Corográfico de Minas Gerais.* Belo Horizonte, 1909.

a.2 *O Desenvolvimento do binômio agricultura/pecuária na região*

A maior demanda de alimentos provocada pela intensa urbanização ocorrida em São Paulo a partir de 1930 estimulou o crescimento da produção de cereais no Triângulo, até então destinada aos mercados locais. A produção de arroz, em especial, faz crescer a área cultivada relativamente à área destinada a pastagem extensiva, incorporando-se ao cultivo especialmente as melhores terras (matas). Transformam-se as relações de produção na agricultura local, com especial ênfase na expansão da parceria, como sistema de trabalho. O antigo agregado — encarregado do desmatamento e plantio de cereais (principalmente arroz) para a formação de pastagens (o 'jaraguá' é a gramínea da região), transforma-se em parceiro. Se antes o 'agregado' cultivava o terreno por dois ou três anos, até que se formasse a pastagem, devolvendo-o então ao proprietário em contrapartida ao recebimento de um percentual da produção, o parceiro é um trabalhador mais permanente na fazenda. O plantio de cereais deixa progressivamente de ser uma atividade subsidiária à pecuária, crescendo em importância a figura do parceiro e sua família, que trabalham para o mercado. O parceiro aparece na região como a relação de trabalho mais adequada à produção de cereais, tendo em vista a grande extensão média das propriedades e o número escasso da população. Além do mais, ele e sua família, como moradores da fazenda, cuidam também do gado.

O movimento migratório para a região trouxe, especialmente nas décadas de quarenta e cinqüenta, levas de nordestinos, gaúchos, mineiros e paulistas, que se instalam como parceiros e 'peões' de gado, já que as iniciativas governamentais de colonização na região se constituíram em programas de reduzidíssimas proporções.

A forma combinada de lavoura e pecuária que caracteriza principalmente o período 1930/60 permitiu ao Triângulo manter um nível elevado de expansão agrícola na região, superior às demais regiões do Estado de Minas. Especialmente

no que se refere às décadas de cinqüenta e sessenta, quando a agricultura mineira entra em período de estagnação, a produção agrícola triangulina se desenvolve rapidamente.

Por volta de 1950, a prosperidade dos pecuaristas/cerealistas pode ser vista através da intensificação da mecanização nas fazendas, o que vai refletir-se em uma radical transformação das relações sociais do trabalho agrícola na região.

a.3 *A mecanização agrícola do Triângulo e a passagem ao trabalho assalariado*

A ampliação extensiva da área cultivada — que passa das terras de floresta para as terras de cerrado — exige o uso cada vez maior do trator e de outros implementos agrícolas, não só para o preparo do terreno, como também nas fases de plantio e colheita. Na década de sessenta, pesquisa realizada na região concluiu que havia uma 'super-mecanização' agrícola, tendo em vista os preços do maquinário e os níveis locais de salário rural.[12] Embora as conclusões da pesquisa considerem que tal comportamento 'irracional' dos fazendeiros locais deva ser explicado por 'motivações não-econômicas', como o prestígio social, é interessante notar que tal acumulação se deu num período de contração geral do crédito no país e no Estado de Minas, o que revela a importância do capital agrícola acumulado naquela época na região.

Antes da utilização do trator na região, tanto o plantio de pastagens quanto a produção de cereais eram limitados a um processo de preparação do terreno, que consistia em três fases: a derrubada inicial das matas (machado); o desmatamento propriamente dito — a queima das árvores (vendidas como carvão) e o empilhamento de parte delas para utilização como lenha; e, finalmente, o 'arrancamento dos tocos' (enxada) e a aração do solo (arado animal). Com a mecanização, novas práticas agrícolas foram introduzidas no Triângulo, incluíndo

12. Pesquisa realizada por Nicholls e Paiva, publicada pela Vanderbilt University, mencionada na nota 11.

a aplicação de fertilizantes. Uma destas transformações se refere à substituição da queimada do solo por calcário e fertilizantes à base de fosfato. As novas práticas se tornaram mais complexas, refletindo a complementariedade entre mecanização e o uso de insumos agrícolas. Por serem mais complexas, as operações agrícolas introduzidas pelo uso do trator e seus implementos tornaram prescindíveis (ou menos necessárias) grande parte das tarefas anteriormente executadas pelo parceiro e seus familiares. Estima-se, na região, que um trator pode substituir, em média, o trabalho de 20 a 30 trabalhadores nas atividades de cultivo do arroz.

O preparo mecanizado do solo para o cultivo no cerrado introduziu novas operações e modificou as anteriores. A derrubada inicial das matas (trator acoplado com uma lâmina), o empilhamento das árvores e o transporte para a casa da fazenda; contorno do terreno, para evitar a erosão do solo; o 'arrancamento dos tocos'; a fertilização do solo com cal para controle da acidez do cerrado; a primeira gradeação para misturar a cal e o solo; a fertilização com fosfato; a segunda gradeação para misturar o fosfato e o solo; a gradeação final, com uma grade mais leve para eliminar os torrões menores, são operações mecanizadas, realizadas por um tratorista, com a ajuda de um número reduzido de empregados permanentes.

O plantio, anteriormente uma operação manual, também passa a ser realizado pelo trator adaptado a uma plantadeira, que semeia na densidade e no espaçamento desejados e lança, ao mesmo tempo, o inseticida no terreno.

Desta forma, como operações manuais restaram apenas a capina (se o terreno for plano, esta operação pode também ser feita por um trator, embora a melhor capina considerada na região seja mesmo a manual) e a colheita (que inclui enfeixamento, debulhamento, secagem e ensacamento).

O quadro abaixo mostra a concentração do trabalho manual nas operações finais do cultivo do arroz de sequeiro, devido à substituição de parte substancial do trabalho por máquinas, no preparo do terreno e no plantio, em uma fazenda da região. Com efeito, enquanto estas duas operações iniciais

requerem 3,5 Trabalhadores/Dia para o cultivo de um hectare, as operações finais (incluindo a capina) requerem 36,0 Trabalhadores/Dia para a mesma extensão de terreno. Como era de se esperar, situação inversa ocorre para os requerimentos de Horas/Máquina nas operações iniciais e finais. O trator e seus implementos são mais intensamente utilizados na preparação do solo e plantio — 24,0 H/M — do que nas fases finais do cultivo — 13,0 H/M.

ARROZ DE SEQUEIRO — ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL
Trabalho (T/D) e Maquinário (H/M) * — por Hectare
Triângulo Mineiro

	UNIDADE	QUANTIDADE
Custos Operacionais de Trabalho e Maquinário	H/M & T/D	37,0 & 39,5
1 — Preparação do Solo e Plantio	H/M & T/D	24,0 & 3,5
Derrubada das árvores	H/M & T/D	2,0 & 0,2
Desmatamento	H/M & T/D	1,0 & 0,5
Aração e Gradeação	H/M & T/D	6,0 & 0,6
Remoção de Tocos e Raízes	H/M & T/D	1,0 & 0,8
Fertilização (cal)	H/M & T/D	2,0 & 0,2
Desterroação	H/M & T/D	3,0 & 0,3
Plantio	H/M & T/D	9,0 & 0,9
2 — Capina	T/D	— 2,0
3 — Colheita	H/M & T/D	8,0 & 12,0
4 — Debulhamento	H/M & T/D	5,0 & 15,0
5 — Secagem e Ensacamento	T/D	— 5,0
6 — Transporte Interno	T/D	— 2,0

* T/D = Trabalhadores/Dia
H/M = Horas/Máquina

Desta forma, o exemplo sugere não só que o trator fica ocioso certas fases do cultivo — o que explica em parte a prática do aluguel de tratores na região, uma forma de disseminar a mecanização sem ampliar o investimento — como também que a parceria, como sistema de trabalho familiar

constante ao longo do ano agrícola, torna-se também ociosa. A introdução da legislação trabalhista no campo, conferindo certos direitos sociais ao parceiro, e tornando este sistema de trabalho menos lucrativo para o proprietário de terras, também explica parte da decadência da parceria. Além de estabelecer critérios precisos para a delimitação da quota-parte do proprietário, o Estatuto da Terra limita o controle econômico do proprietário sobre seu parceiro, quanto a trabalhos extras na fazenda, venda da colheita, etc.

No período 1963/73, a importância relativa do parceiro como categoria de trabalho decresce de 68% para 32% na região enquanto o número de tratores por 100 homens-ano de trabalho aumentou de 4,1 para 7,8. (Paiva e Nicholls, 1979).[12ª] Além disto, durante a década de setenta, a região passa de uma situação de escassez de trabalho para um excesso de trabalho. O fenômeno do bóia-fria se extende pelas lavouras não só de arroz, como de milho, algodão, cana de açúcar, soja e café. (De acordo com os Censos Agropecuários de 1960 e 1970, os empregados temporários passam de 18.244 para 28.996, representando 20,1% e 28,2% da PEA agrícola, respectivamente).

a.4 *As transformações na estrutura de propriedade e uso da terra*

Os parceiros e moradores expulsos das terras migram para as cidades vizinhas ou para outras regiões como Goiás, Pará, Mato Grosso e Maranhão. Este movimento de população causou uma redução na população rural do Triângulo no período 1960/70, sendo que alguns municípios como Ituiutaba, perdem não só população rural, como também urbana.

12.ª Ver, a respeito das transformações econômicas ocorridas na agricultura do Triângulo mineiro durante o período 1963/73, PAIVA, R.M. e NICHOLLS, W.H. *Mudanças na Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira, 1963-1973: Noventa e Nove Fazendas Revisitadas*. Tomo I, Vol. 45. Rio de Janeiro, IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisas.

O movimento populacional rural-urbano na década de sessenta na região parece mais ligado a fatores relacionados à expulsão do campo que à atração exercida pela industrialização local, já que naquela década a atividade agrícola era ali a atividade mais dinâmica. Neste sentido, a migração rural-urbana se explica através do "push-effect" exercido pela modernização das atividades agrícolas, naquele período.

Parte do lento crescimento populacional da região naquela década pode ser também explicado pela atração exercida pela expansão da fronteira agrícola no Norte de Goiás, Maranhão e Pará, quando não só parceiros transformados em bóias-frias, mas também pequenos proprietários emigram da região. O levantamento de Histórias de Vida entre proprietários de terra da região mostra que para aquela década o número de aquisições de terra fora da região se amplia. Das aquisições de terra levantadas nas Histórias de Vida naquele período, 40% se referiram a aquisições fora do Triângulo.[13]

Desde a década de cinqüenta, observa-se no Triângulo a tendência ao fracionamento da grande propriedade. De 1950 a 1970, os estabelecimentos com mais de 500 hectares diminuiram não apenas em número, mas também em área: a participação destes estabelecimentos no número total diminui de 20,8% para 12,0%, sendo que sua área ocupada também diminuiu a participação na área total, de 71,9% para 55,9%. Esta redistribuição de área beneficiou os estabelecimentos médios (de 100 a 500 hectares). Não apenas sua área ocupada aumentou relativamente à área total (4,6% para 9,1%), mas o número de estabelecimentos também experimentou um crescimento relativo (de 37,2% do total de estabelecimentos

13. Para maiores informações sobre migrações e aquisições de terra, levantados através de Histórias de Vida de proprietários de terra, parceiros, empregados permanentes, temporários e tratoristas na região, consultar NABUCO PALHANO, M.R. Capital, Labour and the State in Regard to Brazilizan Agriculture: The case of the Triângulo Mineiro. Tese de Doutorado, Universidade de Manchester, 1981.

em 1950, para 45,4% em 1970). (Dados dos Censos Agropecuários de 1950 e 1970).

Quanto aos primeiros, por exemplo, não apenas sua área ocupada aumentou relativamente à área total (4,7% para 9,3), mas o número de estabelecimentos também experimentou um crescimento relativo (de 45,5% do total de estabelecimentos em 1950, para 53,5% em 1970).

Não apenas fatores como o sistema de herança e a mobilidade econômica e social — proporcionada pela atividade do terciário à população urbana desejosa de tornar-se proprietária de terras — contribuem para o fracionamento da grande propriedade, como apontam as observações levantadas pelas Histórias de Vida locais. Um outro fato indica que para a região torna-se importante distinguir 'concentração de propriedade rural' (ou melhor, estabelecimento rural), de 'consolidação de propriedade rural'.

É freqüente na região um indivíduo ser proprietário de mais de um estabelecimento, em geral pertencentes a municípios diferentes. Dos proprietários entrevistados, cerca da metade possuía mais de uma propriedade, sendo que foram registrados casos de proprietários que possuíam quatro propriedades. Um destes proprietários, por exemplo, possuía terras no Triângulo e Goiás que, no conjunto, totalizavam mais de 7.000 hectares.

A freqüência destes casos de propriedade não consolidada na região se relaciona à ampliação do arrendamento capitalista no período 1960/70, quando os estabelecimentos entregues a arrendatários passam de 6,6% para 11,8% do total de estabelecimentos rurais. Como o número de estabelecimentos entregues a parceiros apresenta tendência decrescente (de 8,1% do número de estabelecimentos em 1960 passa a 5,0% em 1970), o movimento de não-consolidação da propriedade rural no Triângulo parece também indicar uma ampliação das relações capitalistas quanto à separação entre propriedade e atividade produtiva.

Dados revelados pelas Histórias de Vida dos parceiros indicam que aqueles que ainda permanecem no campo não correspondem ao tipo geral de camponês auto-suficiente, que trabalha a terra com sua família e produz os itens básicos de sua subsistência. O uso crescente de tecnologia por parte dos proprietários afetou a organização da produção do parceiro. A preparação do solo é freqüentemente feita com o trator do proprietário. Sementes e outros insumos são comprados pelo proprietário, que reparte estes custos com o parceiro. Usualmente, este produz um excedente suficiente para pagar a quota-parte do proprietário (50% da produção) e vender o excedente de sua subsistência no mercado.

Como a mecanização torna supérfluo o trabalho familiar em várias fases da atividade produtiva, vários membros da família costumam migrar para as cidades vizinhas em busca de trabalho. Na época da colheita, quando mais braços são necessários, o parceiro costuma contratar bóias-frias, o que torna ainda mais complexo o sistema de parceria remanescente na região.

A tendência à especialização da atividade produtiva é outra característica da parceria na região. Temendo ter de reembolsar o parceiro por melhorias feitas em suas terras, o proprietário não permite que este cultive nenhuma cultura permanente ou faça qualquer construção nos limites de sua fazenda. Este fato explica em parte a crescente dependência da subsistência do parceiro com relação à provisão externa de alimentos. O levantamento de uma amostra do orçamento básico familiar do parceiro demonstrou que o valor da alimentação comprada é maior do que o valor monetário imputado à alimentação produzida por ele. Isto significa que sua dieta básica se transformou, hoje incluindo uma maior quantidade de massas e pão, com o sacrifício de menores quantidades de leite e carne. Os parceiros plantam comercialmente arroz, milho e feijão, vendendo uma fiação relativamente alta da produção (de 50% a 75%). Dados levantados em 83 lotes de parceiros na região revelam que o tamanho médio do lote (que atualmente se situa em torno de 15 hectares) tem crescido nas

duas últimas décadas. Isto revela não uma maior importância do sistema de parceria, (como já vimos anteriormente, os Censos Agrícolas mostram que o número de parceiros tem se reduzido na região — de 17.102 parceiros em 1960, para 12.985 em 1970), onde a mecanização transforma o trabalho de vários parceiros e suas famílias em responsabilidade de apenas um deles e de bóias-frias contratados.

A modernização das atividades agrícolas no Triângulo aponta, pois, para a crescente importância do trabalho assalariado em relação ao trabalho familiar de parceiros. Dados dos Censos Agropecuários de 1960 e 1970 mostram que o trabalho assalariado (permanente e temporário) cresceu de 28.195 para 40.358, representando, respectivamente, 31,0% e 39,2% da PEA agrícola. Dados retirados de Paiva e Nicholis, 1979, não indicam, porém, que o emprego rural tenha crescido. Ao contrário, de 1963 a 1973, o número de empregados permanentes e temporários decresceu (63% e 11%, respectivamente).

Ao contrário do que se poderia esperar, tendo em vista os direitos sociais conferidos ao trabalhador permanente — único trabalhador assalariado coberto pela legislação trabalhista — este ainda conserva traços do antigo colono da região. Freqüentemente ele vive com sua família na fazenda, o que lhe garante certas vantagens, como casa, pomar, criação de animais domésticos, condução gratuita, etc. Por outro lado, a ação dos sindicatos rurais locais ainda não conseguiu que os direitos sociais conferidos pela legislação sejam efetivamente usufruídos pelos empregados permanentes.

O trabalhador temporário — bóia-fria ou trabalhador de empreitada — mora geralmente na periferia das cidades maiores, a espera de trabalhos eventuais. Por ser completamente destituído de meios de produção, é considerado o representante do proletariado rural puro. Embora a remuneração diária do trabalhador temporário seja superior à remuneração equivalente do trabalhador permanente, o fato de que ele passa a maior parte do ano desempregado na região, torna sua renda anual inferior à deste último. A comparação dos orçamentos familiares de uma amostra de parceiros,

empregados permanentes e bóias-frias na região demonstra que a modernização agrícola, transformando grande parte dos parceiros e empregados permanentes em bóias-frias, causou uma profunda deterioração das condições de vida destes últimos.[14]

b) *A identidade entre acumulação capitalista industrial e agrícola*

De acordo com o anteriormente exposto, a disrupção das relações não-capitalistas de produção no Triângulo Mineiro constitui a explicação básica para o avanço do capitalismo agrário local, especialmente durante a década de sessenta. Para entender-se, porém, o processo mais recente de 'modernização' agrícola, é necessário ir além da verificação histórica e estatística de como se processou a ampliação do assalariamento na região, relativamente a outras formas de trabalho.

A partir especialmente da década de setenta, é a penetração de capitais externos à região a característica básica do desenvolvimento agrícola. Estes capitais significam não apenas produção local de insumos modernos — tais como fertilizantes — mas também modernização no processamento e comercialização dos produtos agrícolas.

A este novo processo de expansão industrial no campo — a que se dá o nome de industrialização da agricultura [15] — corresponde não só a transformação das relações capitalistas de produção, mas também um novo controle capitalista da produção local.

---

14. Para uma análise das condições gerais de vida e de trabalho das diversas categorias de empregados agrícolas na região, consultar NABUCO PALHANO, M.R. *op. cit.*, capítulo 6.

15. A industrialização da agricultura se refere mais especificamente ao processo de especialização e concentração dos investimentos agrícolas e à diminuição e subseqüente eliminação da dependência da agricultura do acaso e da espontaneidade da ação das forças naturais, ao incremento da grande continuidade do ritmo de produção e a estabilidade das taxas de seu desenvolvimento. Ver a este respeito, por exemplo, TIKHONOV, V. «On the Industrialization of Agriculture». In: *Problemas of Economics. 52*(21): 3-22, Nova York, junho 1978.

Este novo controle se expressa através da diferenciação econômica e social entre os produtores agrícolas locais, resultado da mobilização e controle do excedente agrícola pelo capital industrial. Esta diferenciação social, como veremos adiante, expressa não apenas a tradicional divisão entre proprietários e não-proprietários de terra, mas enfatiza as diferenças entre os proprietários, com base nas relações diferenciadas que estes mantêm com o capital industrial.

Especialmente em Minas Gerais, não se pode entender a industrialização da agricultura sem referir-se à política local de estímulo à industrialização, através de captação de capitais externos. A expansão agro-industrial tornou-se, a partir de fins da década de setenta, um dos instrumentos para fazer crescer o PIB mineiro, enquanto se expandiria o emprego nas cidades de porte médio e reduziria o fluxo migratório para a Zona Metalúrgica. Neste sentido é que, antes de passarmos à verificação de como se transformam as relações de produção numa agricultura regional industrializada, é necessário ressaltar a importância recente do setor agro-industrial em Minas Gerais.

b.1 *A estratégia econômica do Estado mineiro: de interesses agrários locais a grandes complexos agro-industriais*

O rápido crescimento do PIB mineiro na década de setenta — em especial de 1972 a 1977 — foi em grande parte obra da expansão dos investimentos externos, atraídos pelos incentivos fiscais criados pela Lei nº 5261/69.[16] Dados retirados das *Mensagens do Governo Mineiro* (1973) revelam que do total do investimento facilitado pela referida Lei Fiscal, apenas uma reduzida parte era representada pelo capital local: 29% em 1971 e 30% em 1972. Os resultados desta política

16. Uma avaliação dos resultados econômicos da aplicação da Lei nº 5261/69 é feita por DUARTE FILHO, F.C. et alii, «A Industrialização Mineira e os Incentivos Fiscais: a Avaliação da Lei 5261/69». In: *Fundação João Pinheiro*. 9(12):924-951, Belo Horizonte, dezembro 1979.

logo se fizeram sentir. Três anos após o início da aplicação da Lei, o PIB mineiro crescia a uma taxa anual de 12,9% a.a., taxa mais elevada do que a correspondente para o PIB nacional, quando o Brasil vivia o auge de seu milagre econômico.[17]

Esta rápida expansão industrial contrasta com o crescimento mineiro das décadas anteriores, quando as tentativas governamentais para a industrialização do Estado foram, de maneira geral, mal sucedidas. Entre as razões que explicam o insucesso da industrialização mineira, enfatizam-se a pouca competitividade das pequenas indústrias locais comparadas às de São Paulo, e a retenção da maior parcela do excedente produzido pelas grandes siderúrgicas de Minas Gerais, por parte da indústria paulista de duráveis.[18]

Durante a primeira metade da década de setenta, o desenvolvimento industrial mineiro se explica principalmente pela rápida expansão da produção dos subsetores metalúrgico, elétrico e não-metálico. Devido a um crescimento menos dinâmico destes subsetores durante a segunda metade da década, o desenvolvimento industrial de Minas começou a mostrar os primeiros sinais de perda de ímpeto.

Outros subsetores — de menor importância dentro do PIB mineiro — como o subsetor agro-industrial, mostraram, ao contrário, uma tendência persistente para crescer, ao longo da década. Este comportamento do complexo agro-industrial mineiro pode ser explicado não só pelas transformações na dieta das classes média e alta brasileiras e no mercado internacional de alimentos, mas também pela atuação das políticas

17. Dados retirados de *Minas Gerais: Atualidade e Perspectiva*, Secretaria do Planejamento do Estado de Minas Gerais, 1980. Belo Horizonte.

18. Com relação aos problemas econômicos enfrentados pela industrialização mineira e o papel do Estado no planejamento desta industrialização, ver ALBANO, C. «The Making of an Industrial City: the Experience of Contagem». Tese de Doutorado, Universidade de Manchester, 1980. Ver também, com respeito às dificuldades da expansão siderúrgica mineira, LOCATELLI, R. L. «Siderurgia e Desenvolvimento Econômico Regional». Tese de Mestrado, Universidade de Brasília, 1978.

federais e estaduais de apoio à modernização agrícola. Além disto, a expansão do complexo agro-industrial em regiões de menor densidade populacional satisfaz as intenções do programa mineiro de desconcentração espacial da Zona Metalúrgica.

Contrastando com alguns subsetores industriais em declínio nos últimos anos da década de setenta — como o elétrico — e com o descenso da produção agrícola no período 1976/78, as agro-indústrias em expansão parecem sugerir uma bem sucedida integração entre capitais agrários locais e parcelas do grande capital, nacional e estrangeiro. Se a expansão agro-industrial em Minas se revelar um processo permanente, e de importância crescente no PIB, o Estado terá conseguido resolver um antigo dilema de política pública, que se revela desde o início deste século. Trata-se de conciliar a chamada 'vocação agrícola' do Estado, com o velho sonho mineiro da industrialização. Até então, historicamente inconciliáveis, as duas metas parecem unir-se através de uma fórmula já conhecida em Minas Gerais, mas que só agora parece dar seus primeiros frutos: a industrialização implementada em nome dos interesses agrários.

Para que esta velha fórmula mineira começasse a funcionar, foi necessário esperar que o capitalismo hegemônico a nível nacional a adotasse. Com isto eu quero dizer que os insucessos anteriores da política mineira, quanto à industrialização da sua agricultura, são facilmente explicáveis à luz do modelo de desenvolvimento econômico então adotado a nível nacional. Similarmente, o recente sucesso do crescimento agro-industrial mineiro só pode ser entendido como uma extensão dos interesses hegemônicos a nível nacional, o que demonstra uma certa homogeneização das relações capitalistas de produção.

Antes da década de setenta, são freqüentes os exemplos de tentativas mal-sucedidas do Estado mineiro para modernizar sua agricultura. Desde o final da década de quarenta, apesar da importância da elite agrária mineira, vários projetos agro-industriais que contavam com o apoio ou a participação do Estado, não passaram de meros projetos.

Em 1947, a execução do Plano de Recuperação Econômica do Governo Milton Campos foi entregue à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, órgão que, como o próprio nome indica, era o responsável pela execução dos 'fomentos' à atividade econômica em geral. O Plano enfatizava o desenvolvimento agrícola, através de estímulos à produção de adubos e de alguns produtos, como o trigo e o algodão. No caso deste último, o diagnóstico econômico da época indicava a necessidade de rápida ampliação na sua produção para fornecimento à indústria têxtil mineira, já sofrendo as conseqüências da mais alta produtividade da indústria paulista. Fornecendo apenas 38,7% do algodão consumido pelo setor em 1947, à agricultura mineira era atribuída parte dos problemas vividos pelos têxteis, então responsáveis pelo mais elevado nível de emprego do Estado. Mas, apesar da criação de uma entidade especial na Secretaria da Agricultura — o Serviço de Fomento ao Algodão — a produção de 1949 representou um decréscimo de 47,6%, com relação à produção dos dez anos precedentes (*Mensagem do Governo Milton Campos,* 1948 e 1949).

Da mesma forma, a produção agro-industrial de laticínios (leite, manteiga e queijo), responsável no início da década de cinqüenta por 59% do valor da produção de alimentos e 12,4% do valor total da produção econômica de Minas (*Mensagem do Governo Juscelino Kubitschek,* 1951), sofre naquela época a concorrência da produção paulista, que já apresentava tecnologia mais avançada, especialmente quanto ao fabrico de leite em pó e leite condensado. Da mesma forma também, o Estado mineiro intervém em favor dos interesses dos pecuaristas, neste caso já organizados em uma cooperativa bastante ativa, a CCPL. De acordo com denúncias da CCPL, Minas estava perdendo sua posição para São Paulo, principalmente devido às más condições técnicas de armazenamento e transporte para o mercado consumidor. Isto fazia com que uma crescente fração deste mercado estivesse optando pelo consumo de leite em pó, cuja produção no Brasil (especialmente em

São Paulo, crescera de 9 milhões de quilos em 1952, para 17,5 milhões em 1953 (*Estado de Minas*, 27.06.1956:17).

A resposta do Governo Kubitschek às demandas dos produtores de leite foram apenas paliativas. Com respeito à melhoria nas condições de transporte dos produtos, aquele governo iniciou o asfaltamento das rodovias que ligam Minas a São Paulo e Rio de Janeiro. Passou também a Rede Mineira de Viação às mãos do governo federal, para que este, dotado de mais recursos, resolvesse os problemas financeiros desta, melhorando as condições de transporte e higiene dos produtos. Outra medida tomada pelo governo mineiro dizia respeito à melhoria técnica da produção de laticínios. Dispondo de parcos recursos para importar ou financiar a importação de equipamentos para esta indústria (de acordo com as *Mensagens dos Governos Mineiros* de 1948 a 1956, no período 1947/1955, apenas em 1951 o orçamento público apresentou superavit), o Estado nada mais fez do que ampliar o programa de orientação técnica a produtores, então existente. Criada na década de quarenta, a Fábrica-Escola de Laticínios "Cândido Tostes", localizada em Juiz de Fora e de propriedade do Estado, destinava-se a treinar e formar especialistas em produção de laticínios. Na década de cinqüenta, outras escolas similares foram então criadas no Estado (como, por exemplo, as de Serro e Três Corações), com vistas a ampliar a competitividade da produção mineira vis-a-vis à paulista. O mero treinamento de mão-de-obra não foi capaz, no entanto, de solucionar uma questão muito mais profunda. Tratava-se de concorrer não só com a produção paulista, mas com empresas estrangeiras — como a Nestlé, instalada no Brasil desde 1921, e produzindo, já na década de cinqüenta, não apenas leite condensado e em pó, mas chocolate em barra, chocolate solúvel e café solúvel. Em pouco tempo, as pequenas fábricas de queijo de Minas foram marginalizadas pela produção moderna da Nestlé, que absorveu parte considerável da produção de leite do Estado. Além disto, os requisitos técnicos e sanitários impostos pelo Governo Federal, quanto à pausteurização do leite, reforçaram o processo de expulsão das fábricas locais.

Às demandas dos interesses da pecuária de corte, o Estado Mineiro respondeu com a criação da Frimisa — Frigoríficos Minas Gerais Sociedade Anônima. Como nos exemplos anteriores, a tentativa de apoio à influente elite dos pecuaristas mineiros não passou de boas intenções do governo mineiro.

Em 1948, dois Congressos de pecuaristas foram realizados em Minas Gerais. O primeiro, a Reunião dos Pecuaristas de Minas, foi organizado pela Federação das Associações Rurais e pela Sociedade Mineira de Agricultura, com o apoio da Assembléia Estadual de Deputados. De acordo com o Congresso, o principal problema da pecuária mineira era a baixa produtividade do rebanho, o que causava freqüentemente a matança das matrizes e, conseqüentemente, a diminuição a longo prazo do rebanho mineiro. Devido a esta situação, os pecuaristas solicitaram prazos mais longos de pagamentos a empréstimos tomados do Banco do Brasil, preços mais altos para a carne e a criação de uma cooperativa central (Cooperativa Central de Mobilização Pecuária), que deveria desenvolver a indústria de carne em Minas.

Dois meses mais tarde, a este Congresso seguiu-se outro. Desta vez tratava-se de um Congresso Nacional (Congresso Nacional de Pecuária), com o apoio do Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas Gerais. A importância política deste Congresso se revela pelo fato de que ele foi o primeiro congresso nacional de pecuaristas no país, reunindo representantes de dezessete estados e do Distrito Federal, demonstrando assim a influência dos pecuaristas mineiros. A demonstração de sua importância é também revelada pelos resultados de suas demandas ao Estado de Minas.

O projeto da FRIMISA — um frigorífico que representaria o processamento em Minas de maiores quantidades de carne — foi a resposta do governo às queixas dos pecuaristas de que não bastava ao Estado possuir um grande rebanho. A estagnação da pecuária mineira era devida a sua posição como mera fornecedora de matéria-prima para os frigoríficos paulistas. De acordo com o *Estado de Minas,* (27.06.1956:23),

Minas Gerais, que possuía o maior rebanho bovino do país (12.262.000 cabeças), abatia apenas 5,0% do total, enquanto o Rio Grande do Sul (9.000.000 cabeças) abatia 12,9% e São Paulo (7.790.000) abatia 21.2%. Além disto, Minas apresentava, relativamente a estes dois Estados da Federação, um baixo percentual de abates em frigoríficos, com relação ao total anual de abates. O rebanho mineiro abatido em frigoríficos constituía apenas 1,1% do total de abates, enquanto no Rio Grande do Sul e em São Paulo, as respectivas proporções eram de 28,3% e 45,9%.

A FRIMISA foi criada sob a forma de sociedade por ações. O Estado mineiro tinha 26% das ações, enquanto os restantes 74% viriam dos bancos locais. Constituída desta forma, a FRIMISA seria criada apesar da falta de capital estatal, tendo em vista os altos custos do projeto. O capital total da FRIMISA se calculava em torno de 1/5 do capital da Belgo Mineira (a maior indústria siderúrgica do Estado naquele período). (*Estado de Minas,* 29.04.1955:2).

A situação econômica de Minas naquela época era, no entanto, de profunda estagnação. Neste sentido, nem os bancos locais foram capazes de financiar o projeto. Aliada à crônica insuficiência de fundos, práticas de corrupção durante a fase de instalação da FRIMISA foram freqüentemente denunciadas pela oposição. Tendo em vista o incêndio ocorrido nas instalações da construção do projeto em 1955, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiou parte dos recursos necessários ao prosseguimento do projeto. A falta crônica de recursos, no entanto, adiou o funcionamento pleno do projeto até meados da década de sessenta.

Outro projeto agro-industrial, apoiado pelo Governo do Estado na década de cinqüenta, foi a Fertilizantes Minas Gerais Sociedade Anônima — FERTISA — que, como nos casos descritos anteriormente, tornou-se inviável como atividade econômica naquela época. Devido à insuficiência dos capitais locais e dos recursos do Tesouro Mineiro, o capital da FERTISA constituiu-se pela integração de três grupos de acionistas, a Companhia Mineira de Engenharia, o Ministério

da Agricultura e alguns bancos locais, com 40%, 40% e 20% dos fundos totais, respectivamente.

A razão básica para a criação da FERTISA fazia parte de um programa público de modernização da agricultura mineira, durante o Governo Kubitschek. Os problemas de escassez de alimentos nos centros urbanos mineiros, principalmente a partir de 1952, foram diagnosticados como resultantes do atraso da nossa agricultura, identificando-se tal atraso com a prática de cultivo extensivo, que acabava por destruir os solos. Daí a criação de um programa agrícola que incluía a expansão da indústria de fertilizantes, reflorestamento, crédito rural e aquisição de equipamento agrícola, para ser doado ou vendido a prestações para os produtores (*Mensagem do Governo Kubitschek,* 1953).

O projeto da FERTISA tinha, pois, o objetivo de melhorar as condições dos solos cultiváveis e, assim, obter uma produção agrícola mais substancial, que satisfizesse a demanda urbana de alimentos. Outra justificativa do projeto era a possibilidade que se criaria de economizar divisas, através do decréscimo na importação de fertilizantes. A produção da FERTISA utilizaria como matéria-prima as imensas reservas de fosfato de Araxá. Para tal, eram necessários equipamentos importados, no valor inicial de US$ 12.000.000 (1954). Em 1955, o capital calculado como necessário para a importação de tais equipamentos já atingia a US$ 20.220.000. Como o capital então constituído representasse apenas 5% deste capital necessário, em 1956 o governo do Estado conferiu à FERTISA 1/4 da receita anual obtida pela aplicação da Taxa de Recuperação Econômica, uma taxa estadual instituída pelo Plano de Recuperação Econômica. Esta medida tornou possível adicionar, ao capital prévio, um volume de recursos equivalentes na época a US$ 1.200.000 (6% do investimento requerido).

A participação financeira do Estado no projeto da FERTISA, além de insignificante quanto ao total requerido do investimento, contribuiu para torná-lo definitivamente inviável na época. Sendo uma empresa constituída por fundos privados e públicos, a FERTISA não pôde beneficiar-se de

uma política especial criada pelo Governo Federal, para estimular o processo privado de substituição de importações. A permissão para beneficiar-se do custo de câmbio, para a aquisição dos equipamentos estrangeiros, foi negada à FERTISA pela SUMOC. Apesar das insistentes denúncias ao tratamento preferencial que se dava à importação de fertilizantes pelo Ministério da Agricultura, os interesses agro-industriais mineiros não conseguiram importar os equipamentos. A importação de fertilizantes, ao contrário, era beneficiada durante 1954 e 1955 por uma taxa especial, 30% mais baixa do que a taxa do mercado livre (*Mensagem do Governo Bias Fortes,* 1956).

A razão da não-prioridade à produção nacional de fertilizantes se explica pela pouca importância que o Governo Federal concedia à modernização agrícola na década de cinqüenta. Dos recursos totais programados para serem aplicados pelo Plano de Metas, por exemplo, apenas 3% se destinavam à agricultura, principalmente à expansão e melhoria da infra-estrutura de armazenamento e transporte.[19]

A criação da CAMIG — Companhia Agrícola de Minas Gerais — em 1957, foi também uma tentativa de modernizar a agricultura mineira. Desta vez, não se tratava, no entanto, de um projeto de industrialização de produtos agrícolas (como no caso da FRIMISA), ou de insumos agrícolas (como no caso da FERTISA). O principal objetivo da CAMIG era expandir a comercialização de insumos e maquinário agrícola, sem se envolver com os altos custos da fabricação. De fato, no fim da década de cinqüenta, Minas já demonstrava preferência pelos investimentos siderúrgicos, buscando, desta forma, a realização do velho sonho industrialista dos mineiros.

A CAMIG foi também constituída como uma sociedade de economia mista. O capital inicial era de cerca de US$ 8.000.000, sendo 60% de propriedade do Estado. A constituição

19. Dados retirados de LAFER, C. «O Planejamento no Brasil — Observações sobre o Plano de Metas». In: LAFER, B. M., *O Planejamento no Brasil*. Perspectiva. São Paulo, 1973.

do capital, neste caso, foi bem mais fácil. Não apenas o valor do investimento total era inferior aos casos anteriores, como a integração da parcela do Estado pôde ser feita por meio de seus valores patrimoniais. Como esta parcela era representada por parte substancial do patrimônio da Secretaria de Agricultura, a criação da CAMIG representou, do ponto de vista da organização administrativa do Estado, uma perda de poderes institucionais da Secretaria. À CAMIG, por exemplo, coube a venda de insumos, produtos e maquinaria agrícola aos produtores, tarefa anteriormente da competência do Departamento de Comércio da Secretaria da Agricultura. Da mesma forma, passou às mãos da CAMIG a produção de óleo e fibras de algodão, uma atividade anteriormente desenvolvida pelo mesmo Departamento. Os setores de conservação do solo e mecanização e, também, o moinho de produção de calcáreo que antes pertenciam ao Departamento de Produção Vegetal, passaram à competência da CAMIG. Finalmente, o Instituto de Tecnologia Industrial, previamente com o controle da produção da indústria de álcool de mandioca e da fábrica de fertilizantes de calcáreo da Cidade Industrial, passou, também, a integrar a CAMIG.

Mais importante, entretanto, foi a transferência para a CAMIG das reservas de cálcio e fosfato de Santa Luzia e Araxá. Esta transferência foi efetivada através da incorporação da FERTISA pela CAMIG. Com a incorporação da FERTISA, a produção de fertilizantes em Minas Gerais recebeu menos prioridade que os demais programas desenvolvidos pela CAMIG. Na verdade, no projeto de lei que criava a CAMIG, apresentado pelo Governo Bias Fortes à Assembléia em 1956, a produção de fertilizantes não foi mencionada sequer uma vez. As prioridades da CAMIG eram claramente a comercialização de insumos agrícolas (especialmente fertilizantes e sementes selecionadas importadas) e a prestação de assistência técnica a ser dada aos produtores.

De fato, a criação da CAMIG representou os resultados de uma tendência mais ampla na direção do decréscimo da importância da Secretaria da Agricultura, com relação a outras

instituições governamentais. Se se observa, por exemplo, a evolução do orçamento da Secretaria de 1952 a 1960, apresentada na tabela a seguir, percebe-se que ele decresce relativamente ao orçamento corrente total do Estado.

PARTICIPAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E OUTRAS, INSTITUIÇÕES, RELATIVAMENTE AO ORÇAMENTO TOTAL

Estado de Minas Gerais — 1952, 1954, 1955, 1956, 1958 e 1960

INSTITUIÇÕES	1952	1954	1955	1956	1958	1960
1 — Departamento de Água e Energia Elétrica	0,8	0,5	0,8	0,3	0,3	0,4
2 — Departamento de Estradas de Rodagem	8,3	6,7	11,7	3,9	1,4	11,8
3 — Secretaria de Viação	12,2	7,1	6,9	6,5	5,2	5,8
4 — Secretaria da Agricultura, Ind., Com., e Trabalho	9,0	6,8	5,1	6,6	5,0	3,8
5 — Secretaria das Finanças..	34,7	41,6	32,6	32,8	42,3	35,0
6 — Secretaria da Educação ..	8,9	11,1	8,1	18,3	16,2	11,2
7 — Outras	26,1	26,2	34,8	31,6	29,6	32,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: *Mensagem do Governo*: 1953, 1955, 1956, 1957, 1959 e 1961.

De acordo com *Mensagem do Governador Bias Fortes* (1959), a ação inicial da CAMIG era desenvolver a venda de produtos agrícolas, assistência técnica (através de 'remuneração justa'), execução de conservação da terra e irrigação. Além disto, a mecanização daria prioridade à execução do trabalho de infra-estrutura, incluindo a abertura de estradas. Como segunda prioridade, o programa de mecanização se encarregaria da preparação do solo, plantio e colheita.

Para tão amplos propósitos, a CAMIG contava com recursos bastante escassos. A assistência técnica, por exemplo, seria dada aos produtores mineiros por apenas "30 ou 50 patrulhas motomecanizadas". Mesmo a importação do ma-

quinário agrícola, através de um empréstimo do Exibank, não foi suficiente para prover a CAMIG com recursos necessários para implementar a modernização agrícola, da maneira como havia sido planejado. De acordo com o *Minas Gerais* (14.03.1958:01), o empréstimo permitiu à CAMIG prover apenas 746 propriedades rurais de maquinário importado. Este maquinário incluía 843 tratores, 63 combinadas, 4 colhedeiras, 284 plantadeiras e 284 cultivadores.

Devido ao reduzido número de beneficiários, várias denúncias foram feitas à CAMIG de que apenas os grandes proprietários tinham acesso ao programa. Além disto, criticava-se, também, o caráter eleitoreiro do programa (*Estado de Minas,* 15.01.1959:05).

Os mal-sucedidos programas de modernização agrícola do governo mineiro, aliados a uma escassez generalizada de crédito agrícola, começaram a dar seus frutos na segunda metade dos anos cinqüenta. Em 1957, o lento crescimento do produto agrícola mineiro já mostrava seus resultados nas então freqüentes crises de abastecimento de alimentos nas cidades. Este processo era reforçado pelo sistema federal de controle dos preços agrícolas (Comissão Federal de Alimentos e Preços — COFAP), o que fazia os produtores se recusarem a vender seus produtos. Para punir os especuladores, a COFAP (e sua correspondente mineira, a COAP), usou, freqüentemente, de amplos poderes que lhe conferia o Estado. No caso da elevação dos preços do arroz em 1957, por exemplo, a COFAP acusou diretamente o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) de ser o responsável pelas manobras da venda daquele cereal, o que resultou em acréscimo de 50% do preço oferecido em Minas Gerais e Goiás. Para conter as atividades especuladoras do IRGA, a COFAP ameaçou a poderosa organização gaúcha com a suspensão dos empréstimos do Banco do Brasil (*Estado de Minas,* 26.04.1957:12).

Reações contra a COFAP foram freqüentes em Minas Gerais àquela época. Inúmeros são os exemplos do descontentamento da elite agrária mineira com relação ao controle de preços. Em 1958, os pecuaristas e produtores de leite,

apoiados por sua associação, a FAREM (Federação das Associações Rurais do Estado de Minas), recusaram-se a vender o leite aos preços impostos pelo Governo (*Estado de Minas,* 10.07.1958:06). Naquele mesmo ano, os marchantes ameaçaram o governo e os consumidores de paralizar suas compras de gado dos pecuaristas, dado o baixo preço da carne (*Estado de Minas,* 20.07.1958:07). Em 1959, a Federação do Comércio de Minas Gerais assumiu a defesa dos distribuidores de açúcar (*Estado de Minas,* 10.01.1959:8), quando estes ameaçaram o governo de abandonar o negócio e sugeriram que a COAP assumisse a venda do produto.

Freqüentemente, o Governo Mineiro permitiu a subida dos preços, cedendo assim às pressões dos produtores agrícolas (*Estado de Minas,* 18.01.1959 e 20.01.59). Além disto, a falta de coornedação das decisões da COFAP com relação aos diversos Estados da Federação, fazia com que os produtores se aproveitassem dos diferenciais de preços e canalizassem seus produtos para as regiões onde o controle fosse menos efetivo. Assim foi com o caso da Cooperativa dos Produtores de Leite de São Paulo, que chegou a vencer uma ação legal contra a COFAP em 1962, contra o controle de preços. Este resultado permitiu aos produtores de leite venderem o produto a preços mais altos em São Paulo. Como conseqüência, os produtores mineiros preferiram vender grande parte de sua produção para aquele Estado, o que fez com que Minas Gerais experimentasse uma prolongada escassez do produto (*Estado de Minas,* 04.04.1962:2).

A situação política agravou-se em 1962. A escassez de alimentos persistiu, trazendo protestos das massas. Aos movimentos urbanos daquele período se juntaram os conflitos entre proprietários de terras e trabalhadores rurais. O controle de preços e a escassez de crédito se somavam ao descontentamento vivido entre os produtores desde 1957, quando se ampliou o Imposto Territorial Rural para financiar parte dos recursos da CAMIG. Segundo a FAREM e a Sociedade Mineira da Agricultura, associações de classe dos proprietários de terra, a CAMIG fora instituída com o fim de reduzir os

poderes da classe, até então representados, no Governo, pela Secretaria de Agricultura (*Estado de Minas*, 22.06.1957:02).

A constituição da CAMIG parece assim representar, ainda que de forma incipiente, a primeira manifestação de uma política modernizante da agricultura em Minas Gerais. Se ela dividiu interesses dentro da classe proprietária, estes interesses, no entanto, mostraram-se bastante coesos em torno de questões econômicas que pareciam ameaçar a própria questão da propriedade da terra.

Em 1963, um encontro organizado pela FAREM, que reunia associações municipais rurais para discutir problemas ligados à pecuária do Estado, cedo transformou-se numa oportunidade para uma veemente oposição à reforma agrária, então em estudos pelo Governo Federal. Em junho daquele ano, foi assinado um manifesto pelos ruralistas — a Carta de Sete Lagoas — que conseguiu a assinatura de 5000 proprietários de terra e foi o movimento inicial de uma série de outros pelo país, que colaboraram para a derrota do projeto oficial de reforma agrária (*Estado de Minas*, 22.06.1963:05).

A política agrária implementada logo depois do golpe militar de 1964, ao contrário do que se poderia esperar pela demonstração de força política das elites agrárias em várias regiões do país, não expressou a supremacia política destas elites. As decisões políticas tomadas até 1969, incluindo o Ato Institucional nº 9, que eliminou o pagamento da indenização por expropriação de terra, pareciam muito mais comandadas por uma abordagem 'reformista', contrária aos interesses agrícolas que haviam apoiado o golpe. A Lei Agrária, votada durante este período, chegava a prever a expropriação de terras em caso de interesse social e tributação progressiva das terras marginais ao processo produtivo.

As associações rurais tentaram interromper a votação do projeto da Lei Agrária, mas não conseguiram. Argumentavam em favor da inviolabilidade da Constituição e da criação de uma instituição autônoma (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — o IBRA), que cuidasse da reforma agrária. Posicionaram-se contra a divisão dos latifúndios, alegando os

maus resultados da produção das pequenas propriedades. Eram também contra a aplicação de uma tributação progressiva da terra (*Estado de Minas,* 08.08.1964:05; 30.07.1964:7-8). A resignação do Ministro do Interior General Albuquerque Lima, principal articulador de implantação da Lei Agrária — representa a derrota do projeto 'reformista'. A partir de então, este projeto é abandonado e substituído por programas específicos de desenvolvimento regional, onde o papel da colonização oficial é reforçado. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) assume a orientação da política agrária através da expansão de crédito, tornada possível pela retomada do crescimento econômico, a nível nacional, em fins da década de sessenta.[20]

Em Minas Gerais, foi criada uma Coordenação de Crédito Rural durante o Governo Israel Pinheiro, com o objetivo de formular uma política de distribuição de crédito para todo o Estado. A Coordenação seria também responsável pelo repasse de fundos especiais criados pelo Banco Central com o apoio de empréstimos estrangeiros. Em meados de 1968, no entanto, o problemas de escassez de crédito em Minas Gerais não parecia ter sido resolvido. Em junho daquele ano, as cooperativas agrícolas decidiram, em represália pela falta de crédito, a não pagarem o Imposto de Circulação de Mercadorias. Argumentavam que a falta de recursos para o plantio e colheita seria responsável pelo decréscimo de 50% na produção agrícola mineira daquele ano (*Estado de Minas,* 24.07.1968:06). A União das Cooperativas do Estado de Minas (UCEMG), apoiada pelo sindicato nacional (UNASCO), ameaçou dissolver as cooperativas. Sob tal pressão, o Secretário das Finanças concordou em atender algumas das demandas, que vieram a beneficiar um grupo específico de produtores, os produtores de leite. A eles foi permitido reinvestir uma

20. Quanto à questão das duas vertentes — 'reformista' e 'modernizante' — na implementação da política agrícola durante a segunda metade da década de setenta, ver CEZAR, P. B. «A Política Agrícola e a Modernização da Agricultura». Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (mimeo.), 1980.

fração substancial dos impostos devidos ao Estado (*Estado de Minas,* 07.07.1968:6; 04.08.1968:06). Esta probabilidade de reinvestimento através de débitos com o governo — o chamado crédito fiscal — foi se tornando cada vez mais em Minas uma prática governamental de estímulo à expansão do capital das empresas. Em agosto de 1966, por exemplo, a criação da SUDEMINAS (Superintendência de Desenvolvimento da Área Mineira do Polígono das secas) já significa uma extensão do recurso instituído pelo Governo Federal para atrair investimentos para a área da SUDENE. Como na área da SUDENE, os investimentos no Polígono das Secas também poderiam se beneficiar de 50% de dedução do seu imposto de renda.

A área do Polígono das Secas, apesar dos investimentos vindos através da SUDENE, não atraiu tantos capitais como as áreas mais populosas do Nordeste do Brasil. Além disto, a partir de 1969, o Polígono deveria competir com incentivos fiscais adicionais, criados pelo Governo Mineiro para todo o Estado de Minas.

Mesmo antes da criação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social — 1971/74, considerado como o mais bem sucedido programa da industrialização mineira, Minas já vinha recebendo uma nova leva de investimentos externos. No fim da década de sessenta, como prova da confiança no novo regime recém-instalado, ampliou-se no Brasil a entrada de capital estrangeiro para investimentos diretos. Em 1967, por exemplo, quatro multinacionais se instalaram em Minas: Mitsui (fertilizantes), Toshiba (aço), Delle Althem (materiais elétricos) e Alcominas (alumínio).

Na verdade, a criação do INDI — Instituto de Desenvolvimento Industrial, estabelecera uma nova era para o crescimento industrial em Minas. Criado em 1969, o INDI se organizara como uma agência orientadora de projetos industriais. Resultante de uma política industrial arquitetada pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), o INDI se destinava a investigar novas oportunidades para o investimento industrial

em Minas, além de tornar públicas tais oportunidades, através de vários escritórios instalados em grandes centros mundiais de negócios. Outras facilidades oferecidas pelo INDI aos investidores potenciais são crédito aberto pelo BDMG, infra-estrutura e treinamento de mão-de-obra pela Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI), instalação de energia elétrica pela CEMIG, eventual participação do Estado no investimento (até o máximo de 40%) e redução no Imposto de Circulação de Mercadorias.

Em 1972, o PIB mineiro crescia a uma taxa de 12,9%, superior à taxa do crescimento do produto nacional. A partir da segunda metade da década, porém, o crescimento econômico começa a mostrar seus primeiros sinais de exaustão.

Este fato, que já se observara a nível nacional desde 1974, pode ser explicado em Minas pelo comportamento da produção agrícola e de alguns sub-setores industriais.

No caso da agropecuária, o lento crescimento de seu produto na segunda metade da década de setenta se explica, pelo menos, por duas razões: a redução do crédito em geral (e agrícola em particular), resultado da recessão econômica que começava a experimentar o país; e a crise do comércio internacional, que levou a um decréscimo nos preços dos alimentos em geral e a um concomitante aumento nos preços dos insumos agrícolas.

De acordo com o então Ministro da Agricultura, "de 1968 a 1973, a conjuntura internacional foi favorável à agricultura... A partir de 1974, no entanto, o custo de produção dos produtos agrícolas aumentou rapidamente. Os preços de fartilizantes aumentaram quatro vezes naquele ano; inseticidas, duas vezes e meia... Enquanto no período 1971/73, o crescimento médio da agricultura foi de 7,3%, no período 1974/76, ele caiu para 5,8% ... Em 1976, a contribuição da agricultura para o desenvolvimento econômico brasileiro foi muito pequena: enquanto o crescimento do Produto Nacional Bruto atingia 8,8% relativamente a 1975, a taxa anual na agricultura foi de apenas 4,2%" (*Estado de Minas,* 10.08. 1977:08).

A redução na produção agrícola se deveu à política anti-inflacionária do Governo Federal, que não apenas contraiu o volume de dinheiro à disposição dos agricultores (Circular 366/76, do Banco Central), como também manteve baixos os níveis de preço mínimo, em relação aos custos agrícolas de produção (Estado de Minas, 02.08.1978:17). Estes elementos, adicionados a um controle mais rígido dos preços agrícolas (*Estado de Minas,* 14.03.1978:23; 06.08.1978, Caderno de Economia 1), agravaram a crise da produção agrícola, cujos primeiros sintomas apareceram em 1975, através da escassez na oferta de alguns itens básicos do consumo de alimentos (*Estado de Minas,* 23.08.1975:09).

Em 1978, o setor agro-pecuário brasileiro cresceu à taxa insignificante de 0,5%. Na verdade, a agricultura experimentou uma taxa negativa de crescimento (—3,0%), enquanto a pecuária expandiu-se a uma taxa de 3,2%. Para o período 1974/79, a agropecuária mineira apresentou também um fraco desempenho, crescendo apenas 11,6%. De acordo com *Agregados Regionais, 1981* (SEPLAN), no período 1976/78, a agricultura de Minas apresentou uma taxa negativa de crescimento de —5,7%. Com respeito ao crescimento industrial mineiro, é também possível verificar que, na segunda metade da década, alguns dos sub-setores mais dinâmicos diminuíram sua taxa de expansão.

Em oposição ao crescimento dos primeiros anos da década, o sub-setor metalúrgico parece ter recentemente perdido seu dinamismo. Em 1978 e 1979, por exemplo, ele apresentou um crescimento de 9,2% e 5,4%, respectivamente, cifras inferiores ao ano de 1974, quando ele se expandiu a 22,4%. Em relação à metalurgia nacional, a participação da produção mineira reduziu de 42,5% para 39,1% no período 1977-78 (*Mensagem do Governo Ozanam Coelho,* 1979).

Descenso similar em seu ritmo de expansão ocorreu com outros sub-setores dinâmicos da economia mineira, como, por exemplo, o não-metálico e o elétrico. O produto do setor elétrico, por exemplo, decresceu de 1976 a 1979.

O sub-setor agro-industrial, ao contrário, apresentou, para a segunda metade da década de setenta, um crescimento superior ao crescimento do Produto Interno Bruto mineiro (para o período 1974/78, respectivamente 80,8% e 72,5%). Entre as indústrias mais dinâmicas do sub-setor agro-industrial (referindo-se aqui apenas às indústrias processadoras de alimentos, bebidas e cigarros), sobressai a indústria de fumo, com 204,9% de crescimento durante o período 1974/79.

A tabela a seguir mostra o crescimento relativamente superior da produção física dos alimentos processados, com relação ao setor agrícola e ao sub-setor industrial elétrico, a partir de 1976.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS — 1970/79

1970 = 100

ANOS	ALIMENTOS PROCESSADOS	AGRICULTURA	SUB-SETOR ELÉTRICO
1970	100,0	100,0	100,0
1971	114,6	74,1	133,2
1972	121,5	106,2	169,0
1973	117,7	82,1	211,9
1974	123,3	121,5	266,0
1975	143,7	88,4	523,8
1976	154,7	91,2	387,4
1977	171,0	112,9	318,8
1978	183,1	107,0	284,0
1979	192,7	135,4	283,6

FONTE: Agregados Regionais — SEPLAN — 1981.

O rápido crescimento da produção agro-industrial em Minas Gerais na década de setenta tem uma de suas explicações básicas na atuação do INDI, como agência orientadora de projetos e na expansão dos financiamentos do BDMG.

Já nos primeiros anos da década, o número de projetos agro-industriais aprovados e implementados pelo INDI demonstrava alta prioridade industrial daquele sub-setor. Em

1971 e 1972, 28,6% e 32,7% dos projetos aprovados eram agro-industriais. Nos períodos 1970/72 e 1970/73, a agro-indústria representou 24,2% e 36,8% dos projetos implementados com o apoio do INDI. A tabela a seguir mostra as posições relativas dos sub-setores industriais no INDI, para aqueles períodos.

NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS PELO INDI E IMPLEMENTADOS ATRAVÉS DE SEU APOIO
1971, 1972, 1970/72 e 1970/73

EM PERCENTAGEM

SUB-SETORES INDUSTRIAIS	Projetos Aprovados		Projetos Implementados	
	1971	1972	1970/72	1970/73
1 — Agro-Indústria	28,6	32,7	24,2	36,8
2 — Metalurgia	11,2	7,7	16,8	—
3 — Min. Não-Metálicos..	18,4	25,0	15,8	—
4 — Mecânico e Elétrico	12,2	13,5	14,7	29,9 [a]
5 — Químico	8,2	15,3	11,7	24,8 [b]
6 — Têxteis	21,4	5,8	6,3	8,5 [c]
7 — Mineração	—	—	10,5	—
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Mensagens — Governo Rondon Pacheco, 1973 e 1974.

a — Inclui metalurgia
b — Inclui materiais de construção
c — Inclui calçados.

Dados referentes a volumes de investimento, no entanto, revelam que os projetos agro-industriais — geralmente empresas de pequeno e médio porte — ocupavam posição insignificante no valor dos investimentos industriais nos primeiros anos de década de setenta. De acordo com a *Mensagem do Governo Rondon Pacheco* (1973), os projetos agro-industriais, implementados como o apoio do INDI no período 1970-1972, constituiam apenas 1,6% do valor total dos projetos.

A análise de 278 projetos de implantações e expansão de empresas industriais, que se beneficiaram dos incentivos fiscais criados pela Lei nº 5261/69 confirma a reduzida importância do valor do investimento agro-industrial durante o

período de vigor da referida lei (1969/75). Com efeito, os investimentos em produtos Alimentares e Bebidas constituiram, no período apenas 4,0% do investimento total daqueles projetos.

O Triângulo Mineiro — dada a sua característica de região agro-pecuária — pouco se beneficia dos estímulos conferidos pela Lei 5261/69 no princípio da década de setenta. A região que recebeu o maior volume de investimentos foi a Zona Metalúrgica (66,23% do investimento total), seguindo-se-lhe em ordem decrescente, a Zona da mata (16,35%), o Sul de Minas (8,04%), o Nordeste de Minas (4,84%) e o Triângulo Mineiro (2,34%). Nas regiões onde o investimento agro-industrial teve algum destaque, como no Sul de Minas, Triângulo e Noroeste, o capital local adquiriu também maior importância. Ao contrário da escassa relevância dos recursos mineiros no total dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, a expansão agro-industrial no princípio dos anos setenta se deveu especialmente ao capital local. [21]

Para o final da década de setenta e princípio da de oitenta, o volume de investimentos em projetos agro-industriais aumentou substancialmente. No período 1977/78, do valor do investimento industrial total realizado com o apoio do INDI, 39,4% eram agro-indústrias (*Mensagem do Governo Ozanam Coelho,* 1979). Dados mais recentes mostram que, quanto ao valor dos projetos sendo instalados pelo INDI em 1981, o sub-setor agro-industrial era o de mais alto valor e o que viria a criar o maior número de empregos. Ver, a respeito, a tabela a seguir.

Os inúmeros exemplos de investimentos realizados através da associação de capital estatal e privado (nacional e estrangeiro) fornecem a explicação básica para a expansão absoluta e relativa da agro-indústria em Minas Gerais.

---

21. Ver, para maiores informações a respeito das mudanças estruturais no setor industrial mineiro, decorrentes da implantação dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, DUARTE FILHO, F. C.; CHAVES, M.; ROEDEL SILVA, R. e FERNANDES, C. L. de L. Industrialização e Incentivos Fiscais em Minas Gerais. Avaliação da Lei 5.261/69. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1979 (mimeo.).

VALOR DOS PROJETOS SENDO INSTALADOS E NÚMERO DE NOVOS EMPREGOS, POR SUB-SETORES INDUSTRIAIS INDI — 1981 [22]

(Valor Corrigido — Em Milhões de Cruzeiros de Junho de 1981)

Sub-Setores	Valor Corrigido dos Investimentos	Nº de Novos Empregos	Valor Corrigido dos Investimentos/Total dos Investimentos (Em %)	Número de Novos Empregos/Total de Novos Empregos (Em %)
SME	11.620,2	9.257	15,8	28,3
STV	10.588,1	4.528	14,4	13,9
SCM	23.087,0	3.503	31,5	10,7
SAI	28.009,8	15.360	38,3	47,1
TOTAL	73.305,1	32.648	100,0	100,0

FONTE: INDI: Posição de Projetos — 1981.

SME — Mecânica, Elétrico-Eletrônico, Mineração e Metalúrgico
STV — Têxteis, Vestuário, Couro, Sapatos
SCM — Químico, Não-Metálico e Material de Construção
SAI — Agro-Indústria

Entre os exemplos de investimentos realizados pelo grande capital, associado ou não, incluem-se: frigoríficos (como a Frimisa, cujo controle acionário passou do BDMG ao grupo Bordon em 1974); laticínios (Nestlé, em Ituiutaba, Anderson Clayton, em Minduri); empresas agrícolas integradas (Veragro, investimento de 335 milhões de dólares, 50% de capital nacional (Caemi-Cia Auxiliar das Empresas de Mineração) e 50% de capital estrangeiro, (National Bulk Carriers), em Morada Nova; Agrivale, cereais e pecuária, 60% de capital

22. Os projetos agro-industriais instalados durante o primeiro semestre de 1981 foram: CCPL, leite em pó, valor de 150 milhões de cruzeiros em Teófilo Otoni; Coperhorti, pimenta e molho inglês, valor de 30 milhões de cruzeiros, em Curvelo; Farol Mineira, óleo e farinha de soja, valor de 224 milhões de cruzeiros, em Ituiutaba; Laticínios Rio Novo, queijo, valor de 40 milhões de cruzeiros, em Rio Novo; Primlaks, óleo de algodão, valor de 765 milhões de cruzeiros, em Montes Claros.

nacional e 40% de capital estrangeiro, em Jaíba e Manga; Fruitrop, processamento de frutas e hortaliças, em Pirapora; Prodecer, produção de soja, trigo, arroz, milho, café, pecuária, capital estatal e japonês — JICA, Agência de Cooperação Técnica Internacional do Japão — com 50 milhões de dólares de investimento inicial, em Paracatu, Coromandel e Iraí (total de 60 mil hectares); avicultura (Granja Rezende, capital nacional, em Uberlândia; Pão de Açúcar, em Uberaba; Somai Nordeste, em Montes Claros); produção de cereais no cerrado (CPA), 16% do valor dos investimentos agro-industriais em operação com o apoio do INDI; sementes (Cargil, em Capinópolis); cigarros (Souza Cuz, em Uberlândia, 28,5% do valor dos investimentos agro-industriais em operação com o apoio do INDI, no valor total de 116 milhões de dólares); cana e álcool (Destilaria Boa Vista, em Boa Esperança; Empresas de Mineração e Agro-Industrial (álcool de mandioca), associação do grupo Melo Viana e do grupo Jonka (francês), em Pirapora; Trialcool, em Canápolis; Usina Delta, em Uberaba; grupo Ometto, Vale do Jaíba, investimento em usinas de açúcar com investimento de 25 milhões de dólares); cooperativas (Coagrican, cana e álcool de cana, em Itabira; Cooperativa agrícola de Cotia, hortigranjeiros, em Minduri; Cooperativa de Leopoldina, leite, manteiga e yogurtes, em Leopoldina; Cooperhorti, pimenta, alho, cebolas, molho inglês e coloral, em Curvelo), etc.[23]

O maior projeto agro-industrial do Estado na segunda metade da década passada foi, no entanto, a indústria de fertilizantes. Tendo em vista a elevação do preço dos fertilizantes importados e a insuficiência da produção nacional, três grandes projetos foram implementados através de iniciativa estatal (*Estado de Minas,* 15.03.1971:01, 14.03.1976:03; 15.08.1976:01). Um destes projetos — a VALEFERTIL, indústria de fosfatos no Triângulo Mineiro, teve um investimento total estimado em 294 milhões de dólares (*O Triângulo,*

23. Dados retirados de: *INDI — Posição de Projetos em 21-12-80,* INDI. Belo Horizonte. Janeiro de 1981.

30.03.1978:07). Quarenta por cento do investimento eram constituídos por capital industrial estatal (Vale do Rio Doce); os restantes 60% se distribuiram entre diferentes fundos financeiros: BNDE (50 milhões de dólares); FINAME/BDMG (20 milhões de dólares); bancos comerciais estrangeiros (24 milhões de dólares); Banco Mundial (82 milhões de dólares).

Outra indústria de fertilizantes implementada também pelo Estado no Triângulo foi a ARAFERTIL, com recursos do BDMG avaliados em 85 mil dólares. A FOSFERTIL — indústria de fosfato em Patos de Minas — foi criada através de associação de recursos estatais federais e estaduais (CAMIG, PETROBRÁS e FIBASE). (*Mensagem do Governo Aureliano Chaves,* 1978: 185/188).

A importância da produção de fertilizantes no Triângulo assim como dos grandes investimentos agro-industriais na pecuária de leite e corte, sementes, rações, fumo, óleos vegetais, avicultura, frutas, entre outros, faz com que esta região ocupe, no início da década de oitenta, o segundo lugar entre as regiões do Estado, quanto à distribuição dos projetos industriais decididos pelo INDI. Modifica-se, assim, a posição do Triângulo Mineiro, que, como vimos anteriormente, ocupara baixa prioridade entre os projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, no início da década de setenta. A tabela a seguir mostra a importância dos grandes investimentos no Triângulo: embora os investimentos industriais na região constituam apenas 10,6% do número total de investimentos assistidos pelo INDI (482), o valor dos referidos investimentos atingem 26,0% do valor histórico total e 19,7% do valor corrigido total. Interessante também notar que, em se tratando de investimentos agro-industriais que usam tecnologia moderna, a capacidade de geração de novos empregos mostra-se reduzida no Triângulo (apenas 8,4% do novo emprego total).[24]

---

24. O Triângulo Mineiro é, sem dúvida, a região onde mais se expandiu a agro-indústria ligada ao grande capital. Com efeito, do Valor Total dos projetos em operação com o apoio do INDI em fins da década de oitenta, 65,8% se referem a empresas instaladas naquela região. Quanto aos demais sub-setores industriais, o Triângulo com-

PROJETOS DECIDIDOS COM ASSISTÊNCIA DO INDI
DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO

REGIÃO	Número de Projeto Absoluto	%	Investimento Cr$ Milhões Val. Hist.	%	Investimento Corrigido Cr$ Milhões	%	Número de Novos Empregos	%
I — Metalúrgica e Campo das Vertentes	206	42,8	28.282,7	29,8	87.454,5	36,5	49.149	38,4
II — Mata	33	6,8	1.976,6	2,1	6.287,5	2,6	7.102	5,6
III — Sul	101	21,0	9.836,0	10,4	28.919,3	12,1	23.054	18,0
IV — Triângulo e Alto Paranaíba	51	10,6	24.682,2	26,0	47.236,1	19,7	10.767	8,4
V — Alto São Francisco	17	3,5	9.494,3	10,0	30.759,3	12,9	13.492	10,0
VI — Noroeste	59	12,2	18.943,3	20,0	35.898,9	15,0	22.084	17,3
VII — Jequitinhonha	1	0,2	12,0	—	64,8	—	42	—
VIII — Rio Doce	14	2,9	1.638,9	1,7	2.705,1	1,2	2.151	1,7
TOTAL	482	100,0	94.866,0	100,0	239.325,5	100,0	127.841	100,0

FONTE: Tabela 2 — INDI — Posição de Projetos — Em 31-12-80.

b.2 *A penetração capitalista agro-industrial no Triângulo: a importância do cerrado no projeto nacional de expansão interna da fronteira agrícola*

Para observar o processo de diferenciação econômico-social resultante da penetração do grande capital agro-industrial no Triângulo Mineiro na década de setenta, escolheu-se, para campo de estudo, o município de Ituiutaba, área bastante representativa da estrutura produtiva da agricultura da região. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1970, Ituiutaba e o Triângulo apresentam características similares quanto, por exemplo, à distribuição concentrada dos estabelecimentos e das áreas rurais (52,8% e 54,3% da área rural total pertencem aos estabelecimentos com mais de 500 hectares); quanto à importância relativa do trabalho assalariado na PEA agrícola (42,5% e 39,2%, altos percentuais quando comparados com os dados totais do Estado — 24,3%); quanto aos níveis de mecanização agrícola (5,0 e 6,2 estabelecimentos rurais/trator, enquanto a mesma relação para Minas Gerais é de 44,6), etc.

Além disto, Ituiutaba tem sido, ao longo das três últimas décadas, o maior produtor de arroz da região, alimento que foi o principal responsável pela modernização agrícola das décadas de cinqüenta e sessenta. Neste sentido, o estudo das transformações recentes na agricultura da região apontará para as razões da perda da importância relativa da produção deste cereal, com relação a outras culturas e à própria pecuária.[25]

---

parece com reduzidíssima participação: 0,1% no setor Mecânico e Eletro Eletrônico; nenhum projeto no setor de Mineração e Metalurgia, 0,1% no setor de Têxteis, Vestuário e Calçados; Químico e Material de Construção, 1,3%. Dada a importância da produção de fertilizantes em fase de implantação no Triângulo, esta região comparece com 8,6% dos investimentos totais da indústria Química em fase de implantação. (Cifras calculadas a partir dos dados do INDI — *Posição de Projetos em 31-12-80*. INDI. Belo Horizonte. Janeiro de 1981.

25. De acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 1950 e 1970, apesar da perda de importância relativa da área cultivada do arroz

Duas foram as razões básicas para a substituição parcial do arroz por outras culturas e pela pecuária. A primeira delas foram os estímulos determinados pela expansão do mercado externo para alguns alimentos, como soja, carne e frutas, a partir dos últimos anos da década de sessenta. Aproveitando-se desta circunstância comercial favorável para minorar os problemas de déficit do Balanço de Pagamentos, o governo brasileiro criou estímulos para a produção destes alimentos, através de programas especiais, como, por exemplo, o programa Corredores de Exportação que financiava a expansão e melhoria da infra-estrutura de produção e comercialização agrícolas.

Na segunda metade da década de setenta, a ampliação e diferenciação do mercado interno de alimentos e a concomitante instalação no Triângulo, de empresas agro-industriais modernas, processadoras de alimentos, cigarros, sementes, rações, produtoras de fertilizantes e matrizes, etc, causou uma maior diversificação da agricultura da região. Ao mesmo tempo, porém, que se amplia o número de itens produzidos pela agropecuária local, observa-se uma tendência concomitante de especialização interna às propriedades. Isto se dá não só porque a produção agrícola local tem sido cada vez mais atrelada a mercados consumidores oligopsônicos (agro-indústrias e grandes supermercados), como também porque o uso mais intensivo de tecnologia exige investimentos crescentemente especializados por tipos de produtos.

Desta forma, a recente penetração capitalista na região não apenas destrói as relações 'tradicionais' de produção, como também introduz novos produtos, diferenciando cada tipo, por níveis de qualidade, produtividade custo e preço. A adoção de tecnologia moderna não apenas reduz os requerimentos de trabalho, mas também modifica as rotinas da produção,

---

em relação à área total dos estabelecimentos rurais do Triângulo, a produção total da região vem crescendo a um ritmo que permite o aumento da participação desta produção no total de produção do Estado. Com efeito, participando com 34,9% da produção mineira de arroz em 1950, o Triângulo em 1970 amplia sua participação para 38,7%.

especializando as funções dos empregados que permanecem. Esta mesma tecnologia — distribuída diferenciadamente entre os produtos locais — porque amplia o controle sobre a quantidade e a qualidade do produto — expande os níveis de produtividade da terra e do trabalho. Os produtos obtidos atingem mercados específicos, com diferentes requerimentos de qualidade e preço, e com diferentes controles sobre a comercialização.

A transformação tecnológica da produção agrícola e agroindustrial do Triângulo deve se também analisada no contexto das políticas estatais de estímulos à intensificação da fronteira agrícola já existente. Com efeito, especialmente a partir de 1974, a expansão desejável da atividade agropecuária nas novas regiões de fronteira (Amazônia) mostrou-se inviável. Os altos preços do petróleo, conjugados com as longas distâncias das terras de fronteira aos mercados do Centro-Sul, tornaram extremamente elevados os custos da comercialização dos produtos agrícolas. Além disto, as características ecológicas específicas daquela região tornam difícil utilizar ali as técnicas agrícolas já conhecidas na maior parte do país, o que faz encarecer ainda mais os projetos agrícolas.[26]

Além disto, tendo em vista a crise econômica e financeira que se inicia por volta de 1973 no país, torna-se cada vez mais escasso o crédito rural subsidiado [27] e o subsídio à produção

---

26. Maiores informações sobre a recente exaustão do crescimento extensivo da fronteira agrícola brasileira, encontram-se em MUELLER, C. «Expansão da Fronteira Agrícola e Meio Ambiente no Brasil: o Sul e Centro-Oeste e a Amazônia». Universidade de Manchester. 1978 (mimeo).

27. A respeito da importância do crédito rural subsidiado na expansão da mecanização agrícola brasileira, ver, por exemplo, SANDERS Jr., J. H. Mechanization and Employment in Brasilian Agriculture, 1950/1971. Tese de Doutorado, Universidade de Minnesota, 1973. Quanto à análise sobre a distribuição concentrada deste crédito e os incipientes resultados obtidos na expansão de produção, consultar: RABELO DE CASTRO, P. «Agropecuária: Exame de Algumas Políticas de Produção e Abastecimento, 1967/1976». In: CARNEIRO, D. D. (Ed.): *Brasil: Dilemas de Política Econômica*. Rio de Janeiro. Campus. 1977, p. 153-176. RIBEIRO, I. O. «A Crise da Economia e o Pacote Agrícola». In: *Cadernos de Opinião* nº 15. 1980. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

de insumos agrícolas.[28] Estes fatos, aliados à conjuntura desfavorável dos preços externos de alimentos, tornam cada vez mais central a questão dos custos de produção e distribuição dos alimentos, assim como da melhoria dos níveis de produtividade dos cultivos.

Neste sentido, regiões localizadas próximas aos centros nacionais de maior consumo de alimentos, com uma infra-estrutura de comercialização agrícola já instalada, com razoável acumulação de capital local, com possibilidade de ampliação interna da fronteira (expansão da área cultivada dentro das propriedades), surgem como uma correção nos rumos anteriores de busca de novas regiões agrícolas.

Em 1975, a criação do POLOCENTRO marca o início da "ampla utilização racional dos cerrados", vegetação característica de cerca de 2,0 milhões de km^2 de terras do país, 70% dos quais situados no Centro-Oeste.[29] O cerrado surge não só como opção agrícola pela sua localização próxima aos mercados, como também por sua viabilidade tecnológica, tendo em vista "seu ecletismo agrícola, onde se combinam cultivo

---

28. O Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA) foi instituído em 1974, para estímulo à produção interna destes insumos, tendo em vista os altos preços internacionais e a descoberta de novas fontes de matéria prima, como os depósitos de fosfato de Minas Gerais e Goiás. A partir de então, a produção nacional de fertilizantes foi isenta do pagamento do IPI, do Imposto de Importação, do ICM e do Depósito Compulsório para Importação de matéria prima. Em 1975, o subsídio de 40% dos preços de fertilizantes foi outra medida adotada para reduzir o impacto negativo sobre o consumo, tendo em vista a persistente alta dos preços das matérias primas importadas. Dada a contração geral do crédito, a medida vigorou apenas em 1975 e 1976. Dados sobre a recente política de fertilizantes no Brasil e seus resultados podem ser encontrados em MATTOSO, M. J. Análise do Setor Fertilizantes — Avaliação de Auto-suficiência. Tese de Doutorado. Universidade de Viçosa. 1980. Brasil — *Fertilizantes*, BNDE, Sistemas de Planejamento Integrado, Série Estudos Setoriais, Insumos Básicos, 1977.

29. O POLOCENTRO originou-se de um programa mineiro, o «Crédito Integrado», implementado pelo BDMG com recursos do Banco Central, visando ao desenvolvimento de técnicas agrícolas, sob a orientação da antiga ACAR, em fins da década de sessenta. Em 1975, esse programa,

de inverno e micro-climas permitindo o plantio de espécies de clima tropical e temperado". Além disto, apesar de exigir investimentos iniciais elevados (especialmente em nutrientes), "a agricultura nos cerrados nasce moderna e após o segundo ano de plantio apresenta produtividade e economicidade que rivalizam com as de quaisquer outras regiões".[30]

Em 1977, em virtude dos estímulos concedidos pelo POLOCENTRO e dos projetos de colonização agrícola iniciados através da RURALMINAS na década de setenta, grupos de pequenos proprietários do sul do país (gaúchos, paranaenses e paulistas) migraram para o Triângulo e o Noroeste de Minas, através da compra de terras na região, por suas influentes cooperativas (Cotia, Encantado, etc) (*Estado de Minas*, 24-03-79 — *Suplemento Agropecuário*). Iniciou-se assim o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas na região, tais como a produção de arroz irrigado, objeto de crédito especial de investimento do BDMG e do Banco do Brasil e de programas especiais para o desenvolvimento do sistema de plantio por irrigação, como o PROVARZEAS e, mais recentemente, o PROFIR.

No Triângulo, a incerteza quanto aos resultados da produção agrícola, que tem caracterizado o cultivo de sequeiro, é a explicação básica para a complementariedade entre pecuária e agricultura. Assim, a não-especialização tem sido uma forma

---

que se iniciou com 26 projetos em 26 municípios do norte do Triângulo (Vale do Paranaíba), foi estendido para áreas do Mato Grosso e Goiás, incorporando estudos sobre a região dos cerrados, realizados no início da década de setenta pelo IPEA, com base em trabalho do então Centro de Estudos Rurais da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Mais dados sobre o POLOCENTRO encontram-se na publicação do Ministério do Interior, POLOCENTRO no Estado de Minas Gerais — Elenco de Programas e Projetos. SUDECO, 1975/77.

30. Paulo Afonso Romano, presidente da CAMPO (Cia. de Promoção Agrícola), 'holding' executante do projeto-piloto do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos cerrados, em exposição à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, sobre os trabalhos da referida 'holding'. Anais da Câmara, 18-06-80 (mimeo.).

de resolver os problemas causados por más colheitas, aliados às variações agudas a curto prazo nos preços dos alimentos básicos (arroz, feijão, etc).

O resultado desta complementariedade tem sido uma atividade agropecuária 'mista', onde o cultivo desempenha o papel principal quando os preços dos cereais tendem a crescer. Ao contrário, se os preços para a pecuária se mostram mais favoráveis, o cultivo de cereais tende para a produção de subsistência.

Minha pesquisa de campo na região de Ituiutaba revelou uma elevada correlação entre investimentos que reduzem a incerteza da colheita — tais como a irrigação e o uso de sementes resistentes a variações climáticas — e a especialização agrícola.[31]

Entre as propriedades especializadas — com mais de 50% de suas terras dedicadas ao cultivo de cereais, frutas, café ou algodão — os indicadores da penetração de relações capitalistas de trabalho — salários pagos/ha e salários pagos ao trabalho temporário/salários pagos ao trabalho permanente — mostram-se mais elevados do que nas propriedades não-

31. A pesquisa de campo utilizou-se de questionários aplicados a proprietários, parceiros, arrendatários, empregados permanentes e temporários, e operadores de tratores. Os questionários se iniciavam por uma *História de Vida* do entrevistado. Os questionários aplicados a proprietários preocupavam-se basicamente com as transformações recentes na organização interna da produção de arroz e as razões que poderiam explicar tais transformações. Além disto, através destes questionários, obtiveram-se informações minuciosas sobre itens e valor dos investimentos em equipamento; evolução nos últimos dez anos das compras de terra; evolução da parceria na propriedade, nos últimos dez anos; histórico dos empréstimos recebidos pela propriedade; ligações com diferentes segmentos do mercado consumidor de arroz, etc. Os questionários aplicados aos parceiros e empregados visavam obter informações sobre condições de vida (origem e valor da renda e do orçamento familiar) e de trabalho (unificação do mercado rural e urbano, aplicação da legislação trabalhista, etc.). A pesquisa cobriu uma amostra de 34 propriedades, 88 trabalhadores permanentes (157 familiares residentes), 403 bóias frias, 83 parceiros (268 familiares residentes) 19 tratoristas.

especializadas.[32] O recurso ao uso alternativo do cultivo e da pecuária nestas terras tem conduzido tais propriedades a um baixo investimento em equipamentos e capital circulante (sementes, adubos, defensivos, remédios, etc) e ao uso mais freqüente do trabalho familiar.

Adotando organizações de produção diferentes, as propriedades especializadas e não-especializadas também se distinguem quanto às relações que estabelecem com o capital comercial (maquinistas locais, silos e armazéns do governo, supermercados, etc), com o capital industrial (produtores de insumos, processadores de sementes, frigoríficos, laticínios, etc), com o capital financeiro (uso de créditos específicos — de investimento, de custeio, recurso a financiamentos oferecidos por intermédio das cooperativas e de agro-indústrias, uso de programas de comercialização oferecidos pelo Governo, como o do Preço Mínimo, etc).

Desta forma, o desenvolvimento capitalista do Triângulo na década de setenta não pode ser descrito apenas através da expansão do trabalho assalariado na região. O desenvolvimento ali recente da agroindútria como foi anteriormente demonstrado, associado à intervenção crescente do Estado (em especial, através de programas especiais de expansão da fronteira intensiva), transformou não só as relações locais de trabalho, mas expandiu as ligações entre frações do próprio capital. Neste sentido, o desenvolvimento do capitalismo agrícola ali se explica pela diferenciação econômica e social na força de trabalho e entre os proprietários de terra.

---

32. Quanto à correlação verificada entre índices de *especialização* e *indicadores de relações capitalistas de produção,* consultar NABUCO PALHANO, op. cit., cap. 4. «Beyond the disruption of internal relations of prodution.

b.3 *A penetração agroindustrial no Triângulo: a diferenciação econômica do capital agrário local*

As propriedades especializadas em atividades agrícolas se distinguem em dois tipos básicos, quanto à tecnologia adotada: as que adotam o cultivo por irrigação e as que se utilizam de técnicas tradicionais da região — o cultivo de sequeiro.

Em Ituiutaba, como de resto no Triângulo e em Minas Gerais, a produção agrícola por irrigação é um projeto recente.[33] Adotar a irrigação significa não só possuir uma elevada capacidade de endividamento, como também partilhar do otimismo governamental de que o Brasil será brevemente o celeiro do mundo, tendo em vista o elevado valor do investimento em equipamento. O arroz irrigado demanda um investimento inicial considerável no preparo da terra para a introdução de canais, trabalho de gradeação, instalação dos condutores de água, etc, além de estudos topográficos preliminares para orientar a gradeação.[34]

No que diz respeito ao custo operacional, o cultivo do arroz irrigado também requer menor número de operações que demandam mão-de-obra. Após o lançamento das sementes, dez a quinze dias depois de estas brotarem, inicia-se o processo de irrigação, que dura cerca de um mês. A camada de água que cobre a planta durante este período substitui a capina, a

---

33. De acordo com *Informe Agropecuário* 5(55):51, Belo Horizonte. Julho/79, o sistema de plantio por irrigação é pouco adotado na produção brasileira de cereais. Apenas 25% da produção de arroz, por exemplo, é obtida pelo sistema de irrigação, principalmente no Rio Grande do Sul e no Vale do Paraíba, em São Paulo. Em Minas Gerais, apenas 11% do arroz produzido é irrigado.

34. De acordo com LEMOS, M. B. Um Estudo Comparativo sobre as formas de organização da Produção de Arroz no Brasil (1950-1970). Tese de Mestrado. Universidade de Campinas, 1979, p. 83, «um sistema de irrigação implica num número maior de operações do que o arroz de sequeiro e, portanto, demanda o uso mais intensivo de tratores e outros implementos».

operação mais manual na etapa do plantio, impedindo que plantas não-aquáticas sobrevivam. Por outro lado, a irrigação cria certas rotinas durante a fase de tratamento das sementes, que requerem várias operações manuais (limpeza dos diques, etc), renovando a importância do trabalho permanente, desta feita com maior especialização funcional.[35] Maiores cuidados são então requeridos, tais como o controle periódico da irrigação e drenagem, dado que uma submersão permanente da planta pode conduzir à atração de insetos. Após a colheita, maiores atenções também devem ser dadas ao arroz irrigado. Uma operação de secagem é necessária para impedir que a água contida no arroz colhido provoque fermentação nos grãos. Esta operação deve ser cuidadosamente executada porque, quando realizada de maneira incorreta, pode reduzir drasticamente a qualidade do arroz processado e pode resultar em perdas consideráveis, tanto em termos de quantidade, como de qualidade.

Tendo em vista estas observações, duas diferenças entre os dois processos de cultivo aparecem como fundamentais. A primeira diz respeito aos índices de investimento/área cultivada, que são, no caso das propriedades que utilizam a irrigação, maiores do que nas que produzem arroz de sequeiro (média de Cr$ 12.856,00/ha nas primeiras e Cr$ 9.083,00/ha nas segundas), a preços de 1980).[36] A segunda se refere aos diferentes requerimentos de trabalho e capital durante as diversas fases do cultivo do arroz. A tabela a seguir mostra, como anteriormente analisado para o arroz sequeiro (pg. 14), as estimativas de custo operacional por hectare, em uma propriedade produtora de arroz irrigado na região.

35. Das propriedades especializadas em agricultura, analisadas na minha pesquisa de campo, apenas oito utilizavam irrigação.

36. *Investimento* corresponde ao valor em 1980, dos seguintes equipamentos: veículos a motor; tratores e implementos; colhedeiras; equipamento puxado por animais; equipamento fixo.

ARROZ IRRIGADO — ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL TRABALHO (T/D) E MAQUINÁRIO (H/M) — POR HECTARE TRIÂNGULO MINEIRO — 1980

	Unidade	Quantidade
Custos Operacionais de Trabalho e Maquinário		
1 — Preparação do Solo e Plantio		
Aração e Gradeação	H/M & T/D	8 & 0,8
Construção de Diques	H/M & T/D	6 & 0,6
Plantio	H/M & T/D	17 & 1,7
Aplicação de Fertilizante e Herbicidas	H/M & T/D	3 & 2
Serviços Diversos (irrigação, limpeza dos diques, etc.)	T/D	4
2 — Colheita	H/M & T/D	8 & 9
3 — Debulhamento	H/M & T/D	6 & 13
4 — Secagem e Ensacamento	H/M & T/D	2 & 7
5 — Transporte Interno	T/D	2

* T/D = Trabalhadores/Dia
H/M = Horas/Máquinas

A tabela a seguir, que resume os requerimentos de maquinário e de trabalho, nos sistemas de sequeiro e de irrigação, indica a intensificação do uso de equipamento no segundo caso, especialmente durante a fase de plantio e tratamento.[37]

Mas, se as propriedades especializadas se diferenciam quanto à tecnologia adotada, o mercado atendido por suas produções de arroz é, em Minas Gerais, o mesmo. É provável, no entanto, que à medida em que se amplie a experiência da irrigação na região, haja uma separação mais nítida entre os consumidores, pois o arroz irrigado tende a ser um produto de qualidade mais homogênea que o arroz de sequeiro.

37. Não apenas os requerimentos de maquinário e trabalho diferem entre os sistemas de organização de produção no arroz irrigado e no sequeiro. Dados levantados pela minha pesquisa revelaram que gastos com sementes e fertilizantes, são superiores no primeiro caso (90 kg/ha e 600 kg/ha), respectivamente, no arroz irrigado, 30 kg/ha e 200 kg/ha, respectivamente, no arroz de sequeiro.

ARROZ DE SEQUEIRO E ARROZ IRRIGADO: REQUERIMENTOS DE MAQUINÁRIO E DE TRABALHO, POR OPERAÇÃO TRIÂNGULO MINEIRO — 1980

OPERAÇÕES	ARROZ DE SEQUEIRO H/M	ARROZ DE SEQUEIRO T/D	ARROZ IRRIGADO H/M	ARROZ IRRIGADO T/D
1 — Preparação do Solo ...	13,0	8,3	14,0	1,4
2 — Plantio e Tratamento ..	9,0	2,9	20,0	7,7
3 — Colheita/Transporte	13,0	34,0	16,0	31,0
TOTAL	35,0	45,2	50,0	40,1

É esta característica quanto à homogeneidade da produção, que liga os produtores especializados (cerealistas, em oposição aos pecuaristas) a mercados específicos, em especial às agências estatais e multinacionais produtoras de sementes, e à cooperativa agrícola local.

Produzir para tal mercado significa incorporar-se à fração mais exigente dos processadores do produto, em substituição aos 'maquinistas' que fornecem arroz para consumo direto. As três frações mais modernas do mercado consumidor de arroz, acima referidos (onde se destacam a CAMIG e empresas agroindustriais, como a Germinal e a Cargill, entre outras), prestam completa assistência técnica a seus fornecedores, o que lhes permite impor certas condições com respeito à compra do produto, controlando a qualidade e requerendo testes especiais de pureza. Uma das agroindústrias, a Germinal, supervisona o plantio e colheita, verificando in loco se o processo foi conduzido a contento.[38]

38. Faz parte dos planos de curto prazo da cooperativa local competir com as agro-indústrias e a CAMIG no processamento das sementes produzidas localmente. Até então mera intermediária entre produtores de arroz e o mercado de sementes, a cooperativa local já se preparava, à época do trabalho do campo desta pesquisa, para iniciar o processo relativamente complexo de produção de sementes (que inclui um longo processo de secagem, limpeza, classificação, germinação, testes de pureza e empacotamento).

Apesar da tendência à especialização, observada entre as propriedades agrícolas do Triângulo, a produção de arroz em combinação com a pecuária é ainda a organização predominante.[39] Isto se deve a duas razões principais. A primeira é a própria subsistência das formas tradicionais de produção, ligada a vários fatores, tais como o acesso diferenciado de crédito entre os produtores, a preferência por investimentos em compra de terras, relativamente a investimento na modernização agrícola, etc. A segunda razão se liga à tendência mais recente de expansão da pecuária de corte, em prejuízo do cultivo de arroz.

Este segundo fenômeno pode ser observado através, por exemplo, do declínio da área cultivada de arroz, em favor da expansão da área de pastagens, durante a década de setenta. Em grande parte das propriedades rurais, o arroz voltou a desempenhar papel subsidiário à criação do gado, sendo cultivado para a formação de pastagens e para a subsistência do proprietário, familiares e 'peões'. Como o mercado tem ali menor importância relativa para o arroz, as técnicas de cultivo utilizadas são pouco modernas e a parceria tem nestes sistemas de organização produtiva sua 'pièce de resistance'. Para a permanência da parceria, são fatores explicativos a grande extensão da área deste grupo de propriedades (mais freqüência de latifúndios) e a opção pelos investimentos na expansão e melhoramento do rebanho. Entre as propriedades que combinam pecuária e cultivo de arroz, cobertas pela minha pesquisa de campo (8864 hectares), a área de cultivo era extremamente reduzida, variando de 1% a 5% da área total da propriedade.

Para uma idéia da perda da importância relativa da produção de arroz no Triângulo, os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 indicam uma redução de cerca de 8% na área cultivada, o que em parte explica a redução da participação do Triângulo no total da produção do Estado, de

39. Dos 12.596 hectares de área das propriedades cobertas pela minha pesquisa de campo, 70,4% pertenciam às propriedades não-especializadas.

38,6% para 30,0% no mesmo período. Ao contrário da área cultivada do arroz, a área de pastagens cultivadas expandiu consideravelmente (40,7%), o que resultou na ampliação da participação da área local de pastagens sobre o total das pastagens do Estado — de 21,4% para 27,1%.

A existência de uma série de programas de estímulo à criação de gado e à modernização desta atividade age como atração para a substituição do cultivo pela pecuária.[40] Além disto, a própria forma de organização dos interesses econômicos dos pecuaristas — baseada em proteção e lealdade — leva a que muitos proprietários se sintam mais seguros como criadores de gado de corte, do que como membros da cooperativa agrícola local. A sólida estrutura organizacional, que liga de forma vertical os diversos segmentos da atividade — criadores, invernistas, donos de frigoríficos e açougues, sendo, portanto, por força de seu conjunto, capaz de maior poder de barganha política junto ao aparelho do Estado, aparece como fator adicional para a percepção junto aos proprietários locais, de que a pecuária é uma atividade que lhes permite maiores vantagens quanto a preços, infra estrutura de comercialização, garantia de mercado, etc.[41]

---

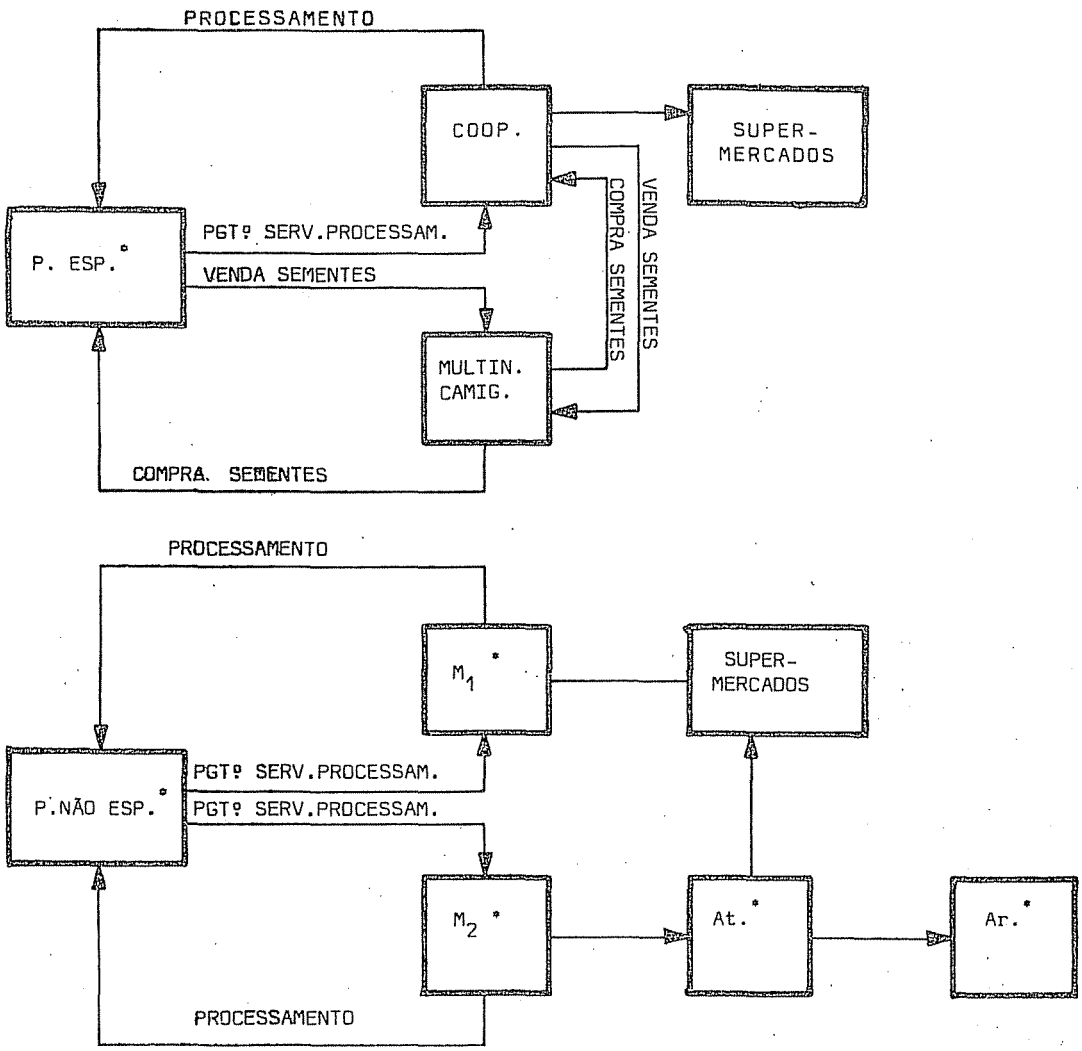
40. A ampliação da área cultivada de pastagens no Triângulo, assim como o desenvolvimento de técnicas modernas na criação de gado local se deveram em grande parte aos estímulos concedidos por programas especiais de pesquisa (Programa Integrado de Pesquisas Agropecuária — PIPAEMG); de controle de doenças animais (Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa); de aumento de produção (Programas de Crédito Pecuário Integrado, que financia a aquisição de gado de alta qualidade, a formação de pastagens, a construção de silos e currais, e compra de maquinário e equipamentos); e, finalmente, de aumento da capacidade de abate (Programa Agropecuário de Exportação — sub-programa de Reaparelhamento e Modernização de Frigoríficos Mineiros). Como resultado, houve uma rápida elevação da capacidade de abate na região (227.300 cabeças, em 1971, para 54.600 cabeças em 1976), além de uma expressiva ampliação da capacidade diária de processamento de indústria de laticínios, de 700.000 litros em 1972, para 1.100.000 litros em 1976. Dados retirados de *Minas Gerais — Atualidade e Perspectiva* — SEPLAN, setembro de 1980.

41. Ver, a respeito da forma que assume nacionalmente a organização dos interesses dos pecuaristas, donos de frigoríficos e açougues,

Ao contrário dos criadores, os produtores de arroz na região, como um todo, não têm acesso a uma estrutura similar, que ligasse verticalmente produtores, processadores, atacadistas e varejistas. Isto poderia ser possível se os processadores do grão (maquinistas) tivessem continuado a desempenhar na região, o importante papel de intermediários na comercialização, que representaram, durante o auge da produção cerealista no Triângulo. Naquele período, a produção de arroz de sequeiro não se diferenciava fundamentalmente quanto às técnicas de cultivo e colheita e a tendência à especialização que hoje se observa não era sequer pressentida, pois, como já foi aqui observado, a organização mais adequada à agricultura com alto risco de retorno é a que se apóia na complementariedade entre pecuária e agricultura. Esta agricultura não especializada produzia, evidentemente, um arroz com baixo nível de diferenciação (três a quatro tipos), em sua maior parte processado pelos maquinistas locais, principais intermediários da comercialização que, juntamente com comerciantes atacadistas dos grandes centros urbanos, faziam chegar o produto aos armazéns, onde eram vendidos a granel para os consumidores finais.

A política de modernização agrícola a que me referi anteriormente, promovendo a diferenciação de técnica produtiva, promove, também a diferenciação do produto e dos seus mercados específicos. Como conseqüência, os maquinistas, vêm perdendo seus fornecedores usuais, em especial aqueles que se modernizaram mais rapidamente, para as cooperativas, as multinacionais e para o próprio Estado. Desta forma, em lugar de uma possível estrutura organizacional que se verticalizasse através de um poderoso grupo econômico e financeiro — os maquinistas — os produtores de arroz do Triângulo mostram graus diferenciais de organização dos interesses.

PRATES, A. A. & PAIXÃO, A. L. Mercado, Organização de Interesses e Burocracia Pública. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1979 (mimeo.).

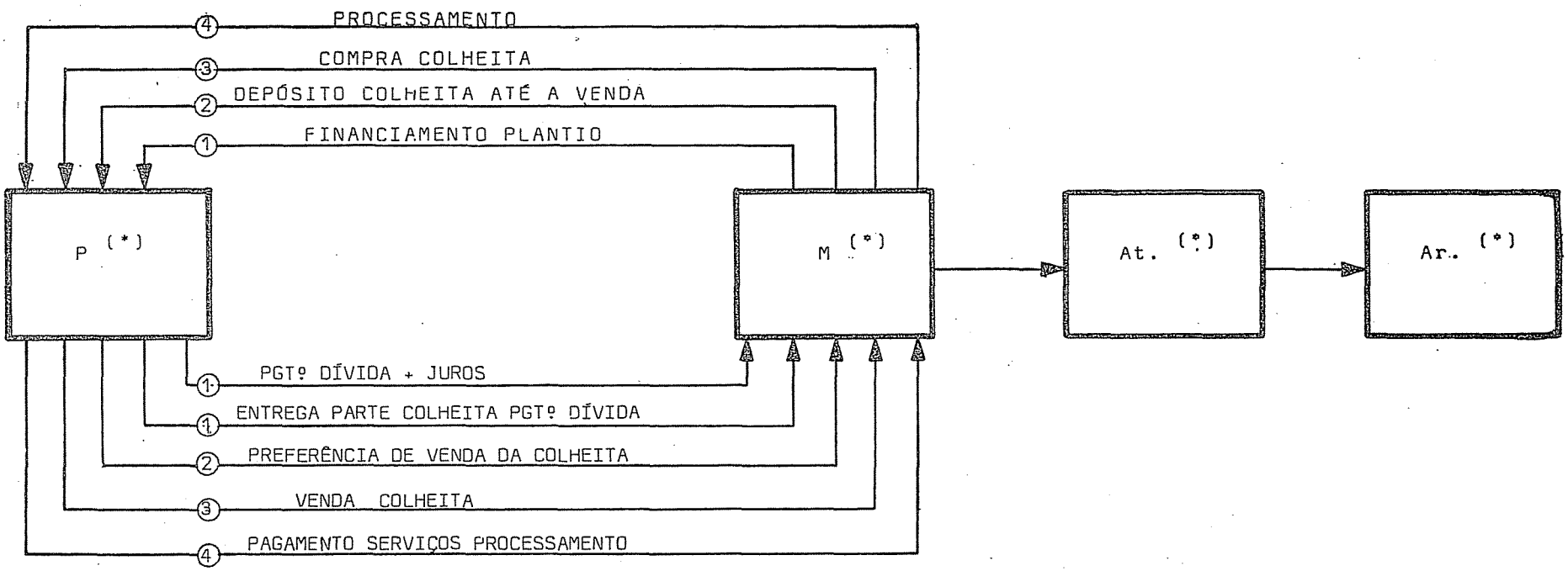


O fluxograma a seguir esquematiza as relações econômicas estabelecidas entre produtores de arroz, maquinistas, atacadistas e armazéns. Predominantes na década de cinqüenta e sessenta, tais relações hoje são representativas apenas dos fluxos estabelecidos entre a produção das propriedades não-especializadas e os maquinistas.

A decadência econômico-financeira dos maquinistas não se explica apenas pela perda de importância relativa da produção local de arroz. A razão básica para tal fato — verificável, por exemplo, pela redução do número de empresas processadoras que, de cerca de uma centena em funcionamento no princípio da década de sessenta, passaram a apenas 33 em 1980 — liga-se muito mais à perda das funções antes exercidas pelos maquinistas.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em fins da década de sessenta e de programas agrícolas posteriores — tais com o AGF (Aquisição do Governo Federal), o EGF (Empréstimo do Governo Federal), o Preço Mínimo, o Crédito de Custeio, etc — expandiram o crédito agrícola governamental aos vários níveis desta atividade. Desta forma, o Estado reduziu consideravelmente o papel dos maquinistas como capitalistas financeiros locais. O financiamento provido pelos maquinistas para o cultivo dos cereais tinha a futura colheita como garantia do pagamento da dívida. No vencimento da dívida, por falta de liquidez, freqüentemente o produtor entregava parte da colheita como pagamento, ao preço convencionado pelo maquinista. Além do financiamento da produção, os maquinistas financiavam também a comercialização do arroz. Dispondo de grandes armazéns para a estocagem do arroz pocessado, faziam empréstimos ao produtor, enquanto este não conseguia vender sua produção. Em caso de venda, o produtor pagava o empréstimo, caso contrário, pressionado pela falta de dinheiro, concordava em vender a produção ao maquinista, a um preço mais reduzido.

Este sistema financeiro informal foi institucionalizado pelo Estado que, de certa forma, o adota como modelo. O Empréstimo de Custeio, por exemplo, está baseado numa promessa da compra da colheita do tomador de empréstimo, caso ele não a tenha vendido no prazo em que a dívida expira. Assim como os preços oferecidos pelo maquinista, os Preços Mínimos pagos pelo Banco do Brasil ao produtor são usualmente inferiores aos preços do mercado. Em termos de financiamento da comercialização, a prática iniciada pelos processadores foi institucionalizada com a criação do EGF. O Banco do Brasil empresta ao produtor que deposita sua produção nos armazéns e silos estatais (CASEMG, em Minas Gerais), uma soma igual ao da colheita, computado aos níveis vigentes do Preço Mínimo. Da mesma forma como no caso dos maquinistas, as agências financeiras estatais recebem o pagamento da dívida em espécie ou em dinheiro.


4 PROCESSAMENTO
3 COMPRA COLHEITA
2 DEPÓSITO COLHEITA ATÉ A VENDA
1 FINANCIAMENTO PLANTIO
P (*)
M (*)
At. (*)
Ar. (*)
1 PGTº DÍVIDA + JUROS
1 ENTREGA PARTE COLHEITA PGTº DÍVIDA
2 PREFERÊNCIA DE VENDA DA COLHEITA
3 VENDA COLHEITA
4 PAGAMENTO SERVIÇOS PROCESSAMENTO

Substituído pelo Estado em suas funções como capitalista financeiro; pelas multinacionais e cooperativas em grande parte das suas funções como capitalista industrial; pela estrutura oligopolizada dos supermercados, que reduz a antiga importância dos atacadistas e dos próprios maquinistas na comercialização do produto, o maquinista é hoje, basicamente, um processador de arroz para consumo direto, industrializando a produção agrícola que se complementa pela pecuária. Trabalha principalmente para os não-cooperativados, incluindo não só os pecuaristas, como também os parceiros e pequenos proprietários. Da rapidez das transformações trazidas pelo processo econômico de diferenciação entre produtores de arroz (em função das mudanças tecnológicas, do avanço do papel do Estado, das transformações nas relações de trabalho, da expansão do mercado de alimentos), depende a sobrevivência dos maquinistas como atividade agroindustrial na produção de arroz. Do que foi anteriormente observado, é possível concluir que a importância da especialização desta produção determinará as condições de eliminação ou transformação dos maquinistas.[42] O fluxograma a seguir mostra as relações econômicas estabelecidas entre a produção de arroz e seus mercados consumidores, evidenciando dois grupos de fluxos, resultantes do processo recente de especialização e modernização da produção.

42. Dentro da tendência à eliminação dos maquinistas como grupo predominante na industrialização do arroz, pode-se perceber que alguns deles têm condições de maior possibilidade de sobrevivência que outros. Dentre aqueles, destacam-se certamente os maquinistas dos grandes centros comerciais do Triângulo — como Uberlândia — processadores da grande produção de Goiás e Mato Grosso. Há ainda aqueles cujo capital lhes permitiu investir em equipamentos modernos — como as máquinas emendadoras de arroz e as empacotadoras — que não só lhes permitem lucros extras, como também os colocam em posição privilegiada dentro do setor de processamento. As máquinas empacotadoras, por exemplo, ao embalar o arroz em pacotes plásticos de 5 kg, permitem ao maquinista vender o arroz diretamente ao supermercado, eliminando outros intermediários.

Cabe, finalmente, referir-se à forma que assume a produção de arroz na pequena popriedade familiar e às suas condições de reprodução, no Triângulo Mineiro. A produção que utiliza trabalho familiar tem, da mesma forma que o latifúndio não-especializado, substituído o cultivo de arroz pela pecuária. Tratando-se, no entanto, de pequenos proprietários com níveis relativamente baixos de investimento médio/ha (Cr$ 2.195,34, a preços de setembro/80), sua opção se dirige para a pecuária de leite, capaz de prover um rendimento seguro, sem substancial capitalização.[43]

Dos 600 hectares cobertos pelas pequenas propriedades pesquisadas (até 100 ha), 87,2% eram pastagens, 5,1% eram área de cultivo de arroz e 7,7% eram ocupadas pelo plantio de milho. A venda do leite representa nestas propriedades a principal fonte de renda, ao contrário do que ocorre nas propriedades especializadas na produção de arroz e nos latifúndios pecuários. Enquanto a venda de leite nas pequenas propriedades familiares constitui 52,6% do valor monetário da produção agropecuária anual, nas propriedades especializadas em arroz, ela representa 16,4% (irrigado) e 0,6% (sequeiro), e nos latifúndios não-especializados, 14,6%.

A produção de arroz é em grande parte destinada à subsistência familiar. Apenas 23,7% da produção total da pequena propriedade é comercializada, diferenciando-se também, neste aspecto, dos outros grupos produtores de arroz. Nestes três últimos casos, a proporção do arroz vendido/arroz produzido é bem mais elevada: 92,5% 87,3% e 72,1%, respectivamente.

---

43. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1970, 70% dos produtores de leite no Brasil ocupam áreas de menos de 50 ha e se responsabilizam por 35,5% da produção. Por outro lado, dados retirados de FREDERICQ, A. & CORADINI, O. L., *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. ZAHAR. 1981, revelam que em Minas Gerais a pecuária de leite é uma atividade fragmentária e de baixa produtividade, exceto nas regiões onde recentemente se localizaram grandes empresas de laticínios.

Mas é o trabalho familiar o elemento básico que diferencia este grupo dos demais. Embora freqüentemente aliado a outras formas de trabalho — permanente e temporário — a família é, neste caso, a unidade produtiva básica. Não só os membros da família que trabalham na fazenda são, em média, numericamente superiores aos trabalhadores assalariados (2,7 membros familiares, por propriedade, contra 1,0 trabalhador permanente e 0,7 temporário), como também são eles que se dedicam à atividade produtora do leite na fazenda, relegando aos empregados as tarefas 'menos nobres' do cultivo do arroz e do milho.

Isto se explica, em grande parte, pelo fato de que a produção de leite é a atividade que mais se modernizou na pequena propriedade produtora de arroz na região. A vinda da Nestlé para Ituiutaba significou uma grande transformação na organização da produção dos anteriormente pequenos proprietários produtores de alimentos básicos. Representando um mercado consumidor relativamente seguro para o leite, a Nestlé introduziu na região, através do ANPL (Assistência Nestlé aos Produtores de Leite), uma série de serviços de assistência técnica aos produtores/fornecedores. Esta assistência cobre, entre outros itens, ensino e acompanhamento da produção interna de alimentos para o gado, formação de pastagens, construção de silagem, profilaxia do rebanho, higiene da produção, além de manter fazendas experimentais para a reprodução de rebanho de linhagem, vendido aos fornecedores ao preço de custo e em prestações retiradas do pagamento do leite.[44]

Produzir leite representa, assim, para os pequenos proprietários, o passaporte para o ingresso ao mercado moderno da produção de alimentos. Como se trata de um produtor não-cooperativado, ele se sente protegido pela companhia e se identifica com os proprietários mais ricos da região que,

44. Ver, para maiores informações a respeito da forma de controle exercida pela Nestlé sobre os fornecedores de leite, FREDERICQ, A., *op. cit.*, 1981.

eventualmente, são também fornecedores da Nestlé. Como afirmou um pequeno proprietário entrevistado, "aos olhos da Nestlé nós somos todos pecuaristas".[45]

Na verdade, a modernização da fazenda através da produção de leite implica na subordinação ao capital agroindustrial, representada pelo controle sobre o modo de produzir e o volume do excedente, o que traz grandes inconvenientes ao produtor. Para começar, especializar-se na produção de leite significa dedicar-se à produção de um item alimentar, cujo preço sofre um rígido controle governamental. Este é seguramente o motivo fundamental para a não-verticalização da produção agroindustrial da Nestlé, que prefere especializar-se na transformação deste leite em seus derivados, fase em que o valor agregado da produção é relativamente maior. Além disto, o transporte do leite, provido pela Nestlé e pago pelos fornecedores é, freqüentemente, motivo de insatisfação destes últimos. Queixam-se não só do preço, como também dos constantes prejuízos que este transporte ocasiona aos fornecedores, pelo fato de que percorre diariamente uma longa "linha de leite" (rede de recolhimento do leite). Ocorre que, principalmente durante a safra, a Nestlé costuma devolver o leite ao fornecedor, alegando que houve deterioração do produto. Para os produtores de leite, ou a distância percorrida pelo transporte (que consideram caro), faz deteriorar o produto, ou a empresa age de má-fé, recusando o leite no período em que reduz o ritmo de sua produção. Qualquer que seja o motivo, é o fornecedor quem sai perdendo.

Os produtores de leite sabem que a Nestlé se beneficia também do sistema de pagamento do leite, que ela instituiu na região. Trata-se das chamadas 'promissórias rurais', prática utilizada não só pela Nestlé, mas também por outras grandes

45. Os grandes proprietários, ao contrário, acreditam que estão gradualmente perdendo importância econômica e social, através de suas ligações com as multinacionais. Isto foi manifestado por alguns deles durante minha pesquisa de campo, quando se referiam à Nestlé: «Somos apenas empregados disfarçados da Nestlé, que nos paga minguados salários fixos pelo leite que fica cada vez mais caro prá gente».

agroindústrias que penetraram a região, a qual tende a beneficiar o comprador do produto agrícola. É que as agroindústrias pagam os fornecedores através de notas promissórias (em geral, de 90 dias), descontadas nos bancos locais a juros de 29% ao ano, quando a inflação já atingia os 100% anuais.

Se, por um lado, a atividade leiteira torna os pequenos proprietários "semelhantes aos grandes, aos olhos da Nestlé", a produção de arroz os assemelha aos parceiros. Como estes, tendem a ser substituídos pela produção agrícola tecnificada. Desta forma, a rapidez da substituição da pequena produção de arroz dependerá, em linhas gerais, da difusão da irrigação que substitui o sequeiro, garantindo maior produtividade, melhor qualidade do produto e controle maior sobre os custos de produção, tendo em vista a redução da incerteza do empreendimento. Dependerá também da expansão da influência das multinacionais como a Nestlé, que se 'aliam' aos pequenos produtores, reduzindo progressivamente a importância da atividade agrícola não-tecnificada produtora de arroz.[46]

Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1980 (*Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — Minas Gerais* — 1980 — FIBGE) demonstram a manutenção da tendência anteriormente verificada (1950/70), de ampliação da importância relativa da pequena produção no Triângulo (estabelecimentos até 100 hectares). Como se pode ver pela tabela a seguir, de 1950 a 1980, estes estabelecimentos cresceram em importância, relativamente aos grandes, tanto com respeito a seu número, quanto à área que ocupam.

---

46. Há, no entanto, pelo menos três elementos que podem se opor movimento de 'concentração' da produção tecnificada de arroz no Triângulo. Um deles é o padrão de distribuição da renda no Brasil, que produz uma demanda de alimentos extremamente diferenciada. Outro elemento é a quantidade limitadada de recursos de que dispõe o Governo para financiar a produção tecnificada de arroz. Uma terceira força que se opõe ao desaparecimento da pequena produção de arroz são os interesses dos grandes intermediários, cuja principal fonte de rendimentos reside nos altos lucros permitidos pelos canais informais de comercialização do arroz, onde a pequena produção e seus preços relativamente mais baixos constituem o elo inicial da rede deste comércio.

NÚMERO E ÁREA OCUPADOS POR ESTABELECIMENTOS, DE ACORDO COM GRUPOS DE ÁREA — (EM %)
TRIÂNGULO MINEIRO — 1950/1980

GRUPOS DE ÁREA (HA)	1950		1960		1970		1980	
	Ests. ((%)	Área (%)	Ests. (%)	Área (%)	Ests. ((%)	Área (%)	Ests. (%)	Área (%)
Menos de 10	8,3	0,1	10,7	0,2	8,1	0,2	13,5	0,4
10 a 100	37,2	4,6	41,4	6,7	45,4	9,1	43,4	10,0
Até 100	45,5	4,7	52,1	6,9	53,5	9,3	56,9	10,4
Maiores de 100	54,5	95,3	47,9	93,1	46,5	90,7	43,1	89,6

FONTE: Censos Agropecuários — 1950, 1960, 1970, Minas Gerais — FIBGE.
Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1980 — Minas Gerais — FIGBE.

Mas, se a tabela demonstra a expansão nos últimos 30 anos do grupo de 'Até 100 ha' como um todo, ela demonstra também que os sub-grupos — 'Menos de 10 ha' e '10 a 100 ha' — tiveram dinâmicas diferentes ao longo do período, quanto ao número de estabelecimentos. O número de estabelecimentos de 'Menos de 10 ha' decresceu sua participação de 1960 a 1970, esta tendência influenciada não só pela redução da participação do número de proprietários na PEA agrícola (de 84,8%, para 76,8% do número total de estabelecimentos — Dados dos Censos de 1960 e 1970), como também pela redução relativa dos estabelecimentos entregues a parceiros (de 8,1% do número de estabelecimentos em 1960, os parceiros passam a ser responsáveis por apenas 5,0% dos estabelecimentos totais em 1970, redução mais profunda do que a observada no período 1970/80, quando passam a representar 4,2% do total de estabelecimentos).[47] De 1970 a 1980, ao contrário, os estabelecimentos de '10 a 100 ha' são os que perdem importância relativa quanto ao número total de estabelecimentos (passam de 45,4% para 43,4%). A expansão da participação relativa dos estabelecimentos de 'Até 100 ha' aparece, pois, ligada à expansão dos estabelecimentos de 'Menos de 10 ha', mais especificamente, à expansão da mini-propriedade. De fato, dificilmente poder-se-ia atribuir a expansão dos mini-estabelecimentos às chamadas 'formas tradicionais' de posse da terra. Isto porque o declínio da participação relativa do número de estabelecimentos entregues aos parceiros é reforçado neste período, pelo também declínio da importância relativa dos estabelecimentos ocupados (de 6,4% para 5,5% do total de estabelecimentos).[48]

---

47. Segundo dados dos Censos Agropecuários de 1960 e 1970, durante este período, cresceu a importância relativa do número e área dos estabelecimentos entregues a arrendatários e dos estabelecimentos ocupados.

48. O Crescimento relativo dos estabelecimentos de até 10 ha pode ser, em parte, também explicado pela expansão relativa do arrendamento que, de 11,8% do total dos estabelecimentos em 1970, passou a 12,7% em 1980.

Desta forma, os dados agropecuários mais recentes parecem indicar a tendência a uma maior importância relativa da pequena propriedade no Triângulo Mineiro. Ao longo deste trabalho, sugeriu-se que esta tendência resultou, em parte, da penetração de empreendimentos agroindustriais, que freqüentemente optam pelo controle da comercialização de produtos locais, mais que pela produção verticalizada destes produtos. Conclusões mais nítidas quanto à reprodução da pequena produção e quanto ao processo mais geral de diferenciação da PEA agrícola poderão, no entanto, ser obtidas quando se produzirem mais estudos regionais, que analisem os diferentes padrões de controle exercidos localmente pelo grande capital agroindustrial. Outro veio fundamental de pesquisa a respeito das conseqüências econômicas regionais da expansão agroindustrial será a análise de seus efeitos sobre a expansão (ou contração) do emprego agrícola e industrial. Dados secundários dos Censos Agropecuários, Demográficos e Industriais, usados de maneira complementar, poderão elucidar algumas perguntas quanto aos graus e níveis das relações econômicas estabelecidas entre a agricultura e indústria (como, por exemplo, dados indicativos da mercantilização da produção agrícola, por região ou micro-região, observando-se mais de perto os resultados da expansão agroindustrial sobre o volume da produção agrícola).[49] Através desta proveitosa combinação entre 'estudos de caso' e dados agregados, será possível obter-se um mapeamento das inter-relações entre indústria e agricultura através da expansão agroindustrial, dando-se um passo além na discussão sobre o padrão de dominação exercido por algumas frações de capital sobre outras. A obtenção de estudos mais sistemáticos sobre a forma e o grau de dominação deste sistema proverá, então, as descobertas empíricas com algo mais do que uma simples 'promessa teórica'.

49. Ver, a respeito, «Síntese do Projeto Homem do Campo», Divisão de Pesquisa, CBBA, 1982 (mimeo., 126 p.), onde a agência de publicidade Castelo Branco traça o 'perfil' do 'homem do campo', entrevistando 2890 proprietários em 11 Estados brasileiros, sendo 35% miniproprietários, 34% pequenos, 27% médios e 4% grandes.

REVISTA DO CURSO DE DIREITO

Diretores:

Jacy de Assis
Dinah Fernandes de Carvalho

Redação

INSTITUTO DE PESQUISAS
Campus Umuarama - Bloco E - Sala 2E25
38.400 - Uberlândia - MG
Universidade Federal de Uberlândia

SOCIOLOGIA

Publicada pelo Istituto Luigi Sturzo — Roma

Presidente do Conselho Diretor:

Professor Felice Battaglia

Assinatura anual ..... LIT 7.000

Istituto Luigi Sturzo
00186 Roma — Via delle Coppelle, 35

BOLETIN INFORMATIVO DE CIENCIA POLITICA

Diretor: CARLOS OLLERO

Publicado pelo Departamento de Teoria del Estado y Derecho Constitucional

Facultad de Ciencias Politicas y Sociologia
Universidad Complutense

Informações:

Avenida Puerta de Hierro, s/n., Madrid, Espanha.

O Estado Tutelar: o INDI na Experiência Mineira de Industrialização na Década de 70

(Versão Preliminar)

FAUSTO BRITO

O inusitado crescimento industrial em Minas Gerais de 16,4% entre 1970-77 dificilmente ocorreria se não fosse a agressiva e decidida participação do Estado no sentido de promovê-lo a qualquer custo. Para isso foi necessário que o Estado criasse ou reformasse instituições, se aparelhando para cumprir este papel marcante.

Foi um longo processo de gestação histórica que tem seu ponto de partida com a criação da CEMIG — Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., em 1952 e seu arremate em 1971 com a transformação do antigo Departamento de Industrialização em Companhia de Distritos Industriais (CDI). Entre um e outro evento tiveram importância semelhante a criação do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG) em 1962 e do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) além da reforma radical da Secretaria da Fazenda, iniciada ainda no Governo Israel Pinheiro, e efetivamente consumada no Governo Rondon Pacheco a partir de 1971 na gestão de Fernando Roquette Reis.

Em síntese, fazendo uma periodização deste processo de estruturação dos aparelhos econômicos do Estado segundo seus pontos de inflexão mais importantes, temos:

1) criação da CEMIG em 1952
2) criação do BDMG em 1962

3) criação do INDI em 1968/69
4) reforma da Secretaria da Fazenda a partir de 1969
5) criação da CDI em 1971.[1]

Neste trabalho pretendemos analisar principalmente o INDI, mas isto é impossível de ser bem feito sem pelo menos algumas breves referências aos outros acontecimentos.

CEMIG e BDMG: As Matrizes

A CEMIG, criada no governo de Juscelino Kubitschek teve sua concepção como empresa pública inspirada no grupo de energia da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Lá estava Lucas Lopes, encarregado por Juscelino para projetar e posteriormente ser o primeiro presidente da CEMIG, com passagem importante na elaboração do Plano de Eletrificação do governo Milton Campos e pela comissão do Vale do S. Francico. Lopes trouxe para Minas alguns dos seus companheiros na Comissão Mista como Mário Bhering, John Reginald Cotrim e Mauro Thibau, todos eles com grande experiência em empresas privadas internacionais.[2]

A grande originalidade da CEMIG, foi a sua organização de natureza empresarial, fugindo aos parâmetros correntes no serviço público. Para que ela assim sobrevivesse, cercou-se de uma grande autonomia em relação a ingerência de outros segmentos do Estado e quanto à obtenção de recursos para seus planos de investimento. O próprio Lopes aceitou a presidência devido às garantias dadas por Juscelino de que seu trabalho não sofreria interferências.[3] Foi possível assim implementar a CEMIG de "forma absolutamente ajustada à idéia

1. A importância da CDI se dá menos pela empresa em si e mais em função de seu estratégio papel na implementação da infra-estrutura dos grandes investimentos.

2. Entrevista, pesquisa CEDEPLAR-FINEP, o sistema institucional e a política econômica em Minas Gerais.

3. Entrevista, idem.

de empresa pública como suporte à expansão capitalista" assim como transformá-la numa verdadeira escola e centro do qual saiu um grande número de técnicos e dirigentes para assumir não só grande influência no setor energético nacional como também importantes pastas na administração pública federal e estadual.[4]

A "escola CEMIG" se articula ideologicamente a nível federal como um segmento, que se torna mais nítido a partir do segundo Governo Vargas, com uma visão bastante instrumental do Estado em relação à expansão do capital privado seja nacional ou estrangeiro. Neste segmento destacam-se além do presidente da CEMIG, figuras como Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, Eugênio Gudin. Deles se diferenciavam ideologicamente o grupo de funcionários públicos como Jesus Soares Pereira, Romulo de Almeida, Celso Furtado (posteriormente), com uma visão de empresa pública impregnada de um nacionalismo estatizante como de uma visão reformista da missão do Estado.

Estes dois segmentos, na verdade expressam a coexistência dentro do governo Vargas de dois projetos políticos contraditórios: o que aponta em direção de um capitalismo autônomo com forte presença estatal e outro que acaba por prevalecer principalmente a partir do plano de metas, procurando articular uma grande abertura ao capital estrangeiro com uma intensa presença do Estado.[5]

O BDMG nasce no governo Magalhães Pinto mas seu projeto vinha sendo desenhado na segunda metade da década de cinqüenta na Assessoria Econômica da Federação das Indústrias de Minas Gerais. De lá inclusive vieram os seus primeiros diretores. Conta-se que a idéia chegou à FIEMG através da conversa de um dos seus assessores com o econo-

4. DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. UFMG/PROED.

5. MARTINS, Luciano. Politique et development economique: structure de pouvoir et systeme de decision au Brésil, volume I, cap. VI, Paris, 1973.

mista Romulo de Almeida, recém chegado de uma viagem à Índia onde teve contatos com a experiência de bancos regionais de fomento industrial.[6]

Os primeiros momentos do BDMG foram difíceis não só pela sua pouca relevância relativa dentro do Estado, o que implicava numa enorme escassez de recursos, mas também pela sua pesada estrutura, cópia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e portanto bastante inadequada a um banco regional.

A partir da presidência de Paulo Camilo de Oliveira Penna (06/03/1963 a 28/01/66), oriundo da Assessoria Particular do Governador Magalhães Pinto, o BDMG começa uma busca de seus próprios caminhos como banco de desenvolvimento regional. As grandes realizações são as jornadas de desenvolvimento e implantação do projeto do Frigorífico Mucuri S.A. — FRIMUSA (o outro frigorífico, Frigonorte, Frigorífico do Norte de Minas S.A. foi implatnado em 66 mas já sob outra presidência). Mas foi a criação do DEP, Departamento de Estudos e Planejamento, para onde foi recrutado um grande número de jovens economistas formados na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, sob a liderança de Fernando Roquette Reis que marcam a gestão de Paulo Camilo. No DEP se inicia, ainda em 1965 o famoso Diagnóstico da Economia Mineira. É interessante como ele surgiu.

Havia uma instituição chamada Comissão Interestadual das Bacias do Paraná-Uruguai, CIBPU, com sede em São Paulo. O então Governador Ademar de Barros com pretensões à presidência da República resolve ativar a Comissão e nomeia seu filho para dirigí-la. [7] Uma de suas primeiras medidas é convidar o economista Antônio Delfin Neto para organizar e dirigir seu departamento econômico. Surge então a idéia de realizar um diagnóstico da economia de cada um dos Estados parte da CIBPU o que foi feito geralmente, com a contratação de empresas privadas de consultoria. Aqui em Minas, Paulo

6. Entrevista, idem.
7. Entrevista, idem.

Camilo e depois Fernando Roquette Reis, representante do Estado na CIBPU reivindicaram para o DEP-BDMG a realização do diagnóstico.

Quando Israel Pinheiro assume o governo em 31/01/66 o BDMG passa um ano de instabilidade na sua direção e pouca atividade relevante até que o governador nomeia o seu próprio genro Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz para a presidência (17/01/67 a 15/09/70). Durante esta gestão o BDMG torna-se, junto com a CEMIG, o órgão mais importante do governo mineiro seguindo uma estratégia de ocupação de espaços na administração pública estadual de indiscutível eficiência.[8]

O Diagnóstico da Economia Mineira é retomado e concluído. São seis volumes de análise sobre a economia mineira. O impacto foi fantástico, menos pelas análises contidas nos seis volumes, uma grande quantidade de dados sem muita referência analítica, e mais pela retumbância da conclusão principal: "o empobrecimento relativo de Minas e sua exploração por outras unidades da federação".

A repercussão foi precisamente planejada de dentro do próprio BDMG, contando para isso com a Asessoria da ASA propaganda. A própria expressão que consagrou os autores do diagnóstico — "os profetas da catástrofe" — foi cunhada lá dentro.[9]

O significado maior do diagnóstico e o grande objetivo do BDMG além do intenso debate promovido pela imprensa, foi a afirmação perante a administração e a opinião pública de um grupo de técnicos, a jovem tecnocracia mineira.

Surgia no cenário mineiro um grupo de jovens técnicos disponíveis para ocupar diferentes cargos de governo dentro do projeto de eliminar a pobreza e a exploração do Estado. Eles tinham a falsa magia de racionalidade e da eficiência prontos a agir tecnicamente para encontrar as soluções ade-

8. Entrevista, idem.

9. Entrevista, idem e a discussão feita por DINIZ, Clélio Campolina, op. cit.

quadas. Nada melhor para substituir os "políticos" que o contexto autoritário só desprestigia. Cumpria-se o objetivo do Diagnóstico e dava-se um grande passo na "estratégia de ocupação dos espaços".

O BDMG começa indiscutivelmente a viver seu auge. Projeta-se nacionalmente e, junto com a CEMIG, representava a face moderna do Estado. Mas é aqui mesmo onde começa a plantar seus frutos, irradiando sua influência e dotando-se de recursos financeiros razoáveis. Para isto utiliza-se da venda das ações da Petrobrás, então em propriedades do Tesouro Estadual.

São muitas as suas atividades para dentro do próprio Estado. Entre outros chamamos atenção para a Reestruturação do Sistema Estadual de Planejamento, convênio BDMG/CED/ILPES, criação da Fundação João Pinheiro, criação da Superintendência de Incentivos Fiscais (lei 5261/69). Dentro da perspectiva de melhor compreender o papel do Estado no crescimento da Economia Mineira na década de 70, dois convênios são fundamentais: com a Secretaria de Estado da Fazenda e com a CEMIG do qual resultou o INDI.

Quando Ovídio de Abreu ainda era Secretário da Fazenda iniciaram-se as conversações para o BDMG assessorar a reforma da Secretaria.[10] O objetivo era modernizar a sua estrutura e equilibrar as finanças públicas. Três áreas foram escolhidas como prioritárias para a reforma: o aparato de coleta fiscal, o débito público, administração da Secretaria da Fazenda. Os resultados foram fantásticos a ponto deste processo de ter sido qualificado como revolução copérnica.[11] Sem entrar em detalhes, dificilmente o Estado conseguiria bancar a sua estratégia de "crescimento a qualquer custo" da década de 70 se não tivesse reformulado radicalmente as finanças públicas.

---

10. Entrevista, idem.

11. ANDRADE, Luís Aureliano Gama. Technocracy and development: the case of Minas Gerais. University of Michigan, 1980.

As Origens do INDI

O BDMG no primeiro semestre de 67 entrou em contato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pleiteando assistência financeira para estudo de pré-inversão.[12] O programa de estudos de pré-inversão como era chamado tinha três grandes etapas:

1ª — Levantamento dos instrumentos necessários a análise da economia mineira: contas sociais, matriz de insumo-produto, funções setoriais de produção, pesquisa sobre empresariado, estrutura de polarização, e análise de participação do setor público.

2ª — Estudo e programas setoriais: indústria química, extrativa mineral, pecuária bovina, não metálicos, produtos alimentares, capital social básico e pré-estudos de colonização.

3ª — Estudos de oportunidades industriais usando aproveitar economias externas, corrigir desequilíbrios, dinamizar e ampliar pólos, corrigir pontos de estrangulamento e compatibilizar tudo dentro de um programa de longo prazo. Tudo de forma a contribuir para uma integração regional, nacional e latino-americana.

O BID respondeu pedindo para encaminhar a proposta à FINEP pois ela dispunha de recursos deles para este tipo de financiamento. O que foi feito e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos S.A.) informou da existência de proposta semelhante apresentada pela CEMIG e sugere o entrosamento das duas instituições para um projeto comum.

Na CEMIG o projeto foi desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimento (foi ela que pediu recursos à FINEP), dirigida por Francisco Noronha, tendo como referência os "modelos de desenvolvimento da área" utilizados por empresas norte-americanas de energia elétrica. O pano de fundo era que a CEMIG só poderia assumir uma posição

12. BDMG, Programa de estudos de pré-inversão, documentos enviados ao BID, abril 1967.

importante como empresa de energia elétrica se "criasse demanda".

Os contatos entre o BDMG e a CEMIG visando a criação do INDI — Instituto para o Desenvolvimento Industrial, na época com duração limitada, se desenvolveram e em 29 de novembro de 1967 o presidente do BDMG enviou ofício ao Governador comunicando a associação entre as duas instituições para o empreendimento com o objetivo de estudos de pré-inversão ou oportunidades industriais.

As dificuldades na associação entre o BDMG e a CEMIG logo apareceram. Em primeiro lugar a própria concepção era diferente. A CEMIG não estava em nada interessada nos chamados estudos "macroeconômicos propostos pelo BDMG em seu projeto, como insumo-produto, polarização, empresários, etc., nem muito menos preocupada com correção de desequilíbrios, integração ou pólos, dentro de um planejamento de longo prazo, mas numa análise pragmática de economia procurando identificar setores com oportunidades potenciais para investimentos, realizar os estudos de previabilidade de projetos específicos e desenvolver uma grande atividade de promoção industrial imediatamente após.

Uma outra divergência era quanto a reivindicação da CEMIG de contratar de uma empresa de consultoria estrangeira para assessorar à organização e os primeiros passos do INDI. A argumentação era não só no sentido de uma tradição bem sucedida de lidar com consultoria estrangeira (pouco tempo atrás, em 1962 tinha-se contratado os serviços da CANAMBRA — Engineering Consultants Limited para ampla pesquisa sobre o potencial hidráulico de Minas Gerais) mas principalmente pela importância da experiência internacional de uma grande empresa de consultoria para dar creditibilidade interna e externa ao INDI assim como abrir internacionalmente as portas para ele.

Entretanto a divergência mais funda parecia ser uma disputa de hegemonia. De um lado a estratégia de ocupação de espaços do BDMG. De outro a CEMIG com sua tradição de autonomia, concepção de desenvolvimento industrial mais

pelo lado da demanda de energia elétrica, querendo refazer sua posição política dentro da estrutura do Estado.

As posições da CEMIG saíram vitoriosas. O projeto vitorioso se distancia bastante do BDMG e ainda decidiu-se contratar uma empresa de consultoria norte-americana, a Arthur D. Little, Inc. (ADL) com grande experiência internacional em empreendimentos semelhantes ao INDI. A pessoa chave dentro da ADL era Theodore Moscoso, que tinha sido muito ligado ao ex-presidente Kennedy e a quem ele confiou a direção da Aliança para o Progresso.

A contratação da ADL veio trazer sérias dificuldades a nível federal para a implementação do INDI, principalmente na FINEP, a quem o projeto tinha sido encaminhado em busca de recursos. As resistências se davam não só por trágicas experiências anteriores com consultorias estrangeiras (Relatório Siderúrgico da BOOZ-ALLEN) mas principalmente por alguns ventos nacionalistas que sopravam na direção do fortalecimento das empresas de consultorias nacionais. As negociações não caminharam já que a FINEP não abriu mão das restrições. Inclusive, saiu nesta época um decreto do Presidente Costa e Silva impedindo a contratação de consultoria estrangeira sem a prévia autorização da presidência da república.

Acabou a CEMIG e o BDMG resolvendo financiar o projeto com seus próprios recursos e contratando a ADL. Entretanto como pagamento à empresa norte-americana teria de ser em dólares o contrato precisava de ser registrado no Banco Central que novamente o remeteu à FINEP.

As restrições voltaram a tona mas encontrou-se uma solução: contratar como contrapartida empresas de consultoria nacionais como a Natrom, a Tecnometal e particularmente a ECOTEC, Economia e Engenharia Industrial S.A., empresa de Dias Leite, presidente da Vale do Rio Doce e posteriormente Ministro das Minas e Energia, e da qual tinha sido diretor Paulo Lyra, então presidente do Banco Central.[13]

13. Entrevista, idem.

Vencidos os obstáculos na área federal o INDI abre os seus escritórios em 4 de janeiro de 1969 e já em abril começava a chegar o pessoal da ADL. Foi a vitória definitiva do projeto da CEMIG e o BDMG ainda que a princípio entrasse com 50% dos recursos (depois passou para 25% e a CEMIG não criou dificuldades para isso) foi gradativamente se afastando. Participava principalmente do Conselho de Administração sem muitas condições de interferência. Aliás o próprio governo que se anunciava legitimava a predominância da CEMIG.

Não pode ser deixada de lado a importância do então futuro governo Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil do Presidente Costa e Silva. Quando das dificuldades com o Banco Central ele foi procurado em Petrópolis, residência de verão do Presidente da República, pela alta direção da CEMIG e se entusiasmou a tal ponto com o projeto INDI que além de ter influenciado decididamente na remoção dos obstáculos na FINEP e no Banco Central chegou a afirmar: "taí o meu programa de governo". E acabou transformando em atitudes efetivas esta intenção inicial.

Designado oficialmente Governador do Estado implantou seu escritório dentro da CEMIG e fez de Francisco Noronha, superintendente do INDI, um dos principais assessores. Toma contato com os documentos gerados pelo INDI que elabora um plano diretor de governo.[14] E na sua viagem, pouco antes de tomar posse, à Europa (levou com ele o Noronha) já iniciou uma série de contatos com futuros investidores com o KRUPP, FIAT, etc. segundo os planos do INDI.

O Perfil Organizacional

A presença da ADL foi fundamental na definição do perfil organizacional. Procuram-se criar um modelo de organização o mais semelhante possível ao da própria CEMIG, ou em outras palavras, de uma empresa pública com larga margem de autonomia.

---

14. INDI, Tópicos fundamentais para o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, 1969.

Em vez de autarquia como se propunha inicialmente fez do INDI uma sociedade civil. Articulava-se por laços organizacionais a CEMIG que é uma S.A. aproveitando-se de suas normas empresariais de recrutamento e financiamento e de toda sua infra-estrutura. Tudo era dela: prédios, móveis, telefones, etc. Usava-se e pagava-se uma taxa. Isto era facilitado porque a contabilidade era também comum. O propósito rígido era manter o INDI isento de qualquer tipo de interferência de outros segmentos do Estado. Apesar da existência do Conselho de Administração do qual participavam além dos elementos da CEMIG, o BDMG e o Conselho de Desenvolvimento, na verdade o Superintendente do INDI tinha uma ligação direta com o governador.

Quando ameaçava-se qualquer pressão ou interferência utilizava-se o peso político da CEMIG e o irrestrito apoio do governador. Havia um receio enorme de se contaminar pelos "outros segmentos" do Estado, se entregar aos "políticos" e ao "empreguismo" e perder a sua característica empresarial. Como disse um alto funcionário do INDI na época: "éramos 100% empresarial, não tínhamos mentalidade de serviço público, falávamos inclusive, a linguagem dos empresários, aí a razão do nosso sucesso".[15]

Foi imposta uma disciplina organizacional em função dos métodos de trabalho da ADL.[16] Chega-se mesmo a implementar o "time card", uma ficha na qual cada técnico colocava uma porcentagem de tempo gasto em todas as atividades desenvolvidas no dia. A hierarquia e centralização nas decisões eram extremamente rígidas e os dois "project leaders", Abílio Santos pelo INDI e Benjamin Fogler pela ADL exerciam comando de fato. Aliás a participação da ADL era decisiva, tudo passava pelo crivo dela. Respeitava-se "uma posição

15. Entrevista, idem.

16. INDI, Relatório de Viagem, documento pesquisa CEDEPLAR/FINEP.

hierárquica superior dos americanos". Como disse um técnico: isso tinha um certo sentido porque nós íamos aprender com eles..." [17]

Aos "project leaders" (escrevo em inglês porque era essa a língua corrente do INDI. Fogler, por exemplo, passou aqui quatro anos e não aprendeu português. Mas não era só no coloquial o predomínio do inglês, também grande parte dos relatórios era assim escrito) se uniam os coordenadores dos 6 setores em cima dos quais o INDI se organizava, além do estratégico setor de promoção industrial: agricultura, química, mecânica-elétrica, têxtil, material de construção, metalurgia. Para cada coordenador brasileiro havia dois da ADL.[18]

O primeiro documento mais significativo do INDI foi o "Interim Report", [19] concluído ainda no governo Israel Pinheiro, e onde já se encontra as linhas básicas de seu projeto e já adiantava a necessidade de criação da CDI, melhor utilização da política de incentivos fiscais e uma política agressiva de promoção industrial. Definia-se as quatro fases do projeto:

1º — diagnósticos setoriais e quadro básico da economia mineira;

2º — identificação de oportunidades potenciais de investimento no setor industrial;

3º — estudos de pré-viabilidade para projetos específicos selecionados;

4º — promoção industrial.

Na 1ª fase foi dada uma grande ênfase a constituição de um Banco de Dados onde se encontravam as informações necessárias para os prováveis investidores. Elabora-se também um manual de custos pelo staff da ADL que serviu de referência para os estudos de pré-viabilidade e seguia de perto os padrões internacionais do tipo Banco Mundial.

---

17. Entrevista, idem.

18. Plano de Ação para o aceleramento do desenvolvimento industrial do Estado de Minas Gerais, INDI-ADL, agosto 1968.

19. INTERIM REPORT, INDI-ADL, January 70.

Os estudos de viabilidade eram de certo modo ingênuos pois pretendiam ensinar o capitalista a melhor maneira de investir. A sua importância maior foi que eles propiciaram aos técnicos falarem a linguagem dos empresários.[20] O INDI acabou descobrindo que é muito mais fácil facilitar ao investidor potencial acesso as informações do que dar a ele um estudo de pré-viabilidade. Assumiu assim relevância fundamental o "setor de promoção", cuja base era o estratégico conceito de "clima de investimentos", isto é, as facilidades políticas, sociais, fiscais, de financiamento e infra-estrutura, que possibilitariam aos empresários grandes retornos para os seus investimentos em fascinantes oportunidades industriais.

A Estratégia

O INDI acabou por encontrar o objetivo fundamental de sua estratégia: servir de ponte entre o Estado e o capital, particularmente o capital estrangeiro. E a eficiência e agilidade eram enormes: ia-se ao encontro dos empresários, oferecia-se estudos e facilidades e caso abrissem possibilidades o INDI assumia os seus interesses e os defendia com a maior agressividade dentro do próprio aparelho de Estado. O que se queria era minimizar os riscos dos capitalistas. Observando as negociações do INDI com futuros investidores[21] encontramos sempre:

a) mobilização de outras instituições estatais como a CDI, Secretaria da Fazenda, BDMG ou prefeituras visando atender os interesses do Investidor. Isto era comum em todos os projetos.

---

20. Entrevista, idem.

21. William Ricardo de Sá e Adilson Aguiar de Brito, pesquisadores no projeto CEDEPLAR/FINEP, desenvolveram conosco quatro estudos de caso de negociação do INDI: FIAT, KRUPP, DEMAG, GM-TEREX.

b) negociar com estas instituições procurando vantagens e vencendo resistências aos propósitos do investidor. Se surgia algum problema na CDI, por exemplo, a recusa em pagar a taxa de administração, o INDI intervinha e a empresa saía ganhando. Isto aconteceu no caso da KRUPP. E quando não tinha cacife para bancar mobilizava o governador, e este comprava a briga.

c) negociar com a Administração Federal particularmente com o CDI-MIC onde as empresas buscam incentivos fiscais e na CACEX quando se interessava por facilidades para exportação. Em diversas ocasiões ocorreram problemas. No caso da DEMAG o CDI estava demorando muito a atender as solicitações da empresa e foi necessário a intervenção do Almirante Faria Lima junto ao Presidente Geisel para que as coisas se acelerassem.
No caso da KRUPP houve grandes pressões do Lobby paulista ligado a indústria de bens de capital nacional e a CDI esteve prestes a não conceder incentivos exigindo a reformulação do projeto (para não falar dos problemas não resolvidos junto à FINAME). Não fosse a intervenção, promovida pelo INDI as dificuldades talvez tivessem sido maiores e insuperáveis.
Para facilitar estes contatos a nível federal o INDI mantém um escritório no Rio de Janeiro chefiado por um general da reserva, ex-colega do presidente Figueiredo, e de grande trânsito na burocracia estatal;

d) acompanhar todos os passos da empresa no Brasil desde a chegada de seus representantes no Brasil (quando se tratar de investidor estrangeiro, evidentemente) até a implementação do projeto procurando sempre encontrar soluções adequadas a ele. Acompanhando no INDI as pastas com a correspondência das empresas verifica-se que a qualquer problema ele é chamado a intervir.

Conclusões

Seria difícil encontrar um exemplo mais cristalino de privatização de um segmento do Estado. A organização é autônoma e não sofre controle de nenhum outro setor estatal e nem da sociedade civil que a faça se subordinar aos interesses públicos. Comporta-se empresarialmente adquirindo agilidade e eficiência na promoção de articulação entre o Estado e o capital, representando os interesses privados, ou em outras palavras, fazendo deles os seus próprios interesses.

Privatiza-se o Estado, gerando uma grande identificação de interesses a tal nível que, como um Estado Tutelar,[22] se encarrega de pensar pelos empresários os seus interesses.

Evidentemente como já afirmamos antes o INDI é uma das peças da engrenagem estatal mobilizada dentro da estratégia predominante de "crescer a qualquer custo". Por demais que se destaque por suas particularidades, não aparecem divergências substantivas de concepção, quanto ao estilo de crescimento da economia e do papel do Estado, com a Secretaria da Fazenda, BDMG e a CDI. Juntos somam recursos de poder e diatm as normas fundamentais de política econômica a nível estadual.

Até que existia alguma divergência com os técnicos ligados ao Sistema Estadual de Planejamento, particularmente aqueles em torno do GPC, iluminados pelo convênio BDMG/ILPES de 1969 e formuladores do 1º Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Entretanto estas divergências não se transformaram em conflitos políticos significativos pois o GPC não tinha recursos políticos para tal. Basta verificar que o 1º PMDES não passa do discurso, implementando-se de fato o que era interesse do INDI, com órgão chave na articulação dos interesses do Estado e capital, da CDI, encarregada da infra-estrutura necessária aos projetos industriais; da Secretaria da Fazenda da qual dependia a concessão de incentivos

22. MARTINS, Luciano. A expansão recente do Estado no Brasil, Documento de trabalho, FINEP, 1977.

a nível estadual e do BDMG agente financiador por repasses diretos ou indiretos (via CDI).

Aliás, os técnicos do INDI procuram mesmo enfatizar algumas diferenças. Não foram poucas as vezes que eles mostravam as diferenças entre os "pragmáticos" do INDI e os macroeconomistas, preocupados em fazer grandes planos sem saber lidar com projetos específicos e viver o dia-a-dia dos empresários. Às vezes as diferenças eram maximizadas por preconceitos em relação aos economistas tipo GPC/ILPES. Um ex-dirigente do INDI chegou a afirmar que o trabalho lá não era de economia, mas de engenharia industrial[23]

Havia, na verdade, uma predominância de engenheiros. Entre 36 currículos arrolados no projeto INDI-ADL,[24] isto pode ser observado. Entre os americanos 12 eram engenheiros, 4 economistas ou administradores e dois especialistas em comunicação. Os brasileiros entravam, também, com o mesmo número de engenheiros e três economistas (o resto era administradores e encarregados do setor de comunicação). Entre os engenheiros, muitos deles fizeram o curso de Engenharia Econômica, onde, pelo que se constatou, a análise econômica não ultrapassava os limites dos modelos de custo e benefício.

Aliás, é interessante frisar, ainda a nível das diferenças ideológicas, as particularidades do INDI. Há uma tradição herdada da CEMIG no sentido do comportamento empresarial, de visão energética e, principalmente, uma visão instrumental do Estado. A presença predominante da ADL reforça esta tendência, potencializando a necessidade de se dedicar a projetos específicos, e fazendo do manual de custos a referência teórica básica. Outras agências estatais como o BNDE ou a PETROBRÁS desenvolveram uma identidade ideológica própria baseada em interesses gerais do Estado ou da própria instituição. Estes interesses eram confrontados com o do capital e muitas vezes apresentavam contradições marcantes. No caso

23. Entrevista, idem.
24. INDI, Plano de Ação, op. cit.

do INDI, não se desenvolve nenhuma ideologia própria, nenhum conjunto de interesses que o identifique, a não ser os próprios interesses do capital.

O "pragmatismo" tão alardeado é a expressão da falta de uma ideologia própria, é o espaço vazio preenchido pela ideologia e interesses do capital.

Não poderíamos deixar de mencionar que o contexto autoritário da época reforça, e muito, experiências como a do INDI. Não há controles efetivos da sociedade sobre o Estado e seu modo de expansão e articulação com a sociedade.

Mas o autoritarismo não explica tudo, há uma "motivação própria", de dentro do próprio Estado, no caso via CEMIG, em direção a este tipo de experiência.

Um dos reflexos do autoritarismo foi nivelar, por baixo toda a tecnologia, apesar das diferenças entre iluministas, nacionalistas, partidários de um estado-instrumento, etc. Pois criou-se uma identidade (ou ela ficou mais clara?): todos padecem de um enorme fascínio pelo Estado e de um descrédito pelas possibilidades autônomas da sociedade civil.

INFORMATIONS CONSTITUTIONNELLES ET PARLEMENTAIRES

Publicada pela União Interparlamentar em inglês e em francês, quatro vezes por ano

★

Assinatura anual: 4 Fr. Suíços

★

Pagar a: Secrétariat de l'Association des Secrétaires Généraux des Parlements Assemblée Nationale, Palais-Bourbon 75355 Paris, França

PENSAMENTO IBEROAMERICANO

Revista semestral patrocinada pelo Instituto de Cooperação Iberoamericana e Comissão Econômica para a América Latina

Diretor: ANIBAL PINTO

Assinatura anual para a América ..... US$ 40.00

Avda. de Los Reyes Catolicos nº 4, Madrid — 3

ESPANHA

CIVITAS

Diretor: PAOLO EMILIO TAVIANI

Assinatura anual: 25.000 Liras Italianas

VIA TIRSO 92 — 00198 — ROMA — ITÁLIA

DOCUMENTACIÓN SOCIOPOLÍTICA IBEROAMERICANA

Instituto de Cooperación Iberoamericana

Diretor: FELIX VILLAMERIEL

Assinatura anual: US$ 12.00

Avenida de los Reyes Católicos, 4 — Ciudad Universitária

MADRID - 3 — ESPANHA

Economia e Planejamento em Minas Gerais

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ

Introdução

O presente texto serviu de referencial ao painel sobre economia mineira, realizado por ocasião do encontro sobre Minas Gerais, patrocinado pela UFMG, em Diamantina, no período de 15 a 18 de setembro de 1982.* Trata-se de notas preliminares acerca dos antecedentes históricos da economia mineira e da evolução recente. O objetivo central é levantar questões para discussão acerca das mudanças estruturais e seus condicionantes para a evolução econômica mineira nos próximos anos, na expectativa de que esta seja redirecionada no sentido de maior alcance social. Neste sentido colocam-se também alguns pontos acerca do descaminho do gasto público, das empresas públicas e das instituições de fomento e, por fim, da nova experiência de planejamento levada a efeito no Governo Francelino Pereira.

Por fim gostaria de registrar que o tom às vezes incisivo ou até provocativo tem o único intuito de tornar o debate mais vivo e mais profícuo, sem nenhum propósito de efetuar críticas pessoais.

1. *Antecedentes*

Mantendo-nos apenas neste século e, em especial a partir de 1930, verificamos a tomada de consciência por parte da

* Agradeço as críticas e sugestões de Fabrício Augusto de Oliveira e Jacques Schwartzman, embora o texto seja de minha inteira responsabilidade.

elite governamental de Minas Gerais, a respeito do atraso econômico do Estado. Iniciou-se então grande esforço governamental visando buscar as alternativas que possibilitassem a sua superação. No entanto, à medida que o tempo passava aprofundava-se o atraso relativo e ficavam claros seus determinantes históricos, cujas raízes, especialmente em relação a São Paulo, remontam ao fim do século passado e início do atual. Mais precisamente, é quando se dá a expansão da agricultura paulista e floresce a indústria carioca e paulista que se atrofia a agricultura mineira e o primeiro esforço de industrialização montanhês se esteriliza.[1]

Vários elementos explicam a incapacidade da economia mineira acompanhar o ritmo dos estados vizinhos. Em primeiro lugar, a economia cafeeira poucos resultados deixou em Minas, devido principalmente a falta de um centro comercial exportador que articulasse as atividades econômicas no Estado, vazando seus excedentes e induzindo a expansão de atividades industriais, comerciais e financeira no Rio de Janeiro; a lenta transição para o trabalho assalariado, o que dificultava a formação de um mercado de trabalho e de consumo; a dispersão espacial das atividades econômicas e da população, resultado e imposição da precariedade do sistema de comunicações e herança histórica da mineração do ouro, da pecuária extensiva e das características do povoamento mineiro. Em segundo lugar, as condições objetivas do Rio de Janeiro e São Paulo favoreciam

1. Para uma análise de expansão cafeeira e agrícola em São Paulo e sua articulação com a montagem do parque industrial do país, veja especialmente: SILVA, Sérgio. O Café e as Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Alfa Omega, 1976. MELLO, João Manoel Cardoso. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982. CANO, Wilson. As Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Difel, 1976. DEAN, Warren. A Industrialização de São Paulo (1880-1945), São Paulo, Difel. Para uma análise da política econômica mineira, das articulações Café Indústria e do atraso econômico mineiro veja especialmente: BDMG, Diagnóstico da Economia Mineira, vol. I, 1968. LIMA, João Heraldo. Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920, Vozes, 1981. FILHO, Amilcar Vianna Martins. A Economia Política do Café com Leite, 1900-1930, UFMG/PROED, 1981.

o florescimento industrial naqueles estados, gerando uma divisão inter-regional do trabalho que impedia e dificultava o crescimento da produção industrial mineira. Em terceiro lugar, face a seus recursos naturais, a vocação mineira era para mineração e metalurgia, o que trazia à tona dificuldades técnicas e de transportes, além de grandes requisitos de capitais, perversos para um sistema industrial incipiente. Em quarto lugar, a deficiência do sistema de comunicações, reforçado pela dimensão espacial do Estado e pelos obstáculos naturais de sua geografia, impedia a unificação do mercado. Dessa forma, a um mercado disperso correspondiam atividades econômicas dispersas. A falta de um centro polarizador e de uma atividade econômica dominante dificultava a geração e apropriação de excedentes de forma concentrada, requisitos vitais para o investimento industrial.[2]

Estes fatos impacientavam a emergente tecnocracia mineira, que se sentia impotente diante daquela situação. Vários fatos demonstram seu esforço na busca de uma saída: a defesa dos recursos minerais, especialmente a posição do

2. Na década de 1960 houve várias tentativas buscando explicar o atraso mineiro. O Diagnóstico da Economia Mineira levanta, entre outros argumentos, a incapacidade empresarial dos mineiros e sua vocação financista ou a falta de empresários inovadores (schumpeterianos). Creio que a questão é bem mais complexa e relaciona-se, no fundamental com as condições econômicas e sua potencialidade, comparativamente a outras regiões do país. A noção de empresário inovador Schupeteriano refere-se dinâmica econômica cíclica, determinada pela onda de inovações registrada no centro do sistema capitalista. No capitalismo tardio seria incorreto pensar assim, dada a absoluta dependência tecnológica. Quando muito poder-se-ia verificar os efeitos da generalização das inovações através das ondas primárias e secundárias, na terminologia de Schumpeter. Em meu livro, especialmente no capítulo 4, procurei apontar algumas indicações para o entendimento do problema, que de certo modo apontam o equívoco de tais teses. Veja: BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira, 1968, vol. I. SHUMPETER, Joseph. Teoria do Desenvolvimento Econômico, Fondo de Cultura Econômica, especialmente os capítulos 2 e 6. DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981, especialmente o capítulo 4 da primeira parte.

Governo Arthur Bernardes diante do projeto de exportação de minério de ferro através da Itabira Iron; a luta pela implantação da grande siderurgia na década de 1930; a criação da Cidade Industrial de Contagem e o respectivo sistema energético em 1940; o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, em 1947; o Plano de Eletrificação em 1949; o Binômio Energia e Transporte do início da década de 1950, a criação de várias empresas de economia mista na década de 1950, com vistas a fomentar setores considerados estratégicos, como CEMIG, CAMIG, CASEMG, etc.

No entanto, e apesar de tudo, os resultados econômicos e a resposta do setor privado eram modestos. Os dados das Contas Nacionais, que começaram a ser apurados, indicaram que a participação de Minas Gerais na Renda Nacional caíra de 11,5% em 1949 para 9,7% em 1960. A participação de São Paulo na produção industrial mantinha seu crescimento, subindo de 41% em 1939 para 49% em 1949 e 56% em 1959 enquanto Minas Gerais via sua modesta participação reduzida de 7,5% para 6,6% e 5,8%, respectivamente, nos mesmos anos. Além da grande expansão industrial de São Paulo, as fronteiras agrícolas de Goiás e do Paraná provocavam um certo fascínio e atraíam levas de mineiros à busca de melhores dias.

Diante deste quadro e dos esforços efetuados pelos mineiros na busca de uma saída, o país submerge na crise política e econômica do início da década de 1960, sepultando esperança e generalizando o pessimismo.

Esta, no entanto, não permitiu que novos esforços fossem feitos na busca do caminho desenvolvimentista. Sem entrar nos detalhes da análise da atuação global do aparelho de Estado e de seus vários órgãos [3] e na indefinição política das ações do Estado durante a crise política pré-64, a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e sua evolução

3. Uma análise detalhada da evolução institucional do setor público mineiro encontra-se em SEPLAN. Comportamento da Economia Mineira. Setor Público, Documento nº 6, volumes 1 e 2.

posterior foi o fato mais representativo. Possibilitou por um lado agremiar competente e pretensiosa equipe técnica e por outro lado evocar as funções de órgão de estudos da economia mineira, ocupando espaços vazios. Registre-se o poder político daquele Banco, resultante da delegação feita pelos próprios Governadores, coerentemente com o prestígio e o poder político de seus Presidentes: Paulo Camilo de Oliveira Pena, na gestão de Magalhães Pinto e Hindemburgo Pereira Diniz, na gestão de Israel Pinheiro.

Do ponto de vista das preocupações regionais, em fevereiro de 1965 o BDMG, antecipando-se às ações do BNDE, SUDENE e BNB, patrocinou a realização do I Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional. Naquele Congresso do BDMG apresentou o documento intitulado "Ensaios de Desenvolvimento Regional", onde se buscavam explicações teóricas e políticas para o atraso econômico mineiro.[4] O grande sucesso daquele Congresso tornou o BDMG e sua equipe conhecidos e respeitados. Posteriormente, e dentro da mesma linha de preocupações, elaborou-se o Diagnóstico da Economia Mineira, que de certa forma sistematizou as interpretações acerca do atraso econômico de Minas Gerais. Sustentou e generalizou a concepção de empobrecimento relativo de Minas e de sua exploração por outras Unidades da Federação. Este fato seria peça chave na articulação da política econômica estadual, especialmente reforçando a capacidade de negociação e reivindicação do Governo e das empresas mineiras junto ao Governo Federal. Por outro lado permitiu a arregimentação e capacitação de ampla equipe técnica, tornando o BDMG o novo órgão reaglutinador da tecnocracia e contribuindo para sua ascensão em detrimento da classe política, coerentemente com o mesmo fenômeno que se desenhava a nível nacional.

4. A liderança na preparação daquele Congresso coube a Fernando Reis, que além de Chefe do Departamento de Estudos e Planejamento DCP) do BDMG era também Professor de Economia Regional na FACE/UFMG. Foi ele também o principal responsável pela elaboração do referido documento. Veja BDMG. Anais do I Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, Araxá, fev. de 1955.

O passo seguinte foi a criação de uma série de instituições e celebrações de convênios em outras áreas, com vistas a promover renovação e reestruturação da máquina pública mineira. Na área específica de promoção industrial o BDMG se associou à CEMIG, criando o INDI — Instituto de Desenvolvimento Industrial. Posteriormente o antigo Departamento de Industrialização da Secretaria da Agricultura foi transformado na atual Companhia de Distritos Industriais — CDI. A seguir criou-se o Sistema de Incentivos Fiscais, através da Lei Estadual nº 5261/69, que concedia devolução do Imposto de Circulação de Mercadorias, até o limite dos investimentos totais para projetos industriais novos ou empresas já existentes que apresentassem projetos de ampliação no mínimo de 40% da capacidade.

No setor agrícola, no início da década de 1970, em decorrência dos estudos que vinham sendo feitos em torno da reformulação institucional e diante da dimensão, diversificação e contradições dos vários órgãos estaduais que atuavam no setor, o novo Secretário da Agricultura implementou o recém criado SOAPA — Sistema Operativo de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que vinculava todos os órgãos afins à Secretaria da Agricultura e, portanto, colocava a liderança nas mãos do novo Secretário.

Quanto ao sistema orçamentário e financeiro celebrou-se um convênio entre a Secretaria da Fazenda e o BDMG, visando promover uma ampla reforma fazendária, ao mesmo tempo que se iniciava a sistemática de orçamentos por programas, a princípio no Conselho Estadual de Desenvolvimento e posteriormente na própria Secretaria da Fazenda.

Na área de planejamento criou-se o Gabinete de Planejamento e Coordenação (GPC) dentro do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), firmando-se um convênio entre o BDMG e o CED e entre o BDMG e o ILPES — Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, para a montagem de um sistema estadual de planejamento.

Esta preparação institucional seria peça chave como suporte à expansão econômica. A resposta no entanto ainda tardaria

algum tempo. Em primeiro lugar, as condições objetivas ainda não estavam postas para uma retomada do crescimento econômico brasileiro que só se faz a partir de 1967-68, como demonstra a farta literatura existente acerca do "milagre brasileiro". Em segundo lugar, dadas as características estruturais da economia brasileira e mineira, esta última só retoma o seu crescimento após certa defasagem, especialmente já na década de 1970. Em terceiro lugar, o Governo Israel Pinheiro, eleito em aberto confronto com os interesses de Brasília, tinha dificuldades políticas de negociações junto ao Governo Federal.

Antes de passar adiante um fato merece destaque. Até a elaboração do Diagnóstico da Economia Mineira e seus principais desdobramentos, a equipe mineira parecia comungar um sentimento comum, de natureza desenvolvimentista e de discurso de cunho social. A eleição dos caminhos para o desenvolvimento trouxe, no entanto, um "racha" de orientações. Um grupo estava comprometido com o crescimento econômico a qualquer custo, especialmente com a industrialização. O outro grupo defendia um crescimento mais harmonioso, que levasse em conta os problemas sociais. Nas condições políticas da época torna-se óbvio que a primeira orientação foi a vitoriosa. O segundo grupo, em que pesem seu erro de diagnóstico político e o caráter "iluminista" de suas formulações, para a época, foi relegado a segundo plano. Os arautos do planejamento, de repente transformaram-se nos seus críticos. A "Escola da CEPAL", onde a grande maioria havia sorvido seus conhecimentos, transformara-se posteriormente em equivocada e incompetente. Neste particular a esquerda oficiosa se somava, sem o saber, ao pensamento oficial. Sobrava aos crentes do planejamento a acusação algo cínica e pejorativa de "teóricos".

2. *O "Milagre Econômico" chegou a Minas*

2.1. *A Euforia*

Talvez Minas Gerais tenha sido o Estado que tenha seguido mais de perto as orientações da Política Econômica

Federal na década de 1970. Vale a pena ressaltar alguns traços desta política e das condições em que fora realizada. Do ponto de vista político, ao contrário do Governo Israel Pinheiro, o Governo Rondon Pacheco gozava de ampla liberdade de trânsito nos corredores federais. Legitimava suas reivindicações apoiando-se nos estudos anteriores, especialmente no "Diagnóstico", que demonstravam estar a economia estadual sendo prejudicada dentro do contexto nacional. No que se refere à eficiência da máquina pública para responder às exigências federais, o aparato institucional mineiro e sua tecnocracia serviam de escola, demonstrando tratar-se de governo capaz e eficiente. Do ponto de vista econômico, a expansão acelerada que se vinha registrando na economia nacional, esgotada a capacidade ociosa e a ampliação das plantas existentes, necessitava de um novo pacote de projetos para a manutenção de crescimento econômico brasileiro. Neste sentido o Estado dispunha de: abundância de recursos naturais economicamente exploráveis; posição geográfica favorável em relação ao país; eficiente indústria básica comparativamente às suas congêneres nacionais; mão-de-obra especializada; insumos e amplo mercado para alguns segmentos da indústria de bens de produção, especialmente para os setores de mineração, metalurgia e minerais não metálicos. Este elenco de condições ajustava-se perfeitamente com as novas preocupações da Política Econômica Federal, especialmente aquela que seria explicitada no II PND, de prioridade à expansão dos insumos básicos e de bens de capital. Daí decorreria a massa de investimentos industriais efetuados pelas empresas estatais na expansão da indústria básica e até da indústria de bens de capital.

Quanto ao capital estrangeiro, as condições internacionais do início dos anos de 1970 eram amplamente favoráveis para a atração de capitais de risco e de empréstimo. O "boom" da economia mundial, o excesso de liqüidez internacional, a estratégia de expansão das "multinacionais" e a potencialidade econômica do Brasil exerciam certo fascínio sobre o capital internacional, cuja lógica e objetivo é reproduzir-se em escala

ampliada, buscando os espaços geográficos que melhor lhes convenham tanto econômica como politicamente. Neste sentido, complementar e coerentemente, o aparato institucional e a política de "entreguismo" mineiros permitiam viabilizar o afluxo de grandes somas de capitais externos para Minas.

O resultado foi uma expansão acelerada da economia de Minas. O atraso relativo converteu-se em "milagre" e parcela dos pessimistas metamorfoseou-se em ufanistas. Por outro lado, ao seguir de perto o "modelo" nacional, Minas contribuiu também de forma marcante para as mazelas dele derivadas: o aumento da desnacionalização e internacionalizção econômica; o aumento da dívida externa; inflação; concentração da renda etc.

No período de 1970-74 foram decididos investimentos industriais para o Estado da ordem de Cr$ 80 bilhões, a preços de 1975, o que correspondeu a US$ 10 bilhões. Essa decisão de investimentos no quinqüênio correspondeu a uma taxa de investimentos (investimento industrial/produto industrial) de aproximadamente 100%. Em que pesem os cuidados que se deve ter ao manejar taxas, especialmente a nível regional, de qualquer forma sua magnitude suplanta qualquer restrição metodológica que se queira fazer. Destaca-se que aproximadamente 60% destes investimentos se originaram em empresas estatais e aproximadamente 25% em empresas estrangeiras. Daí decorre uma característica marcante da expansão industrial recente do estado: Estado e Capital Estrangeiro.

Do ponto de vista da dinâmica essa massa de investimentos decidida na primeira metade dos '70 ao materializar-se em etapas posteriores postergou a crise econômica. De fato enquanto o mundo capitalista marchava a passos largos para uma crise de larga profundidade, a economia nacional começava a desacelerar-se em 1975 e a mineira só o faz em 1978. Por outro lado, essa massa de investimentos viria aprofundar a crise em etapas posteriores em decorrência do aumento do estoque de capital e da capacidade ociosa decorrente, quando a economia nacional transitava da fase recessiva para a fase depressiva a partir de 1981.

Na agricultura, ocorreria também uma onda expansionista e renovadora. Como resultado das geadas do sul do país, Minas Gerais passou a liderar o plantio nacional do café. Foi o Estado que mais reflorestou, coerentemente com a presença siderúrgica e com a disponibilidade de terras comparativamente baratas. Acelerou-se a incorporação de ampla faixa de cerrados à agricultura moderna, especialmente nas regiões de Alto Paranaíba, estendendo-se para oeste, leste e noroeste (triângulo, centro e noroeste de Minas). À falta de instrumentos de política agrícola mais decisivos em poder do Estado, registre-se a agressividade propagandística do Sistema Operativo de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SOAPA), cujo titular, Alisson Paulineli, Secretário da Agricultura à época, seria convidado a ocupar o Ministério da Agricultura do Governo Geisel.

Arrastado pelo bom desempenho do setor industrial e do setor agrícola os efeitos vazariam para os demais setores, especialmente para a construção civil e para as atividades urbanas em geral. O efeito conjunto resultaria em uma expansão do nível de emprego e conseqüentemente no aumento do nível da demanda corrente, realimentado o dinamismo.

Esta situação colocou a elite governamental mineira em clima de plena euforia e ufanismo. Minas se apresentava como o novo eldorado brasileiro. Sua tecnocracia se exacerbava.

2.2. *As Mudanças que Não Foram Notadas*

A partir de 1975 no entanto, a situação começara a mudar. Esta não foi no entanto entendida pelos ufanistas. Vários elementos se antepunham. Em primeiro lugar Minas já havia conseguido muito junto ao Governo Federal e ficava difícil manter o argumento reivindicatório baseado no esvaziamento e na exploração de Minas. Ao nível do Governo Federal o peso político colocado na defesa do projeto da Açominas e seu custo começavam a criar resistência, o que se agravaria em etapas seguintes quando ficaram demonstrados os erros econômicos da localização, o custo da obra e seus

efeitos sobre o endividamento externo e interno, e a queda do ritmo de atividade econômica provocava a sobra de aço no mercado. Do ponto de vista dos interesses inter-regionais no Brasil, a indústria paulista, e em especial a indústria de bens de capital, pressionava o Governo Federal contra as multinacionais implantadas em Minas, especialmente quando a crise começava a se descortinar e a luta pelos mercados tornou-se mais acirrada. O problema tornou-se mais grave pela falta de seletividade governamental na concessão de incentivos para a implantação da indústria de bens de capital no Brasil, levando à existência de grande número de fabricantes para o mesmo produto e conseqüentemente, pelas limitações do mercado, à diversificação produtiva das empresas, impedindo a especialização, os ganhos de escala etc.[5] Destaca-se deste episódio a luta pelo credenciamento de empresas de bens de capital localizadas em Minas junto à FINAME. Em 1977 o CDE através da Resolução 7/77, baseado na regionalização da produção e do consumo de cimento, impediu a localização de novas fábricas em Minas. Em segundo lugar, as condições internacionais já não eram tão favoráveis e complicavam-se com os choques do petróleo, com a crise internacional, especialmente a inflação e a queda da atividade econômica dos países centrais. Isto dificultava a captação de capitais de risco, aumentava o custo dos capitais de empréstimo e impedia o atingimento das metas de exportação. De forma conjugada, a inflação e o endividamento externo e interno do Governo dificultavam a manutenção do ritmo de investimento público, levando ao retardamento

5. TIRONI e THORSTENSEN mostram que enquanto países como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra, França, etc., possuem 1 a 3 fabricantes para cada um dos principais bens de Capital, o Brasil possui 4 a 7. Veja: TIRONI, Luiz Fernando. Política Econômica e Desenvolvimento Tecnológico — Diversificação ou Especialização no setor de Bens de Capital sob Encomenda, Tese de mestrado apresentada ao IFCH-UNICAMP, 1978, p. 64. THORSTENSEN, Vera Helena. O setor de Bens de Capital, o Estado Produtor e o Estado Planejador: Conflito ou Cooperação. Tese de doutoramento apresentada à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1980, p. 53.

dos cronogramas e à suspensão de novas decisões de investimento. Este aspecto viria a se agravar nos anos '80 quando a política econômica elege o caminho da recessão e todos os desdobramentos e conseqüências daí decorrentes. O setor privado nacional sentia desestímulo para novas decisões de investimento e a política financeira, ao elevar a taxa de juros, em situação de crise, levava à transferência de excedentes para aplicações especulativas. Em terceiro e último lugar, aceitando-se a concepção de que o crescimento industrial se faz por pacotes, não se poderia esperar que a decisão de investimentos mantivesse seu ritmo. Tornava-se necessário aguardar a implantação e maturação daquele pacote de projetos anteriormente decididos.[6]

Enquanto no período 1970-74 os projetos industriais decididos somaram investimentos aproximados de Cr$ 80 bilhões a preços de 1975, com média anual de Cr$ 16 bilhões, no período 1975-77, os investimentos decididos não alcançaram Cr$ 6 bilhões, a preços também de 1975, caindo a média anual para menos de Cr$ 2 bilhões. A partir de 1978 resta ser feito um levantamento minucioso dos novos projetos industriais. No entanto, tudo indica que não existe novos projetos representativos já que a crise econômica e a capacidade ociosa existentes, conjugados com o atual nível das taxas de juros desestimulam novos investimentos produtivos. Acrescente-se que os setores públicos Estadual e Federal não lançaram nenhum projeto novo no período, e o capital estrangeiro de risco retraiu com a crise externa e interna.

O único atenuante foi o bom desempenho da agricultura, especialmente a expansão da produção cafeeira a partir de 1979, contribuindo para minorar em parte a crise econômica, especialmente em função de seu coeficiente ocupacional, em

6. A defasagem temporal entre as decisões de investir e a materialização dos investimentos provoca um desajuste no estoque de capital, desestimulando novos investimentos e provocando um comportamento cíclico na economia. Veja especialmente Michal Kalecki. Teoría de la Dinámica Económica. Fondo de Cultura, México, especialmente capítulos 9 e 11.

que pese sua pequena participação na renda estadual. Para o ano de 1982 a situação se tornará mais grave pois também a agricultura deverá ter comportamento negativo, em função do fraco desempenho da cafeicultura.[7]

3. *O Desempenho Quantitativo da Economia Mineira nos Últimos Anos*

A nosso ver o desempenho quantitativo da economia mineira na década de 1970 deve ser dividido em 2 períodos.[8] Até 1977, com taxa de crescimento média excepcional, e a partir de 1978 quando ocorre a queda do ritmo de crescimento, chegando a taxas negativas em 1981 e 1982. Comparativamente ao Brasil, a economia mineira consegue reverter a tendência histórica de perda de posição relativa e experimenta uma expansão superior à nacional. Em que pesem os riscos de comparação do crescimento do PIB no Brasil e de Minas Gerais, por tratar-se de metodologistas de apuração diferentes, observa-se que entre 1972 e 1977 a taxa de crescimento econômico mineiro superou por larga margem a média nacional. Embora a desaceleração econômica do país tenha se manifestado a partir de 1975, com um reaquecimento e posterior queda em 1976, a economia mineira manteve firme sua expansão até 1976, com excepcional taxa média de 15% ao ano, no quinqüênio 1972-76. Em 1977 houve o início da desaceleração, porém mantendo-se ainda na elevada taxa de 9,4%. A partir de 1978, no entanto,

---

7. Após a elaboração deste trabalho foram divulgadas as cifras da produção cafeeira do Estado de Minas Gerais, que caíram de 1.366.513 t em 1981 para 574.023 t em 1982. Veja SEI. Indicadores de conjuntura, dezembro de 1982, p. 560.

8. Existe farta literatura analisando o desemprego econômico mineiro na década de 1970. Entre outros cita-se SEPLAN. Comportamento da Economia Mineira, 1978, 18 volumes. SEPLAN-SEI. Indicadores de Conjuntura e estudos especiais, publicação bimensal. Revista da Fundação João Pinheiro. Vários artigos. CEMIG. Estudos anuais de acompanhamento da economia mineira, desde 1976. REIS, Fernando Antônio Roquette. Estudo sobre a Economia Mineira, mimeografado.

o movimento se inverte. Minas passa a crescer mais lentamente que o Brasil, conforme pode ser observado pela Tabela 1.

TABELA 1

Brasil e Minas Gerais: Taxas de Crecimento do PIB, 1968-81

ANOS	BRASIL	MINAS GERAIS
1968	11,2	8,6
1969	10,0	5,4
1970	8,8	6,0
1971	12,0	5,3
1972	11,1	14,8
1973	14,0	13,4
1974	9,5	17,5
1975	5,6	13,2
1976	9,7	16,1
1977	5,4	9,4
1978	4,8	4,6
1979	6,8	5,8
1980	7,9	5,0
1981	— 3,0	— 1,1

FONTE: MG — SEI. PIB em Minas Gerais 1970-80. Indicadores de Conjuntura, junho 1982.
Brasil — FGV. Conjuntura Econômica, dezembro 1981. 1981 - estimativa.

Em seus aspectos globais o crescimento econômico mineiro sustentou-se fundamentalmente na expansão industrial, nas atividades de construção, na mineração e, por seus efeitos derivados nas atividades urbanas em geral. Excepcional desempenho também teve a produção agropecuária, especialmente nos últimos anos.[9] A Tabela 2 indica os índices do produto

9. Neste aspecto estou de acordo com a análise desenvolvida por Fernando Reis, que sintetizou o «boom» dos '70' em seis pontos: Vigorosa revitalização da agricultura; intensa atividade de construção; excepcional desempenho dos setores manufatureiros já instalados; crescimento acelerado da arrecadação tributária permitindo financiar os gastos e investimentos públicos; ação dinâmica e agressiva das instituições modernas de fomento e a apregoada onda de novos investimentos. Ver: Fernando Antônio Roquette Reis. Trabalho sobre a Economia Mineira, mimeografado, 125 p., p. 15.

TABELA 2

Taxa de Crescimento Média Acumulativa Anual do Projeto Interno Bruto a Preços Constantes de Mercado em Minas Gerais, por Classe de Atividade Econômica (percentagem a.a.)

GRANDE DIVISÃO	PERÍODO							
	1970/72	1972/74	1974/76	1976/78	1978/80	1970/75	1975/80	1970/80
1 — Agropecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	4,4	10,9	4,4	— 5,7	12,1	3,7	6,4	5,0
2 — Extrativa Mineral	8,8	31,8	15,0	— 2,3	14,7	19,9	6,5	13,0
3 — Indústria de Transformação	14,4	11,8	15,1	10,0	7,0	14,2	9,0	11,6
4 — Eletricidade, Gás e Água	18,5	13,8	12,5	22,8	8,8	14,5	15,7	15,1
5 — Construção	— 2,4	37,0	29,9	20,9	8,4	20,7	7,6	13,9
6 — Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,2	25,9	14,1	1,1	3,3	20,1	4,3	11,9
7 — Transportes, Armazenamento e Comunicações	6,7	14,4	21,0	9,1	4,7	11,4	10,7	11,0
8 — Estabelecimentos Financeiros, Seguros, Bens Imóveis e Serviços Prestados às Empresas	7,8	10,8	14,7	5,0	1,6	10,3	6,0	8,1
9 — Serv. Comunitários, Sociais e Pessoais	6,0	11,6	16,4	9,7	6,8	10,6	9,5	10,1
TOTAL	9,9	15,4	14,6	6,9	5,3	12,7	8,1	10,4

FONTE: Tabela reproduzida de SEI. PIB em Minas Gerais 1970-80.

entre 1970 e 1980. Observa-se que a agricultura cresceu à média anual de 5% ao ano entre 1970 e 1980, com maior ênfase a partir de 1978, o que contribuiu para atenuar a tendência recessiva da economia. A indústria de transformação apresentou alta taxa de crescimento na década porém comparativamente inverso ao da agropecuária, ou seja, altas taxas até 1977 e queda a partir de 1978.

Quanto ao setor industrial a participação dos investimentos em projetos mineiros, de 25,1% do total do Brasil no período 1971-80, demonstra seu excepcional desempenho, em que pesem as distorções exercidas por projetos do porte da Açominas. Ressalte-se que em 1970 Minas Gerais participava com apenas 7% do valor da Transformação Industrial do País.

Do ponto de vista absoluto a decisão de investimentos veio crescendo até 1976 e daí caiu permanentemente. Este aspecto exerceu dois efeitos. Em primeiro lugar postergou a crise que já se apresentava, especialmente a partir de 1974, pelo efeito exercido pela materialização dos investimentos anteriormente decididos, através dos próprios projetos e de seus efeitos sobre os demais setores, especialmente da própria indústria de transformação e da construção civil. Em segundo lugar, essa massa de investimentos ao ser efetuada gerava uma expansão da capacidade instalada, que em situação de crise da economia brasileira e mineira e de retração da demanda tenderia a provocar geração de capacidade ociosa, ou atual se apresenta também em duas dimensões. Capacidade ociosa aberta, representada pela redução do nível de produção, o que ocorreu a partir de 1981 e capacidade ociosa estrutural representada pela elevação da relação Capital/Produto média em função de grande parte das novas plantas e novas indústrias instaladas não poderem seguir seus cronogramas de produção anteriormente previstos, em função da retração da demanda. Esta capacidade ociosa é encoberta pelo fato da produção

anterior não existir e não haver queda do volume físico na mesma proporção da elevação do estoque de capital.[10]

A produção de aço e de cimento tiveram uma expansão acelerada até 1977, a partir do que caem os seus ritmos de expansão. Em 1981 há queda dos níveis de produção em relação ao ano anterior. Ocorre, também, em 1981 queda no volume físico de produção de automóveis, cigarros, geração de energia elétrica, minério de ferro, área licenciada para construções indicando a depressão econômica. Os índices do volume físico da produção industrial encontram-se na tabela abaixo.

TABELA 3

Minas Gerais: Índices de Produção Física da Indústria de Transformação 1979-81

Base Janeiro/Dezembro do Ano Anterior — 100

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981
1 — Bens de Consumo não Durável	96,30	103,60	98,91
Têxtil	98,87	102,97	100,28
Produtos Alimentares	93,78	103,13	99,16
Bebidas	112,99	115,35	85,89
2 — Bens Intermediários	109,40	110,70	85,27
Minerais Não-Metálicos	107,01	109,34	91,55
Metalurgia	110,69	112,70	82,85
Papel e Papelão	120,36	90,42	90,06
Química	104,06	104,50	86,86
3 — Bens de Capital e Duráveis de Consumo	106,33	98,91	82,85
Material Elétrico e de Comunicações ..	99,88	75,36	73,53
Material de Transporte sem Automóveis	87,88	95,85	91,87
Automóveis [1]	132,91	123,85	81,32
TOTAL	101,70	107,50	90,51

FONTE: IBGE. Apud SEI. Indicadores de Conjuntura, Fevereiro 1982, p. 92.
1 — Estimativas da SEI.

10. O investimento exerce efeito dual. Ao materializar-se gera demanda e, portanto, estímulo à produção. Porém, gera também nova capacidade instalada, cujo funcionamento exige mais investimentos. Daí

Apenas para ilustrar, a produção de aço em lingotes caiu de 5.759 mil t em 1980 para 4.691 mil t em 1981 e a de cimento caiu de 8.026 t para 7.621 mil t, nos mesmos anos. Para os primeiros quatro meses do ano de 1982 houve uma pequena recuperação na produção física de alguns produtos em relação ao final de 1981. No entanto, comparando-se o quadriênio janeiro, abril de 1981 com o mesmo período de 1982, tanto a produção de aço quanto a de cimento foram menores no último ano.

Comparativamente ao Brasil a queda no volume físico da produção industrial foi de 9,8% em Minas Gerais, 9,6% para o Brasil e 13,4% para São Paulo. Observe-se a natureza da crise atual, onde os setores mais afetados são exatamente aqueles localizados nos centros industriais mais desenvolvidos. O caso de Minas é ilustrativo, conforme mostra a tabela anterior. Enquanto o grupamento 1, de bens de consumo generalizado teve uma queda inferior a 2%, os bens intermediários tiveram uma queda superior a 14% e os bens de capital e duráveis de consumo de mais de 17%. A queda deste último resultou da queda do consumo dos bens duráveis, em especial veículos automotores e queda dos bens de capital em função da redução dos investimentos. Observe-se a este respeito o caráter de endogeneização da crise na medida em que cresce o Departamento Produtor de Bens de Produção (DI) no país.

No que se refere à agricultura, sem considerar reflorestamento, a área plantada subiu de aproximadamente 3,4 para 4,4 milhões de hectares entre 1970 e 1980, sendo aproximadamente 50% da expansão relativa a café. Do ponto de vista dos índices físicos de produção, considerados os cinco produtos mais importantes (café, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar) que conjuntamente representavam 30% do Valor Bruto da

---

seu caráter central para o entendimento da dinâmica econômica. Veja: POSSAS, Mário Luiz e BALTAR, Paulo E. A. Demanda Efetiva e Dinâmica em Kalecki, Rio de Janeiro, Pesquisa e Planejamento.

Produção agrícola em 1970, o desempenho pode ser observado na Tabela abaixo.

TABELA 4

Minas Gerais: índices da Produção Física para Produtos Selecionados — 1970 = 100

PRODUTOS	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Arroz	65	91	134	123	125	156	103	104	107	135	112	121
Cana de Açúcar	94	94	119	224	204	169	182	173	180	197	221	203
Café	44	121	62	150	61	72	153	131	240	103	336	141
Feijão	92	110	152	227	159	144	153	123	114	177	210	196
Milho	77	92	108	125	126	127	148	131	141	163	157	165

FONTE: 1971-77. SEPLAN. Comportamento da Economia Mineira. Agropecuária. Documento 07 Vol. I, p. 22-41.
1978-82. SEI. Indicadores de Conjuntura, junho 1982. p. 224.

4. *As Mudanças Estruturais e suas Implicações*

As alterações estruturais da economia brasileira e mineira ao longo dos últimos anos foram da maior relevância e impõem conseqüências determinantes sobre o seu futuro próximo. Estas devem ser vistas de distintos ângulos: alterações na estrutura produtiva "stricto sensu", alterações na distribuição da renda; alterações no grau de urbanização; alterações na distribuição espacial da população e das atividades econômicas; alterações da propriedade fundiária; alterações na propriedade do capital (estrangeiro, público, privado nacional); aumento do endividamento e comprometimento do gasto público etc. Por outro lado as orientações futuras da economia brasileira e mineira estão condicionadas pelas condições estruturais presentes e exigem, como conseqüência, profundas alterações dessas estruturas se se espera a construção de uma sociedade mais justa.

Do ponto de vista da estrutura industrial mineira, houve grande queda da participação das indústrias "tradicionais" no valor da transformação industrial estimada em 52% em 1959 e 30% em 1974. Paralelamente reforçou-se a participação das indústrias de produtos intermediários, subindo de 44 para 60% do valor da transformação industrial no mesmo período. Também as indústrias produtoras de bens de capital e duráveis de consumo, embora com pequena participação, experimentaram expansão vigorosa, aumentando sua participação de 3 para 9% nos mesmos anos. Ocorre, no entanto, que neste segmento o mais representativo são as indústrias produtoras de bens de produção.[11] Esta característica indica que a indústria mineira é fundamentalmente concentrada no DI (departamento de bens de produção) considerada conjuntamente intermediários e bens de capital, em que pesem dificuldades teóricas e conceituais de classificação. Ora, esta característica, se por um lado acentua os efeitos da crise com a queda dos investimentos,[12] por outro lado coloca a atividade industrial mineira em posição relativamente favorável, caso seja viabilizada uma retomada da expansão econômica brasileira. Qualquer que seja a orientação setorial imprimida à economia brasileira nos próximos anos tornar-se-á obrigatória a expansão do DI. Isto porque, em qualquer processo de expansão econômica os insumos básicos e os bens de capital são requisitos fundamentais. Seja para a construção de um modelo concentrador como o foi o brasileiro nos últimos anos, seja para um modelo mais voltado para o mercado interno e para a generalização do consumo de massas. É óbvio que há diferenças no tipo de aço ou bens de capital que se vá produzir. Porém o setor

11. A existência da FIAT pode provocar ao observador pouco avisado a suposição de que as indústrias de bens duráveis de consumo tenham peso na indústria mineira.

12. Posteriormente à elaboração deste trabalho, a evolução conjuntural, com o aprofundamento da crise e o atrelamento da política econômica às orientações do FMI colocou a indústria de bens de capital em situação dramática, com uma brutal capacidade ociosa, tornando-se duvidosa a capacidade de prever seus limites de resistência.

industrial instalado está apto para atender as orientações da demanda, com pequeno esforço de adaptação, especialmente o setor produtor de bens de capital sob encomenda, cuja flexibilidade é uma característica da sua natureza tecnológica e de mercado.

Em relação ao tamanho das empresas, o processo de concentração e centralização do capital levado a efeito nos últimos anos, no Brasil, trouxe grandes implicações. Em especial pela destruição das atividades tradicionais, do artesanato, transformando pequenos proprietários em assalariados ou desempregados. Do ângulo da propriedade do capital houve a redução do peso e do papel do capital e do empresário privados nacionais, em detrimento do público e do estrangeiro. Ao primeiro, bom que assim o seja, desde porém que a empresa pública esteja a serviço dos interesses mais amplos da sociedade e não a serviço de grupos privilegiados ou em aliança com os interesses do capital estrangeiro. Do ponto de vista do capital estrangeiro, o processo de desnacionalização e de internacionalização setorial aumentou nosso grau de dependência com o estrangeiro em todos os aspectos além de servir de mecanismo de transferência de parte de nossa riquesa para o exterior.

Também na agricultura ocorreram alterações estruturais que merecem ser analisadas. A grande expansão da produção cafeeira transformou esta na principal atividade agrícola do Estado. Dada porém sua natureza costumeiramente ciclíca e voltada para o mercado externo, sujeita, portanto, a uma maior instabilidade de preços, provoca uma maior incerteza sobre a agricultura. Nos dizeres da SEI, ao analisar os investimentos efetuados na cafeicultura: "Esses investimentos transformaram a cafeeicultura na principal atividade agrícola estadual. É o desempenho produtivo dessa atividade, de características marcadamente cíclica, alternando safras de grandes acréscimos e decréscimos, que tende a refletir-se de forma dominante, no comportamento conjunto do setor".[13] Este com-

13. SEI. Indicadores de Conjuntura, Fevereiro de 1982. Estudos Especiais, p. 89.

portamento encontra-se, de certa forma refletido nos índices da produção física agrícola de Minas Gerais em relação ao Brasil, nas últimas três safras. Por outro lado a expansão cafeeira traz também implicações ocupacionais derivadas de seu caráter sazonal, o que variará de região para região, em função da complementaridade agrícola existente.

TABELA 5

Brasil e Minas Gerais: Variação da Produção Física da Agricultura, por Grandes Ramos.[1] Período 1978-81

BASE: ANO ANTERIOR = 100

ESPECIFICAÇÃO	SAFRAS					
	1978-79		1979-80		1980-81	
	MG	Brasil	MG	Brasil	MG	Brasil
1 — *Agricultura*	20,4	7,5	6,5	9,9	57,1	13,7
1.1 Mercado Interno [2]	— 2,2	7,8	30,5	13,8	— 2,8	— 2,1
1.2 Agroindústria [3]	— 2,8	7,5	17,6	0,7	2,4	0,7
1.3 Mercado Externo [4]	64,4	7,2	— 22,8	9,0	124,8	81,6

FONTE: SEI. Estudos Especiais. Indicadores de Conjuntura, Fev. 1982, p. 89.
1 — Ponderação fixa dada pelo Censo de 1975
2 — Abacaxi, alho, arroz, banana, batata, cebola, feijão, mandioca, milho, trigo e tomate
3 — Algodão, amendoim, cana-de-açúcar, fumo, mamona e uva
4 — Café, cacau, laranja e soja.

Outro aspecto que merece ser analisado é o da distribuição fundiária.[14] A concentração da propriedade fundiária levou à expulsão de pequenos proprietários para as cidades, transformando-os em assalariados ou marginais desempregados. Por outro lado, a natureza do progresso técnico na agricultura, com alta intensidade de capital e insumos modernos, em um país pobre, merece ser repensada.

14. Veja GONTIJO, Cláudio. A estrutura produtiva do setor agropecuário de Minas Gerais, Revista da Fundação João Pinheiro, julho/agosto 82.

Do ponto de vista da distribuição da renda, o crescimento econômico dos últimos anos beneficiou de forma fortemente diferencial os vários grupos sociais. Aumentou a concentração, de forma coerente com a estrutura produtiva moldada ao longo do tempo. Em especial, ao se construir a estrutura produtiva brasileira, exacerbada com o "milagre", os bens duráveis de consumo e o modelo exportador, impôs-se como conseqüência a necessidade de concentração da renda já que a estrutura produtiva determina em grandes linhas a estrutura da distribuição. A título de exemplo observe-se na tabela abaixo o comportamento da distribuição da renda em Minas Gerais no período 1960-76.

TABELA 6

Minas Gerais: Participação na Renda, da População Economicamente Ativa. Período 1960 - 1970 - 1976

GRUPOS DE POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)	PORCENTAGEM DA RENDA		
	1960	1970	1976
50% mais pobres	18,8	15,4	11,9
45% intermediários	51,9	51,8	46,4
5% mais ricos	29,3	32,8	41,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: SEPLAN. Comportamento da Economia Mineira. Aspectos Globais e Sínteses Setoriais. V. I. p. 110.

Do ponto de vista demográfico, ocorreu em Minas Gerais nos últimos 30 anos uma inversão da participação da população rural e urbana. Em 1950 a população rural representava 70% da população total do Estado e em 1980 esta participação caiu para 33%, ocorrendo evidentemente o inverso com a população urbana. Os dados podem ser vistos na tabela anexa.

Esta alteração estrutural, resultante do processo migratório rural-urbano, traz várias implicações. Em primeiro lugar acreditamos que este comportamento é, em maior ou menor grau, natural em qualquer processo histórico de desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, a migração rural-urbana foi acentuada pelo processo de concentração fundiária, pelas transformações na agricultura e pela busca de oportunidade de trabalho, educação, lazer, assistência médica etc., nas grandes cidades. Consigo ela traz porém implícitos sérios problemas decorrentes da concentração urbana, além do fato de que na cidade grande a pobreza é muito mais dramática que no meio rural. Por outro lado aumenta-se a responsabilidade governamental na busca de alternativas não só de trabalho, mas também de habitação, saúde, escola etc., para esta população. Uma das manifestações mais dramáticas deste fenômeno no Brasil é o surgimento do trabalhador rural denominado "bóia fria". No caso de Minas Gerais, a população aflue para algumas cidades, mas notoriamente se concentra na área urbana da grande Belo Horizonte. Contribui para ela, a concentração das atividades econômicas, devido à falta de seletividade dos investimentos públicos e das orientações da política econômica em termos de investimentos privados, especialmente industrial.[15] A título de exemplo, a Região I (Metalúrgica e Campos das Vertentes), que concentrava 68% do produto industrial mineiro em 1970, participou com 81% dos investimentos industriais no período 1970-77, o que certamente indicará aumento da concentração nos próximos anos.

Sem embargo, Minas Gerais dispõe de uma rede de novas cidades de porte médio e novas regiões industriais, que permitem, caso assim o seja decidido, a implementação de uma política de desconcentração industrial eficiente e promissora.

---

15. Registra-se a oportunidade do Programa de Cidades Médias e Cidades diques divulgadas pelo Governo Estadual. Porém registra-se igualmente que elas pouco ou nenhum efeito terão, caso não seja estabelecida uma política de investimentos de forma não concentradora espacialmente.

TABELA 7

Minas Gerais: População Urbana e Rural 1950-80

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO
1950	2.343.803	5.459.990	30,06
1960	3.886.486	5.925.886	39,61
1970	6.060.300	5.427.115	52,76
1980	8.984.948	4.404.657	67,10

FONTE: ARANHA, Ivone Soares e MOREIRA, Márica Brant Pinheiro. Aspectos da Evolução Demográfica e do Emprego em Minas Gerais 1960-80, in: SEI. Indicadores da Conjuntura, fevereiro 1982.

Do ponto de vista de endividamento público, segundo dados divulgados pelo Secretário da Fazenda de Minas Gerais[16] a dívida estadual evoluiu de Cr$ 4,9 bilhões para 9,8 bilhões, entre dezembro de 1972 e dezembro de 1981, a preços de 1972. Comparando-a à arrecadação de ICM observa-se que esta até caiu em termos relativos, de 86% do ICM em 1972 para 79% do ICM em 1981. Com relação à sua composição entre dívida interna e externa, em 1972 a dívida externa era de 20% do total e subiu para 38% do total em 1982. Tomada a taxa de câmbio de 1972 de US$ 1,00/Cr$ 6,00,[17] tem-se que a dívida total sobe de US$ 830 milhões para US$ 1.639 milhões entre 1972 e 1981, sendo de US$ 174 milhões e de US$ 633 milhões, respectivamente, a dívida externa.

16. Estado de Minas de 25-07-1982.

17. Utilizou-se a taxa de câmbio de 1972 porque os dados da dívida em cruzeiros estavam a preços daquele ano. O comportamento da taxa cambial e da inflação interna, ao longo do período, pode trazer alterações, sem contudo prejudicar nosso raciocínio. Após a elaboração deste trabalho, por ocasião dos levantamentos efetuados pela equipe de assessores do governador eleito, Tancredo Neves, foi divulgado que a dívida total do Estado de Minas Gerais seria da ordem de US$ 1.1 bilhões, sendo aproximadamente 50% de dívida externa.

Se do ponto de vista quantitativo a dívida não parece exagerada, pelo menos duas questões merecem ser analisadas. A primeira refere-se ao crescimento da dívida externa nos últimos anos. A estratégia de endividamento externo contribui para o aumento da nossa dependência, muito embora haja alguns programas cujas condições de financiamento sejam favoráveis. Em segundo lugar, caberia perguntar qual o comprometimento do gasto público mineiro ou seja, qual o custo de oportunidade de tal endividamento. Neste particular, sem entrar em detalhes na estrutura do orçamento mineiro, pelo menos dois projetos merecem ser analisados: os casos da FIAT e da AÇOMINAS. Ao eleger tais projetos, o Estado de Minas criou uma forte rigidez nos seus gastos de investimento por longo período, com elevadíssimo custo de oportunidade comparativamente a outras orientações de investimento de maior repercussão social, como será visto na próxima seção.

5. *O Descaminho das Empresas e do Gasto Público e das Instituições de Fomento*

Ao longo dos últimos anos ocorreu um crescente descaminho das empresas e do gasto público e das instituições de fomento, no Brasil. A rigor muitas dessas empresas e instituições já nasceram desvirtuadas para o que se deveria esperar da ação do Estado, na suposição de seu comprometimento com interesses mais amplos da sociedade e caixa de ressonância das pressões dos vários grupos sociais. No bojo do "milagre" econômico nacional e do ufanismo, nasce o projeto ideológico "Brasil Potência" e sua contrapartida pragmática, o II PND. À sombra de boa performance econômica e de forte autoritarismo, os dirigentes das empresas estatais e a elite tecno-burocrática pareciam constituir um projeto político próprio. Sob a ótica da acumulação o Estado parecia haver se descolado dos interesses do capital privado e buscando a ampliação e diversificação do capital estatal, contra o que surge toda uma

grita dos representantes do capital privado nacional contra a estatização.[18]

Do ponto de vista social mais amplo, o gasto público privilegiou projetos "grandiosos" (Transamazônica, Ponte Rio-Niteroi, Programa Nuclear, Ferrovia do Aço, AÇOMINAS, etc.) e as empresas públicas passaram ser geridas não em função dos interesses coletivos mas sim na busca da maximização do crescimento e dos lucros, para isto desviando-se, se necessário, de suas funções básicas. A elite dirigente gere os destinos do país descolada dos interesses da nação, parecendo constituir-se em um grupo social com interesses próprios. Esta característica se reforçava, através de uma simbiose de interesses entre a elite tecno-burocrática, as empresas estatais e seus dirigentes, as instituições de fomento e o capital estrangeiro. Tornava-se difícil visualizar, no emaranhado dessas articulações, os vários grupos de interesse, porém uma coisa se evidenciava: estes eram solidários.

A crise econômica e as pressões populares viriam demonstrar os limites deste processo. No entanto mantêm-se o descaminho. As estatais teimam e resistem ser comandadas ou controladas.[19] Assiste-se hoje no Brasil o absurdo de ver-se dentro do próprio setor público a realimentação da crise e da especulação. Empresas estatais endividando-se no país ou no exterior, recebendo aportes de recursos do tesouro e, ao mesmo tempo reaplicando os recursos no mercado financeiro (open-market, over-night, etc.), contribuindo para realimentar a crise, o endividamento público, a inflação, como uma cobra mordendo seu próprio rabo, envenenando-se a si mesma. As instituições de fomento, desvirtuadas também de suas funções, não sabem o que fazer diante da crise e as que podem embarcam na onda especulativa.

---

18. Veja a este respeito Fabrício Augusto de Oliveira. Estatização: Estado versus Sociedade, in: Revista Fundação João Pinheiro, set./out. 1981.

19. O último episódio foi o desabafo do Presidente Figueiredo, alegando que as estatais não o obedeciam e recomendando que os credores as executassem. *Folha de São Paulo*. 03-09-1982.

No caso de Minas Gerais merecem destaque o comprometimento do gasto público e a atuação das instituições de fomento industrial. Isto porque a industrialização tornou-se o carro-chefe da economia mineira na última década e preocupação principal da política econômica. Tomemos alguns exemplos.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, instituição líder no fomento industrial e na própria política econômica estadual, nasceu e cresceu sob a orientação de buscar, por um lado estudar a realidade econômica mineira de forma a explicar as razões de seu atraso e, por outro lado, estudar e apoiar financeiramente setores tradicionais, de alta importância econômica e social para Minas Gerais. No primeiro caso é testemunho o conjunto de estudos por ele elaborado, a exemplo do Diagnóstico da Economia Mineira. No segundo, o são os programas de recuperação da indústria têxtil, açúcar, laticínios, frigoríficos, entre tantos outros, chegando mesmo a implantar uma sistemática atuação por programas.

No entanto, na década de 1970 o BDMG começou paulatinamente a perder estas características, passando a assumir cada vez mais as funções de uma instituição financeira nos moldes dos bancos privados de investimento ou dos próprios bancos comerciais. Mais recentemente, talvez assustado com a crise e com o crescimento do seu custo operacional, o BDMG optou por apoiar grandes projetos estatais, como é o caso dos financiamentos a empresas como a CEMIG, AÇOMINAS, FOSFERTIL, USIMINAS, etc. Em dezembro de 1981, segundo o relatório daquele ano, o saldo das aplicações do BDMG era de Cr$ 124,5 bilhões, o que ao câmbio da época correspondia aproximadamente a US$ 1 bilhão. Embora o relatório não traga explícito, há indicações de que aproximadamente 50% destas aplicações foram feitas em grandes empresas públicas. Caberia então perguntar qual o sentido desta orientação operacional do BDMG, senão o "del credere", especialmente porque a maioria destas empresas independem ou pelo menos deveriam independer do apoio do BDMG. Por outro lado o BDMG passou a captar recursos no mercado financeiro, nacional e estrangeiro, e a aplicá-los a custo de mercado, com características seme-

lhantes à qualquer outra instituição financeira. É também o relatório de 1981 que nos indica, à página três, que das aprovações de financiamento no valor de Cr$ 46 bilhões em 1981, Cr$ 8 bilhões originaram-se de depósitos a prazo fixo (CDB) e Cr$ 6 bilhões de recursos externos, através da resolução 63. Por outro lado Cr$ 18 bilhões originaram-se da FINAME, e boa parcela destinou-se ao financiamento das empresas antes mencionadas. A página dez do mencionado relatório está dito que em 1981 foram concedidos Cr$ 18 bilhões de financiamento a 5 empresas siderúrgicas (BELGO, USIMINAS, AÇOMINAS, MENDES e ACESITA). À mesma página fala-se em financiamento ao PLAMBEL e à página 15, ao analisar as aplicações do setor de infra-estrutura e serviços, para um total de aplicações de Cr$ 9,7 bilhões, Cr$ 3 bilhões destinaram-se a energia elétrica (Supõe-se ser à CEMIG, embora não explicitado) e Cr$ 2,7 bilhões à construção pesada.

Este arrazoado de colocações nos permite concluir que diante da crise e ao aumentar seu custo operacional (leia-se tamanho de sua equipe, acrescido de manutenção do INDI, CEAG além de outros custos fixos) é à falta de orientação mais definida e mais firme por parte do Governo Estadual, o BDMG tenha seguido o caminho aparentemente mais fácil, transformando-se cada vez mais em instituição financeira e cada vez menos em instituição de fomento.

Outra instituição que merece ser analisada é o INDI. A rigor esta já nasceu desvirtuada. Cumpriu sempre, muito mais o papel de assistência ao capital estrangeiro e seu porta voz e, muito menos as funções de buscar traçar diretrizes para um desenvolvimento industrial mais equilibrado, setorial e espacialmente, e de maior apoio para o fortalecimento do capital nacional. Contribuiu de forma expressiva para o processo de desnacionalização e internacionalização da indústria mineira.

De forma semelhante a Cia. de Distrito Industriais — CDI nasceu, entre outros objetivos, para promover a desconcentração industrial e acabou por contribuir para ela, construindo vários distritos próximos a Belo Horizonte. Diga-se

de passagem que essa instituição tentou manter seu projeto inicial mas não o conseguiu, diante da pressão política de outros órgãos terminando por engajar-se na mesma filosofia. As cifras, recentemente divulgadas pela CDI, das áreas concedidas para localização industrial na RMBH (região metropolitana de Belo Horizonte) e no interior, buscando justificar sua eficácia para a desconcentração industrial, não nos convence diante do fato de que a crise atual nas suas várias dimensões, reduziu a decisão de investimentos e não há projetos novos, em volume representativos. Por outro lado, há sérias questões a serem analisadas, como é o caso de construir-se distritos industriais e estes ficarem vazios ou as novas empresas se localizarem fora deles. Por fim, de que adianta esse esforço se não há uma política de seletividade locacional por parte dos demais órgãos de fomento.

Tomemos agora o gasto público, e apenas os projetos mais representativos. A eleição dos projetos da FIAT e AÇOMINAS levou ao comprometimento futuro do gasto público mineiro, criando forte rigidez na programação da atuação pública estadual. O primeiro contou com a participação do tesouro mineiro em 46% do capital inicial além de doações, incentivos e toda sorte de facilidades, além de transformar-se posteriormente em uma "camisa de força" que obriga o tesouro mineiro a aportar novos capitais sempre que o "caixa" da empresa exige, sob pena de pôr em risco a continuidade do empreendimento. Somente como participação acionária o Estado já colocou na FIAT US$ 300 milhões. A AÇOMINAS, resultou de fortes pressões políticas do Governo Mineiro junto ao Governo Federal. Projeto grandioso, econômica e politicamente mal localizado, próximo a Belo Horizonte e em sítio acidentado, elevando o custo das obras. Busca financiamentos externos, contribuindo para aumentar a dívida externa e condicionando a obrigatoriedade de importação de parcela dos equipamentos, que poderiam ser produzidos dentro do país. O cronograma se dilata, aumenta-se o custo da obra, cujo orçamento (perdoem-me a ousadia) talvez tenha dobrado da "insignificante" cifra de 3 para 6 bilhões de dólares. Enquanto

não opera vai sendo corroído fisicamente pela ferrugem, economicamente pelo peso dos custos financeiros e politicamente pela permanente pressão, do Governo Mineiro e do Ministro da Indústria e do Comércio, junto ao Planalto Central. Do ponto de vista financeiro para o tesouro mineiro torna-se difícil quantificar, dada a imprevisibilidade do projeto. Porém, considerando-se investimentos totais de US$ 6 bilhões, capital de US$ 3 bilhões e mantida a participação do Estado em 20% do capital, seriam US$ 600 milhões o desembolso do tesouro estadual.

Ora, nestes termos somente a FIAT e a AÇOMINAS comprometeram em praticamente US$ 1,0 bilhão o orçamento estadual. Nos últimos anos, em um esforço colossal captaram-se financiamentos externos da ordem de US$ 350 milhões (Prodemata, MG-II, Saneamento, Energia, Planoroeste) e negociam-se mais talvez US$ 200 milhões em novos projetos (Reflorestamento, cidades-dique, crédito rural, transportes, etc.). Que adianta tudo isto se do ponto de vista global somente a FIAT levou parcela equivalente. O Estado deve, segundo dados anteriormente mencionados, US$ 1,6 bilhões. Do ponto de vista consolidado, grande parcela do endividamento público mineiro poderia ter sido evitado não fosse a participação nos projetos anteriores. Ou em outros termos, estes recursos poderiam haver sido destinados a programas ou setores de mais alta repercussão social.

Diante da crise atual nas suas várias dimensões o governo estadual se verá diante de uma verdadeira encruzilhada: manter ou não sua participação naqueles projetos. Como manter? Retirar-se pode provocar repercussões econômicas e sociais inaceitáveis.

Outros exemplos poderiam ser dados. A HIDROMINAS associou-se a uma empresa estrangeira para a exploração das águas mineirais do estado, tendo inclusive sido motivo de uma ação popular na justiça mineira contra tal associação.

6. *A Nova Experiência de Planejamento: Algumas Indagações*

Neste ponto interessa-nos somente a experiência levada a efeito no Governo Francelino Pereira. Isto por duas razões. A primeira porque a experiência anterior encontra-se analisada em vários textos.[20] A segunda porque à época do I e II PMDES, na nossa concepção, houve planos mas não houve planejamento, no sentido de um processo. Embora houvessem planos formais e um sistema institucional de planejamento, acreditamos que a política econômica, nos seus aspectos mais gerais, neles não se baseou ou inspirou, aliás deles se divorciou.

A partir do III PMDES, no entanto, ocorreram mudanças. Houve um fortalecimento política e institucional do órgão central de planejamento. Por outro lado a crise econômica e seus desdobramentos inviabilizaram a manutenção da mesma linha de prioridades e enfraqueceram politicamente seus mentores. Aliava-se a isto a abertura política e as pressões populares, possibilitando um novo discurso e novo enfoque. Neste sentido, parece-nos que houve um processo de planejamento pois a política econômica, pelo menos em parte, nele se baseou. Esta experiência parece-nos um esforço sério, daí merecer uma reflexão crítica acerca dos seus avanços, dos seus equívocos e limites.

Esta nova experiência de planejamento baseou-se, no fundamental, em duas concepções novas: planejamento para negociação e planejamento participativo.[21] E sobre estas duas concepções que gostaria de fazer algumas indagações e levantar alguns pontos para discussão.

---

20. Veja especialmente CINTRA, Antônio Otávio & ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. Planejamento: reflexões sobre uma experiência estadual. In: CINTRA, Antônio Otávio & HADDAD, Paulo Roberto. Org. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

21. Veja HADDAD, Paulo Roberto. Participação, justiça social e planejamento, Zahar editores, 1980.

A concepção de planejamento para negociação passou a ser a tônica dominante a partir de sua defesa intransigente pelo então Secretário do Planejamento e atual Secretário da Fazenda de Minas Gerais, Paulo Haddad. Esta concepção encontra-se desenvolvida em seu livro antes citado, além de outros textos. Ao que nos indica o autor, este fundamentou-se, em grande medida, nos trabalhos elaborados por Boisier, analisando o planejamento regional e estadual.[22] Em grandes linhas esta concepção parte do reconhecimento dos limites da política econômica estadual, reforçada pela centralização a nível do Governo Federal nos últimos anos. Nestas condições os planos e projetos estaduais deveriam ser definidos de acordo com as restrições e prioridades estabelecidas pelo Governo Federal e outros agentes, procurando descobrir brechas para a captação de recursos. Nas palavras de Haddad: "como os recursos de que dispõe uma região não são significativos, o planejamento do desenvolvimento regional não tem como propósito fundamental mobilizar os seus recursos internos mas 'maximizar a capacidade de negociação regional'; os planos regionais passam a ser instrumentos úteis para 'viabilizar e maximizar a capacidade de intervir no entorno paramétrico da região, cujos agentes principais são o Governo Federal (administração direta e indireta), as empresas públicas, as empresas privadas nacionais e multinacionais, e o próprio mercado externo". E mais adiante nos diz Haddad: "o planejamento passa, então, a ser compreendido como o desenvolvimento máximo da capacidade latente de negociação dos Estados, onde se torna dominante o estágio de 'recepção dos papéis funcionais no qual os Estados obtém informações relativas às respectivas diretrizes de seu interesse estabele-

22. BOISIER, S. Que hacer con la planificación regional antes de medianoche, Santiago ILPES, 1978, Apud, Haddad, op. cit., p. 37. ———. Et alii. A. T. M., LODER, C. A. Análisis del sistema de planejamento estadual en Brasil, Rio, CEPAL, 1972, Apud Haddad, op. cit., p. 39.

cidas pelo poder central".[23] Apesar de o autor reconhecer limites a esta concepção, a encampa no seu todo.

Ora, a noção de "entorno paramétrico" tem a nosso ver sérias implicações. Não que se desconheça as dificuldades e limitações impostas pelo Governo Federal ou por outras forças. No entanto, acreditamos que o planejamento deve ser ao mesmo tempo pragmático e utópico. Pragmático no sentido de reconhecer as condições concretas, do ponto de vista econômico, político e social, dentro das quais há que agir, pois a política econômica exige tomada de decisões, o que é feito com ou seu planejamento. Em asssim sendo, melhor que o faça de forma planejada, embora dentro de limites e restrições. Ao mesmo tempo porém, o planejamento deve ser utópico, no sentido de que se deva estabelecer um modelo ideal de sociedade para a qual se procura convergir no longo prazo. Neste sentido a noção de planejamento para negociação, concebido dentro das restrições estabelecidas pela noção de "entorno paramétrico" e de pragmatismo pode contribuir para distanciar ainda mais da trajetória ideal. Embora não se possa esperar do planejamento "stricto sensu" a função de promover mudanças sociais, que são antes de tudo de natureza política, ele tem um papel central, no mínimo sistematizando e oferecendo subsídios técnicos para a conscientização e orientação das tomadas de decisões do próprio sistema político. Ora, muitas vezes o que o planejamento deve perseguir é exatamente contrariar rigidezes e limites impostos pelo Governo Federal ou por empresas públicas ou privadas ou outros grupos de interesse, visando reorientar o sistema econômico em direção a objetivos e metas de longo prazo. Neste sentido, com a noção de planejamento para negociação corre-se o risco de que o planejamento se transforme no antiplanejamento. Ao invés de contribuir para alterar as estruturas, contribui para enrijecê-las.

---

23. HADDAD, Paulo R. op. cit., p. 37-9. Os trechos entre aspas são citados de BOISIER, op. cit., pelo autor.

Por outro lado, o planejamento estadual, se bem que deva estar preocupado com as especificidades regionais, deve antes de tudo ser solidário a nível de objetivos nacionais. Afinal de contas gaúchos, paulistas, mineiros ou nordestinos somos todos brasileiros. As desigualdades e injustiças sociais existem em todas as partes do país. O planejamento para negociação, no seu limite, pode se transformar em um mecanismo de disputa em torno dos recursos federais, com a possibilidade de que a alocação de recursos não seja a mais justa, com alto custo de oportunidade a nível nacional. Ganha quem tiver mais agressividade, melhor aparelhamento institucional ou maior cacife político. Por outro lado, pode contribuir exatamente para fortalecer o já centralizado poder federal, que poderia adotar a posição de dividir para governar, transformando os estados em virtuais contendores e enfraquecendo seu poder de pressão junto ao próprio Governo Federal. Por fim, a estratégia de planejamento para negociação pode levar ao desgaste do poder político dos estados em questões menores, ao ponto de inviabilizar que estes estados usem seu poder político para transformações mais profundas, se assim o desejar sua elite dirigente. Um exemplo, embora seja anterior à sistemática de planejamento para negociação mas que se enquadra perfeitamente na sua filosofia é o caso da AÇO-MINAS. Um projeto de discutível prioridade que consome parte do poder de fogo político do Governo Estadual. Outro exemplo seria o novo aeroporto de Belo Horizonte, também de discutível prioridade, que ao ser fundamentalmente financiado pelo Governo Federal não traz nenhum custo de oportunidade para o orçamento estadual mas o traz para o Federal.

O país exige da situação atual, nas suas várias dimensões, profundas mudanças estruturais, se se espera atender aos anseios políticos no sentido de se construir uma sociedade mais justa. Ora, isto exige exatamente que se quebre os parâmetros atuais. Como se pode resolver, por exemplo, o problema habitacional sem repensar qual deva ser a função do BNH, do FGTS e por fim as próprias características de posse do solo urbano? Como melhorar o sistema de saúde sem repensar o sistema de previdência social? Como executar

uma política regional e urbana sem uma política de investimentos e mais especificamente sem uma política industrial? Como enfrentar o problema da distribuição de renda sem alterar a estrutura produtiva e por conseqüência sem reorientar os investimentos públicos e privados?

Estas são, a título de exemplo, algumas questões que seguramente merecem ser pensadas e analisadas em profundidade. Se não se repensa seriamente os grandes problemas nacionais corre-se o risco de que o planejamento estadual manipule variáveis secundárias e de pouco alcance. Neste sentido, a proposição aqui colocada tem o objetivo de mostrar a importância de se voltar ao debate daqueles problemas, de maneira a contribuir para que os mesmos não submerjam na retórica da eficiência do planejamento para negociação.

A segunda concepção à qual queremos nos referir é a de planejamento participativo. Óbvio que se se espera a construção de uma sociedade mais justa há que se eleger canais de participação. Bom que o sistema de planejamento ensaie experiências. Aliás, é o próprio Haddad que assim o define: "O planejamento governamental deve ser um processo aberto de negociação permanente entre o Estado e as instituições da sociedade civil".[24]

Neste sentido, a proposta mineira nos parece uma iniciativa da maior importância, que deve ser aperfeiçoada e ampliada, daí a necessidade de sua permanente discussão. Assim, gostaria de levantar algumas questões para reflexão..[25]

Em primeiro lugar, como compatibilizar planejamento participativo com planejamento para negociação. O segundo supõe parâmetros dados. Como se estabeleceria então a forma,

---

24. HADDAD, Paulo R. Op. cit., p. 42.

25. Após a elaboração deste trabalho, tomamos conhecimento de uma análise mais abrangente sobre o paradigma do planejamento participativo em Minas Gerais, que certamente oferece subsídios para um debate mais profundo sobre o tema. Sua discussão aqui extrapolaria os limites destas notas, sem contudo negar uma validade e oportunidade. Veja: PRATES, Antônio Augusto P. et alii. Emergência da Estratégia do Planejamento Participativo no Estado de Minas Gerais: Um Balanço político-institucional, FJP, mimeografado, 41 p.

os limites e as condições de participação? No caso de Minas Gerais, além das restrições estabelecidas pelo chamado "entorno paramétrico" (Governo Federal e suas instituições, empresas estrangeiras etc.), dentro da concepção de planejamento para negociação, acrescenta-se a rigidez estabelecida pelos organismos (BID, BIRD, etc.), dado o volume de programas negociados ou em negociação com aquelas instituições.

Em segundo, caberia discutir qual a representatividade em termos de alocação de recursos dos programas ditos participativos. A esse respeito, corre-se o risco de que o planejamento participativo, se conduzido de forma inescrupulosa ou com determinadas intencionalidades políticas, se transforme em simples mecanismo de natureza populista, onde o governo através de parcela marginal de seu orçamento manipule a opinião pública, legitimando-se.

Em terceiro lugar impõe-se a necessidade de ampliar e aperfeiçoar os mecanismos e canais de negociação entre as instituições públicas (Governo) e os vários segmentos sociais. A participação não pode ser representada pela soma de opiniões, como foi a recomendação governamental por ocasião da elaboração do III PMDES de que os interessados enviassem suas sugestões por cartas. Muitas vezes estas são contraditórias, havendo sempre a necessidade de opção política. O Governo não pode discutir simultaneamente com toda a sociedade. Há que reconhecer o direito e a necessidade de que a sociedade eleja formas de representatividade.

Por fim, esta conjugação das duas estratégias de planejamento pode levar a uma esdrúxula legitimação. Com o Governo Federal porque ao aceitar os parâmetros não pressiona e, portanto, se comporta de forma subordinada. Com a opinião pública, através de sua suposta participação. No caso de Minas Gerais estas duas questões abrem uma terceira. Não teria sido a busca de financiamentos externos através de um grande número de programas, uma estratégia para manter a boa convivência com Brasília e ao mesmo tempo legitimar-se domesticamente? Neste caso, não teria havido um excessivo desvio da frente da política econômica para o exterior, com o conseqüente aumento da participação da dívida externa na dívida total?

REVISTA DEL DEPARTAMENTO DE DERECHO POLITICO

Diretor: PROF. OSCAR ALZAGA VILLAMIL

Assinatura anual individual .... 1.200 Pesetas

UNIVERSIDAD NACIONAL
DE
EDUCACION A DISTANCIA

MADRI — ESPANHA

BULLETIN ANALYTIQUE DE DOCUMENTATION CONTEMPORAINE

Chefe de Redação: NICOLE DE MONTENON

❁

Preço da assinatura anual ..... 115 FF

❁

27, rue Saint-Guillaume — 75341 Paris, CEDEX 07

FRANÇA

SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA

Realizado em Diamantina, de 15 a 17 de setembro de 1982

Coordenador Geral: Prof. PAULO DE TARSO ALMEIDA PAIVA

PROGRAMA

Dia 15 de Setembro

09:00 — Abertura, pelo Reitor da UFMG, Prof. José Henrique Santos

HISTÓRIA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

09:30 — *Primeira Sessão*

Demografia Histórica de Minas Gerais no Período Colonial

— Coordenadora: Maria Efigênia Lage de Resende
— Expositores: Iraci del Nero Costa e Francisco Vidal Luna
— Debatedores: Clotilde Andrade Paiva e Maria Luíza Marcílio

14:30 — *Segunda Sessão*

Ensaio sobre os Limites da Industrialização Colonial: Industrialização de Minas Gerais no Século XVIII

— Coordenador: Francisco de Assis Andrade
— Expositor: João Antônio de Paula
— Debatedor: Laura Vergueiro

As Exportações de Minas Gerais no Século XIX

— Expositor: Roberto Borges Martins
— Debatedor: Eustáquio José Reis

18:00 — *Painel*

Perspectivas da História Econômica de Minas Gerais

— Coordenador: José Murilo de Carvalho
— Participantes: Francisco Iglésias, Roberto Borges Martins e Flávio Versiani

Dia 16 de Setembro

A ECONOMIA MINEIRA NA DÉCADA DE SETENTA

09:00 — *Primeira Sessão*

a) *A Natureza e Perspectivas da Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais*

— Coordenador: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira
— Expositor: Maurício Borges Lemos
— Debatedor: Cândido Luiz de Lima Fernandes

b) *Agricultura, Estado e Desenvolvimento Regional em Minas Gerais*

— Expositora: Maria Regina Palhano
— Debatedor: Juarez Brandão Lopes

c) *Mobilidade da População em Minas Gerais*

— Expositores: Alzira Lydia Nunes Coelho - Laura Maria Irene de Michelis Mendonça e Maria Bernadette Araújo
— Debatedor: José Alberto Magno de Carvalho

14:30 — *Segunda Sessão*

Estado e Industrialização em Minas Gerais na Década de Setenta

— Coordenador: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira
— Expositor: Fausto Brito
— Debatedor: Otávio Soares Dulci

16:00 — *Painel*

A Natureza do Estado e sua Intervenção na Economia Mineira

— Coordenador: Octávio Elísio Alves de Brito
— Participantes: Antônio Augusto Prates - Fausto Brito - Luís Aureliano Gama de Andrade e Teodoro Lamounier

Dia 17 de Setembro

PANORAMA DA ATUALIDADE MINEIRA

09:00 — *Comunicações de Pesquisas e Dissertações sobre a Economia de Minas Gerais*

— Coordenador: Valdemar Servilha

15:00 — *Painel*

Minas Gerais e a Crise da Economia Brasileira

— Coordenador: Paulo de Tarso Almeida Paiva
— Participantes: Clélio Campolina Diniz - Lúcio Assunção - Roberto Macedo e João Heraldo Lima

20:00 — *Painel de Encerramento*

«Minas Não Há Mais»

— Coordenador: Francisco Iglésias
— Participantes: Antônio Cândido de Mello e Souza - Affonso Romano de Sant'Anna - Vera Alice Cardoso Silva - Fernando Brant e Otávio Soares Dulci

Notas de Livros

GUSTAVO CAPANEMA — *Pensamentos*. Edição da Coordenadoria de Cultura do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

«O grande homem, não raro, é um equívoco». Esta máxima desenganada pertence a alguém que conviveu com grandes e pequenos homens na área em que mais podem ser evidenciados os traços positivos ou negativos da personalidade: a política. Alguém que conheceu por dentro os palácios governamentais e os parlamentos; que representou o Poder e fez oposição. Que se envolveu na maré convulsa de duas revoluções, ao participar de uma e se opor a outra. Alguém de madura experiência social e humana, grande planejador e executor de reformas que modificaram o ambiente cultural do país.

Seu nome? Gustavo Capanema, secretário do Interior de Minas, ministro da Educação, deputado federal, senador, e sobretudo homem de espírito, que nunca se distanciou do gosto das letras e teve sempre um livro clássico ou moderno sobre a mesa atulhada de papéis de interesse público. A longa jornada de homem político levou-o a um cepticismo relativo, que dá especial sabor a firmeza de sua crença em valores éticos. Capanema continua fiel aos preceitos que devem orientar a reta conduta, e ao mesmo tempo revela sua descrença em mais de um ponto moral ou psicológico do indivíduo e da espécie. Não crê na gratidão, e sabe que os homens se guiam principalmente pelos seus interesses. Mas conserva intata a confiança na probidade, na sinceridade, na benevolência que amenizam o curso tumultuado de nossa passagem pelo mundo.

Um livro singular, de 170 sentenças e reflexões de Capanema, acaba de ser publicado em Minas com o título Pensamentos. É prefaciado por Abgar Renault, que ressalta a agudeza de seus conceitos sobre temas de natureza social, política, administrativa, psicológica e filosófica, «todos eles, especialmente as sentenças morais, carregados de vida, no que esta palavra contém de mais profundo».

De um homem de tamanha vivência política, afeiçoado à constante atividade intelectual pura — coisa raríssima entre nós e talvez em qualquer parte — é lícito esperar mais do que o simples enunciado de idéias estabelecidas. Capanema satisfaz este desejo, penetrando no cerne

do pensamento político e extraindo dele as verdades que costumam permanecer veladas. Em certo sentido, podemos encontrar em seu livro elementos para uma «carta de guia de políticos», de grande utilidade para o noviço. Talvez este se desconcerte ao ler que «a regra da técnica política é não ter regra», com a advertência que se segue: «Tal processo convirá num caso, não servirá noutro caso. A audácia por exemplo. Nem sempre a sorte ajuda os audaciosos». Então perceberá que o pensamento desse homem vivido e curtido nas lutas da política, é matizado, e afasta as reações absolutas. Ouçamos o mestre mineiro:

«Na carreira política, há momentos em que é preciso parar e recuar para novo salto».

«Na política, como em tudo mais, precisamos contar com uma parcela de energia e com outra de jeito».

Não fala aí o mineiro do «jeitinho», mas o mineiro da calma, da paciência, da serenidade, da pugnacidade, da filosofia e da ironia, que em outro fragmento ele aponta como qualidades próprias desse ou daquele representante das diversas regiões de Minas: o Sul, a Mata, a zona montanhosa de mineração. Fundindo características setoriais do complexo mineiro, Capanema se afirma como o homem fiel à sua província que, pela cultura, alcança o pensamento universalista. E é com a simplicidade sábia de quem se acostumou a lidar com os homens, que ele diz: «Usar tal ou qual lugar-comum é muitas vezes a melhor maneira de dizer as coisas».

Vão aqui mais alguns comprimidos da sua *sagessee* política:

«A uma revolução pode-se perdoar a injustiça, mas de modo nenhum a crueldade».

«O presidencialismo tem necessidade do grande homem; mas o grande homem pode vir a ser o maior perigo do presidencialismo».

«Não falemos a ninguém a respeito dos nossos projetos, porque as pessoas que forem contrárias, desde logo poderão atuar com os seus obstáculos, e as que ficarem a nosso favor atrapalhar-nos com a colaboração.

«Não se deve incutir no espírito dos militares que se eles tiverem recebido preparação política, natural sejam que para a política se encaminhem».

«O líder dura tanto mais, quanto menos manda».

«Pouco importa que a oposição não tenha fundamento ou seja injusta. Importante mesmo é que ela ponha o Governo em apuros».

«No governo, a boa regra é acelerar; na política, no maior número dos casos, o melhor é dar tempo ao tempo».

«Há pessoas que não têm nenhuma importância, mas têm amigos nas redações dos jornais».

Regras e observações de ordem moral, extensivas à convivência política, mas basicamente alusivas à vida de qualquer um, trazem à tona os mais íntimos julgamentos de Capanema:

«Se o nosso amigo não nos tiver dado jamais nenhum desgosto, só por isto lhe ficamos devendo a nossa gratidão».

«O maior erro seria querer demais dos nossos amigos».

«Perdoar é, além do mais, um bom negócio».

«Nas minhas ocupações de todo dia, vejo que a pressa é quase sempre inimiga da pressa».

«Não guardemos mágoa nenhuma por qualquer ato ou palavra de desconsideração. Mas fiquemos vigilantes para não dar ao ofensor oportunidade de novamente desconsiderar-nos».

«Muitas vezes, é preciso distinguir nos outros o que é pouco caso do que é simples falta de educação».

Escritas sem preocupação de publicidade, as reflexões de Capanema fazem, por sua vez, refletir, e nisso está a maior qualidade dessas páginas breves.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Professor «Honoris Causa»
da Universidade Federal de Minas Gerais

OLIVEIROS DA SILVA FERREIRA — *Os 45 Cavaleiros Húngaros. Uma Leitura dos Cadernos de Antônio Gramsci.* 2 tomos, São Paulo, 1981/1982.

Vasto painel sobre os principais tópicos da ciência política foi composto por Oliveiros da Silva Ferreira em sua dissertação à livre-docência em Política na USP *(Os 45 Cavaleiros Húngaros: Uma Leitura dos Cadernos de Antônio Gramsci,* 2 tomos, São Paulo, 1981/1982), valendo-se, para tanto, de reflexões provocadas pela leitura dos Cadernos de Antônio Gramsci. Insere-se desse modo a dissertação na rica bibliografia formada em torno do pensamento do politicólogo italiano (1891-1937). A obra de Oliveiros da Silva Ferreira apresenta, contudo, especificidade nessa bibliografia. Em primeiro lugar, ela se cinge a comentar os *Cadernos do Cárcere* e não outras obras do mesmo escritor. Em segundo lugar, as reflexões decorreram não da postura disciplinada de um discípulo, mas de uma leitura que o autor qualifica de «heterodoxa», em razão da qual o texto de Gramsci é uma base de partida e um círculo de referência no âmbito dos quais os temas nucleares da hegemonia, da sociedade civil, do partido político, do Estado, da organização, dos valores, do direito e da dominação são versados, debatidos e aprofundados.

A idéia de vincular tais temas aos *Quaderni* foi particularmente feliz porque eles são produto de reflexão amadurecida e acurada sobre as questões fundamentais da sociedade e da ciência política, escritas em função da práxis, não pelo teórico desgarrado da realidade, a devanear em sua torre de marfim, mas pelo socialista militante das agitações operárias de 1917, do experimentado, conquanto jovem, dirigente da luta em favor dos conselhos de operários na Fiat e demais empresas, do líder da cisão de Livorno, do deputado ao XXVII Parlamento italiano, do fundador do *Ordine nouvo* (1917) e do *Unità* (1924) e do secretário do partido comunista (1924), para quem conhecer não significava adaptar o pensamento ao mundo, mas criar sempre novas formas de vida e de ação. Mesmo em se tratando de um teórico, como também Gramsci não poderia deixar de sê-lo, era ele um filósofo da práxis que se havia embebido da filosofia do espírito de Benedetto Croce e para quem o marxismo não poderia ser redutível ao mero jogo das forças econômicas ou a um conceito mecanicista e fatalístico, pelo qual a superestrutura seria decorrência fatal dos fenômenos de infra-estrutura. Por trás dessas forças e no meio delas, a presença dos valores condicionantes e inspiradores da ação humana, integrantes indissoluvelmente do próprio fenômeno político, serviria para sublinhar a necessidade de unir a cultura à ação e lançar na trama dos interesses do poder a marca inspiradora dos objetivos a atingir e dos ideais a colimar, inseridos na própria realidade cotidiana. Idéia feliz também por causa da veemente dinamização do pensamento gramsciano, de sua projeção contemporânea no seio da juventude e da sociedade civil política, em especial a européia. E também porque o centro das reflexões de Gramsci é essencialmente a política, nos quadrantes da qual a dissertação de Oliveiros da Silva Ferreira se situa e se desenvolve.

O título da dissertação evoca episódio da Guerra dos Trinta Anos, segundo o qual 45 cavaleiros húngaros se tinham estabelecido na Flandres e, como a população estivesse desarmada e desmoralizada pela longa guerra, conseguiram por mais de seis meses tiranizar o país. Tal fato, segundo advertia Gramsci, poderia repetir-se, apesar do ceticismo de uma certa *innocenza politica,* desde que as populações inermes carecessem de um sistema protetor.[1] Ao referir-se a esse episódio, como título e núcleo de sua tese, qual a intenção precisa de Oliveiros da Silva Ferreira? O da inocência política? O da descrença de repetição de situação análoga? O da sucessão de u'a minoria por outra no poder? Ou o da subordinação do grande número a um punhado de homens, da maioria em relação à minoria? É precisamente esta última indagação que o autor busca focalizar. Por que o forte se dispôs a servir ao fraco? Eis, aliás, a pergunta que se repete desde o início da dissertação e que, no final, tem a seguinte resposta: porque o fraco era estrategicamente mais forte do que ele; havia compreendido que a essência do fato político sendo a dominação, essa só se mantém pela

organização. «Só os organizados» — conclui a dissertação e com ela o próprio autor — «podem dominar, e para organizar é preciso ter uma concepção do mundo que solde as experiências de vida num projeto voltado a transformar o mundo, ou conservá-lo aparentemente como tal».2

O tema introdutório e final da dissertação gira, pois, em torno de saber por que o forte decidiu servir ao fraco. Ora, que são as massas? Teriam elas sempre «traços de santidade» (Trotsky) ou teriam elas variada substância? E apenas no terreno político — e não no econômico —, entende Oliveiros da Silva Ferreira, «que se pode aspirar a compreender o fato histórico da subordinação da maioria à minoria». A orientação fundamental da ação política está na idéia da acumulação do poder. A ação hegemônica é um processo em que se julga um movimento de pensamento e vida, e o tribunal perante os quais as partes provam o fundado de suas causas é a *insurreição* da mesma maneira que, na guerra, cujo escopo é impor nossa vontade ao adversário, o embate é o tribunal que dirime as questões. A ação política não pode deixar de ter um fim, o da própria atividade humana, qual seja o de manter ou impor uma unidade de pensamento e da vida — uma concepção do mundo. Oliveiros da Silva Ferreira denomina de *ação hegemônica* a ação que se dirige a esse fim e entende por *hegemonia* a supremacia de uma conduta sobre outra.3

A noção de hegemonia como sinônimo de «força» mais «consenso» encontra-se em Gramsci, mas não lhe traduziria completamente o pensamento. Permite-se o autor fazê-lo, conceituando a hegemonia como a «direção intelectual e moral do processo, ou como a supremacia de uma forma de unidade do pensamento e da vida que se expressa em uma concepção da vida, ou em uma cisão do mundo». Detém a hegemonia do processo aquele grupo social que consegue fazer os demais grupos aceitarem o seu especial «modo de vida, de pensar, de agir», empenhando ao máximo o aparato da hegemonia e ao mínimo o aparelho governativo-coercitivo. Entende Oliveiros da Silva Ferreira que a posição dos dominantes na sociedade não «parece ser dada por sua situação de proprietários dos meios de produção, incapaz por si só de explicar a trama social». Propõe ele como padrão do fundamento da autonomia do modo de pensar e agir aquilo que chama de *posição política* e que em Gramsci se poderia chamar «modo de vida». «A posição define-se pelo fato de um indivíduo ou grupo social ser mais rico do que outro, mais ou menos homenageado do que esse e por fazer-se obedecer ou não pelos demais». Tal noção é tomada de Rousseau. A introdução dessa noção visa a «assinalar a importância que elementos outros que a propriedade dos meios de produção têm na elaboração da trama das relações sociais...». Ela «permite introduzir outra idéia fundamental à compreensão de como se dá a hegemonia, isto é, a supremacia de uma conduta sobre outra». A noção de *tendência à crescente auto-*

nomia pode, assim, ser compreendida como a probabilidade de o indivíduo ou grupo pautar sua ação por normas próprias, e não alheias. A introdução de noção de *posição política,* especialmente quando associada à de tendência a uma crescente autonomia, pode permitir a compreensão da permanência das estruturas de dominação.[5]

Ao estudar o problema da organização, detém-se o autor no exame da sociedade civil, seus diversos conceitos, e na eliminação da idéia de sociedade civil no marxismo original. Pelo conceito de *societas,* o que provém, como se sabe, do Direito Romano, os indivíduos permanecem distintos apesar de sua conexão e de sua unidade coletiva, e não cooperativa. Comportaria, hoje, esse conceito nada menos que seis modalidades, registradas na dissertação, a saber: 1) segundo Hegel (fls. 195 e 212); 2) segundo os católicos (fls. 195 e 196); 3) segundo o jusnaturalismo moderno (fls. 199/208 e 210); 4) segundo a sociologia clássica (Comte) (fls. 201); 5) segundo o marxismo clássico (fls. 203); e, finalmente, 6) segundo Gramsci (fls. 212).

Para Gramsci a sociedade civil é «empregada no sentido de hegemonia política e cultural de um *grupo social* sobre a sociedade toda inteira, como conteúdo ético do Estado». É o mesmo sentido dado por Hegel (cuja definição coincide com a de Gramsci). A sociedade civil, para Gramsci, não é, pois — comenta o autor —, pólo antiético em que a tomava o jusnaturalismo, ... de realização de autonomia organizatória da liberdade irrestrita do Estado da Natureza. É antes um dos momentos da realização da atividade do Estado, o primeiro e fundamental sendo a família.[6] Trata-se, como se verifica, de contribuição sensível ao aclaramento dessa complexa matéria, aditamento valioso à bibliografia pertinente na qual sobressai o conhecido ensaio de Norberto Bobbio sobre «Gramsci e la concezione della società civile», apresentado inicialmente no Simpósio Internacional de Estudos Gramscianos, realizado em Cagliari, a 25-27 de abril de 1967, e depois publicado nas Atas do mesmo, que se reuniram no volume intitulado *Gramsci e la Cultura Contemporanea,* Editori Reuniti, Roma, 1969.[7]

Em relação aos *Cadernos de Gramsci* caberia dizer, por sinal, que o autor não faz apenas uma «leitura heterodoxa» mas um verdadeiro «diálogo», porque, como o esclarece nas palavras iniciais da dissertação: «idéias desenvolvidas após as primeiras leituras feitas das 'Oeuvres Choisies' editadas pelas *Editions Sociales* voltam a cada instante, modificadas, porém, para o confronto, num embate sem fim visa a mostrar, por um lado, a riqueza das sugestões de análise que Gramsci nos fornece; por outro lado, os riscos inerentes à sua concepção de hegemonia». Que espécie de diálogo estaria Oliveiros da Silva Ferreira a travar? Ele o testemunha: «diálogo com as idéias dos textos que de Gramsci ele teve, e não aquelas que outros se haviam feito de Gramsci». Para os conhecedores da obra do pensador italiano, o inconveniente que esta colocação poderia trazer é que o diálogo se estabelecesse não *com o*

próprio Gramsci e suas idéias, mas com as idéias que Oliveiros da Silva Ferreira extrai dos textos de Gramsci. O diálogo correria o risco de ser um monólogo: o das idéias do autor com as idéias que ele supõe serem do próprio Gramsci. Esse risco poderia ser tanto maior à medida que o próprio Gramsci não é livre de contradições intrínsecas. Dir-se-ia mesmo que essas contradições lhe permeiam o pensamento e o dominam tanto em razão da postura intelectual dialética do redator do *Gli Intellettuali e L'Organizzazione della Cultura* como em razão de mudanças de diretrizes ocorridas com freqüência no itinerário doutrinário e ideológico desse escritor. Tais dificuldades são, porém, contornadas na dissertação à medida que ela reflete a procura objetiva das idéias gramscianas e delineia, em cada capítulo, as linhas fronteiriças que demarcam o pensamento do escritor italiano e do autor da dissertação.

Consoante a metodologia recomendada por Gramsci, a de ser essencial a ordenação *cronológica* do pensamento do autor estudado, caberia, «*prima di tutto*» diz ele — «*ricostruire il proceso di sviluppo intelectuale del pensatore dato, per identificare gli elementi divenuti stabile e permanenti*». Tal reconstrução deve ser feita «per periode cronologico-validi e non puramente meccanici ed arbitrari».[8] O pensamento de validi e non puramente meccanici *ed arbitrari*».[8] O pensamento de Gramsci, tal como exposto nos *Cadernos*, tem sua especificidade, pois, em função do período cronológico-crítico versado, posterior a 8 de novembro de 1926 (data da prisão) e subseqüente assim à época do *Il Primo Gramsci*, cujos escritos políticos (1914-1918) foram detidamente versados por Silvio Suppa, através dos quais se divisou o itinerário do desenvolvimento inicial de Gramsci: da cultura à política «dall'idealismo al marxismo».[9] Tal preocupação metodológica tem muito a ver com esse conceito-chave no pensamento de Gramsci, o do *bloco histórico*, que induziu Hugues Portelli a escrever o seu clássico livro sobre o escritor peninsular.[10] O bloco histórico não seria apenas a «expressão mágica» da doutrina de Gramsci, como o assinalou. A. Buzzi (*in La Theorie Politique de Gramsci*, Louvain, ed. Nauvelaerts 1967, p. 338), mas é também um de seus «elementos mais importantes», no dizer de A. Pizzorno (*A propos de la méthode de Gramsci, in: L'Homme et la Société*, 1968, nº 8, p. 165) tanto é exato que Portelli estudou a obra de Gramsci tendo por critério norteador precisamente o conceito de *bloco histórico*.

Encaminha-se o painel composto pelo autor ao exame do partido político, o qual não deve ser apenas uma força organizadora e sociedade mas também um guia intelectual e moral. Ao mesmo tempo que deva ser promotor de uma reforma ética, cabe-lhe emergir de uma dialética educadora entre os simples e os intelectuais. Em relação ao consenso e ao poder, o direito — como observa Oliveiros da Silva Ferreira em seu diálogo com Gramsci — tem papel preponderante, pois a sua função é a de permitir ao Estado tornar *homogêneo* o grupo dominante e

tender a criar um conformismo social, que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente. O direito está, assim, a serviço da direção e da dominação. Como diz Gramsci, «uma classe é dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias».[13] As noções de direito, assim como de dominação, concorrem para que a ação hegemônica seja uma permanente relação de hostilidade «entre duas ou mais concepções do mundo alicerçadas em uma organização». Ela é «um conflito entre duas organizações com concepções do mundo antagônicas e excludentes». A evocação da obra de Clausewitz aí se impõe, embora a ela Gramsci não tivesse acesso direto, tanto mais que, para o politicólogo, italiano, «a questão da teoria política mais importante, suscitada pelo período de pós-guerra e a mais difícil de ser resolvida com justeza», é a da «passagem da guerra manobrada (e do ataque frontal) à guerra de posição inclusive no campo político». Haveria sempre, na essência da política, vale dizer da ação hegemônica, um confronto de forças, tal como em campo de batalha. Para o autor da dissertação — assim como para Gramsci que dela é o centro motivador — haveria, senão em ato mas pelo menos em potência, constantemente, um confronto de hegemonia, uma medição de forças materiais as quais têm seu sentido, sua eficácia e mesmo sua legitimidade, nos valores de que essas forças procedem ou em que se encarnam. No tocante à natureza e procedência desses valores e que discrepariam as hegemonias conflitantes. E em relação a eles é que se poderia estabelecer a fronteira básica entre os dois pensadores principais da dissertação em causa, embora ambos freqüentemente se entrecruzem e se confundam: Oliveiros da Silva Ferreira e Antônio Gramsci.

---

1. Passato e Presente. *Giulio Einaudi Editore*, 1951, p. 85.
2. p. 524.
3. pp. 5 a 9.
4. pp. 8 a 19.
5. pp. 21 a 49.
6. pp. 209 a 212.
7. *Ensaios editado em língua portuguesa, pela Graal,* em agosto de 1982.
8. Il Materialismo Storico e la Filosofia de Benedetto Croce. *Torino. Giulio Einaudi Editore,* 2ª ed., 1949, p. 78.
9. *Editora Jovene Napoli,* 1976.
10. Gramsci et le Bloc Historique, Paris, PUF, 1972 (traduzido para o português e publicado por *Paz e Terra,* Rio de Janeiro, 1977).
11. Passado y Presente, Buenos Aires, *Gramaica,* 1976, p. 207.
12. Il Materialismo Storico, p. 78.
13. Os 45 Cavaleiros Húngaros, pp. 418 e 441.

VICENTE MAROTTA RANGEL

Universidade de São Paulo

CARLOS HEITOR CONY — *JK: Memorial do Exílio*. Edições Bloch, 188 páginas.

Carlos Heitor Cony não se propõe a fazer história, pelo menos no sentido convencional, no seu *JK — Memorial do Exílio* (Edições Bloch, 1982), e nisso reside talvez o maior interesse do livro. Trata-se do depoimento de alguém que conviveu com Juscelino Kubitschek nos últimos seis anos da vida do estadista. Foi no ostracismo político que o fundador de Brasília se tornou amigo, e amigo íntimo, do escritor. O convívio diário — ou quase diário — como que aguçou a extraordinária força imaginativa do romancista, exercitada e aprimorada numa dezena de volumes, entre romances e contos, desde *O Ventre*, revelação de um dos mais autênticos e originais criadores da nossa prosa contemporânea, até o estranho e insólito *Pilatos*, além das coletâneas de contos, *Babilônia! Babilônia!* e *Quinze anos*. Ao escritor, completamente desligado de qualquer conotação política, juntou-se em 1964 o cronista, o que significaria na aventura intelectual de Cony uma virada espetacular, uma verdadeira explosão do romancista, ocasionalmente jornalista, vibrando de indignação, com *O Ato e O Fato*, que é certamente um dos documentos mais sugestivos de protesto à situação que emergiu com o movimento de 31 de março daquele ano em que começa o exílio de Juscelino até o estúpido acidente automobilístico que lhe tirou a vida, em 22 de agosto de 1976. Agosto, um mês fatídico para o Brasil: o do suicídio de Vargas (1954), o da renúncia de Jânio (1961) e o da morte de JK (1976).

Nesse livro, o romancista e o jornalista estão presentes, com maior vigor que o historiador. Há ímpeto, flama, polêmica. O calor da paixão como que sufoca a reflexão do historiador, perturbando-o. Longe de mim a idéia de que um livro de história deve ser escrito sem paixão, mas é necessário aplicá-la na medida exata, e Cony, pelo seu temperamento, nem sempre se conteve na aferição de fatos, homens, episódios.

Cony relata no prefácio que só veio a conhecer pessoalmente JK quando ambos deixaram a prisão em 1968, sem haver nenhuma aproximação anterior entre o jornalista perseguido, e por isso mesmo no auge da popularidade, e o político, vítima de um dos maiores equívocos históricos de um movimento que pretendia, como proclamavam os seus prosélitos, assegurar as garantias constitucionais e restaurar a democracia.

O Ato Institucional número 5 viria confirmar, pouco tempo depois, a continuidade do arbítrio e a ratificação da natureza autoritária do regime implantado havia pouco mais de quatro anos. A princípio chegara a dar a muitos a ilusão da medida de salvação pública, de caráter transitório, mas a partir de então adquiriu a feição radical da hierarquização militar, embora com a singularidade do rodízio de generais de quatro estrelas no centro do sistema.

Juscelino Kubitschek seria o último presidente civil, na verdade o único civil, a cumprir integralmente o mandato sob a égide da Constituição de 1946, na fase iniciada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, chefe militar, condestável do Estado Novo, mas que havia concordado em reduzir de seis para cinco anos o tempo do seu governo, respeitando o pacto político, conforme decidira a maioria dos representantes do povo, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte. O mandato de seis anos era perfeitamente compatível; não poderia trazer conseqüências prejudiciais ao regime democrático. Mas importante seria amiudar as eleições parlamentares, de dois em dois anos, ou de três em três anos, para cada Legislatura, a fim de que o povo se acostumasse a votar, e não sesujeitasse a um jejum eleitoral, como depois afinal se verificou.

A redução do mandato presidencial fora no entanto um gesto de desprendimento que há de ser creditado no currículo de Dutra, redimindo-o até certo ponto da sua concordância, quando ministro da Guerra, com a farsa do inconcebível Plano Cohen, que coonestou a decretação liberticida do Estado Novo. Parece contudo que o Presidente se deixou embair pela lábia dos constitucionalistas da UDN e do PSD, fariseus da democracia ou amigo da onça, o que dá na mesma figura de retórica. Afinal de contas, Dutra era um homem de boa fé, um soldado na melhor acepção do termo, um cidadão visceralmente honrado, embora não fosse um estadista.

Seguiu-se a extraordinária vitória de Getúlio Vargas, jamais assimilada pelos mais emperdenidos reacionários civis e militares da aliança udeno-pessedista-perremista, que se formou no Governo Dutra, a hipócrita conjura pela pacificação nacional que resultou na candidatura natimorta de Cristiano Machado e na segunda derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes. Daí a consagração eleitoral de 1950, com o retorno de Vargas ao Poder pela via constitucional, que terminaria na tragédia de agosto de 1954.

Foi quando se reacendeu o ressentimento dos inimigos do antigo ditador, reabilitado pela democracia, e toda a seqüência de episódios burlescos, como a ascensão de Café Filho e os impedimentos, de Carlos Luz e do próprio Café, a campanha pela maioria absoluta e a novembrada, até que a posse do novo Presidente legitimamente restabeleceria a confiança no processo democrático. O êxito de Kubitschek consistiu em levar a termo o qüinqüênio, realizando um Governo dinâmico, respeitando todas as franquias democráticas, que teve como coroamento a mudança da Capital para o planalto goiano, aspiração que vinha do tempo de José Bonifácio, Patriarca da Indenpendência, inscrita em todas as Constituições brasileiras desde o projeto de 1823.

A posse do sucessor de JK seria em Brasília, mas a inexplicável renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em agosto de 1961, acarretaria a mais alucinante *journé des dupes* da nossa história. Assim resumiu

Guerreiro Ramos o janguismo — uma jornada de otários, para usar as próprias palavras do sociólogo e cientista político tão prematuramente desaparecido, a sinistra avalanche que teve como desenlace o movimento de 1964, após o fracasso do governo de João Goulart, levando água abaixo as escoras de um improvisado parlamentarismo e a demagogia de um sindicalismo caricato. Jango foi uma vítima que se deixou enredar por armadilhas e vicissitudes, como na fábula de La Fontaine, em que desempenharia antes o papel de cordeiro que de lobo.

A grande crise política da nossa história recente tem assim aspectos que oscilam entre a simplicidade de uma fábula e o grotesco da literatura de cordel, quando não o drama e a comédia, ressaltados aliás em outro livro de Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas* (1974), reportagem da melhor categoria, em que o escritor reafirma sua posição contestatória, com bravura e coerência, expondo-se mais uma vez a riscos e incompreensões, senão até a violências que eram habituais antes da abertura do Presidente João Figueiredo.

JK — Memorial do Exílio é livro típico da situação que se criou com a abertura. Foi escrito da mesma forma com que foi levantado o monumento em Brasília à memória do grande Presidente. Um e outro não passam de obras de circunstâncias.

FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA

Academia Brasileira de Letras

IRACI DEL NERO DA COSTA — *Vila Rica: População (1719-1826)*. São Paulo, 1979. Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da USP. Ensaios Econômicos, nº 1.268 páginas.

Para analisar um segmento do processo formativo da população brasileira — o que revela a população de Vila Rica nos momentos de auge e decadência do surto mineratório —, o professor Iraci Del Nero da Costa, do Departamento de História Econômica da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, muniu-se da metodologia da atual demografia histórica preconizada por Michel Fleury, Louis Henry e Pierre Goubert. Pode assim abordar, convenientemente, os elementos empíricos necessários (batismos, óbitos, casamentos, estrutura populacional, familial, domiciliária, profissional e de produção), apresentando um resultado rico de elementos quantitativos capazes de corroborar devidamente suas conclusões.

A transformação por que passou a população ouro-pretana no período que vai da segunda década do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX é toda ela eivada de condicionamentos econômicos ligados à exploração aurífera e, depois, à atividade agrícola que

a sucedeu. Caracterizou-se por um fluxo e refluxo populacionais que não tinham sido, ainda, objeto de um estudo específico como este, com o qual o IPE inicia sua série *Ensaios econômicos*.

É notório que o *rush* da mineração, que tão fortemente marcou a primeira metade do século XVIII, é uma baliza na história econômica colonial, tanto quanto na definição de nossa configuração geoadministrativa. Foi mesmo, ao lado da ameaça espanhola no Sul, responsável pelo deslocamento do eixo político-administrativo e econômico-social do Nordeste para o Centro-sul.

Nas Gerais os núcleos urbanos foram-se multiplicando junto às áreas de melhores oportunidades (ou melhores circunstâncias) para a mineração. Assim, o povoamento concentrou-se em torno de São José del Rei (Tiradentes, hoje), São João del Rei, Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serro) e o Arraial do Tejuco (Diamantina). Dentre estas vilas, em destaque, Ouro Preto como a mais rica, mais antiga e a de maior densidade populacional. A Vila Rica de então acabou resultando da reunião, em 1711, dos vários povoados junto aos riachos mais abundantes em ouro. E é desta população, constituída de famílias de mineradores, negociantes, artesãos e escravos, que Iraci Del Nero da Costa analisa estruturas e movimentos.

Partindo da visão de conjunto de batismos, óbitos e casamentos vistos através de gráficos e tabelas, o Autor explicita os principais condicionamentos das variações nas curvas apresentadas. De um grande número de escravos trazidos, passa-se, com o início da decadência da produção a uma drástica diminuição, devendo-se ter em conta, ainda, a alta taxa de mortalidade entre os negros; por outro lado, houve o grande afluxo de brancos vindos da Europa, com evidente peso para o português — o que chegou a gerar uma vasta (e ineficaz) legislação coercitiva; da mesma forma intensa, deu-se o deslocamento populacional dentro da própria colônia, o que abalou sensivelmente parte do edifício da economia açucareira.

Aliás, o deslocamento também se processou *in loco*, na área da mineração, dadas as condições da forma mais constante de aparecimento do ouro: o de aluvião, no leito dos rios. Não era o tão sonhado «ouro de beta»; este sim, poderia fixar a população junto às minas nas profundezas da terra, à semelhança da prata de Potosi ou do México. Ademais, no momento do esgotamento houve mais um movimento: o do refluxo demográfico para a retomada da faina agrícola. Extração, produção organizada, movimentos de população: um todo «amarrado». É evidente que tais ilações só se tornaram possíveis de ser estabelecidas a partir de um confronto entre os dados populacionais e os cálculos de exportação do ouro (extraídos de Roberto Simonsen) e os de sua produção em Minas (levantados por Virgílio Noya Pinto).

O extenso estudo dos casamentos entre 1727 e 1826 segundo a condição social, a cor, a natureza da filiação e a procedência dos cônjuges, permitiu a demonstração, pelos métodos da demografia histórica, da correlação entre os consórcios e o evoluir da exportação do ouro (e, portanto, melhores condições sócio-econômicas dos mineradores). Da mesma maneira, possibilitou a constatação da menor mobilidade do elemento feminino ou, ainda, das variações sazonais dos enlaces, obedecendo às posturas religiosas.

Com a mesma precisão foram estudadas as curvas de batismos (1719-1818). Para tanto, a população foi dividida em três grupos: filhos legítimos, naturais e expostos (assim chamados os recém-nascidos abandonados junto às portas leigas ou religiosas e cujo número era significativamente elevado). O batismo de adultos também foi computado, uma vez que se constitui em importante subsídio para o estudo da origem e da fixação dos negros recém-convertidos. No caso dos óbitos (1719-1818), os movimentos também se compatibilizam perfeitamente com o fluxo e refluxo da população livre, assim como com o crescimento e decréscimo do encaminhamento de escravos para a região.

O segundo momento da obra aborda o Censo de 1804, em Vila Rica, já na fase de superação do surto aurífero. O perfil da cidade de então é refeito através dos testemunhos de Saint-Hilaire, Mawe, Rugendas e Eschwege: a economia estagnada, a população em declínio, a desolação vegetal, as casas em ruínas, a antigo infra-estrutura assistencial e econômica abandonada (o Seminário à mingua, o Hospital Misericórdia sem recursos, o comércio e as atividades artesanais enfraquecidas...).

O Censo de 1804 apurou 8.867 indivíduos — dos quais um terço era escravos — vivendo nos seis distritos componentes de Ouro Preto, a Vila Rica de então. A população foi equacionada pelo Autor por sexo, faixa etária, estado civil, domicílio e atividades produtivas, permitindo-lhe a elaboração de um sem-número de tabelas e de sua explicitação. Constatou, assim, por exemplo, a predominância masculina; no domínio etário, uma superioridade jovem (notadamente na população escrava) e a ocorrência de um pequeno número de casados, tanto entre livres como entre escravos. Quanto às famílias, havia maior número das do tipo «independente» (um casal e seus filhos), em contraposição às de agregados e às dos escravos.

No tocante à produção, feitas as ressalvas quanto à artificialidade de se usar, para a economia colonial, os três setores econômicos clássicos, o Autor começa por discutir a especificidade da atividade exploratória. Esta acarretava a concentração populacional em povoados que dependiam, para sua subsistência, dos produtos vindos de fora. Havia, assim, um acentuado caráter urbano. De fato, o setor primário, em Vila Rica, absorvia apenas 7,04% da população, deixando 53,61% para o secundário e 39,35% para o terciário.

Iraci del Nero da Costa, cuja obra vem juntar-se aos trabalhos pioneiros na área da demografia histórica entre nós — de Maria Luiza Marcílio e de Luís Lisanti procurou, «do burburinho da sociedade mineira do setecentos, captar as linhas demográficas gerais mais evidentes e quiçá, por isto mesmo, mais relevantes» (p. 189). O vocabulário de que faz uso, levado, por vezes, a certo exagero de estilo, tanto quanto a damasiada concisão na análise de algumas tabelas, não chega a invalidar a importância deste trabalho inovador, cujo apêndice metodológico, especificando técnicas e tratamento dispensados aos dados, será da maior utilidade aos pesquisadores. Possa este *Vila Rica: população* ensejar futuras pesquisas, cujo somatório venha a estabelecer um quadro geral da estrutura e do comportamento da população colonial brasileira.

HELOISA LIBERALLI BELLOTTO

Universidade de São Paulo

HANNAH ARENDT — *Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal* (tradução de Sônia Orieta Henrich — apresentação de Tércio Sampaio Ferraz Jr.), São Paulo: Diagrama & Texto, 1983, 314 páginas.

Este é, entre os livros de Hannah Arendt, o que mais suscitou polêmicas e controvérsias. Publicado em 1963, a edição revista e definitiva deste livro data de 965. O texto de Hannah Arendt teve como base os artigos que escreveu para a *The New Yorker,* ao fazer para esta revista norte-americana a cobertura do processo de Eichmann. Eichmann, como é sabido, era um alto funcionário nazista, notório pela sua atuação na organização do genocídio dos judeus na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, e que, capturado por agentes israelenses na Argentina, foi julgado e afinal condenado pela justiça de Israel.

Eichmann em Jerusalém não é, no entanto, na obra de Hannah Arendt, um acidente jornalístico. É na sua trajetória intelectual uma ponte que une e explica o passado e o futuro. O passado, no caso, é a reflexão arendtiana sobre o significado das relações entre o anti-semitismo, os judeus e o mundo moderno, um dos temas centrais do seu primeiro grande livro: *As Origens de Totalitarismo* (1ª edição, 1951), e que teve, por assim dizer, o seu fecho na análise do caso Eichmann. O futuro é *The Life of the Mind,* a sua grande obra inacabada (publica postumamente em 1977 e 1978), que trata do pensar e do querer, e não tendo ela redigido o volume sobre o julgar. *Pensar, querer* e *julgar* são as três atividades mentais básicas cuja análise, segundo Hannah Arendt, permite o entendimento da existência racional. Seu ponto de partida nesta empreitada de inspiração kantiana foi a indagação sobre

se a capacidade de distinguir o bem do mal tem algo a ver com a capacidade do pensar. Este ponto de partida teve a sua origem no comportamento de Eichmann durante o processo, onde este revelou, no entender dela, não estupidez ou falta de inteligência, mas sim incapacidade de pensar o significado de sua atuação.

O juízo, para Hannah Arendt, pelas indicações que deixou, é, na linha kantiana, a faculdade de pensar o particular sem subsumí-lo no geral. Pensar, no entanto, é generalizar o que, no caso do juízo, é complexo porque não se pode julgar um particular por outro particular. Uma das soluções kantianas para esta dificuldade, precisamente aquela com a qual Hannah Arendt se identifica, é a da validade exemplar. Exemplo vem de *eximire*, isto é, escolher um particular que permanece um particular, mas cuja característica é a de revelar uma generalidade que, de outra forma, não poderia ser definida. Por isso, para Kant, na leitura de Hannah Arendt, os exemplos são para os juízos o que os esquemas são para a cognição.

Para Hannah Arendt, que sempre teve interesse pelo concreto, a temática do juízo centrado na validade exemplar oferece uma importante base epistemológica para a elaboração de uma Teoria Política voltada para a especificidade. Uma especificidade ao gosto arendtiano, na qual a diversidade dos fenômenos do mundo não se veria dissolvida em generalidades apriorísticas que convertem a particularidade dos fenômenos do mundo em epifenômenos de algum «universal». É por isso que, para ela, é o juízo que une a teoria à prática — sendo portanto uma faculdade indispensável para o *escrever da História* e a *administração da justiça*, dois temas centrais com que se ocupou no relato sobre o processo Eichmann.

O juízo, enquanto atividade mental — observa Hannah Arendt — precisa ser livre, e a condição de sua autonomia é a capacidade de pensar por conta própria. Ele não pode ser inibido pela lealdade, sobretudo na administração da justiça, que é atividade afim à do escrever da História, uma vez que toda apreciação sobre o justo é igualmente um juízo sobre o passado. É a insistência arendtiana na liberdade do juízo e na importância de torná-lo público e comunicável que reside uma das razões da polêmica suscitada pelo livro, sobretudo nos meios político-culturais judaicos dos Estados Unidos.

Com efeito, em *Eichmann em Jerusalém* ela foi inclemente na avaliação da atuação de grande parte das lideranças judaicas durante o Holocausto e severa na análise da promotoria. Esta postura de espectadora e cidadã do mundo pareceu a ela, neste livro, a única maneira de colocar o juízo a serviço da inteligibilidade de algo como o crime do genocídio, que desafia a compreensão e o entendimento.

Hannah Arendt começa criticando a posição da Promotoria, apontando que esta fundamentou a acusação no que «os judeus sofreram, não sobre o que Eichmann fizera» (p. 22), vendo no indiciado o agente

e executor de uma lei geral: o ódio aos judeus no correr dos tempos. Hannah Arendt insiste no epílogo que tal postura — aliás muito freqüente, segundo ela, na historiografia judaica, que privilegia a *memória* genérica da perseguição em detrimento do contexto histórico — leva a um equívoco básico: o de ser precedentes num crime sem precedentes.

Esta dissociação do mundo compreensivelmente provocada pela auto-referibilidade da catástrofe, impede um juízo adequado. Ela está na raiz das falhas e defeitos do processo (p. 276) porque tolda a especificidade de Eichmann e do anti-semitismo europeu moderno — que Hannah Arendt vê como antecipação paradigmática do totalitarismo enquanto uma nova forma de governo e dominação, baseada na organização burocrática de massas e na combinação de terror com ideologia.

É justamente o ineditismo do totalitarismo, enquanto forma autocrática de governo, qualitativamente diferente da tirania e do despotismo, que igualmente tornou inadequados, de forma patente, os argumentos da defesa. Estes basearam-se fundamentalmente: (i) na noção de *ato soberano*, ou seja, que a razão de um Estado não pode ser julgada por outro Estado; e (ii) no conceito de «ato executado por ordens superiores», que exime o funcionário da responsabilidade pelos fins, desde que zele pelos meios. Diante do massacre administrativo organizado pelo aparelho do Estado em três etapas — *expulsar, concentrar* e *matar* — narrado nos capítulos 4, 5 e 6 e zelosamente gerenciado na Europa sob a dominação nazista, conforme se lê nos capítulos 9, 10, 11, 12 e 13, torna-se evidente, como conclui Hannah Arendt (p. 301) e realça Tércio Sampaio Ferraz Júnior no prefácio, que os conceitos jurídicos convencionais acima mencionados, elaborados pela tradição do positivismo jurídico, são inadequados.

Com efeito, Eichmann reiterou no processo que cumprira o seu dever e que obedecera não apenas ordens, mas também à lei (p. 148). Entretanto, num Estado fundado sobre princípios criminosos, a lei é instrumento de uma dominação posta a serviço da perversidade, que não se encontra nas pessoas que agem individualmente mas sim na dinâmica corruptora do totalitarismo, que marcou os algozes, permeou a sociedade e alcançou até mesmo as vítimas. O mal no Terceiro Reich, em outras palavras, deixou de ser uma tentação individual para converter-se em legalidade. Por isso, nesse contexto Eichmann — e a maioria — eram cidadãos que respeitavam e acatavam a lei. É isto que torna inadequados estes conceitos de que se valeu a defesa e que foram elaborados pela tradição do positivismo jurídico — tradição que identifica o Direito com a lei. De fato, num contexto deste tipo o que está em jogo não são os possíveis erros teóricos do positivismo jurídico enquanto atitude diante da experiência jurídica, mas sim algo novo: os seus *horrores políticos* na medida em que a redução do Direito à lei é uma redução do Direito a Hitler *(reductio ad Hitlerum)* — (cf. capítulo 8).

Como se depreende, Hannah Arendt, em sua análise sobre o processo, critica a *Promotoria* por querer subsumir o caso Eichmann na memória genérica do anti-semitismo, e a *Defesa* por querer isentá-lo da responsabilidade através do conceitos jurídicos gerais, operativos apenas num Estado de Direito onde prevalece o senso comum, isto é, o senso intersubjetivo da comunidade, mas inaplicáveis num contexto totalitário em que o senso comum é dissolvido na insanidade. E a insanidade — como lembra Kant — tem precisamente por sintoma a perda do *sensus communis* — o senso de comunidade — e a insistência obstinada na lógica do *sensus privatus* de cada qual — que no caso de Eichmann nos oferece, no correr de seu processo, «a lição da temerosa banalidade do mal, que desafia palavra e pensamento» (p. 262).

Daí a importância do juízo, que neste livro Hannah Arendt coloca a serviço da inteligibilidade do genocídio — um crime burocrático engendrado por um sistema totalitário e que não pode ser confundido com o crime de assassinato (p. 281). Realmente, o genocídio não é um assassinato em larga escala. Nem é também um crime de guerra, ou seja, uma violação das leis e costumes de guerra — o assim chamado *jus in bello*, elaborado internacionalmente a partir da segunda metade do século XIX visando, ao disciplinar a guerra, torná-la mais humana. Nem é igualmente um crime contra a paz, fruto da condenação da guerra pelo Direito Internacional desde o Pacto Briand-Kellog em 1929, como meio de solucionar controvérsias. O genocídio é algo novo, pois representa «um ataque à diversidade humana como tal», isto é, «as características de *status humano*, sem o qual as exatas expressões *gênero humano* ou *humanidade* ficariam sem sentido» (p. 278).

Por isso, para Hannah Arendt o que estava em jogo no tribunal não era apenas um crime contra os judeus, mas sim um crime contra a humanidade. Eichmann era um inimigo do gênero humano porque perpetrara uma política de extermínio ao não querer dividir a terra com o povo judeu e com povos de várias nações, achando que ele e seus superiores tinham o direito de determinar quem deveria e quem não deveria habitar o mundo (p. 287).

A exterminação física de 6 milhões de judeus foi, insiste Hannah Arendt, ao qualificar o genocídio de crime contra a humanidade, perpetrado no corpo do povo judeu. Entretanto, apenas a escolha das vítimas e não a natureza do crime poderia provir da longa história do judeu mal-quisto e do anti-semitismo (p. 278). Disso decorre a exata dimensão da validade exemplar do caso Eichmann e a razão pela qual o seu caso particular, mesmo permanecendo um caso particular, revela uma generalidade que só o juízo imparcial posto a serviço da inteligibilidade do genocídio pode revelar.

A qualificação do genocídio como crime contra o gênero humano, perpetrado no corpo do povo judeu — que o relato do caso Eichmann evidencia paradigmaticamente — tem uma validade exemplar, confir-

matória das reflexões de Hannah Arendt sobre a condição humana. Esta, segundo a autora, tem como característica a pluralidade, a diversidade e a esperança que provém da natalidade, isto é, a permanente capacidade que têm os homens de começar algo novo. No livro, isto aparece nos capítulos em que ela examina as deportações de judeus na Europa e as distintas e diversificadas condutas — mais ou menos dignas, mais ou menos oportunistas — que se verificaram na França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Itália, Iugoslávia, Bulgária, Grécia, Romênia, Hungria e Eslováquia.

Neste relato sobre a diversidade do espírito dos povos, merece realce o caso da Dinamarca, que confirma o princípio da esperança, pois lá povo e governo não apenas sabotaram — como na Itália e na Bulgária — as ordens alemãs, como também recusaram frontalmente a política nazista. O exemplo da Dinamarca — que embarcou através de sua frota pesqueira para a segurança da Suécia os judeus do país — é leitura obrigatória em Ciência Política, observa Hannah Arendt, posto ser demonstrativo da «enorme força potencial, inerente à ação da não-violência e à resistência a um adversário, que possui meios de violência evidentemente superiores» (p. 183).

É interessante notar que a análise da condição humana como pluralidade e diversidade, que Hannah Arendt propõe na sua obra a partir de reflexão muito pessoal sobre a tradição do pensamento ocidental, coincide com a tradição religiosa judaica. Na verdade, esta tem como notas básicas a concomitante afirmação da *unidade do gênero humano* e do *pluralismo das nações*. A Bíblia tem como ponto de partida não a história do povo judeu, mas sim a da humanidade — e o homem foi criado só (Gênesis 5, 1), explica o Talmud (Sanhedrin, IV, 38 a) a fim de que ninguém pudesse alegar a superioridade de sua genealogia. Esta afirmação da unidade do gênero humano — que é uma explícita recusa do racismo — complementa-se com outra, que insiste na diversidade: «Se um homem cunha várias moedas a partir de um só molde, todas elas são iguais. Entretanto o Senhor talhou os homens a partir do molde do primeiro homem. Por isso nenhum se assemelha a outro». «Em três coisas os homens diferem uns dos outros: na voz, na aparência e nos pensamentos». (Sanhedrin, IV, 38a).

A diversidade, inclusive de nacionalidades, é portanto um dado da ordem humana, e até mesmo a visão judaica da época messiânica — da paz enquanto plenitude, como observa Prosper Weil em interessante curso sobre o judaísmo e o desenvolvimento do Direito Internacional — não significa o desaparecimento das identidades nacionais, mas sim o das dominações imperiais. Em poucas palavras, a substância de *particularidade* da tradição judaica é a da afirmação da universalidade. Por isso creio que o juízo de Hannah Arendt sobre o caso Eichmann e a sua qualificação do genocídio como um crime contra a humanidade,

por ser uma recusa da diversidade, confirma na particularidade exemplar de seu polêmico relato não apenas a sua reflexão sobre a condição humana, como também a melhor e a mais expressiva da tradição judaica, que é a mensagem de universalidade.

Na vida de Hannah Arendt, como explica sua biógrafa Elizabeth Young-Bruehl, o livro sobre o processo Eichmann, apesar de todas as polêmicas que suscitou — muitas das quais magoaram-na profundamente — representou uma reconciliação com o mundo. Foi uma «cura posterior» que lhe permitiu lidar com o fenômeno do totalitarismo nazista, que é o pano-de-fundo de toda a reflexão arendtiana. Esta nova serenidade reside no juízo, que evidentemente não justifica o *mundo*, mas que confirma o nosso lugar *no mundo*, ao mesmo tempo em que justifica a realidade ao afirmar a conexão que com ela temos. O juízo arendtiano, ademais, pelas histórias julgadas e contadas, é um princípio de esperança, pois indica a possibilidade de um novo começo, vale dizer, entreabre o conceito de natalidade em torno do qual ela constrói, com grande originalidade, a sua reflexão político-filosófica.

Particularmente, creio que esta avaliação de Elizabeth Young-Bruehl sobre o papel deste livro na sua vida é correto e gostaria de confirmá-lo com um depoimento pessoal. Li *Eichmann em Jerusalém* pela primeira vez em setembro de 1967, em São Paulo, depois de ter sido aluno de Hannah Arendt na Universidade de Cornell em 1965. O livro tocou-me profundamente, e ciente da polêmica escrevi a ela dizendo da relevância de seu relato. Ao mesmo tempo mandei, com minha carta, sem maiores comentários, o livro de P. M. Bardi sobre Segall. Estava eu pensando, ao lhe mandar o livro, em quadros como «Êxodo», «Guerra», «Campo de concentração», «Navio de emigrantes», nos desenhos do caderno *Visões de Guerra* — enfim, naquilo que eles testemunhavam, na pureza expressiva de uma dor petrificada, a tragédia humana deste período. Imaginei, mas não explicitei, que Segall exprimiria melhor do que as minhas palavras a emoção que sentira. Hannah Arendt respondeu, ao agradecer o livro e a carta, entre outras coisas, que gostara dos quadros de Segall, mas particularmente das «cow-pictures» — das vaquinhas bucólicas — de Campos de Jordão. Indício, pensou eu, de que ela realmente alcançara, através deste livro a serenidade, aquela *acquiescentia in se ipso* de que falava Spinoza, que sustentava a sua extraordinária capacidade de pensar por conta própria, iluminando com independência e originalidade, através do olhar retrospectivo do juízo e prospectivo da esperança, o significado do Holocausto.

CELSO LAFER

Universidade de São Paulo

REVISTA MEXICANA DE CIENCIA POLITICA

Edição da Facultad de Ciencias Politicas y Sociales
Universidad Nacional Autonoma de Mexico

Coordenador: Lic. GABRIEL CAREAGA

Publica 4 números por ano

Assinatura anual ..... $ 130.00 mexicanos

Dirigir-se á Distribución de Publicaciones de la UNAM
Insurgentes Sur núm. 299 — Mexico 11, D.F. — Mexico

SOCIOLOGIA DEL DIRITTO

Diretor: RENATO TREVES

Editada pelo CENTRO NAZIONALE DI PREVENZIONI E DIFESA SOCIALE

ASSINATURA ANUAL: 35.000 LIRAS ITALIANAS

Franco Angeli Editora — Via Monza 106

20.127 — Milão — Itália

Livros e Publicações Recebidos

FOLHETOS E SEPARATAS

ABURTO, Luisa. *Recuperar la capacidad de contraofensiva: una dificil tarea para el yercito salvadoreño*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 9 p. (Servicio Internacional de Noticias)

————. *Tres años de reforma agraria en El Salvador: um proyeto moribundo*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 9 p. (Servicio Internacional de Noticias)

ARMENDARIZ, Jorge. *El FMLN-FDR propone dialogo con el embajador Stone*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 3 p. (Servicio Internacional de Noticias)

BALMORI, Diana. *Hispanic immigrants in the construction industry: New York city, 1960-1982*. Ney York University, 1983. 66 p. (Occasional Papers, 38)

COHEN, Robert. *«Habla Nicaragua — exitoso estreno en Nueva York.* Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 4 p. (Servicio Internacional de Noticias)

FLOREZ-ESTRADA, María. *La administracion Reagan, un «accidente» en la Casa Blanca?* Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 6 p. (Servicio Internacional de Noticias)

FONER, Nancy. *Jamaican migrantes: a comparative analysis of the New York and London experience*. New York, New York University,, 1983. 48 p. (Occasional Papers, 36)

FOX, Geoffrey. *Organizing the new immigrants: the hispanic trade unionists perspectives*. New York University, 1983. 36 p. (Occasional Papers, 40)

GORDON, Monica H. *The selection of migrant categories from the Caribbean to the United States: the Jamaican experience*. New York, New York University, 1983. 62 p. (Occasional Papers, 37)

HERRERA, Alicia. *Llegan boinas verdes a Puerto Castilla*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983, 3 p. (Servicio Internacional de Noticias)

INFORME de la Junta de Gobierno de Reconstruccion de Nicaragua, ano 1982. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 9 p. (Servicio Internacional de Noticias)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, Rio de Janeiro. *Relatório de atividades 1982*. Rio de Janeiro, 1983. 38 p.

MARHALL, Adriana. *Immigration in a surplus-worker labor market: the case of New York*. New York, New York University, 1983. 61 p. (Occasional Papers, 39)

METZ, Johann Baptist. *Nicaragua, esperanza y posibilidad historica nueva*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 5 p. (Servicio Internacional de Noticias)

NUÑEZ, Oscar. *Costa Rica: la contrarrevolución Nicaragüense casi dueña de la Zona Norte*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 5 p. (Servicio Internacional de Noticias)

RUSCIO, Alfredo. *Jalapa: simbolo de la resistencia a la agresion norte americana*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 4 p. (Servicio Internacional de Noticias)

————. *Las libertades en la nueva Nicaragua*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 4 p. (Servicio Internacional de Noticias)

————. *La participacion popular en la defensa de Nicaragua*. Managua, Agencia Nueva Nicaragua, 1983. 3 p. (Servicio Internacional de Noticias)

URTECHO, José Coronel. *Anotaciones sobre los Estados Unidos y acerca de la revolucion*. 9 p. (Servicio Internacional de Noticias)

LIVROS

ALMARCHA BARBADO, Mª Amparo. *Autoridad y privilegio en la universidad española: estudio sociologico del profesorado universitário*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociologicas, 1982. 376 p. Col. Monografias, 57)

AS AMÉRICAS numa encruzilhada; informe do Diálogo Interamericano agosto 1983. Washington, Woodrow Wilson Internacional Center for Scholars, 1983. 79 p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Só mesmo em Dores do Indaiá...* s.l., s. ed., 1982. 118 p.

COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, Bruxelles. *Douziéme rapport sur la politique de concurrence*. 1983. 226 p.

DOUTRINA e decisões no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imp. Oficial, 1982. 419 p.

ENERGIA nuclear em questão. 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, 1981. 96 p. (Coleção Universidade & Indústria, Monografias)

GRAHAM, Lawrence S. & DOUGLAS, L. Wheeler, *ed. In search of modern Portugal;* the revolution & consequences. Wisconsim, University of Wisconsim Press, 1983. 380 p.

LAMOUNIER, Bolivar, *ed. A ciência política nos anos 80*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. 433 p. (Cadernos da UnB)

LEITE, Ascendino. *Um ano no outono;* jornal literário. Rio de Janeiro, Liv. Cátedra, 1983. 321 p.

MARTINS FILHO, Antônio. *O outro lado da história*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1983. 442 p.

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi da et alii. *O modelo econômico e político brasileiro;* crise e alternativa. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983. 140 p.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. *Universidade: ação e reflexão*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1983. 233 p.

MORRISEY, Will. *Refletions on de Gaule;* political fouding in modernity. New York, University Press of America, 1983. 211 p.

NADER, Natal. *Usucapião de imóveis*. Uberlândia, Univ. Federal de Uberlândia, 1983. 145 p.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *The generalised system of preferences;* review of the first decade. Paris, OECD, 1983. 97 p.

PAIXÃO, José da Rocha. *De morcegos e avenças*. Belo Horizonte, Ed. Vega, 1982. 76 p.

PENNA, J. O. de Meira. *O evangelho segundo Marx*. São Paulo, Convívio, 1982. 196 p.

POLÍTICA de emprego. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, 1982. 133 p. (Coleção Universidade & Indústria, Monografias)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TRABALHO, 1º, Rio de Janeiro, 1981. *Anais*. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, 1982. 416 p. (Coleção Universidade & Indústria, Monografias)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE NEGOCIAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO, 1º, Rio de Janeiro, 1981. *Anais*. 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, 1981. 279 p. (Coleção Universidade & Indústria, Monografias)

SEMINÁRIO SOBRE ASPECTOS JURÍDICO-LEGAIS DO FINANCIAMENTO ÀS OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, s.d. 1 v.

SOCIEDADE e política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983. 261 p.

SRIVASTAVA, M. P. *The Korean conflict;* search for unification. New Delhi, Prentice Hall of India, 1982. 120 p.

THOMAZ, Joaquim. *Poeira de música*. Rio de Janeiro, s. ed., 1982. 354 p.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Aspectos do direito internacional público contemporaneo*. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1983. 206 p.

PERIÓDICOS

AFFARI SOCIALI INTERNAZIONALI, Milano, Franco Angeli, v. 11, n. 1, 1983.

AMERICAN STUDIES, Lawrence, University of Kansas, v. 23, n. 1, Spring, 1982.

————. v. 23, n. 2, Fall 1982.

ANALECTA CALASANCTIANA; revista del Colegio-Teologado «Felipe-Scío», Salamanca, v. 25, n. 49, ene./jun. 1983.

BOLETÍN DE SUMARIOS DE REVISTAS DE ECONOMÍA; revistas lati noamericanas portuguesas y espãnolas, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, 2. sem. 1982.

CADERNOS DO CEAS, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, n. 85, maio/jun. 1983.

————. n. 86, jul./ago. 1983.

CALIFORNIA MANAGEMENT REVIEW, Berkeley of California, v. 25, n. 1, Fall 1982.

————. v. 25, n. 2, Jan. 1983.

CIVITAS; rivista di studi politici, Roma, Ed. Civitas, v. 33, n. 6, nov./dic. 1982.

————. v. 34, n. 1, gen./feb. 1983.

COMÉRCIO, Belo Horizonte, Federação do Comércio de Minas Gerais, SESC e SENAC, v. 5, n. 27, jan./fev. 1983.

————. v. 5, n. 28, mar./abr. 1983.

COMÉRCIO & MERCADOS, Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, do SESC e do SENAC, v. 17, n. 186, fev. 1983.

————. v. 17, n. 187, mar. 1983.

CONVIVIUM; revista trimestral de investigação e cultura, São Paulo, Ed. Convívio, v. 25, n. 4, jul./ago. 1982.

————. v. 25, n. 5, set./out. 1982.

————. v. 25, n. 6, nov./dez. 1982.

CRITICA & UTOPIA, Repensando la política. Buenos Aires, n. 8, 1982.

CUADERNOS DE ECONOMIA SOCIAL, Buenos Aires, Instituto Argentino de Investigaciones e Informacion sobre Economia Cooperativa Solidaria y Publica, v. 5, n. 13, ene./abr. 1983.

DADOS; revista de ciências sociais, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982.

————. v. 26, n. 1, 1983.

DEBATES SOCIAIS, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, v. 18, n. 35, 2. sem. 1982.

ESTUDIOS INTERNACIONALES, Santiago, Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, v. 16, n. 62, abr./jun. 1983.

ESTUDOS GOIANENSES; revista da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 9, n. 2/4, abr./dez. 1982.

EURE, Santiago, Instituto de Estudios Urbanos de la Facultad de Arquitectura y Bellas Artes de la Pontificia Universidad Catolica de Chile, v. 9, n. 27, abr. 1983.

FRANCISCANUM; revista de las ciencias del espiritu, Bogotá, Universidad de San Buenaventura, v. 24, n. 72, sept./dic. 1982.

FURB; revista de divulgação cultural, Fundação Educacional da Região de Blumenau, v. 5, n. 15-A, 1982.

————. v. 5, n. 16, 1982.

GEOSUR, Montevideo, Asociación Sudamericana de Estudos Geopolíticos e Internacionales, v. 4, n. 43, abr. 1983.

HAHR, Durham, Duke University Press, v. 63, n. 1, feb. 1983.

————. v. 63, n. 2, may 1983.

HISTORICAL ABSTRACTS. Modern history abstracts (1450-1914). Santa Barbara, American Bibliographical Center-Clio Press, v. 33, n. 4, part A, 1982. Annual index.

————. Twentieth century abstracts (1914-1982). Santa Barbara, American Bibliographical Center-Clio Press, v. 33, n. 4, part B. Annual index.

HOMINES; revista de Ciencias Sociales, Puerto Rico, Universidad Interamericana de Puerto Rico, v. 4, n. 1, ene./jun. 1980.

————. v. 2, n. 2, jul./dic. 1980.

————. v. 7, n. 1-2, feb./dic. 1983.

————. v. 8, n. 1, ene./jun. 1984.

INTERNATIONAL RELATIONS; Czechoslovak review for foreign politics, Institute of International Relations in Prague, 1983.

JUSTITIA, Ministério Público de São Paulo, v. 115, out./dez. 1981.

KOREA & WORLD AFFAIRS, Seoul, Research Center for Peace and Unification of Korea, v. 6, n. 4, Winter 1982.

————. v. 7, n. 1, Spring 1983.

LATIN AMERICAN STUDIES, Special Research Project on Latin America, University of Tsukuba, n. 4, 1982.

————. n. 5/7, 1983.

MONUMENTA NIPPONICA; studies in japonese culture. Tokyo, Sophia University, v. 38, n. 1, Spring 1983.

————. v. 38, n. 2, Summer 1983.

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, Campinas, v. 14, n. 108, out./dez. 1982.

————. v. 15, n. 109, jan./mar. 1983.

PENSAMIENTO IBEROAMERICANO; revista de economia política, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericana, n. 3, ene./jun. 1983.

————. n. 4, jul./dic. 1983.

PROBLEMAS BRASILEIROS, São Paulo, Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política, v. 20, n. 223, maio 1983.

————. v. 20, n. 224, jun. 1983.

————. v. 20, n. 225, jul. 1983.

REVIEW; a journal of the Fernand Braudel Center for Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, New York, v. 6, n. 3, Winter 1983.

————. v. 6, n. 4, Spring 1983.

REVISTA DE ANTROPOLOGIA, Universidade de São Paulo, v. 25, 1982.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, Belo Horizonte, v. 34, 1983.

REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA, São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, v. 33, n. 130, abr./jun. 1983.

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIALES, Rio Piedras, Universidad de Puerto Rico, v. 22, n. 3-4, sept./dic. 1980.

REVISTA DE DERECHO PUERTORRIQUEÑO, Ponce, Universidad Catolica de Puerto Rico, v. 21, n. 83-84, ene./jun. 1982.

————. v. 22, n. 85, jul./oct. 1982.

REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO Y CIÊNCIAS SOCIALES, Montevideo, v. 26, n. 1, ene./jun. 1982.

REVISTA DA FEPI, Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá, v. 8, n. 19, 1982.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, Brasília, Senado Federal, v. 20, n. 77, jan./mar. 1983.

REVISTA LATINOAMERICANA DE FILOSOFIA, Buenos Aires, v. 9, n. 1, mar. 1983.

REVISTA PARAGUAYA DE SOCIOLOGIA, Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Siciologicos, v. 19, n. 54, mayo/ago. 1982.

REVISTA DE LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE, Madrid, n. 4, 1981.

RIVISTA INTERNAZIONALE DI SCIENZE SOCIALI, Milano, Università Cattolica, v. 90, n. 4, ott./dic. 1982.

SÍNTESE, Belo Horizonte, v. 10, n. 27, jan./abr. 1983.

SITIENTIBUS; revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, v. 1, n. 1, jul./dez. 1982.

STUDI EMIGRAZIONE; ETUDES MIGRATIONS, Roma, Centro Studi Emigrazione, v. 19, n. 68, dic. 1982.

TIBIRIÇÁ, São Paulo, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis «Tibiriçá», v. 9, n. 18, jan./jun. 1983.

TRANSACTIONS OF THE WISCONSIN ACADEMY OF SCIENCES, ARTS AND LETTERS, v. 70, 1982.

TRANS/FORM/AÇÃOé revista de filosofia, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, v. 5, 1982.

THE UNIVERSITY OF MISSISSIPPI STUDIES IN ENGLISH, v. 3, 1982.

VERITAS; revista da PUC do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 28, n. 109, mar. 1983.

————. v. 28, n. 110, jun. 1983.

————. v. 28, n. 111, set. 1983.

THE YALE REVIEW, New Haven, Yale University Press, v. 72, n. 3, Spring, 1983.

YUGOSLAV LAW/ DROIT YOUGOSLAVE, Belgrad, Institut de Droit Comparé, v. 9, n. 3, sep./dec. 1982.

MARIA JOSÉ GAZOLLA DE ALMEIDA
Bibliotecária

Universidade Federal de Minas Gerais

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada trimestralmente pelo Senado Federal Brasileiro

Direção: LEYLA CASTELO BRANCO RANGEL

Publica 4 números por ano

Assinatura anual ..... Cr$ 4.000,00

Pedidos a SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
Senado Federal, Anexo I, 70.160, Brasília DF

COMUNIDAD

Cadernos de Difusão Cultural da Universidade Ibero-Americana, da Cidade do México

Diretor: Dr. ARMANDO SALCEDO

Assinatura anual: US$ 6.00

Cerro de las Torres, 395, Mexico 21, D.F., Mexico

ÉTUDES POLEMOLOGIQUES

Publicado pelo Institut Français de Polémologie (I.F.P.)

Edita 4 números por ano

Preço da assinatura anual..... 42 FF

Dirigir-se a Secrétariat, 7, rue Gutenberg, 75015 — Paris — França

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

SEÇÃO EDITORIAL

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS, prosseguindo em seu programa de estimular os estudos de Direito Público e de Ciência Política, iniciou, em 1958, a publicação de pesquisas e monografias em uma coleção de

ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Já publicamos:

1 — *Ensaios de Sociologia Eleitoral,* pelo prof. Orlando M. Carvalho, da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 — *Perspectivas do Federalismo Brasileiro,* pelos profs. Raul Machado Horta, Gerson de Brito Melo Boson, Onofre Mendes Júnior, Washington P. A. de Souza e Orlando M. Carvalho, da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 — *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros,* pelo prof. Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo.

4 — *O Movimento Sindical Operário no Regime Capitalista,* pelo prof. Messias Pereira Donato, da Universidade Federal de Minas Gerais.

5 — *Cooperativismo e Comunitarismo,* pelo prof. Vamireh Chacon, da Universidade Federal de Pernambuco.

6 — *Da Propaganda Política,* pelo prof. João Camilo de Oliveira Tôrres, da Universidade Federal de Minas Gerais.

7 — *O Papel do Executivo no Estado Moderno,* pelos professores J. Djordjevic (Iugoslávia), J. W. Grove (Grã-Bretanha), J. E. Hodgetts (Canadá), A. Iojrich (Rússia), Pierre Laroque (França), Roy C. Macridis (Estados Unidos) e Jean Meynaud (França).

8 — *O Diálogo Democrático na Bahia,* pelo prof. Nélson de Souza Sampaio, da Universidade Federal da Bahia.

9 — *Uma Política Transnacional de Cultura Para o Brasil de Hoje,* pelo dr. Gilberto Freyre.

10 — *O Planejamento de Metas e de Programas Governamentais,* pelo prof. Geraldo Wilson Nunan, da Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.

11 — *As Formas de Governo,* pelo prof. Nelson Nogueira Saldanha, da Universidade Federal de Pernambuco.

12 — *A Propaganda Republicana em Minas,* pelo prof. Oiliam José, da Academia Mineira de Letras.

13 — *Política e Massa,* pelo prof. Gino Germani, da Universidade de Harvard.

14 — *Limites da Liberdade de Imprensa,* pelo prof. Anis José Leão, da Universidade Federal de Minas Gerais.

15 — *Frederico II de Suábia e o Nascimento do Estado Moderno,* pelo prof. Manuel Garcia-Pelayo, da Universidade Central da Venezuela.

16 — *Do Econômico nas Constituições Vigentes* — Liv. I, pelo prof. Washington Peluso Albino de Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais.

17 — *Idem* — Liv. II.

18 — *Imunidades Parlamentares,* pelo prof. Pedro Aleixo, da Universidade Federal de Minas Gerais.

19 — *O Poder Executivo na França,* pelo prof. Georges Burdeau, da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris.

20 — *Ordem Pública e Liberdade Política na Africa Negra,* pelo prof. Oliveiros F. Ferreira, da Universidade de São Paulo.

21 — *O Regime Parlamentar e a Realidade Brasileira,* pelo deputado Tancredo Neves.

22 — *A Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno,* pelo prof. Giovanni Sartori, da Universidade de Florença.

23 — *A Nacionalidade da Pessoa Jurídica,* pelo sr. Barbosa Lima Sobrinho, professor aposentado da Universidade do Distrito Federal.

24 — *Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro,* pelo dr. Paulo de Carvalho Neto.

25 — *O Positivismo e a Realidade Brasileira,* pelo prof. Tocary Assis Bastos, da Universidade Federal de Minas Gerais.

26 — *Os Partidos Políticos nas Constituições Democráticas,* pelo prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, da Universidade de São Paulo.

27 — *As Imunidades dos Deputados Estaduais,* pelo sr. Barbosa Lima Sobrinho, professor aposentado da Universidade do Distrito Federal.

28 — *O Gonçalvismo em Pitangui,* pelo sr. Sílvio Gabriel Diniz, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

29 — *A Política nas Constituições Contemporâneas,* pelo prof. Sully Alves de Souza, da Universidade de Brasília.

30 — *O Recrutamento Político em Minas (1890/1980),* pelo prof. David V. Fleischer, Ph. D. Universidade da Flórida, EE.UU.

31 — *Participação nos Lucros e Integração Social — PIS,* pelo prof. José Alfredo de Oliveira Baracho, da Universidade Federal de Minas Gerais.

32 — *Política Demográfica para o Brasil,* pelo dr. José Thomaz Nabuco.

33 — *Marchas e Contramarchas do Mandonismo Local,* pelo prof. Celson José da Silva, da Universidade de Brasília.

34 — *Subdesenvolvimento e Direito das Gentes,* pelo prof. Artur José Almeida Diniz, da Universidade Federal de Minas Gerais.

35 — *As Regiões Metropolitanas e a Autonomia Municipal,* pela bel. Iris Araújo Silva.

36 — *A política e o Terceiro Mundo,* pelo Prof. Artur José Almeida Diniz.

Estudos Sociais e Políticos

ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Recentes publicações desta série:

6. *Da Propaganda Política*, JOÃO CAMILO O. TÔRRES, U.F.M.G.
7. *O Papel do Executivo no Estado Moderno*, J. DJORDJEVIC (Iugoslávia), J. W. GROVE (Grã-Bretanha), J. E. HODGETTS (Canadá), A. IOJRICH (Rússia), PIERRE LAROQUE (França), ROY C. MACRIDIS (Estados Unidos) e JEAN MEYNAUD (França).
8. *O Diálogo Democrático na Bahia*, NELSON SAMPAIO, U.F.Ba.
9. *Uma Política Transnacional de Cultura Para o Brasil de Hoje*, GILBERTO FREYRE.
10. *O Planejamento de Metas e de Programas Governamentais*, GERALDO WILSON NUNAN.
11. *As Formas de Governo*, NELSON NOGUEIRA SALDANHA, U.F.Pe.
12. *A Propaganda Republicana em Minas Gerais*, OILIAM JOSÉ, A. M. Letras.
13. *Política e Massa*, GINO GERMANI, Harvard.
14. *Limites da Liberdade de Imprensa*, ANÍS JOSÉ LEÃO, U.F.M.G.
15. *Frederico II de Suábia e o Nascimento do Estado Moderno*, MANUEL GARCIA-PELAYO, Univ. Central de Venezuela.
16. *Do Econômico nas Constituições Vigentes* — Liv. I — WASHINGTON PELUSO ALBINO DE SOUZA, U.F.M.G.
17. *idem* — Liv. II.
18. *Imunidades Parlamentares*, PEDRO ALEIXO, U.F.M.G.
19. *O Poder Executivo na França*, GEORGE BURDEAU, Univ. de Paris.
20. *Ordem Pública e Liberdades Políticas na África Negra*, OLIVEIROS FERREIRA, U.S.P.
21. *O Regime Parlamentar e a Realidade Brasileira*, Deputado TANCREDO NEVES.
22. *A Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno*, GIOVANNI SARTORI, Univ. de Florença.
23. *A Nacionalidade da Pessoa Jurídica*, BARBOSA LIMA SOBRINHO.
24. *Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro*, Dr. PAULO DE CARVALHO NETO.
25. *O Positivismo e a Realidade Brasileira*, TOCARY ASSIS BASTOS, U.F.M.G.
26. *Os Partidos Políticos nas Constituições Democráticas*, MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, U.S.P.
27. *As Imunidades dos Deputados Estaduais*, BARBOSA LIMA SOBRINHO, da Academia Brasileira de Letras.
28. *O Gonçalvismo em Pitangui*, SÍLVIO GABRIEL DINIZ, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.
29. *A Política nas Constituições Contemporâneas*, SULLY ALVES DE SOUZA, U.N.B.
30. *O Recrutamento Político em Minas (1890/1918)*, DAVID V. FLEISCHER, Univ. da Flórida.
31. *Participação nos Lucros e Integração Social — PIS*, JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO, U.F.M.G.
32. *Política Demográfica para o Brasil*, J. T. NABUCO.
33. *Marchas e Contramarchas do Mandonismo Local*, CELSON JOSÉ DA SILVA, U.N.B.
34. *Subdesenvolvimento e Direito das Gentes*, ARTUR JOSÉ ALMEIDA DINIZ, U.F.M.G
35. *As Regiões Metropolitanas e a Autonomia Municipal*, IRIS ARAÚJO SILVA, U.F.M.G
36. *A Política e o Terceiro Mundo*, Artur José de Almeida Diniz, UFMG.

R B E P